**Volume 6: Redescobrindo Portugal: perfis e depoimentos de alguns escritores portugueses**

# Introdução

Circunstâncias do seu trabalho na imprensa impediram LGR de escrever (casos de Mário de Sá-Carneiro e de Aquilino Ribeiro) ou de escrever mais extensamente (casos de Fernando Pessoa, de Eugênio de Andrade e de Agustina Bessa-Luís) de alguns autores portugueses que ele tanto admirava. Fica claro, portanto, que a ênfase com que ao longo dos anos foi acolhendo a obra de José Cardoso Pires, deveria corresponder a uma igual produção de textos para os dois autores portugueses contemporâneos, Agustina Bessa-Luís e Eugênio de Andrade, que, segundo nosso crítico escreveu em um artigo de 1988 sobre o romance *Alexandra Alpha* de José Cardoso Pires, constituíam, em suas próprias palavras, “a tríade perfeita da Literatura com L maiúsculo escrita em português”. Infelizmente isso não ocorreu pelas contingências das publicações, das efemêrides (relacionadas ao nascimento ou morte desses autores) ou ainda em função das viagens de escritoras ou escritores portugueses ao Brasil.

Apesar disso, acreditamos que o conjunto de autores portugueses entrevistados e cujos livros foram resenhados por LGR oferece aos seus leitores não só um aliciador estímulo para as/os jovens leitores conhecerem grandes obras da multisecular tradição literária de Portugal, com a imensa vantagem de poderem lê-las sem a mediação de uma tradução, mas também um bom apanhado da intensa preocupação do nosso crítico com o resgate que nós temos de fazer da nossa relação literária e cultural com Portugal. Como LGR sumariza no mesmo texto que eu mencionei pouco acima, nós, brasileiras e brasileiros “linguisticamente estamos delimitados pelas fronteiras autênticas: as que têm ao Norte, Portugal, em torno, as literaturas hispano-americanas e, atravessando o oceano Atlântico, a Literatura africana de expressão portuguesa”. Em relação a todas essas fronteiras linguísticas nosso crítico dedicou especial atenção como o demonstra em relação à literatura hispano-americana o seu livro publicado em 1988, *O Continente Submerso*: perfis e depoimentos de grandes escritores de *nuestra* América, e este tríptico parece então se completar com este presente livro sobre a literatura portuguesa e outro, por nós também organizado, sobre o racismo e a literatura negra, ainda que neste caso, o livro que organizamos retrata muito mais do que o interesse de nosso crítico apenas pela literatura africana escrita em português a que mais acima ele próprio faz alusão.

Acreditamos, portanto, que os autores portugueses aqui reunidos possam despertar o interesse de muitas pessoas pela literatura portuguesa, uma literatura que desde o seu doutorado - defendido na Universidade de Hamburgo, na Alemanha, em 1958 - sobre Teixeira de Pascoais não deixou de ocupar as leituras e meditações de LGR até o final de sua vida, como diversas notas sobre autoras e autores portugueses escritas para a revista Caros Amigos, último veículo da imprensa no qual trabalhou, o demonstram. Assim, apenas para citar algumas dessas notas podemos mencionar primeiramente sua menção aos *Poemas Escolhidos* de Sophia de Mello Breyner Andersen selecionados e introduzidos por Vilma Arêas e editado pela Companhia das Letras em 2004 (*Caros Amigos*, nº 91) que ele sinteticamente apresenta: “Em certos pontos ela rememora os clássicos da Grécia Antiga, em outros ama o mar, as praias, chegando a momentos que recordam a poesia destemida e colérica de Cecília Meireles em seu belíssimo olhar sobre a independência sonhada por Tiradentes e os patriotas mineiros. Em pleno e repulsivo tempo de salazarismo, ela investe contra a era da mentira, do atraso, do colonialismo como masmorra de milhões de “graúdos” rapazes e um “Portugal além-mar””. Depois cabe referir-se à nota dedicada à 4a edição da “excelente” biografia portuguesa de seu adorado Eça de Queirós escrita por Maria Filomena Mónica (Quetzal Editores). Como sempre, LGR sai em defesa de um de seus autores prediletos ao comentar que “Eça tem sido acusado, sobretudo por devotos de Camilo, de ter usado um vocabulário pobre. Como é óbvio, não foi por incapacidade de ler os clássicos, ou de usar termos rebuscados, que Eça escreveu como escreveu. Fê-lo porque estava farto da retórica fradesca que, havia séculos, dominava as letras portuguesas. Nenhum outro escritor - com a exceção de Cesário Verde - inovou tanto quanto ele. A nossa língua é, ainda, a dele. É por isso que os seus escritos resistiram ao tempo. (…) Ao criar uma língua nova, ao dar-nos um mundo diferente, Eça modificou a forma como os portugueses se viam. À sua maneira, acabou por contribuir para a modernidade do país onde nascera”. Ainda neste mesmo nº 92 da *Caros Amigos*, nosso crítico chama a atenção para outra obra de Saramago recém publicada no Brasil, o seu livro *O Ensaio sobre a Lucidez* (Companhia das Letras). Seu breve comentário ao livro do ganhador do Nobel é bastante atual em sua visão bastante amarga da realidade: “Esse livro é um alerta para as nações à beira de um abismo ditadorial de esquerda ou de direita, é, muito dignamente, um alarme a respeito da malediência, da estupidez humana, da adulação visando cargos altos. (…) o diálogo curto dos cegos, no final do livro, é admirável pela sua impotência diante de um mundo de tiros que a escuridão dos olhos não consegue localizar, a não ser quando a morte já empunhou a loucura e a brutalidade como a única “solução” à ausência de eleições e de votos em qualquer país do mundo contemporâneo, do Iraque ao Brasil”. Dois anos antes de sua morte, LGR saúda com entusiasmo (*Caros Amigos*  nº 107)a publicação da *História do Futuro* do célebre jesuíta português Pe. Antônio Vieira lançado em 2005 pela Editora da UnB ressaltando que “*História do Futuro* revela a beleza sutilíssima da oratória de Vieira e a pujança de sua crença na impossibilidade de mostrar à Face de Deus a monstruosa forma de tratar o índio como o fez o general Custer, dos Estados Unidos, ou de nossas tribos inocentes serem despeajadas de suas terras e suas imensas riquezas, sendo ele por isso espezinhado pela aristocracia lisboeta, recém-liberta do jugo de Madri”. Em suma, trata-se, segundo ele, de um “livro preciocíssimo” que “abrange também a volta da grandeza e da magnificiência do reino lusitano. É uma obra imprescindível para conhecer a fundo o espírito português e brasileiro”. Isso sem mencionar, é claro, as várias notas sobre as novas edições de Fernando Pessoa e seus heterônomos, que comparece em vários fascículos da *Caros Amigos* (números 21, 22, 24, 58 e 65). Terminemos esta breve menção às suas notas na revista *Caros Amigos* com as próprias palavras de LGR sobre a publicação no Brasil da obra em prosa *O Livro do Desassossego (Caros Amigos*, nº24: “De Fernando Pessoa, possivelmente o mais notável poeta e prosador português jamais surgido nessa rica literatura, surge uma requintada edição do *Livro do Desassossego*. Em sintonia inimaginável com Ítalo Svevo na Itália e sua obsedante descrição do tédio e do conformismo burocráticos em *A Consciência de Zeno* e até de *O Processo* de Kafka, Fernando Pessoa deambula pela Baixa lisboeta sob a máscara de um escrevente de contabilidade, Bernardo Soares, nesse romance que é impossível não classificar, se qualquer classificação couber aqui, como um romance metafísico. Excelente e sintética a introdução de Maria Lúcia Dal Farra. Romance que se arma como se quiser, de uma angústia sobre-humana, sem capítulos ordenados nem cronologia rígida, esse único romance de Pessoa é uma ponte entre a importante literatura portuguesa anterior à sua criação poética e filosófica e o mundo contemporâneo. Ao mesmo tempo que é, sem favor, uma concepção da condição humana inaudita mesmo na melhor ficção européia contemporânea e posterior ao aparecimento desse livro. Ele capta a essência atemporal da angústia de um presumível e pertubador niilismo paradoxalmente fascinante”.

Por fim, caberia chamar a atenção da/o leitor/a que em algumas das discussões com alguns importantes autores portugueses, mas em especial com José Cardoso Pires, algumas caracterizações da produção do jornalista e da crítica não acadêmica são evocadas e que podem nos auxiliar a compreender melhor a produção do próprio LGR. Na entrevista concedida em 1983 a LGR, Cardoso Pires ao falar da crítica literária de outros países afirma que há “uma crítica literária com uma toada diferente, totalmente antierudita! Dizem-se as coisas mais profundas e mais eruditas sem citações, quando apenas se tem talento, sem todo aquele aparato brutal do ensino universitário ou do neoacademismo”. O exemplo pensado por Cardoso Pires e nomeado pelo nosso crítico é de Angelo Rinaldi, que era então crítico literário do *L’Express*.Essa caracterização é bastante precisa ao se referir ao tipo de crítica feita igualmente por LGR, pois ele, identificando-se com esse tipo de crítica, relata ao escritor português que “talvez você saiba que, aqui no Brasil, pelo menos alguns círculos *soi-disant* eruditos acham que ao emitir uma opinião sobre um livro você, como crítico, está fazendo uma crítica impressionista, de impressões apenas, do tipo gostei, não gostei…”. Ora, é exatamente essa uma das críticas mais comuns feitas a LGR que se recusava a escrever em uma linguagem acadêmica, como, ao contrário, ocorre no caso daqueles que querem fazer da crítica uma exposição científica ou, nas palavras de Cardoso Pires, esse outro tipo de crítica visa “cientifizar para descobrir no livro lido uma metodologia própria que torne a análise “científica”, mas aí é que está a contradição: ninguém descobre, senão por palpite, nada *a priori*.” Em função dessa contradição, conclui o escritor português: “Esse tipo de “crítica literária” é uma auto-afirmação à custa de outrem: aí os “críticos” assumem uma posição de “elite”, por terem eles mesmos uma fundamental falta de comunicação: “Ah, quem não me entende, pior para eles, eu falo para mim!” No final das contas, assevera Cardoso Pires, essa crítica aparentemente científica é que é profundamente impressionista”.

# Brasil-Portugal: tentativas de aproximação

## Na contramão (resenha sobre o livro *Contistas Portuguêses Modernos;* seleção de João Alves das Neves *-* Editorial Tanagra)

***Veja 26/06/1971***

O intercâmbio literário entre Brasil e Portugal é uma rua de mão única, até agora proibido para os mais importantes escritores portugueses contemporâneos. Enquanto em Lisboa são fartamente editados e discutidos Guimarães Rosa, Clarice Lispector, Carlos Drummond de Andrade, as editoras brasileiras preferem abarrotar o mercado nacional com medíocres *best-sellers* americanos. Agora, a Editorial Tanagra, de São Paulo, amplia sua primeira edição de *Contistas Portuguêses Modernos*, substitui trabalhos de vários autores e faz uma útil apresentação crítica de 28 contistas atuais de Portugal, selecionada pelo escritor e jornalista português radicado em São Paulo, João Alves das Neves.

“A História de Venâncio, Segundo-Oficial” descobre um contista finíssimo na sátira política, Joaquim Paço d’Arcos. Com traços do vigor de Gogol na descrição da burocracia russa, Paço d’Arcos relata, na época atual, a carreira humilde do funcionário público português preocupado em denunciar os ratos que devoram os documentos importantes do Estado na repartição em que trabalha. Excluído da comissão formada por medalhões que investigaria a denúncia e tomaria providências, Venâncio decai moralmente e passa no final a alimentar, nos longos serões noturnos, as ratazanas mais velhas, até sua demissão por ter cooperado com os roedores na destruição das escrituras de propriedade da rica sogra do diretor de sua seção no Ministério Público.

Aquilino Ribeiro, o maior novelista português surgido depois de Eça de Queirós, surpreende por apresentar um conto de ficção científica à maneira de Ray Bradbury: “A Revolução”. Grupos humanos arrasados por uma possível guerra atômica, remanescentes do caos, readquirem a dignidade desenterrando os tesouros culturais da humanidade, até chegarem à estátua da Vitória de Samotrácia, que simboliza o triunfo da vida sobre a bestialidade e a destruição.

Miguel Torga continua fiel a temas frequentemente rurais, no magistral “O Senhor”, que lembra os contos místicos de Tolstoi, alterna a elevação do cargo religioso com a miséria do campo ao levar um pobre cura de aldeia a intervir num parto difícil e dessa forma celebrar a participação divina no dia-a-dia dos lavradores ignorantes.

João de Araújo Correia preocupa-se com uma dimensão mais acentuadamente social do convívio humano no conto “A Eleia”. Em quatro páginas sem qualquer vocábulo supérfluo, ele apresenta como personagem principal uma corda grossa, que no interior de Portugal se chama eleia. Dela depende o destino de uma velha criada torturada por uma patroa que parou no tempo e acha que tudo tem que custar “10 réis como no tempo da Mamã”. Em “O Castigo”, de Alves Redol, o conhecimento e independência começam a surgir em um menino do campo, espécie de Miguilim português, injustamente castigado pelo mundo dos adultos, deslumbrado pelo contato com a natureza e aconchegado pelo afeto de um cachorro que enfrenta, com muita valentia, um boi bravo.

É interessante a seleção final, toda dedicada a três escritoras, jovens e inovadoras. Delas, incontestavelmente, Maria Judite de Carvalho, com “A Noiva Inconsolável”, é a mais moderna, a mais ágil, a que melhor aprendeu a lição dada por Katherine Mansfield, a esplêndida narradora de histórias curtas inglesa. Esquivando-se do envolvimento no sentimentalismo (que constitue a cilada mais perigosa para os escritores lusitanos e brasileiros), Maria Judite de Carvalho traça por trás de uma banal desilusão amorosa um quadro irônico da maledicência, da hipocrisia e da crueldade de um meio feminino constantemente alimentado por mexericos e intrigas.

Evidentemente, entre os 28 contistas, emergem sempre ilhas de talento num mar mais ou menos espesso de mediocridade. Essa antologia não poderia fugir a essa regra internacional. Entre os defeitos dos contistas portugueses destaca-se em primeiro lugar o pieguismo exemplificado por “Menina Olímpia e a Sua Criada Belarmina”, de José Régio, em que uma velha patroa arruinada e vestida ridiculamente é mantida secretamente por sua velha criada que pede esmolas na rua. Depois, a ausência de um sopro renovador que liberte a maioria dos contistas lusitanos de um enfoque literário pseudofilosófico, à maneira dos escritores de 1800, quando era moda Victor Hugo e Charles Dickens condoerem-se de seus personagens com seus leitores e exporem sua filosofia de vida em meio a figuras ocas de ficção. É o caso do conto de Fernando Namora, “Piquenique”, que adota o monólogo de uma solteirona solitária: “Todos tinham muitas coisas que dizer uns aos outros, menos eu. Sentia-me mal, leprosa, indesejada”. Finalmente, o excessivo regionalismo que caracteriza o estilo de muitas dessas histórias, tornando-as de difícil compreensão para o leitor brasileiro. Assim como é plenamente justificável que Guimrães Rosa tenha um glossário de termos brasileiros no final de seus livros editados em Portugal, seria compreensível que as edições futuras desses contistas definissem expressões do tipo “vem regar à despega”, “marrã no cortelho”, “Não é lá com os corticinhos de cores nem com os mitenes de máscaras… E a sra. Rosinha esmichou uma abelha mofina e tonta, que ainda lhe marinhou pelo braço”.

## Poetas portugueses. Versos e duas culturas reencontram seu ponto de união.

***Jornal da Tarde* 29/01/1983**

Dentre os vários malefícios de que padece o Brasil moderno há um que se salienta enormemente dos demais. É facilmente verificável: a partir da independência *política* de Portugal, o Brasil afastou-se, com raras ferocidade, estupidez e eficácia, da *cultura* e da *inteligência* portuguesas. Exacerbado, um nacionalismo estreito como que *condenou* a literatura de Portugal a um exílio que do Romantismo em diante tornou as duas nações de língua idêntica quase que totalmente *desconhecidas* uma da outra.

Sem dúvida, Fernando Pessoa é fartamente divulgado entre nós (será?). Também o neorealismo português igualmente se abeberou dos romances ditos sociais de Jorge Amado, antes de sua fase prostibular das Gabrielas e Tietas, como se contagiou do vigor do romance nordestino de um Graciliano Ramos ou de um José Lins do Rego.

É pouco. É pouquíssimo para o intercâmbio entre dois países que têm no idioma a sua matriz comum. Infelizmente, porém, o absurdo perpetuou-se numa tal ignorância brasileira dos fenômenos intelectuais portugueses que torna dúbia, pelo menos em parte, a eclosão do movimento Modernista de 1922 no Teatro Municipal de São Paulo. Obviamente, o aspecto revigorante e lúcido daquela *Semana* que durou três dias permaneceu fecundo até hoje, ao clamar por uma atenção dos artistas brasileiros para os nossos temas, sem macaquear as “novidades” chegadas da Europa como o esnobe e alienado *dernier cri*. Por outro lado, no entanto, o Modernismo eclodiu sobrecarregado de uma bagagem obsoleta já no Velho Mundo e pesada de “ismos” já caducos *outre mer* (como o Surrealismo, o Futurismo, o Cubismo, etc.), esquecendo - seria desconhecimento involuntário ou nacionalismo antiluso levado a um estado inquisitorial? - do grande movimento do Modernismo português que se tinha produzido antes da nossa Semana de 1922. Assim, deu-se o fato kafkiano de duas culturas gêmeas não existirem uma para a outra, como se pertencessem a duas galáxias diferentes e fossem mutuamente incompreensíveis.

Pois evidentemente o movimento de profunda renovação da revista *Orpheu* não podia ser negado pelos modernistas brasileiros nem o movimento da *Presença* sobreviria tão tarde (por volta de 1927) que nossos Andrades e demais nunca deles tivessem ouvido falar, depois da noitada desafiadora na pacata e burguesa São Paulo de 22 e do desenvolvimento ulterior do Modernismo entre nós. Teria sido muito mais abrangente que a Semana de 22 tivesse, ao lado de tantos “ismos” parisienses, catalães, italo-fascistas, etc. trazido notícia do extraordinário momento de renovação admirável que significa, em 1915, a união de poetas em torno da revista *Orpheu*: Fernando Pessoa, Mário de Sá-Carneiro, Raul Leal e o brasileiro Ronald de Carvalho, que participaria, em 22, da Semana paulistana. Se esta não podia, é claro, *prever* o desenrolar histórico de *Orpheu* que se deu com *Presença*, em 1927, certamente uma conclusão definitiva se pode tirar desse esquecimento do primeiro Modernismo português pelos modernistas brasileiros: o desmembramento cultural entre as duas Nações que se iniciara com o Romantismo agora abriria as portas para uma tendência aparentemente inevitável e diametralmente oposto aos anseios legítimos do Modernismo de 22. Isto é: o Brasil ao recusar suas feições culturais portuguesas, que eram *uma* das bases sem as quais não poderia haver nenhuma cultura no Brasil, tornou-se colonizado pela avassaladora deformação imposta pelos meios de comunicação norte-americana. Quer dizer: se Mário de Andrade tinha plena razão em defender um abrasileiramento da nossa Literatura e das nossas Artes e do nosso comportamento, *desprezar* totalmente o que tínhamos genuinamente *em comum* com Portugal significou simplesmente *descaracterizar* o Brasil.

Para não nos alongarmos demais neste assunto meridianamente claro e comprovável: se estávamos absolutamente certos em querer *deglutir* antropofagicamente a cultura européia e recusar-nos a escrever conforme a sintaxe e o léxico lisboetas, por outro lado erramos inconscientemente ao romper o contato vivo com a cultura e a literatura portuguesas. Em vez de imitarmos servilmente os modelos lisboetas - meta indesejável -, passamos ao extremo igualmente daninho, senão mais pernicioso: o de sermos *digeridos* pelos modelos norte-americanos que os meios de massa nos impõem como forma cabal de perda da identidade nacional, da qual, fundamentalmente, faz parte a nossa expressão básica em português. Sofremos, sem o saber, de um FMI da nossa inteligência.

O excelente poeta gaúcho Carlos Nejar, uma das supremas manifestações poéticas do Brasil de hoje, deu um passo importante rumo ao reatamento de relações culturais entre o Brasil e Portugal: selecionou uma antologia denominada *Poesia Portuguesa Contemporânea* (Editora Ohno-Kempf, São Paulo). Já anteriormente o intelectual português, radicado no Brasil João Alves das Neves, fizera uma escolha sensível e judiciosa, publicada em 1967 com o título de *Os Poetas Portugueses Modernos* (Editora Civilização Brasileira). A seleta de Carlos Nejar tem, a nosso ver, um álibi inaceitável: o de não incluir Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro, omissão que justifica dizendo: prende-se somente ao fato de já serem suficientemente conhecidos no Brasil. Justificativa que não nos convence de modo algum. Além disso, esquece-se de citar versos de Teixeira de Pacoais e, possivelmente, alarga demais o prisma de uma antologia ao recolher desde poetas da geração de 1915 até o presente. Para isso seriam necessárias outras antologias, como as que ele nos dá a esperança de estampar mais tarde. Qualquer seleção de poetas e poemas implica sempre, inelutvelmente, uma forte dose de subjetivismo; no entanto, Carlos Nejar revela ao público leitor brasileiro três ou quatro valores incontestáveis da moderna poesia lusitana. A começar de Vitorino Nemésio. Conhecido em alguns círculos no Brasil principalmente como romancista (*Mau Tempo no Canal*, notadamente), é como poeta de ressonância atemporal, que ele aqui nos comove e perdura em nossa admiração, logo ele que lamenta a temporalidade de tudo, debruçado sobre uma memória que se esgarça e celebrando estoico a morte trinufadora:

“O Pastor Morto”

“De madrugada a neve envidraçou-o.

Seus olhos rasos de um espanto podre,

As águias o mediram pelo voo

E se encheu de silêncio como um odre.

Cheirado dos carneiros atrevidos,

Úmido fica já no fio lilás.

Aquilo sim, é que se chama paz.

Ali, à serra e à morte todo ouvidos!

Lá vêm as flores da neve à sua cara

E seu rubor perdido copiado

Pelo extenso corar das ervas gordas.

Atravessa, atravessa os rolos frios

Do tempo, o nevoeiro, e o passo às hordas,

Dourado e podre sob os astros frios.”

“A Égua Velha”

“Pobre égua velha, minha vida,

Quem te dá água e feno?

Ou a teus cascos de mãe de tanto andar,

Que azeite doce?

A mosca é mais que abelhas

Na sarna da samarra ainda quente do trilho,

E o poldro do teu sonho ao longe,

Tão bonito, o teu filho!

Pobre égua velha, já de manta e tonta ao cabo

Entre uma corda e um cardo

Cuida que é milho um tojo!

Por barriga sem erva, no espinhaço sem fardo.

Vai um saco de rojo.

Égua baldia, os mais cavalos novos,

Cruzando-te no pasto, é coice bravo!

Pela estrela da testa de maratam

Os ciganos sem dó que te compraram

E de égua criadeira te tingiram:

Cria era a morte, - tudo o mais fingiram.

No ermo de relinchos ainda um passo

Te arredonda a garupa retardada;

Mas quem, pobre égua velha e sem comida?

O poço aonde e a água deseajada?

Sinal de terra mexida

Era da égua enterrada.”

“Requiescat”

“Direi, pela noite, não ódio que tivesse

Nem detestar vida corpórea e ninhos de manhã.

Mas meu alto cansaço, a tristeza de lá

Onde se sente o aqui traído, a falsa entranha.

Direi - não “fora” ao mundo que me cinge

(Outro onde o sei e como chegaria?)

Mas dos anos de ver, pensar durando

Retiro uma moeda de nada,

Fruto do meu suor, e pago o pão que se me deve.

Cumpro o silêncio que se me deve,

Por ter cumprido a palavra,

Trabalhado nas palavras,

E por elas merecido a terre leve.”

“O Canário de Oiro”

“Se deixo entrar este canário de oiro

Que me espreita e debica

(Eu que sou ossos, a gaiola,

Débil passarinho loiro!

Eu, professor como um menino de escola!)…

Pois sim: Canta. Fica.

E então, para que tudo em mim se honre e execute

(Voz, penas e dejectos

Do canário),

Dou-lhe, seus passeadores, os meus afectos,

As minhas veias duras para grades:

Dentro delas, contrário,

Ele se embeleze e lute.

Ah, que o canário é o meu sangue talvez!

Mas então isto que é? Que violino engoli?

Que frauta rude aveludou a minha noite?

Em que prato de cobre bateu o nó do açoite?

Tão exacto, meu Deus, só vibrado por ti.

Musical, todo fogo, em mim me vou e expando;

Cada lágrima cai de mim como harmonia:

De quatro em quatro, vão a minha dor jogando

Essas lágrimas vãs no tapete do dia.

Que sérias são estas coisinhas de soar,

Poetas que vos is,

Soldados velhos,

Escolhendo na morte uma farda e um lugar!

Somos aqueles imbecis

Desenvolvidos nos espelhos,

Ai, nos espelhos paralelos,

Da sala onde um de nós é sozinho a cantar!

Estamos fumados, amarelos,

De tanto ler e delirar.

Inúteis, fôssemos poetas,

Quero dizer: como as cascas cor de laranja ou alvas de ovo,

Que não são nem laranja nem ovo:

Ainda se havia de ver

Se as podridões quietas

Não são o sal e o renovo.

Que água trouxe do céu meu diapasão de ferro?

Que milhafre criou minha carne em seu bico?

A mão qual foi que me rasgou no erro,

Mulhr, o coração que te dedico?

Quem era aquele de quem tirei o sangue forte,

Esta pequena música corrente?

A vela mamou-a a morte,

Que engorda à custa da gente.

Quem era aquela mulher de branco

Que tinha os seios fortificados

E o ventre puro de onde arranco

E os altos olhos separados?

A de fogo e de fel, reclusa e encordoada?

A que nunca toquei, porque estava selada?

E o anjo bravo, só lume, o outro sujeito,

Em que chama tocou sua asa desabrida?

Que maçarico foi que lhe platinou o peito

E o deixou em ferida?

Perguntaria,

Se esfinges mais houvesse.

Em que sal se tornou a que se deu por Maria

E me prometeu o que eu quisesse?

Ah, aves de parabólica plumagem,

Anjos de matéria nenhuma e de toda a arrogância,

Mulheres e homens de que so a última viagem

Começada no mar que me salgou a infância!

Ah, ovo que deixei, bicado e quente,

Vazio de mim, no mar,

E que ainda hoje dee boiar, ardente Ilha!

E que ainda hoje deve lá estar!

Ah, Sete Espadas, minhas primas,

Estrelas nítidas e diversas,

Piões, pombas, baraças, e até as Sras. Simas

Todas quatro alteando as suas toucas perversas!

Onde? quando? já? outra vez? ou ainda não?

O tempo gasta a minha voz como se fosse o seu pão.

É ele, é ele, o que tem tudo escondido.

Ele o que A desviu e A violou no vento,

Ele o que fez de mim o menino perdido

E me deua a navalha com que me fiz violento!

Ele leva para o alto as cordeiras e come-as,

Ele esconde no vale os lobos reduzidos.

Ele pede-nos as coisas emprestadas e some-as,

Eles gasta-nos a voz, os olhos e os ouvidos.

Tempo, ladrão, dá-me conta do fardo:

As saudades práli! as promessas práli!

O que te vale é o escuro! eu ainda ardo;

Minhas estopas são embebidas por ti.

Ai, a cordeira preta, a do veio maior,

Um palmo de gemido, onde a terias posto?

Tinha os galinhos entre a lã: é melhor

Desenriçá-los do meu desgosto.

Tempo, molde de todos os lugares,

Pegada de quem desaparece.

Esquema de bocejos e esgares,

Frio de tudo o que arrefece.

Tempo que levas meu Pai morto,

Com catorze cavalos, todos de músculo solar,

E, para o ano, quinze! e crescendo! e ele absorto!

E os cavalos cada vez mais empinados!

Morto…

Com que jarrete ou asa o hei-de eu alcançar?”

Antonio Botto é, *mutatis mutandis*, uma espécie de Kaváfis português, que terminou sua vida inquieta no Rio de Janeiro, à mingua de recursos, marginalizado pela sociedade por sua opção sexual divergente da sancionada pela maioria, como Kaváfis ou os espanhóis García Lorca ou Cernuda. Não que se trate absolutamente de um grande poeta. Como ressaltou corajosamente Jorge Luís Borges, o próprio García Lorca teve a sua obra alçada a alturas promocionais pela esquerda *enragée*, mas se o covarde assassinato de que foi vítima, o calor e generosidade da sua personalidade humaníssima o tornam extremamente respeitável, já sua obra pode ser posta em dúvida quanto à perenidade de seus versos. Antonio Botto celebra, em tom menor e meramente alusivo, como Kaváfis, o amor “que não se atreve a pronunciar seu nome”, como dizia Oscar Wilde em seu famoso discurso perante os tribunais vitorianos de Londres que o condenaram ao cárcere. No entanto, essa celebração de amores fugidios, meros desejos carnais saciados *en passant*, é que distingue a nota inconfundível do poeta português que Carlos Nejar acolhe com a transcrição entre outros, dos poemas denominados *“Canções”*, como, por exemplo:

“Não. Beijemo-nos apenas,

Nesta agonia da tarde.

Guarda -

Para outro momento,

Teu viril corpo trigueiro

O meu desejo não arde

E a convivência contigo

Modificou-me - sou outro…

A névoa da noite cai.

Já mal distingo a cor fulva

Dos teus cabelos, - És lindo!

A morte

devia ser

Uma vaga fantasia!

Dá-me o teu braço: - não ponhas

Esse desmaio na voz.

Sim, beijemo-nos apenas!,

- Que mais precisamos nós?”

Essa mesma superficialidade e essa mesma facilidade, no sentido negativo do termo, são típicas de Antonio Botto. É raro ele atingir um tom estilisticamente menos imperfeito e filosoficamente menos fútil. Como Florbela Espanca, ele no máximo consegue dizer, o que, reconheça-se, não é muito, é um discurso retórico, de efeito, mas esquecível como:

“Querer-te mal, por quê? - Foste quem eras:

Um corpo gentilíssimo, perfeito,

Que se amoldava ao meu e a qualquer jeito

No pântano de todas as quimeras!

Que culpas tinhas tu se ainda esperas

O lugar prometido aqui no peito

E sais da minha vida e do meu leito

Com a simplicidade que trouxeras?

A culpa tenho-a eu que fui um triste

A desejar no alto do meu sonho

Beijar a perfeição que não existe.

Fui esta coisa inútil, complicada,

- Não me encontrando aonde não há nada.”

Martins Fontes, em seus piores momentos “filosóficos”, não diria melhor com respeito à dialética da felicidade e do ser humano…

Para futuras edições dessa desbravadora *Poesia Portuguesa Contemporânea*, seria fecundo que Carlos Nejar meditasse sobre a inclusão de versos enfeixados em outra antologia. Trata-se da *Antologia* em dois volumes organizada por M. Alberta Meneres e E. M. de Melo e Castro (Círculo de Poesia, Moraes Editores, com o patrocínio da Secretaria da Cultura, Lisboa, 1979). Dessa maneira, vários poetas que gozaram da paciência e da benevolência do selecionador gaúcho cederiam lugar a outros menos cultores da grandiloquência e de um involuntário *kitsch* na pior “tradição” pseudopoética ocidental.

Carlos Nejar acerta, porém, quando dá espaço a Alenxandre O’Neill, indubitavelmente uma das figuras mais irreverentes e interessantes da poesia que se faz atualmente em Portugal. Poucos exemplos demonstram a que ponto Alexandre O’Neill é, no melhor sentido da palavra, sofisticado, cosmopolita, irônico e frequentemente magnífico poeta:

“Guichê 1”

“Quando o burocrata trabalha é pior do que quando destrabalha:

antes quero esperar, aquém guichê, que ele

discuta toda a bola ou pedal que tem para

discutir com os destrabalhadores dos seus colegas;

antes quero esperar pelo meu burocrata

do que ter a desilusão de o ver trabalhar

para mim mal eu chegue.

Isso custa-me pés e cotovelos, cãibras e

suspiros, repentinos Ódios vergos,

projetos de cartas a diretores de vespertinos,

mas se o meu burocrata assomasse à copa do papel selado

e me convidasse, ato contínuo, a dizer ao que vinha pelo higiefone,

da boca não me sairia um pedido, mas um regouço,

e eu teria de ceder a vez

ao cigarro que me queimasse a nuca.

é preciso exercer a paciência e cultivar a

doçura do canteiro do rosto,

enquanto o burocrata destrabalha.

Geralmente não serce de nada pigarrear ou dizer com voz passadeira

“Fazmobséquio”.

Levantar-se-iam, além guichê, as sobrancelhas de, pelo menos, três sujeitos.

Melhor será começar pelo globo que pende do tecto

e que é um olho vazado sobrepujando a cena.

Melhor será observar como a mosca dos tinteiros

nele pousa as patinhas escriturárias.

Depois (lição de coisas!) baixar os olhos para o calendário mural

e ver quantas cruzes a azul ainda faltam

para ir enquadrar noutra parede

um calendário perpétuo parado um mês atrás.

Também aqui há zelo e desmazelo.

Também aqui falta o tempo e sobra o tempo.

Por certo é o mantenedor do calendário em dia

o que está a vir para estes lados.

Já olhou para mim. Sorrio-lhe. Passou.

Volto ao globo e, geografia cega,

Pergunto aos meus botões: “Onde será Paris?”

Mas não é o terráqueo. É um abafador

Que trago desde a infância e não abafou népia.

Rompeu-me a algibeira e não abafou népia.

Curvo-me, enfio a cabeça pelo guichê e, num assomo,

Comando em voz clara e alta: TODOS AOS SEUS LUGARES!

Quebrei o encanto!

Os burocratas que destrabalhavam correm para mim à uma.

Trêmulo de prazer, pergunto a um deles: “É o senhor o *meu*?””

Lembrando a galhofice e a graça desenvolta dos primeiros poemas de Carlos Drummond de Andrade, Alexandre O’Neill sabe também, à semelhança do poeta mineiro, zombar da sua própria angústia existencial e auto-retratar-se de forma caricatural como o *gauche* de Itabira:

“Auto-retrato”

“O’Neill (Alexandre), moreno português,

cabelo asa de corvo;; da angústia a cara,

nariguice que sobrepuja de través

a ferida desdenhosa e não cicatrizada.

Se a visagem de tal sujeito é o que vês,

(omita-se o olho triste e a testa iluminada)

o retrato moral também tem os seus quês

(aqui uma pequena frase censurada…)

No amor? No amor crê (ou não fosse ele O’Neill!)

e tem a veleidade de o saber fazer

(pois amor não há feito) das maneiras mil

que são a semovente estátua do prazer.

Mas sofre de ternura, bebe demais e ri-se

do que neste soneto sobre si mesmo disse…”

Essa parentela de posição diante do mundo com Carlos Drummond de Andrade torna-se mais vincada à medida que Alexandre O’Neill mistura desdém com meditação auteticamente permeada de angústia e luminosa descrença:

“Animais Doentes”

“Animais doentes as palavras

Também elas

Vespas formigas cabras

De trote difícil e miúdo

Gafanhotos alerta

Pombas vomitadas pelo azul

Bichos de conta bichos que fazem de conta

Pequeníssimas pulgas uma sílaba só

Lagartos melancólicos

Estúpidas galinhas corriqueiras

Tudo tão doente tão difícil

De manejar de lançar de provocar

De reunir

De fazer viver

Ou então as orgulhosas

Palavras raras

Plumas de cores incandescentes

Alto gritos no aviário

E o branco sem uso

Imaculado

De certas aves de solidão

Para dizer

Queria palavras tão reais como chamas

E tão precárias

Palavras que vivessem só o tempo de dizer a

sua parte

No discurso de fogo

Logo extintas na combustão das próximas

Palavras que não esperassem

Em sal ou em diamente

O minuto ridículo preciso raro

De sangrar a lua a gota de veneno

Cativa das entranhas ociosas.”

Fruto provavelmente do período fascista da ditadura salazarista são os versos intitulados:

“Perfilados de Medo”

“Perfilados de medo, agradecemos

o medo que nos salva da loucura.

Decisão e coragem valem menos

e a vida sem viver é mais segura.

Aventureiros já sem aventura,

perfilados de medo combatemos

irônicos fantasmas à procura

do que não fomos, do que não seremos.

Perfilados de medo, sem mais voz,

o coração nos dentes oprimido,

os loucos, os fantasmas somos nós.

Rebanho elo medo perseguido,

já vivemos tão juntos e tão sós

que da vida perdemos o sentido…”

Embora a antologia brasileira dos poetas portugueses não omita o longo e importante poema de Alexandre O’Neill, “A Pluma Caprichosa”, é pena que dela não constem os versos deliciosos que ocultam-mal-a-melancolia e o ceticismo terno deste poeta que exemplifica, em Portugal, o sentimento do mundo contemporâneo:

“Inventário”

“Um dente d’ouro

A rir dos panfletos

Um marido afinal ignorante

Dois corvos mesmo muito pretos

Um polícia que diz que garante

A costureira muito desgraçada

Uma máquina infernal de fazer fumo

Um professor que não sabe quase nada

Um colossalmente bom aluno

Um revólver já desiludido

Uma criança doida de alegria

Um imenso tempo perdido

Um adepto da simetria

Um conde que cora ao ser condecorado

Um homem que ri da tristeza

Um amante perdido encontrado

Um gafanhoto chamado surpresa

O desertor cantando no coreto

Um malandrão que vem pé-ante-pé

Um senhor vestidíssimo de preto

Um organista que perde a fé

Um sujeito enganando os amorosos

Um cachimbo cantando a marselhesa

Dois detidos de fato perigosos

Um instantinho de beleza

Um octogenário divertido

Um menino coleccionando estampas

Um congressita que diz Eu não prossigo

Uma velha que morre a páginas tantas.”

A esse aspecto desesperançado da sua poesia aparentemente apenas “para consumo”, O’Neill soma outro lado francamente cômico senão agudíssimo de captação da realidade codificada que espelha para o leitor em toda a sua estultice pré-programada e inerte:

“E Tinh’rrazão”

“Ainda meu Silva, estuda-m’aleção,

vêsse-te instruz, rapaj, qu’ainstrução

é dosprito upão!

Ou querch ficar para sempre inguenorantão?

Poin os olhos no Silva teu irmão.

Pensass talvês que não le custou, não?

Mas com’é qu’êl foi pdir aumentação

au patrão?

E tinh’rrazão…”

Poeta que colhe no banal cotidiano o grotesco de vidas baças, inteiramente votadas à mediocridade do passado, do presente e do futuro. O’Neill repassa-as de um tom aparentemente impávido, como se fosse o mero registro ou espelho dessa nulidade, mas passo a passo deparamos, claramente, com um sorriso de mofa mal velado em seus versos “práticos” e considerados “antipoéticos” pelos que esperam da poesia a “Elevação dos Sentimentos”, sem perceber que ela subjaz a cada verso de Alexandre O’Neill, ao recusar para seus semelhantes objetivos tão castradores de cada autenticidade suicida:

“Aproveitando uma aberta”

“Ó virgens que passais ao sol-poente”

Com esses filhos-família,

pensai, primeiro, na mobília,

que é mais prudente.

Sim, que essa qualidade,

Tão bem reconstituída,

nem sempre, revirgens, há-de

proporcionar-vos a vida

que levais.

Se um tolo nunca vem só,

quando não vem, não vem mais

ou vem, digamos, por dó…

E o dó dói como um soco,

até mesmo quando parte

de um tolo que a vossa arte

promoveu de tolo a louco.

Eu, quando digo mobília,

digo lar, digo família,

e aquela espiada fresta,

aberta, patente, honesta,

retrato oval da virtude,

consoladora do triste,

remanso beatitude

para o colérico em riste.

Assim, sim, virgens sensatas!

(Nos telhados só as gatas…)

Pensai antes na mobília,

Honestas mães de família,

E aceitai respeitos mil

Do vosso

Alecxandre O’Neill!”

Dois poemas finais marquem o talento sincopado, atual, da poesia de O’Neill:

“A Central das Frases”

“… já te disse que são os do primeiro…

… e afinal não pudemos telefonar…

… ai nem queiras saber o engenheiro…

… se me dão licença eu vou contar…

… penses nisso era só o que faltava…

… não as outras duas é que são as tais…

… mas o senhor presidente autorizava…

… na avenida centenas de pardais…

… de facto muito inteligente…

… ó filha por aqui fazes favor…

… que veio ontem p’ra falar co’a gente…

… é mesmo lá ao fim do corredor…”

“Sonetos Garantidos”

“Sonetos garantidos por dois anos.

e é muito já, leitor, que mos compraste

para encontrar a alma, que trocaste

por rádios, frigoríficos, enganos…

Essa tristeza sobre pernas faz-te

temeroso e cruel e tonto e traste.

Nem pior nem melhor que outros fulanos,

não vês a Bomba e crês nos marcianos…

E é para ti que escrevo, é para ti

que um verso lanço - ó mão cmo o destino,

ne’l ponho mesura, desatino,

rasgo, invenção, lugar-comum, protesto?

Antes para soldado ou para resto,

escroto de velho, ronco de suíno…”

Há, é lógico, outros poetas e poetisas que não cabem na exiguidade de um artigo de jornal. O decisivo é saber que a grande poesia portuguesa multissecular resistiu a todo estrangeiramento que lhe quiseram impor por patrulhas ideológicas da esquerda stalinista ou pela censura fascista de um governo que findou ao eclodir a poética revolução dos cravos, símbolo da libertação das “províncias ultramarinas” da hipocrisia salazarista e do próprio povo português. Portugal, no Brasli atual, foi alijado das aulas, dos livros de leitura, em prol de um “nacionalismo” xenófobo e emburrecedor e sua voz só nos chega de longe, “neutra” como se viesse da Lapônia ou da Sardenha. A realidade pujante da poesia portuguesa nega, porém, a mediocridade inculcada por dois governos durante tantas décadas. Bastariam os três poetas supremos da atualidade portuguesa, Teixeira de Pascoais, Mário de Sá-Carneiro (morto aos 26 anos de idade!) e o multiforme gênio universal de Fernando Pessoa para legitimar uma intuição profunda que o grande profeta poético descrevera como lúcido visionário no início deste século:

“A ideia de uma Pátria anterior

À forma consciente do meu ser

Dói-me no que desejo, e vem bater

Como uma onda de enconrtro à minha dor…

Algumas obras, ainda, como exprimem coisas fundamentais da mentalidade de seu país, ou da civilização a que ele pertence, duram tanto quanto dura aquela civilização: essas alcançam a idade adulta da glória univeral. Mas outras duram além da civilização, cujos sentimentos expressam. Essas atingem aquela maturidade de vida que é tão mortal como os deuses, que começam mas não acabam, como acontece com o tempo; e estão sujeitas apenas ao mistério final que o Destino encobre para todo o sempre…”

## Um encontro de Portugal e Brasil. Sobre a liberdade.

***Jornal da Tarde* 26/10/1984**

Para um encontro entre escritores de Portugal e do Brasil, os longos discursos são o agrotóxico mais certo para matar a tenra planta que se quiser cultivar. Depois, é preciso que a platéia jovem tenha um mínimo de respeito democrático pelo direito de outros quererem ouvir o que os escritores dizem. Não é legal - em qualquer sentido do termo - que suas vozes sejam abafadas pelo burburinho de dezenas de estudantes falando mais alto, na platéia, que os convidados, de microfone em punho, e educadamente perplexos no palco.

Com exceção desses senões corrigíveis, a iniciativa da Faculdade Cásper Líbero, inaugurada com um excesso de pompa, na segunda-feira desta semana, poderá ser realmente o início de um intercâmbio fecundo e útil. Por enquanto, vieram a São Paulo dois dos romancistas e contistas portugueses - Baptista Bastos e José Cardoso Pires -, devendo juntar-se a esses nomes o de Joel Serrão, esperado para o encerramento, hoje à noite, no auditório do Masp, na avenida Paulista, deste sonhado intercâmbio. É pena que, no entanto, em parte, ele se transformou no atrito entre uma platéia deseducada e desinteressada e a tentativa de trazer ao Brasil alguma noção do que se passa na literatura e na imprensa portuguesas.

Este I Encontro Luso-Brasileiro de Literatura e Jornalismo teve outros atrativos, além da folclórica *couleur locale* da má educação juvenil: foi, seguindo a moda talvez do Grupo Sérgio, um churrasco corrido. Incluiu amuos pessoais de poetas que vieram a púlbico chorar a incompreensão e a injustiça de certos críticos de literatura; abarcou aulas sobre a própria grandeza (felizmente só balbuciadas diante de um microfone e uma *corbeille* de flores, que fizeram as vezes de lago improvisado para um Narciso míope). Deixou farpas delicioasas de escritores que consideravam um poema do Nordeste acometido da loucura de se julgar, grotescamente, um “Rimbaud tropical”. Até declamações ofereceu. E o calor humano, a espontaneidade de Lygia Fagundes Telles, falando sobre a origem de *Ciranda de Pedra* e *As Meninas* e a ligação desses seus livros com a sua vida. Foi o seu humor que despertou uma parte da platéia que gostosamente cochilava com os elmos de motocicletas carinhosamente a resvalar para o chão a qualquer momento.

Baptista-Bastos conseguiu logo deixar a timidez de lado para relatar a sua experiência de jornalista e escritor de mais de meia dúzia de livros muito bem recebidos em Portugal (*Elegia para um Caixão Vazio*, da Editora O Jornal, *Cão Velho Entre Flores*, da Editora Europa-América, e *Cidade Fria*, da Editora Futura). Referindo-se à sinistra “síndrome da censura salazarista”, se a pudermos chamar assim, recusou nitidamente “a liberdade escoltada, fardada”. Reconhecendo-se “um filho da liberdade do dia 25 de Abril”, a Revolução dos Cravos que instaurou a democracia em Portugal, depois de quase meio século de imbecilização intelectual dirigida pelo ditador e seus sequazes, rendeu uma homenagem ao Brasil, “pátria de refúgio e resguardo” para numerosos portugueses a fugir do império da estultice instituída. Em seguida reconheceu que o jornalista “arrisca nao só a sua opinião como a sua própria vida de 24 em 24 horas” em um regime tirânico.

- A imprensa ainda não goza de liberdade total. Mesmo se a censura deixou de existir como tal, existe a censura insidiosa da supressão de informações, a preferência pelos jornalistas medíocres por muitos, órgãos de imprensa, há ainda excesso de informações disricionárias impressas, tornando-a assim uma imprensa manietada e manipulada.

É de opinião que os cronistas da era dos descobrimentos marítmos portugueses, como Fernão Mendes Pinto, são jornalistas de seu tempo e lamentou que os professores universitários em Portugal anda não tivessem estudado a história do país e do próprio jornalismo em textos como esse e nos de Herculano, Garret e outros. E fez rir diante de tanta cegueira o juízo que El-Rey D. Manuel fizera da carta de Pero Vaz de Caminha, um texto pornográfico, a relatar amiudadamente as nudezas das índias da ilha de Vera Cruz. Além de citar os grandes escritores jornalistas como Norman Mailer, de *Os Nus e os Mortos*, o Hemingway e seu diário de viagens pelos continentes salpicado de romances ambientados na África, da Espanha, em Paris, no Caribe, etc. Concordou com André Malraux quando este declarou que a imprensa tem de satisfazer a sede de imaginário do leitor.

José Cardoso Pires, mais conhecido do público brasileiro por sua intensa e reconhecidamente magistral série de livros como *O Anjo Ancorado*, *O Delfim*, *Balada da Praia dos Cães* e outros foi além de seu colega. Emitiu sua avaliação pessoal de tais encontros: permitem que os portugueses e brasileiros, como povos, não tenham um do outro imagens estereotipadas, pobres, que são precisamente as imagens inquestionáveis que certos interesses lutam para manter intactas, a fim de que não se conheça a realidade mais complexa de cada um.

Em 400 dos 500 anos de existência da imprensa de Gutenberg, sempre houve repressão cultural em Portugal.

O romance neorealista lusitano, sob o terrorismo da repressão salazarista, desenvolveu sinais semânticos próprios para oferecer uma resistência ao totalitarismo. Com pesar, pensou nas incontáveis obras mutiladas, jogadas na fogueira da Inquisição pelo Santo Ofício ou por ele esquartejadas em nome de Deus, da Pátria e da Família. Assim, as relações tanto da imprensa quanto da literatura portuguesas, para ele, caracterizavam-se por serem relações de medo, a relação entre o carrasco e a vítima, o que escreve e o que censura. A famosa frase de Salazar, segundo a qual em Portugal já não havia necessidade de censura, porque todos os jornalistas escrevem fiéis ao interesse nacional, lamentou, levou a uma auto-censura insana.

Criou-se ao lado da literatura ou jornalismo escritos toda uma interpretação secreta paralela. Não há distinção entre os dois gêneros, o jornalismo e a literatura, opinou: tal divisão é obra de catalogadores ociosos que forjaram esse Tratado de Tordesilhas falso entre os textos. Essa concepção elitista não corresponde à realidade, é um resto carcomido da querela dos gêneros, é um vício dos estereótipos que leva à necrose da linguagem. E citou João Gaspar Simões, possivelmente o maior crítico que Portugal já teve e suas críticas literárias divulgadas pelo *Diário de Lisboa* ou o *Diário de Notícias*, capazes de atingir um público imenso, espalhado pelas mais recônditas províncias e permitindo um consumo democrático, autenticamente popular da literatura e da cultura, sem rebaixar seu nível ao popularesco ou ao comercial/conformista.

Hoje, em Portugal, poetas novos publicam seus livros com tiragens de 10 mil exemplares, um feito não conseguido nem pelos poetas estreantes da Inglaterra, da França, da Itália ou de outros países europeus, ressaltou. Pires finalizou de forma lapidar: o jornalismo e a literatura, quando são bons, é lógico, descentralizam o monopólio da cultura exercido pelos grandes centros. Ajudam a debelar a “desimaginação ambiente”, pois representam, nos casos melhores, um eficaz e duradouro elemento de resistência ao obscurantismo mental, ao embotamento de mentes e corações, aos quais se nega o acesso à verdade.

Capítulo II

# Fernão Mendes Pinto

## A fascinante aventura do Marco Polo português

***Jornal da Tarde* 06/08/1983**

Fernão, mentes? Minto! Fernão Mendes Pinto, autor português do século XVI, não escaparia nunca mais a este gracejo, para sempre ligado, ironicamente, a seu nome. Nem neste ano em que se comemoram os 400 anos de sua morte (1509? - 1583), deixou a companhia de teatro de Cascais, em Portugal, em visita recente ao Brasil, de armar toda uma peça em torno a este mote, de que participam, seriamente, historiadores e pesquisadores eruditos ilustres, de várias nacionalidades. Embora publicada postumamente, sua obra longuíssima, a *Peregrinação*, é criticada como sendo fantasiosa, mentirosa, falsa, cheia de erros factuais ou passagens inventadas, tantas são as incorreções evidentes que nela pululam.

Seus ardorosos defensores menosprezam tais bagatelas: como um homem que passou 21 anos da sua vida aventureira nos paises longínquos do Extremo Oriente não cometeria enganos quanto a datas, lugares, pessoas, eventos, já recolhido a Portugal, recordando apenas tudo que lhe acontecera décadas antes? Marco Polo, o grande viajante italiano, por acaso não cometera deslizes tão ou mais graves do que o cronista português?

A batalha em torno da autenticidade maior ou menor desse relato que enche mais de mil páginas interessa pouco à literatura. Fernão Mendes Pinto pode, sem dúvida, não ter o rigor e muito menos a cultura erudita de um historiador que escreve sobre a Ásia, como João de Barros. Em compensação, nada tem do estilo duro, seco, deste *scholar* seu tanto arrogante. E se não teve nenhum renome, em vida, como escritor ou narrador de viagens, pelo menos divide com o obscuro Diogo do Couto e suas *Décadas* sobre a colonização lusitana na Ásia a franqueza, a honestidade de relatar fatos desabonadores a respeito de seus compatriotas, conduzido, porém, por um patriotismo e por uma contínua demonstração de fé católica que, pelo menos, o salvou dos rigores - severíssimos - da Inquisição da Igreja Católica, que não perdoou nem mesmo os nomes maiores do seu século, o Quinhentismo, como Camões e o Padre Vieira, cujas obras-primas sofreram a tesoura da Censura eclesiástica.

Fernão Mendes Pinto impressiona, ainda hoje, por aquilo por que a literatura hispano-americana - como os cubanos Alejo Carpentier e Lezama Lima, o argentino Jorge Luís Borges, oe mexicanos Rulfo e Arreola e o colombiano García Marquez - se impôs, nas últimas décadas: o seu *merveilleux exotique* ou, em jargão dos que falam o critiquês, o “realismo maravilhoso, mágico”, de abolição do real, do racional, em prol da imaginação delirante e do encantamento que acompanham uma natureza luxoriosa nos trópicos. Fernão Mendes Pinto frequentemente descreve paisagens asiáticas deslumbrantes, assim como ainda hoje deixam atônitos os ocidentais as visões dos templos de Angkor-Vat, os rituais eróticos iniciáticos do Tantra-yoga indiano ou os feitos paranormais dos monges tibetanos. A descrição que faz das novidades que vê é viva, gráfica, de um barroquismo cintilante, salpicada de pormenores exóticos referentes a línguas e costumes desconhecidos na Europa:

“Estes quatro moços e o Mitaquer, que era o que nos guiava, passaram d’aqui por um corredor armado sobre vinte e seus colunas de bronze, e d’elle entrámos e uma grande sala de madeira, como terecena, na qual estava muita gente nobre, em que havia alguns estrangeiros mogores, e persios, berdios, calaminhans, e bramás do Sornau rei do Sião. E passada esta casa, em que não houve detençã de cerimônia nenhuma, chegámos a outra, que se chamava Tigihipau, na qual também havia outra grande soma de gente, porém estava armada, e toda em pé, a qual, posta em cinco fileiras, tomava todo o comprimento da casa, e toda esta gente tinha seus traçados guarnecidos de chaparia de ouro postos às costas.

Aqui detiveram o Mitaquer um pouco, fazendo-lhe, com muitas cerimônias, algumas perguntas, e dando-lhe juramento sobre as maçãs que os quatro moços levavam, o qual elle tomou em joelhos, beijando o chão por três vezes.

E com isto lhe deram entrada por poutra porta, que estava defronte, e chegámos a um grande terreiro, feito em quadra, como criasta (claustro) de um convento, no qual estavam quatro fileiras de estátuas de bronze, em figura de homens, a modo de selvagens, com maças e coroas do mesmo, porém, tudo cozido em couro, os quais ídolos ou gigantes, ou que quer que eram, tinham de altura vinte e sete palmos e seus de largo nos peitos, eram nos semblantes assaz feios e mal assombrados, com cabello crespo e feito em grenhas a modo de cafres; e perguntando nós aos tártaros pela significação d’aquellas figuras, nos disseram que eram os trezentos e sessenta deuses que fizeram, os dias do anno, para que em todos elles a gente continuamente os venerasse, pelo benefício da creação dos frutos que n’elles a terra produze, os quaes o rei tártaro ali trouxera de um grande templo chamado Angicamoi que tomára na cidade Xipatom, na capella dos jazigos dos reinos da China, para triunfar d’elles, quando embora tornasse para sua terra, por que se soubesse por todo o mundo, que, apesar do rei da China, lhe cativára os seus deuses.

Neste terreiro, que digo, entre um laranjar, que no meio d’elle estava, cercado de uma latada de era alecrim e roseiras, com outras muitas diversidades de ervas e flores, que não há n’esta nossa Europa, estava uma fantástica tenda, armada sobre doze baluastres de pau de cânfora, enxerido cada um d’elles em quatro troços de prata, a modo de cordões de frades, mais grossos que um braço, dentro da qual tenda estava uma tribuna rasa, a modo de altar, guarnecida toda em roda de folhagem de outro muito fino, com um guarda-pó por cima a modo de sobrecéu, marchetado de muitas estrellas de prata e com o sol e a lua e algumas nuvens, umas brancas e outras da côr d’aquellas que aparecem quando chove, todas feitas de esmalte, com tanto artifício, e tanto ao natural, que quasi se enganavam os olhos com ellas, parecendo-lhe que traziam agua, e tudo o mais perfeito, assim na proporção, como na pintura.

No meio d’esta tribuna estava uma grande estátua de prata, deitada em um leito do mesmo metal que se chamava Abicau Nilancor, que quer dizer deus da saúde dos reis, que também se tomára no templo de Angicamou, de que atrás fiz menção, e ao redor d’esta estátua estavam trinta e quatro ídolos, do tamanho de meninos, de cinco até seis annos, postos todos, por duas fileiras, em joelhos, e com ambas as mãos levantadas para ella, como qautro moços muito gentis-homens, e ricamente vestidos, que com seus incensários, a rodeavam de fóra de dous em dous, os quaes ao som de certas pancadas que se davam em um sino, se prostravam por terra, e se incensavam uns aos outros, dizendo em voz alta, como quem canta entoado: - Hixapu alitau xucabim tami tami ora pani maguo - que quer dizer - chegue a ti nosso brado, assim como cheiro suave, por que nos ouças.

Em guarda d’esta tenda, estavam sessenta alabardeiros, que, afastados um pouco d’ella, a cercavam toda em roda, os quaes estavam vestidos de couro verde escudado, com suas celadas ricas e bem lavradas nas cabeças, o que, tudo junto, é um espetáculo assaz formoso e de grande majestade”.

Fernão Mendes Pinto não assinala apenas os traços que qualquer viajante europeu de 1500 assinalaria como “bárbaros”, pois não se conformava com os regulamentos da Europa. Imparcialmente, transcreve com fidelidade um sem-número de observções dos povos asiáticos que deixam transparecer a acuidade e perspicácia de suas reflexões. Um exemplo típico é a indagação do rei dos tártaros ao saber que o reino de onde provinham os visitantes de sua terra era rico, muito grande e poderoso: “Que é o que vindes buscar a ess’outra (terra)? Por que vos aventuraes a tamanhos trabalhos?”, arrematando com esta judiciosa conclusão: “Conquistar esta gente terra tão alongada (tão distante) da sua pátria, dá claramente a entender, que deve de haver entre elles muita cobiça e pouca justiça”. Recebendo como resposta do velho rajá que lhe estava ao lado a confirmação sábia: “Assim parece que deve ser, por que homens que por indústria e ingenho voam por cima das pagas todas, por adquirirem o que Deus lhes não deu, ou a pobreza d’elles é tanta, que de todos lhes faz esquecer a sua pátria, ou a vaidade e a cegueira que lhes causa a sua cubiça é tamanha que por ella negam a Deus e a seus pares”.

Ou a resposta sucinta que o conquistador e navegante Antônio de Faria obteve de representantess tidos por “pagãos” e “ignaros” sobre compreensão que tinham do mundo. “A que responderam que a verdadeira verdade de toda a verdade era terem e crerem haver um só Deus todo poderoso, o qual assim como tudo criará, tudo conservava, mas que se o nosso intendimento às vezes se embaraçava na desordem e desconformidade de nossos desejos, não era da parte do Creador, em que não podia haver imperfeição, senão da parte do pecador, que por ser impaciente, julgava segundo o humor do seu mau coração” - uma meditação mística que Bernard de Clairvaux, Meister Eckhart e, modernamente, Martin Buber, já tinham expresso de formas diferentes, ao se referir ao “eclipse de Deus” diante da pequenez do ser humano.

É crível que Fernão Mendes Pinto tivesse um sucesso fulminante, quando sua obra foi publicada, depois da sua morte. Toda a Europa comentava a novidade das regiões visitadas, a maravilha dos costumes orientais, com seus jazigos de ouro para bonzos e deuses, seus piratas crudelíssimos, sua organização administrativa surpreendentemente avançada como a de Pequim, todo o embate de uma força colonizadora europeia, em frágeis barcos, a unir, com seus primeiros contactos com um mundo anteriormente fechado, aquele que seria o planeta interdependente de hoje.

Sobressai claramente da leitura fascinante desta *Peregrinação* a noção de que os portugueses não foram apenas os que primeiro puseram pé no atual Japão, muito antes do comandante Perry, dos EUA, há apenas 130 anos. Também foram o primeiro povo a deixar crônicas de seus contactos com outras culturas sem par na história do colonialismo europeu. Por certo, nem os portugueses deixaram de sacrificar à sua cobiça as riquezas do Brasil, de Angola, de Moçambique; no entanto: Cortés deixou relatos tão impressionantes das culturas indígenas que encontrou no México, ou Pizarro mencionou sequer a cultura inca dos países da América do Sul que conquistou para a Espanha? No entanto, ao contrário dos ingleses, franceses, belgas, holandeses, alemães, foram os portugueses que, a par do saque material indubitável, não instituíram o desprezo racial e cultural como premissa ou preconceito em seu contato com povos não provenientes da Europa.

Esta *Peregrinação* registra passos sumamente interessantes do contato entre conceitos diferentes de cultura, de religião, de vida, 400 anos atrás. O próprio narrador é personagem dessa roda-viva em que de um capítulo a outro ele e feito prisioneiro, escravo, depois noviço dos jesuítas, embaixador e mais tarde atendente voluntário e leigo dos pobres e enfermos, que assistia pessoalmente, com toda a humildade. Só o fanatismo da Inquisição, determinada depois que à Igreja foram negados os bens materiais resultantes de confiscos, explicaria a cegueira dos censores que ao permitirem a impressão desta obra não atinaram com o seu componente revolucionário e ideológico. Quando, por exemplo, São Francisco Xavier, objeto de extrema devoção do autor, abençoa os conquistadores portugueses, o leitor deste final de século XX se recorda nitidamente do tema do Exército alemão na Primeira Guerra Mundial - *Gott mit uns* (Deus está conosco) - e mais sinistramente ainda da “benção” dos bispos católicos alemães dispensada às tropas, marinheiros e aviadores da Alemanha nazista que partiam rumo à conquista da Polônia, da Tchecoslováquia ou da Dinamarca, impotentes diante do poderio militar hitlerista. Da mesma forma, o arrazoado teológico do Santo que converteu tantos orientais ao Cristianismo será talvez o ponto mais fraco deste livro de tantos volumes, tal o bocejo que causa no leitor, além de não o convencer da necessidade de uma conversão a um Cristianismo desnaturado diariamente pelos fatos e feitos da opressão de alguns povos por outros auto-ungidos de uma “superioridade” tão ridícula quanto exorbitante e monstruosa.

Afinal, espelho fiel das suas atribulações físicas e espirituais, este livro de peripécias, andanças, espantos, êxtases, fascínio e encanto raríssimos pertence, provavelmente, mais à Literatura do que propriamente à História. Fernão Mendes Pinto é, possivelmente, infinitamente mais romancista, mais poeta, mais ficcionista do que um grave, circunspecto e cartesiano historiógrafo. Se Camões retratou, com a sua genialidade, as gestas heroicas de Portugal nos *Lusíadas*, o cronista das viagens marítimas falsamente denominadas “descobertas”, mas nem por isso menos pioneiras no seu arrojo, foi na prosa, Fernão Mendes Pinto.

A par do confronto entre civilizações divergentes, as do Oriente e a do Ocidente, ele prenuncia a inexistência de uma “inferioridade” de povos inteiros julgados por um critério estreita e abusivamente eurocêntrico. Muito mais tarde Ruth Benedict, Margaret Mead, Claude Levy-Strauss demonstrariam, na área da antropologia, quanto são relativos os conceitos de “cultura” e quantas vezes os chamados “primitivos” são mais complexos, mais sutis, mais sábios do que a tecnologia utilitarista e materialista ocidental dominadora.

O autor português talvez queira ter dado ao título de sua jornada por tantos mares nunca dantes navegados o valor simbólico de uma progressão espiritual. Desfazendo-se dos bens terrenos, fundando uma família e deixando às filhas como única herança este maço de páginas interessantíssimas, ele não terá dado o sentido de avanço, de evolução espiritual a esta *Peregrinação*, que termina com o reconhecimento da validade e do pó que representam as inúteis lides humanas em prol da riqueza, da fama, do renome? Suas palavras finais nos autorizariam a uma interpretação deste gênero ao falar de “velas ao vento de largas esperanças, que de ordinário se desfazem naquilo de que se sustentam”.

# Eça de Queirós

## Tese e Antítese de Eça de Queirós

***Diário de Notícias* 02/08/1964**

Dentre os raros críticos de nível internacional com que conta a vida intelectual brasileira, Antônio Cândido ocupa com justiça uma posição ímpar, como um dos mais profundos e inspirados intérpretes da nossa literatura e de autores estrangeiros. Seu último livro, que inaugura a Coleção Ensaio da Companhia Editora Nacional, denominado *Tese e Antítese*, abrange cinco estudos ainda não editados sobre dois romancistas estrangeiros (Alexandre Dumas e Joseph Conrad) e três de língua portuguesa (Eça de Queirós, Graciliano Ramos e Guimarães Rosa), além de um *addendum* dedicado às relações entre a música e a vida de Stendhal.

Trata-se de um volume de crítica magistral, de admirável pregnância intelectual, de autenticidade da indagação e da erudição, de requintada sensibilidade recriadora do universo que cada escritor oferece à percepção de cada leitor. Esse lançamento demonstra cabalmente que se um autor da magnitude de Guimarães Rosa inaugura quase uma literatura, à semelhança de um Shakespeare inaugurando o teatro inglês - ele é seguido *a pari passu* por *scholars* de extradordinária acuidade e capacidade interpretativa.

Na impossibilidade de atermo-nos a uma divulgação de todos os capítulos que comporta esta obra marcante, definitiva mesmo em muitos de seus aspectos, seja-nos permitido limitar-nos aos que nos parecem fundamentais pelo menos sob o ponto de vista de nossa afinidade com os escritores estudados, sem com isso querer fragmentar ou deformar a visão total que o autor consegue integralmente em seu livro. Faremos referência portanto somente às seções que tratam da obra de Eça de Queirós e de Guimarães Rosa.

Como demonstra toda esta estruturada *Tese e Antítese*, cada autor, de língua portuguêsa ou estrangeira, é visto sob o prisma dinâmico da sua evolução pessoal ou artística (quando não ambas), que traz paralelamente à sua criação literária uma evolução, a marca de uma transformação essencial de perspectiva e de intenção artística.

Partindo da polaridade fundamental da obra de Eça de Queirós - a oscilação entre o campo e a cidade -, o crítico paulista traça a traejtória dessa parábola que redundará na sedução do grande escritor pelo velho Portugal, pelo valor ético “dos aristocratas rurais que pasam a ser os detentores da fibra ou da generosidade que falecem ao Portugal urbano e burguês”. O socialista militante das palestras que hoje se diriam “engajadas”, pronunciadas no Cassino Lisbonense, envereda inicialmente pelos romances “doutrinários” quase, numa crítica militante, por meio da literatura, das classes conservadoras e ant-progresso responsáveis pelo atraso de Portugal com relação a outros países da Europa Ocidental no século XIX. Depois de *As Farpas*, *O Crime do Padre Amaro* é uma condenação veemente do meio rural português, à qual se segue a dissecação impiedosa do meio lisboeta urbano, contida em *O Primo Basílio*. O “Urbanismo” do satírico autor lusitano o conduz a um amargo pessimismo derivado da dúvida que tem de seu país poder adaptar-se ao século industrial e que eclodirá integralmente na *Correspondência de Fradique Mendes*. Chega ao ápice, na carreira e na trajetória das ideias de Eça, a batalha que na Espanha travarão os membros da *generación del ‘98*, defensores de uma *hispanidad* intransigente, livre de importações estrangeiradas e os que, ao contrário, propugnavam um diálogo entre a grnade nação ibérica e os países europeus seus contemporâneos, uma “europeização” da Espanha para sua integração social, técnica e econômica no seu século.

Mas como assinala o crítico com propriedade, *Os Maias* documentam o primeiro “recuo ideológico e equivalem ao único equilíbrio entre o campo e a cidade em sua obra”. Evidentemente, *A Cidade e as Serras* comprovam a sua capitulação perante os valores eternos no campo português com sua paz “que curas as feridas abertas pela cidade, o socialista se abandona à poesia agreste, à convenção bucólica”. Seu romance *A Ilustre Casa de Ramires* seria assim o “menos proselitista, o mais compreensivo”, em que o escritor se abranda perante os defeitos e fraquezas de sua gente e sua literatura simultaneamente se humaniza.

Nas considerações finais, lapidares no melhor sentido que este termo possa ter, o crítico distingue as tarefas e as limitações da sociologia e da política, matérias somente *subsidiárias* à compreensão plena de uma obra literária. Esta, porém, só pode ser aquilatada definitivamente por críticos *literários*: “Em crítica, os julgamentos de natureza política são dos mais arriscados, porque relegam o fenômeno literário para uma esfera inferior, confundindo os planos e nos expondo aos piores equívocos. É importante também a distinção arguta que estabelece ao constatar que “(…) o ruralismo desse grande escritor tão sensível à dimensão social (…) constitui uma opção de ordem *estética*, não política” (nosso o grifo). Eça de Queirós, recorda Antônio Cândido, ao mesmo tempo que se votava a romances de apologia do sadio meio rural português, escrevia artigos politicamente dos mais avançados sobre o socialismo, a burguesia capitalista e o imperialismo econômico. As observações finais aplicam-se integralmente às “críticas obscurantistas de fanáticos tanto da esquerda quanto da direita que desejam instaurar no setor da lieratura e das artes um espírito inquisitorial doentio e deformante, além de profundamente esterilizador”.

Saibamos apreciar esteticamente uma acomodação que pode ferir o nosso gosto político, mas graças à qual pôde realizar *A Ilustre Casa de Ramires* e ainda: “As conjecturas de ordem política trazem algum auxílio ao estudo do problema, mas não devem erigir-se em critério de julgamento. Na literatura - o que nos interessa aqui - é avançado o que é perfeito, traduzindo uma compenetração adequado do espírito criador com a sua matéria plástica (…) Coincidindo com algumas das tendências pessoais e sugestões sociais mais arraigadas em Eça de Queirós, a visão *compreensiva* lhe permitiu, tanto quanto a oposicionista, a realização desse ideal de arte. O resto não é literatura”.

## Suave milagre: no fim da vida, um Eça religioso

***Veja* 28/5/1969**

Na rua de um santo (São Bento), em São Paulo, o livreiro Olinto de Moura guarda a chave seu único exemplar de uma obra rara: o *Diccionario dos Milagres*, livro póstumo e inacabado de Eça de Queirós sobre os santos mais venerados pelo povo em Portugal - alguns dos quais estão entre os 44 “cassados” pelo Vaticano. Mas o maior interesse dessa aglomeração de textos menores e incompletos do grande escritor português é para a crítica literária. Como se explica que Eça de Queirós, talvez o autor mais radicalmente anticlerical que Portugal já possuiu, tenha reunido pacientemente algumas dezenas de milagres atribuídos aos santos mais populares? Como chegou a compilar esse esboço de *Diccionario dos Milagres*, que sua morte, em 1900, aos 55 anos de idade, não o deixou terminar?

Ao longo de sua incomparável carreira de maior romancista da literatura portuguesa, Eça de Queirós equipara-se aos maiores escritores do seu tempo: Flaubert, na França; Verga, na Itália; Henry James, nos Estados Unidos; e Tchekov, na Rússia. E de livro em livro fica cada vez mais clara a modificação gradual, mas profunda, de seu pensamento e de suas tendências que seu estilo reflete fielmente. Sua obra descreve uma parábola imensa. Vai da denúncia social virulenta, da ironia ácida contra o provincianismo português e a hipocrisia das classes dirigentes de Lisboa, a uma série de retratos feitos com as principais virtudes do país. Em *O Crime do Padre Amaro*, a lubricidade de um padre sem vocação coloca como tema principal o assunto hoje tão atual do celibato dos sacerdotes católicos. *O Primo Basílio* é um sedutor barato, sem escrúpulos, um *dandy* lisboeta que mora em Paris e deslumbra as mulheres da sociedade portuguesa com seu *charme* e sua falta de ética. *A Relíquia* é talvez o seu romance mais cáustico, mais irreverente, na descrição da beatice supersticiosa e hipócrita da riquíssima Titi, punida com “a relíquia” sacrílega que recebe do sobrinho devasso.

Pouco a pouco, porém, apesar das décadas que passou fora de seus país na carreira diplomática (Londres, Havana, Madri), Eça de Queirós reconcilia-se com Portugal. Descobre, ao lado dos defeitos que sempre ridicularizara, virtudes que outros países da Europa, mais sofisticados e cheios de tédio, tinham perdido. *A Ilustre Casa de Ramires* e, sobretudo, *A Cidade e as Serras* - cuja parte final o autor não teve tempo de corrigir - são a exaltação dos valores morais de Portugal: a generosidade de seu povo, a fidalguia e dignidade de seus varões ilustres, a doçura da paisagem e da população rurais do interior lusitano. Mas esse amor entranhado pelo povo, esse encontro crepuscular com sua pátria já estão matizados de espírito religioso num prefácio escrito em 1896 e em contos como “O Suave Milagre”. Nessas palavras de introdução ao *Almanach Encyclopédico* daquele ano - ingênua mistura de farmácia e calendários de santos -, Eça de Queirós já deixa prever o preparo do seu dicionário de fatos milagrosos dos santos: “E mesmo nesta aproximação do céu, quanto ainda, doutro modo, devemos ao *Almanach*! Com que desvelo nos empurra ele para a convivência dos Santos! O bom *Almanach* se torna o cicerone adoravelmente zeloso das estradas que levam ao Céu. Que digo? Ele arranja, na realidade, que essas estradas, tão várias, umas lajeadas d’obras, outras de pensamentos, desemboquem todas na nossa vida: e cada fresca manhã por uma dessas luminosas estradas, nos traz um Santo, que conosco fique durante o dia festivo em salutar convivência e nos console, e nos agasalhe sob o seu doce manto para nos contar a sua doce história… O Cristianismo arremessou os Santos tutelares para algumas abstratas regiões - e aqui deixou, sobre este grão de terra, o Homem abandonado, sem ter, para se alçar ao Céu onde habitam os seus Padroeiros, outra escada além do Pensamento, e sempre portanto no inextricável embaraço de atingir o que é Infinito por meio do que é Finito. Mas o *Almanach* chega, corrige o Concílio de Trento e, sem alardes, muito comezinhamente, mistura a Terra e o Céu…”

Eça não pode corrigir a recente cassação de vários santos, mas já seu contemporâneo e amigo Silva Bastos, adverte que Eça de Queirós, ao compilar o *Diccionario de Milagres*, não tinha uma intenção zombeteira ou iconoclasta: “De certo que ele (Eça) não estava a esboçar um *Diccionario dos Milagres* para mais tarde vir a explorar crendices, nem alimentá-las (…), mas simplesmente num ponto de vista alheio a qualquer preocupações de demolidor”. Esse *Diccionario* é breve demais para se falar de uma obra póstuma. Na realidade, como seu subtítulo indica, trata-se de uma “coordenação inédita por concluir”, ou menos ainda: um mero fichário em que o autor anota ou transcreve trechos de vidas dos santos. É transparente, porém, a ternura, a devoção quase, com que Eça de Queirós traça os perfis dos santos venerados popularmente em Portugal. Dividindo seus milagres por tipos, ele enumera alfabeticamente os acontecimentos: águas que brotam milagrosamente; água convertida em vinho; águas que não fazem mal; almas conduzidas ao céu; aparições, etc. Duas das santas - Santa Bárbara e Santa Filomena - estão hoje destronadas, mas a poesia das lendas que envolvem seus nomes deve ter cativado a sensibilidade artística de Eça, nessa reconciliação derradeira com Portugal que incluía um espírito de religiosidade quase ingênua, surpreendente no autor de *Os Maias*:

Santa Bárbara administra a Santo Estanislau Kostka o sacramento da Eucaristia (1550-1568) - “Ao tempo a que Santo Estanislau se dispunha a entrar na Companhia de Jesus, foi acometido de moléstia de tamanha gravidade, que desesperaram os médicos de o poder salvar. E o coração do mancebo aperta-se, e o seu espírito confrangia-se não com receio da morte, mas por lhe faltar o meio de receber a Sagrada Comunhão, achando-se enfermo em casa de pessoas herejes. Nesta perplexidade acudiu a Santa Bárbara, rogando-lhe fervorosamente que o não desamparasse, nem permitisse que chegasse à morte sem antes participar da divina Eucaristia. Alta noite, não podendo Estanislau conciliar o sono, apareceu-lhe Santa Bárbara acompanhada de dois anjos, trazendo as espécies sacramentais de pão e de vinho. O jovem recebeu a comunhão das mãos de Santa Bárbara, servindo os anjos de acólitos; e daquela hora em diante começou a esperimentar melhoria…”

Santa Filomena, taumaturga do décimo nono século, prova a sua identidade - “Apenas a rainha do Céu desaparecera, entrou (o Imperador) Diocleciano com os seus soldados no calabouço. Despiram, ataram-me a um pilar, e açoitaram-me até o meu corpo não ser mais do que uma chaga viva. Desmaiei após tão grande sofrimento e, dando-me por morta, os meus algozes abandonaram-me, baixando em seguida dois anjos a curar as minhas chagas. Ao dia seguinte, informado de que reflorescera a minha formosura, voltou a ver-me o Imperador, olhando-me com visível admiração, aconselhando-me a que rendesse graças a Júpiter por me haver restabelecido, e prometendo-me ser imperatriz dos romanos. Desprezei as suas promessas, e Diocleciano ordenou que me prendesse ao pescoço uma âncora, lançando-me em seguida às águas do Tibre. Executadas as suas ordens, baixaram novamente dos anjos e trouxeram-me para terra à vista de milhares de testemunhas. Muitos se converteram, mas Diocleciano, atribuindo-me a arte de magia, mandou ainda que me arrastassem despida pelas ruas de Roma, sendo um sem-número de flechas disparadas contra mim… Ao outro dia arrojaram-me a uma fornalha acessa, onde pereceram seis dos meus perseguidores; e Jesus recebeu a minha alma e conduziu-a ao paraíso, colocando sobre minha fronte as coroas do matírio e da virgindade.”

## Depois dele, Portugal não foi mais o mesmo. Nem o Português.

***Jornal da Tarde* 07/01/1978**

Quando ele escrevia seus romances, era preciso fechar as janelas, senão os vizinhos pensariam que havia uma briga violenta na casa ao lado. Gesticulava, esmurrava o ar, fazia várias vozes dos personagens, para sentir-lhes a autenticidade, rasgava fragorosamente textos escritos e uma vez incendiou a cesta de papéis com a quantidade de cigarros acesos e não terminados que atirou nela.

Adepto da Ciência, que previa como curadora de todos os males físicos e sociais da humanidade, era um supersticioso, que via em tudo presságios que só ele decifrava e na redação dos jornais só entrava de pé direito.

Elegante no trajar, um verdadeiro *dandy*, irritou-se com toda a civilização norte-americana, que já lhe era antipática quando um funcionário da Alfândega de Nova York embargou seu sortimento de 150 gravatas sob a alegação de que ninguém teria, para uso pessoal, tantas peças de adorno colorido. Não seriam para vender?

Neste ano de centenário do nascimento de Eça de Queirós, três livros brasileiros (o menos importante deles publicado com a ajuda do Ministério de Educação e Cultura) focalizam o supremo romancista português - há quem ache que se trata do maior prosador da língua, simplesmente - *Dicionário de Tipos e Pesonagens de Eça de Queirós*, de Paulo Medeiros e Albuquerque, *Retrato de Eça de Queirós*, de José Maria Bello e *Eça de Queirós e o século XIX*, de Vianna Moog.

É comum aos biógrafos confundirem sua tarefa com a de caçadores de elefantes, reduzindo suas presas ao limite de uma tese preestabelecida, jaula em que passeiam seus cativos *quod erat demonstrandum*. Outros esmiuçam receitas de remédios contra disenterias como se fossem a elucidação de mistérios profundamente ligados ao gênio literário.

Bastante inútil, mera compilação dos personagens de Eça de Queirós, que reduz a poucas frases descritivas escolhidas sem *habeas corpus* dos indefesos, o Dicionário é fácil de se pôr de lado. O que poderia revelar sobre o Primo Basílio, Carlos Maia, O Padre Amaro, o Conselheiro Acácio meia dúzia de epítetos soltos?

As duas biografias estão separadas pelo tempo: a de Bello é de 1945, a de Vianna Moog atinge, neste ano que finda, a 6a edição. Se a mais antiga é mais douta, esquadrinha com mais intensidade o ambiente e a época em que se expandiu a literatura de Eça de Queirós, perde-se no entanto em enumerar migalhas de cochilos gramaticais e alterna-se esquizofrenicamente em elevar o autor ao Rubicão da literatura em português, separando os autores que escreviam antes e depois dele, para depois imputar-lhe falta de imaginação, sentimentalismo incurável, bondade aliada a uma ironia devastadora.

Sem dúvida, as páginas de Vianna Moog são de longe as mais vivas, as mais interessantes, as que captam melhor trechos da *verve* e da inteligência dinâmica do autor de *A Ilustre Casa de Ramires*. O biógrafo gaúcho tem suficiente senso de medida para não expandir por mais de poucas linhas a indagação: pelo fato de ter sido bastardo José Maria Eça de Queirós não teria tido uma inclinação natural para destruir as instituições nascentes e uma propensão a ver mulheres sob o prima de peças acomodadas a baças da máquina social? Para em seguida acompanhar o rastilho da revolta que Eça de Queirós cedo sentirá germinar espontaneamente em seu espírito atiladíssimo: das aulas sonolentas de catecismo recorda a ausência de lógica ao decorar impossíveis humanos e divinos: - mas Deus, sendo absoluto e onipotente, não estaria acima dos impossíveis?

Na Universidade de Coimbra, o estudo do Direito Romano logo lhe aparece sob a forma de uma legitimação, pela força, da apropriação indébita, dos privilégios dos fortes sob os fracos, Coimbra mesma parece-lhe um monte de mofo, os alunos vistos como uma fila de cabeças vazias que era preciso encher com o conformismo e a retórica das apostilas a serem decoradas, geração após geração. Verdadeiro trator nivelador de mentes, a Universidade mantinha Portugal à margem do século XIX, amarrado a um culto paralisante e timorato do Passado, da Ordem, da Tradição. Cativado pelo jovem Danton da renovação do pensamento em Portugal que era Antero de Quental, Eça participa de rituais juvenis macabros, encapuzados todos os adeptos da nova ordem, a berrar de madrugada, junto ao muro do cemitério, o nome de Jeová. Arquitetam planos de sequestrar o Reitor retrógado para impor a justiça, a igualdade, a liberdade para todos e, solidários com a Polônia, invadida pela Rússia czarista, empenham livros e batinas para reunir dinheiro e enviá-lo em subscrições inúteis e recheadas de poemas épicos à Embaixada polonesa, com gritos de morte ao Urso do Norte. Eram tertúlias em que se misturava o tétrico ao ingênuo, discussões sobre se as paredes dos quartos das Universidades deveriam ser forradas com a pele do reitor ou as folhas dos compêndios sebentos em que deviam estudar. Enquanto um companheiro tocava no violino a Lúcia de Lamermoor, Eça de Queirós recitava os monólogos de Hamlet e Antero de Quental destruía seus próprios versos, afirmando: “O ritmo é necessário mesmo no delírio!”

Esboça-se um movimento semelhante ao que, na semana de 1922, se desencadearia no Brasil, no Teatro Municipal de São Paulo: a Escola de Coimbra quer despertar o país da sua modorra, inserir Portugal no seu século, substituir a marcha pelos trilhos das locomotivas, as caravelas pelo navio movido a vapor, o cultivo das azeitonas pelos altos fornos, a oligarquia pelo liberalismo e pela democracia. Se no plano real o descompasso entre Portugal e os países adiantados era tão evidente, no plano das artes igualmente o que se queria ardentemente era escrever sem pedir o carimbo de aprovação dos mestres mumificados: “Dizer e não repetir, inventar e não copiar”. Para Eça surge, cristalina, a certeza de que a arte tem um sentido social: deve convencer o leitor da necessidade urgente de reformas sociais sem as quais a própria sociedade meramente adia sua sentença de morte. Um Socialismo democrático, o horror à Arte pela Arte a crença quase absoluta no naturalismo de Flaubert compõem a sua bússola. Por que o governo não cederia, a ele e a seus companheiros, um ilha ou ao menos uma ilhota para lá experimentarem suas teorias e pôr em prática governos copiados da Revolução Francesa ou de Platão, ou até mesmo uma tirania: quatro ministros e uma forca? Formado em Direito, na pasmaceira da Capital, Eça de Queirós já acumulava inimigos por seus ditos mordazes e devastadores. Sobre Lisboa diz a Ramalho Ortigão:

“Como Roma, Lisboa tem sete colinas; como Atenas tem um céu tão transparente que poderia viver nele o povo dos deuses; como Tiro, é aventureira do mar; como Jerusalém, crucifica os que lhe querem dar uma alma. Todavia, Lisboa o que faz? Lisboa nem cria, nem inicia: vai. No vício é tímida: copia desajeitadamente as Babilônias distantes. Aproveita o fogo de Sodoma para aquecer os pés; apara as unhas ao diabo; é o banho tépido dos pecados mortais. A sua iluminação é um coro de gás, bocejando. De noite é tão silenciosa que quase se sente crescer a erva que haverá de cobri-la no dia das ruínas”.

Começava a glória da sátira corrosiva de Eça, derramada na publicação *As Farpas*, que redige de parceria com Ramalho Ortigão, nas conferências do Cassino, em Lisboa, proibidas por uma portaria do Ministro da Ordem Pública, e sobretudo na sua saborosíssima conversação chistosa, inimitável de graça, de instinto caricatural. A inveja que seu talento despertava cresceria com os anos, quanto mais se firmasse em superioridade intrínseca sobre a mediocridade acachapante de seus contemporâneos.

Vianna Moog esclarece melhor, porém, trechos obscuros da carreira consular do magnífico escritor português. Mostra o lado ativo da sua bondade e seu senso incorruptível de justiça na defesa intransigente que faz dos 100 mil escravos chineses trazidos de Macau a Havana. Infenso a qualquer suborno, que o tornaria imensamente rico, Eça de Queirós não pactua com as fortunas do momento, luta pela libertação daqueles párias explorados e desse embate, aos vinte e seis anos de idade, com uma realidade que ele combatera quixotescamente, lhe advém a primeira comoção obliquamente patriótica. Ele que sempre via os pobres aureolados de dignidade e bondade, vislumbra agora proporções de miséria e exploração humana inimaginadas até então. E, com exceção do Brasil, pelo qual nutria uma ternura irracional a ponto de afirmar que “o Brasil é branco”, enquanto a América Hispânica era “despeitada e mulata”, pelas Américas ele tinha um total desprezo. Os Estados Unidos, cuja cultura desconhecia, chocam-no por seus aspectos claramente negativos e que já Henry James considerava prosaicos e repugnantes com conhecimento direto de seus país. A percepção eciana da América do Norte é fúnebre e funesta:

“Entrevemo-la assim: movimentos imensos de capital; adoração exclusiva e única do deus Dólar; superabundância de vida, exageração de meios; violenta predominação do individualismo; grande senso prático; atmosfera pesada de positivismos estéreis; uma febre quase dolorosa de movimento industrial; aproveitamente avaro de todas as forças; extremo desprezo pelos territórios; preocupação exclusiva do útil e do econômico; doutrina de uma filosofia e de uma moral egoísta e mercantil; todo o pensamento repassado dessa influência; movimentos, construções, maqiunismo, fábricas, colonizações, exportações colossais, forças extremas, acumulação intensa de insdústrias… A civilização não é uma máquina para tudo - e um milhão para cada coisa: a civilização é um sentimento, não é uma construção”. E fulminante: “é um povo bárbaro, que aprendeu a civilização de cor, como e detesto esta canalha!”

Seguindo passo a passo a carreira deslumbrante de humorista digno de um Heine de um Dickens, de um Voltaire, de um Sterne ou um Swift, Vianna Moog acompanha simultaneamente a mudança que se opera nas preferências de Eça de Queirós. Mais e mais ele se reconcilia com Portugal: o Jacinto, personagem desiludido da civilização técnica das grandes metrópoles em *A Cidade e as Serras*, é só inicialmente o milionário brasileiro Eduardo Prado, amigo do escritor português: na realidade assume crescentemente as suas próprias feições autobiograficamente. Eça de Queirós é que se casa e abandona de bom grado as viagens, a vida diplomática, o exílio. Abomina o *Tout-Paris* por sua futilidade, procura instintivamente voltar a Portugal, instalar-se no campo, constitui família, sem nunca, porém, como sugere maldosamente seu outro biógrafo, José Maria Bello, aderir a qualquer tendência reacionária em política. Mais surpreendente é sua preferência acentuada pela França transformar-se numa admiração objetiva e fria da Inglaterra como grande exportadora de ideias, desde a ciência de Newton e Darwin até a filosofia e a literatura, que, a contragosto, passa a encarar como superior à literatura francesa.

Com um toque melancólico, já célebre antes dos quarenta anos de idade com o primeiro romance em Portugal que abordava o sexo com franqueza - *O Crime do Padre Amaro* ou o adultério, *O Primo Basílio* - Eça de Queirós antes dos cinquenta já pertencia ao grupo dos mais brilhantes intelectuais de Portugal, como o historiador Oliveira Martins, que se intitulara Grupo dos Vencidos da Vida. Não era a glória literária, que o levara a ser saudado efusivamente por Emile Zola, quando fora apresentado ao maquinista da locomotiva chamada Naturalismo em Paris, que consolava. Amargamente ele considerava que “para um homem ser vencido ou derrotado na vida depende, não da realidade aparente a que chegou - mas do ideal a que aspirava”.

Para sustentá-lo em seu ceticismo derrotista havia todas as provas concretas: a Europa abandonara seus voos liberais para não deixar uma nesga de terra na África independente do seu jogo, a industrialização servira só para criar massas embrutecidas sugadas por uma pultocracia cruel e egoísta, a ciência pusera rótulos de mitos gregos aos complexos de Édipo e às neuroses e esquizofrenias catadas na cabeça do cidadão moderno por Freud. O sonho de igualdade da Revolução Francesa se esboroara tanto nos Estados Unidos quanto na Rússia de 1917, uma regida pelo poder do lucro roubado, outra pela aquiescência do Partido único diante dos crimes mais iníquos.

A vida não mereceia ser vivida? Seu desalento não chegava a tanto. Com a extorsão de territórios colonizados por Portugal na África e a criação fictícia da Rodésia, sob o *ultimatum* das canhoneiras da Inglaterra postadas diante de Lisboa, crê que ainda vale o esforço de reconstruir Portugal. Ele que se distinguira por destruir, por tocar as chagas com seus romances insolentes, galvanizadores, queria agora servir a seu país, insuflar-lhe nova vida, novo alento. Como um Thoreau do outro lado do Altântico, quer fundar uma Ordem dos Mateiros, “cuja missão seria a de promover um retorno à natureza e à simplicidade, libertando os seus adeptos da civilização suntuária dos novos tempos e das suas falsas necessidades”. Tachando a si mesmo de analfabeto, ele pretende estudar os mestres da língua, desvendar-lhes os segredos, escrever para crianças ou desentulhar de todo o pó teológico a divina Consciência do Cristo. Ele que apavora beatas e crentes com sua irreverente mistura de orgasmo e devoção mística em *A Relíquia* dedicava-se agora a escrever vidas de santos, a revolver a verdade que a religião, desprezada antes, pudesse conter, imutável. Era tarde. Com ele morria o século XIX e seu gênio não deixaria herdeiros. A sua generosidade, a sua graça sempre elegante, seus princípios morais inabaláveis, se o singularizam como escritor, aureolam de uma fidelidade a si mesma impoluta, reta, sua personalidade humana. Nunca mais Portugal seria o mesmo e a própria língua portuguesa se imantara do seu magnetismo irresistível. De fato, haveria agora duas eras: a anterior a Eça e a posterior a ele. Em ambos os lados do Atlântico ele se tornava a antítese do empolado, do postiço, do retoricamente retumbante. Como Balzac na França, Galdós na Espanha, Dickens na Inglaterra, Eça de Queirós elevara toda uma vasta galeria de seres banais ou heroicos, baços ou exigentes à atemporalidade de uma Arte que por ser social não deixa de ser profundamente estética: lição da indissolubilidade de talento e criação que ele deixou a ser aprendida pelos que hoje forjam novas maneirass de dizer.

## Uma obra-prima inacabada com a marca da grandeza olímpica de Eça

***Jornal da Tarde* 22/03/1980**

Parece uma das *ficciones* (ficções) de Jorge Luís Borges, cheia de enigmas, labirintos, espelhos, sabres e mistérios indecifráveis pela vã filosofia humana:

Oitenta anos depois da morte do supremo romancista da língua portuguesa, Eça de Queirós, surge inexplicavelmente um livro inédito seu: *A Tragédia da Rua das Flores*. Começam imediatamente todas as bifurcações possíveis: um editor acusa o primeiro a publicar essa obra póstuma de autor de “uma mistificação cultural e autêntica burla”. O público que arrebatou na semana passada os milhares de exemplares dessa desconhecida *A Tragédia da Rua das Flores* em poucos dias de fome literária teria então sido ludibriado? enganado? teria comprado gato por lebre?

O segundo editor, Nélson de Matos, da Moraes Editora, afirma que sim, peremptoriamente: as alterações introduzidas pela Editora Livros do Brasil, acusada lesa-memória dolosa do legado eciano, chegavam a um total de dezenas por página! Pior ainda: o público fora surrupiado um montante inacreditável de 100 páginas de texto, não se sabe se do início, do meio ou do fim do romance. E, impávido, Nélson de Matos, diretor da segunda Editora, como promotor acusa: a edição da Livros do Brasil é tão criminosa e farsesca que transcreve, como um exemplo dentro dezenas de outros, afirma, um trecho como sendo “sensação de agulhas” quando se tratava, na realidade, de “sensação de orgulho”. E esse arrepiante *J’accuse* de dedo em riste e fúria e sarcasmo devastadores prossegue, até agora sem resposta do pretenso réu de literaticídio: o manuscrito impresso de afogadilho pela supostamenet afoita Editora Livros do Brasil é fruto de fotocópias de um manuscrito que está “sob reserva” na esplêndida e riquíssima Biblioteca Nacional, em Lisboa. Já o manuscrito de posse da Moraes Editora teria sido cedido pelos familiares de Eça de Queirós e submetido durante três anos a uma decifração escrupulosa por um professor da Faculdade de Letras de Lisboa.

Ácido, o segundo editor afirma que o primeiro comete erros que chegam a ser “hilariantes e caricatos”. E um processo judicial agita toda Lisboa, rasgando o manto diáfano da fantasia que velava o corpo nu da realidade editorial e suas lutas sangrentas por esses despojos insuperáveis na prosa em língua portuguesa.

Porque - será preciso dizê-lo? - não se trata de um autor qualquer, pois nem mesmo Alexandre Herculano ou Camilo Castelo Branco poderiam causar um alvoroço tão sísmico dos dois lados do oceano Atlântico. Só a descoberta de um manuscrito autêntico do padre Vieira revelando um nunca revelado erotismo refinado, oriental e satânico seria capaz de despertar tanta celeuma, ou melhor: tais cataclismas que chegam às vestes togadas dos tribunais.

É verdade que os tribunais de justiça dos países tidos por mais civilizados já se enxovalharam antes, condenando como “imorais” as obras-primas pioneiras do romance do século XX: *Mme. Bovary* (por tratar de um adultério), *Les Fleurs du Mal* por abordar o amor homossexual em “*Les Femmes Damnées*”, *O Amante de Lady Chatterley*, como punição por sua ousadia de supor que uma mulher casada com um homem velho e impotente pudesse “rebaixar-se” socialmente atingindo o orgasmo pleno com um homem rude, guardador da reserva de caça do aristocrático e caquético lord Chatterley. Sem esquecer o gigantesco *Ulysses*, de Joyce, confiscado nas alfândegas da Inglaterra e dos EUA or conter “matéria ofensiva à decência, à moral e aos bons costumes”: o longuíssimo e deslumbrante monólogo da adúltera e ninfomaníaca Molly Bloon sobre suas fantasias eróticas.

Eça de Queirós é como um prisma ou um poliedro, cujas refrações podem ser vistas de diversos ângulos e, sob diversos enfoques, ser decodificado na sua imensa complexidade. Politicamente, os países do Leste europeu param na parte intermediária da sua vasta e fascinante arquitetura de estilo, sensibilidade e inteligência inigualáveis em português: imprimem somente a denúncia veemente, candente, corrosiva que ele fez à sociedade burguesa, seus mitos e tabus, mentiras, hipocrisias, virtudes (escassas como ele as via nessa época) e engodo. Depois, há o enfoque sociológico: Eça de Queirós, ao contrário do que desejam os sectários de uma Esquerda estreita de mentes e de propósitos, não é apenas aquele que põe o dedo nas inúmeras feridas do corpo social da burguesia dominante em Portugal e diagnostica que aquele organismo está podre. De forma muito mais rica e interessante, Eça de Queirós, como todo ser pensante, altamente consciente da verdade, ou melhor, do axioma de que a mudança é uma imposição transbiológica da própria vida, Eça de Queirós muda. E fecha o círculo da sua vida e da sua atividade de maravilhoso criador, reencontrando-se com Portugal, aquele mesmo Portugal que em romances anteriores ele comparara sempre a um chiqueiro, a “uma choldra”, a um pântano de tédio, falta de requinte e de frustração individual e coletiva. Não: Portugal é a volta à *Terra mater*, ao aconchego da simplicidade rústica do caldo verde rural, longe dos *trompe-l’oeil* de Paris, de Berlim ou Londres, com sua tecnologia desumanizante e falha. Quando, em *A Cidade e as Serras*, Jacinto de Tormes, personagem inspirado em um amigo brasileiro de Eça que morava em Paris, volta para o interior do Minho, província de onde fugira, horrorizado, para os refinamentos da civilização parisiense, é o próprio Eça que, exausto da carreira diplomática e farto dos pseudo-êxtases de uma Paris postiça e desumana, toca de novo, como Anteu, a terra sacral e esse contacto telúrico com Geo, a Mãe Terra lusitana, lhe dá o viço perdido, lhe restaura o vigor embaçado por tantos falsos ídolos não-portugueses.

Por fim, há o aspecto revolucionário de Eça de Queirós nos dois níveis: é um pensamento revolucionário e é um estilo revolucionário a serviço talvez da mais lúcida inteligência que argutamente se debruçou sobre a Península Ibérica, incluindo-se nesse rol até mesmo o grande mestre espanhol Galdós. Se D. H. Lawrence desafiaria a Inglaterra modorrenta e falsa da época vitoriana, revelando a potência da libido, a força do erotismo oculto e que explodia deformação maléfica de um ack, o Estripador, Eça de Queirós teria, se possível, mais coragem ainda. Por quê? Porque ele arrostou Portugal no que Portugal tinha (e tem) de mais medonhamente mumificado, sediço, viscoso, enleante em seu horror à verdade: ele desafiou o Portugal hipócrita nos costumes e correto só na gramática embalsamada nas mesóclises.

Não era pouco. Pois se ele ousava, impavidamente, advogar um Socialismo idealista, com Antero de Quental, o finíssimo poeta, a pregar o advento de uma era de progresso para os camponeses paupérrimos dos feudos do Alentejo, a abolição das poucas famílias plutocratas que literalmente possuíam (possuem ainda?) Portugal em suas mãos e ações guardadas nos cofres sacrossantos dos Bancos do Espírito Santo, uma era nova de igualdade, solidariedade, Fraternidade, Justiça! Mais ainda: ele tivera o arrojo - que lhe custaria tão caro! - de denunciar o que todos hipócrita e tacitamente calavam: a concupiscência incendiada dos padres sem vocação religiosa, que entravam para o sacerdócio meramente por pertencerem às classes dos miseráveis párias das castas dos intocáveis, não na longínqua Índia, mas no pequenino Portugal, como o fez, candentemente, em seu romance ainda verde, *O Crime do Padre Amaro*. Que crime?: o de não ter sido escolhido para ser um vigário de Cristo na terra e servir mais ao corpo e sua servidão carnal do que ao Corpo místico da Igreja e de um Cristo metafísico.

Insolente. Eça ergueu o véu tênue do cinismo coletivo que pairava sobre o adultério: em *O Primo Basílio*, mostrando como um sedutor sem escrúpulos pode literalmente massacrar uma vida para atingir o seu prazer de garanhão monstruoso e insensível.

Impertinência e, por que não dizê-lo, mesmo fora de Portugal, blasfêmia inaudita, Eça se atrevia a descrever, em dois longos volumes, a lenta evolução de um incesto entre dois irmãos, naquela que muitos consideram a sua obra-prima, *Os Maias* - um incesto em que nos últimos encontros amorosos o casal *sabe* que são irmão e irmã. Cúmulo dos cúmulos para os bem-pensantes! Praticamente todas as culturas condenam inapelavelmente o incesto, com exceção das dinastias do Império do Antigo Egito, qando o irmão tinha que, por prerrogativas reais, fecundar a irmã: por que o “monstruoso, torpe” Eça, como muitos o chamavam na sua época, se detinha no lado sombrio, asqueroso do ser humano?

Sua obra não se prestava a nacionalismo triunfalista nem odes patrióticas da grandeza colonial do pequenino Portugal. Era, para os bem-pensantes da oligarquia lusitana, herético, iconoclasta: por que não considerá-lo um fenômeno teratológico, digno de um museu do médico e do monstro?

O futuro, porém, mostrou cabalmente que o médico predominava absolutamente sobre o monstro em Eça: o monstro era o embuste da sociedade. E isso sem que Eça pudesse prever Freud, Wilhelm Reich, apoiando-se talvez nos gregos antigos, mas sobretudo na intuição certeira das suas convicções mais íntimas, cada vez mais confirmadas pela sua riquíssima, admirável vivência e decodificação da realidade autêntica, em oposição à realidade de *papier machê* que lhe foi e que ainda nos é imposta.

E essa surpresa agora, desta enigmática *A Tragédia da Rua das Flores*?

Deixando de lado o seu volumoso contencioso de 100 páginas suprimidas ou não, de erros crassos de interpretação ou não, de mistificação culposa ou não, revela-nos o quê? Um Eça de Queirós maior ou menor como escritor? Mais ou menos audaz? Coerente consigo mesmo ou contraditório, invalidando grande parte da sua obra que tem uma coerência na sua evolução que se distancia do materialismo imediato e ascende a verdades milenares do bucolismo, da ecologia, já vislumbrada antes da poluição de hoje e antes do advento contemporâneo da sociedade de lazer?

*A Tragédia da Rua das Flores* é, como já se disse, um livro incompleto. Cheio de rasuras, lacunas, de trechos ilegíveis. O que proporciona ao leitor que pela primeira vez se imanta com o texto enfeitiçador de Eça de Queirós ou ao habituado a seus paraísos do estilo perfeito a serviço das ideias cristalinas e justas? Momentos. Momentos de sublime silêncio diante de parágrafos irretocáveis. E momentos de perplexidade, não tanto pelas falhas da leitura de um manuscrito arisco quanto pela audácia do autor escolher um “enredo”, se é que se pode dizer assim folhetinesco, melodramático, claramente reminiscente da *Dama das Camélias*, de Dumas, do qual se tirou a ópera célebre de Verdi, *La Traviata*, e ao qual o próprio autor alude no segmento final dessa por vezes faiscante de beleza “Tragédia” lusitana.

Informam-nos que Eça de Queirós, mas sem precisar datas, teria escrito e reescrito este romance inconcluso em sua forma, um romance que ele deixou por cinzelar, durante muito tempo, sem porém, poder dar-lhe a forma final que essa história de amor, paixão e morte merecia. Será uma versão eciana de *Um Amor de Perdição*? Será seu corpo a corpo com o tema obsessivo do incesto, não mais aquele entre irmãos ou semi-irmãos, mas o incesto da majestosa tragédia grega de *Édipo Rei*, de Sófocles e que Freud daria a denominação psicológica de “complexo de Édipo”. Mas com uma conotação mais perversa ainda: é delicioso dormir com a mãe, é divino copular com o ventre que pariu o macho. Genoveva, no romance a mãe que fornica com o filho, sem que ambos saibam, mata-se. Timóteo, que seria a Cassandra lúcida desta tragédia, também sucumbe ao conhecimento desse gozo horrendo. Resta Victor, o filho, que como seu nome indica tem uma vitória, de Pirro, amaríssima, é verdade. Seu casamento posterior com Joana é um *happy ending* postiço, como que decretado pela autocensura de Eça de Queirós, ferozmente vigiado pela Santa Inquisição dos ancestrais de Buzaid e Falcão de infausta memória, mas os mesmos que censuraram Camões e os episódios eróticos do périplo marítimo narrado em *Os Lusíadas*.

*A Tragédia da Rua das Flores*, mesmo nesta versão truncada, muitas vezes incompreensível pelas lacunas que deixa, acrescenta ou subtrai alguma coisa à grandeza olímpica de Eça de Queirós? Acrescenta, como, com exagero, se poderia dizer que um rol de roupa anotado por ele acrescentaria alguma coisa de sutilmente inteligente e imperecível para todo o universo do idioma português.

Nota-se, por exemplo, que o estilo típico do autor, de escrever de um só jato e depois, minuciosamente, cientificamente, ir corrigindo, cinzelando, burilando o texto, produz, contudo, resultados magníficos. As primeiras páginas são dignas do melhor Eça e se desenrolam no teatro, recordando vivamente as descrições de Proust e da Opera com a duquesa de Guermantes, Swann, o barão de Charlus e outros mergulhados naquela atmosfera marítima sensual, languidamente acolhedora dos camarins, frisas, plateia e galerias. É a entrada discreta mas esmagadora da misteriosa mulher belíssima que todos pensam ser uma ilustre princesa estrangeira. É um soberbo momento do Eça insuperável em seus grandes e frequentíssimos momentos da mais alada inspiração que brota, perfeito, quando ela entra no teatro:

“Uma senhora alta, de pé, desapertava devagar os fechos de prata de uma longa capa de seda negra forrada de peles escuras: tinha ainda o capuz descido sobre a testa e os seus olhos negros e grandes, que as olheiras de um brilho ligeiro, ou desenhado ou naturais, faziam parecer mais profundos, mais se destacavam num rosto aquilino e oval, levemente amaciado de pó-de-arroz. Uma mulher esguia e seca, com um cordão de ouro de relógio, caído ao comprido do corpete de seda, desembaraçou-a da capa - e ela, com um movimento delicado e leve, voltou-se e ficou imóvel de perfil, olhando o palco”.

Seguem-se vinhetas imersas em ácido, pintadas com a corrosão sulfúrica da concisão:

“De frente, no meio de uma família respeitável e religiosa, sorria a menina Mercês Pedrão, a Mercedinhas, que - dizia-se - dava a todos os menores de cinquenta e cinco anos , que se lhe aproximavam, os afagos refinados de uma voluptuosidade prudente. E no camarote ao fundo, com diamantes nos peitilhos, estavam dois pretos tristes.”

Ou: “E era muito observado o social Padre Chão, querido pelo seu talento em imitar actores, animais, uma locomotiva silvano e o som triste de um oboé”. E ainda: “Nas varandas, uma criança chorava obstinadamente. E a gente anônima - que digere, procria e morre anonimamente - fazia errar os olhos, muito negros, aqui e além, sem ideias.”

Eça diz, falando do alvoroço que a misteriosa criatura despertou entre a platéia modorrenta: “‘Biloculavam-na à carga cerrada’ como disse o poeta Roma, autor estimado dos *Idílios e Devaneios*”.

O personagem principal, o jovem Victor, fala ou pensa com a sabedoria do Eça mais velho e mais experiente mas sempre autobiográfico em sua busca impertérrita do sublime apesar dos tropeços com a realidade prosaica e unidimensional, incurável sonhador romântico:

“A vida real, em redor, dava-lhe a melancolia de uma imperfeição bruta. Não desesperava de encontrar uma amante como Julieta; ao contacto de realidades muito fortes, perdera já algumas superstições românticas, mas a falta completa de ironia fazia-o persistir na veneração do Ideal.”

Há caricaturas dignas de um Daumier: sinistras, crudelíssimas, como o velho conde caquético surdo que se fazia repetir as palavras por um homenzarrão de pera aguda. As espanholas jovens “caiadas” de branco e arfantes de sensualidade; a generosa condessa de quem todos ou quase todos os homens diziam, constatando um fato: “A condessa era, é ainda, como um prato de mesa-redonda: o que a recebe do seu vizinho da direita serve-se e passa-a ao vizinho da esquerda.”

Para o leitor fica um fio condutor que percorre realmente toda a obra fulgurante de Eça de Queirós: o seu feminismo, a sua crença inabalável numa superioridade intrínseca da mulher que é muito mais corajosa do que a maioria dos homens, resmungões, infantis, timoratos, que conquistam impérios nas selvas da África ou do Brasil mas não sabem captar as nuances de sensibilidade de uma mulher que, por amor, e não por luxúria, enfrenta o suicídio como a Luísa, vítima do torpe Primo Basílio. Ou como esta Genoveva que nada tem da fragilidade de uma Dama das Camélias mas sim o viço de um tronco forte, que só o incesto e a morte derrubam. Os homens, geralmente, hesitam, amam em vão, sem nunca terem a coragem de se declarar. Ou vão apra os Alentejos da alma, quando suas Luísas são presas do tédio e de Don Juan de meia-tigela, inescrupulosos como qualqer assassino barato. Ou divagam, com as rédeas do poder na mão, indecididos em saber como usar a fêmea que montam.

Lógico que há, na vasta galeria de Eça de Queirós, a mais rutilante da nossa língua, homens viris, nobres, como o personagem central de *A Ilustre Casa de Ramires* e inúmeros outros. Mas nesta *Tragédia da Rua das Flores* fica consignada a aliança de um grande sensual, como Eça de Queirós, com as mulheres, objetos de concupiscência de homens que dão asco, ao esfregarem as mãos e exclamarem, ao ver uma fêmea ou presa que julgam fácil: “Tenho mulher”. É a coisificação da mulher, reduzida a um receptáculo genital da ejaculação masculina, aquele apavorante isolamento dos órgãos de prazer do resto do corpo, ao contrário de outras culturas, como as do Oriente e da Hélade, que erotizavam os sentidos e também a mente e o espírito. É uma diminuição a que as três Marias corajosas de Portugal, não se sujeitavam e deram a última pá de terra ao apodrecido governo de Salazar com seu livro que liberta não só as mulheres como os homens também da canga do machismo esterelizador de ambos os sexos e seu prazer natimorto.

Genoveva inscreve-se naquele exíquo friso marmóreo de heroínas femininas, se o termo não for demasiado gasto e banal, das Annas Kareninas, das Emmas Bovarys, das Luísas, das Medéias e protagonistas de Henry James e poucas mais capazes de pronunciar a frase sacrílega para os burgueses circunspectos: “A paixão justifica tudo.”

Mas a honra, o Cristianismo Institucionalizado pela igreja, o “que dirão” preponderam, esse Armand não se casará com uma Dama das Camélias que renuncia a ele, depois de falar com o pai do jovem apaixonado. Eça de Queirós parece forçar-se a jogar Genoveva na vertigem do suicídio. Tudo levaria a crer que ela, pelo menos, assumiria, como se diz hoje em dia, toda a enormidade de *saber* e acolher de novo no ventre o filho tornado amante. Assim como Camilo, o artista, insta com Victor, o filho-amante inconsciente e involuntário à decisão solene e audaz: “Pelo menos - disse Camilo -, põe nos actos desta vida uma cor de fatalidade que os torne interessantes”.

Eça de Queirós é como um pagão grego ou romano sem divindades que não sejam o sol, a vida, a volúpia inteligente, a Natureza, “a parte mais nobre da Arte”, a intensidade dos sentimentos autêntico, a vibração mediterrânea de um Camus que celebra a vida que se esvai no efêmero eternizado pela intensidade, lúcida e de certa forma imortal.

A sua posterior “conversão” a um Porutgal revisto, adoçado, sem arestas e até cristão, religioso, convence menos, até neste livro, todo chama, ardor, lume e cinzas como um fado popular. Um resquício do seu paganismo lucrecianamente do meio-dia da lucidez total, resta na morte do tio Timóteo. Ele que faz à mãe-amante a terrível revelação edipiana, recusa a extrema-unção quando chega a sua morte abalada pelos acontecimentos que o emocionam literalmente até morrer:

“Não. Nada de padres. Não me amargurem este último momento. É o melhor da vida”.

Não pode ser compartilhado, este derradeiro e melhor instante da consciência de sermos como qualquer pretenso vigário de uma Divindade. É o momento sacral, supremo, do encontro conosco, de cada um consigo mesmo, portanto, ou com Deus ou com o Nada, sem intermediários espúrios.

É uma estátua sublime, inacabada, esta comovente *Tragédia da Rua das Flores*, essas flores de um jardim que lembra o Éden, de repente eclipsado pelo conhecimento, um paraíso no qual a sociedade - mas não a biologia e talvez nem mesmo os deuses - introduziu a noção de culpa, de pecado e punição, crime e castigo, ambos fruto da estreiteza de mentes e de conceitos sociais.

Permanece como uma obra estranha, conturbadora, do Mestre incomparável do idioma, que não cai nunca nos penhascos facílimos da grandiloquência nem do pieguismo, ao tratar de um tema tão propício ao grotesco, do qual porém ele se desvencilha sempre.

Resta confrontar com a outra edição o que se perdeu ou ganhou nesta. Pois às vezes até os tipógrafos são, inconsciente e involuntariamente, colaboradores ótimos dos escritores: suprimindo ou acrescentando, por acidente, trechos, letras, palavras que dão nova coloração ao texto.

Será difícil, porém, que uma obra-prima incompleta, inconclusa pelo próprio gênio que a criou fale com mais persuasão e igual força.

## Eça de Queirós: cem anos de sua morte

***Caros Amigos -* outubro de 2000**

Que me seja permitido começar com uma redundância: a suprema literatura foge sempre ao efêmero. Atravessa todas as épocas da humanidade e continua perene como a arte dos gregos antigos, as catedrais góticas, as pinturas de Rembrandt, Goya, Van Gogh e muitos mais. Depois desse pleonasmo podemos celebrar (este e todos os anos) o centenário da imortalidade do supremo romancista português, Eça de Queirós, que faleceu biologicamente e de forma tão prematura, em 1900, com apenas 55 anos de idade.

Eça de Queirós, quando, no futuro, todas as suas obras (bafejadas pela genialidade ímpar no romance português) forem traduzidas para as línguas decisivas de todos os continentes, emergirá então como igual, senão superior, ao próprio Balzac que ele tanto admirava, mas jamais sem copiar o poderoso afresco, a *Comédie Humaine*. Eça passará a integrar, de pleno direito, o friso escassamente povoado por um Flaubert, um Stendhal um Tolstói, um Dostoievski, um Proust e o sempre esquecido, transcurado Galdós, o maior romancista espanhol. Isso se ficarmos somente no plano europeu é claro, excetuadas a Inglaterra e a Irlanda, caso à parte.

No Rio de Janeiro, a carioca Editora Nova Aguilar imprimiu primorosamente toda a obra do grande escritor e pensador português. A competente e gentil Paula German, divulgadora da editora citada, fez chegar às minhas mãos os belos quatro volumes, de capa dura e sóbrio bom gosto, embora a data da impressão - o que não importa - assinale o ano de 1997.

O primeiro tomo (com 1.713 páginas) abarca *O Crime do Padre Amaro*, *O Primo Basíio*, *O Mandarim*, *A Relíquia*, *Os Maias* e *O Mistério da Estrada de Sintra*. Completam essa primeira parte ensaios eruditos mas sem pedantismos da brasileira Beatriz Berrini, provavelmente a maior conhecedora da vida e obra de Eça de Queirós no mundo. Além de uma justa e comovedora, sucinta homenagem ao eciano, o professor galego Ernesto Guerra da Cal, que compilou uma exaustivamente completa *Bibliografia Queirosiana*. O segundo volume incui *A Correspondência de Fradique Mendes*, *A Ilustre Casa de Ramires*, *A Cidade e as Serras*, *A Capital*, *O Conde de Abranhos*, *Alves & Cia.*, *A Tragédia da Rua das Flores*, *Contos* (editados em periódicos) e textos publicados postumamente (completos ou fragmentários). Compõe o terceiro tomo a série de textos de imprensa, prefácios, perfis. O quarto e último contém sua interessantíssima *Correspondência*. Se não errei ao fazer a conta, somam-se 6.675 páginas deslumbrantes - leitura para toda uma vida.

Infelizmente, o Brasil, fora as exceções, é ainda um país de escasíssima cultura, adornada por uma ignorante arrogância. É no Brasil que constantemente se impõe como substituto ou placebo a mais cínica e deslavada “picaretagem” de pseudodoutos em torno do verdadeiro conhecimento. Talvez os piores “doutos” fajutos sejam os bisnetos de um stalinismo que só “admitem” Eça à maneira férrea de um Eça “engajado mas que depois decaiu”. Nada, ledo engano! São os que os alemães fulminantemente chamam de os “eternamente de ontem”: sua *die Ewiggestrigen*… Qualquer microrepórter ignato “impõe” sua burrice jurássica diante de peritos conhecedores autênticos da vida e da obra de Eça. Recentemente, um deles “encerrou” o - sejamos misericordiosos - “diálogo” apelando para a arbitrariedade, a empáfia e o tacape do terrorismo cultural de um *Komissar* da *Kultura* e da Censura como sendo o temível Jdanov. Ou um Goebbels da Alemanha hitlerista. Isso para não adentrarmos os meandros draconianos dos DIPs (Departamentos de Imprensa e Propaganda) do ditador Getúlio Vargas nem precisarmos mencionar e lembrar exemplos mais recentes da Censura castradora do pensamento em épocas brasileiras mais recentes. A frase com a qual o microrepórter encerrou, bruscamente, o que deveria ser uma aula profícua sobre Eça e sua genialidade acabou com a asnice: “É, o Eça se aburguesou”.

Foi pena que isso acontecesse por três motivos:

1. A TV Globo dispõe de, no mínimo, uns dez excelentes repórteres.

2. Ficou no ar a pergunta: ser um boçal reportelho da Globo não é, de certa forma, “aderir à burguesia” sem nenhuma obra insigne própria?

3. Não é participar de um sistema televisivo iníquo ajudar a manter o monopólio da TV Globo com 80 por cento de sua cobertura de todo o território nacional, feito inédito no mundo civilizado e democrático?

Já na imprensa escrita dobraram os sinos fúnebres quando um “crítico” daqueles presos eternamente ao ontem “concluiu”: “É, o Eça, depois de *Os Maias* decaiu”. Aplausos ensurdecedores de todos os totalitários!

Ora, quem já teve a felicidade rara de conhecer do Eça pelo menos um ou mais romances ficará deliciado com a pena irônica, sagaz, revolucionária, contundente, sempre elegante e veemente em nossa língua, e simplesmente se recusará a ler Eça por essa cartilha de braile mental. Já dizia Shakespeare, sem correção possível: “O mal que os homens causam persiste longamente depois que eles morrem”. Reconheço, tradução canhestra mas fiel do original: “*The evil that men do* (ou *cause*, não me lembro de cor) *lives on long after they are dead*”. Como é verdade: não renascem hoje as cabeças da Hidra nazista-bolchevique ameaçando o mundo com infindáveis guerras étnicas, religiosas etc.? Invariavelmente, sangrentas e destruidoras da justiça, da liberdade e de todos os direitos humanos, inclusive o direito à sua dignidade? Basta ler a imprensa estrangeira (a brasileira quase sempre omite a parte decisivamente importante dos despachos que recebe do estrangeiro *et pour cause*…). Basta ver nos canais estrangeiros da famigerada Net (a que mais programas repete): nos Estados Unidos, o Ku Klux Klan (contra os negros, os homossexuais e os brancos que se dão com negros, a sinistra KKK). Lá também, entre os poderosos irmãos do norte da nossa América, há um “partido” dedicado à “salvaguarda” da raça branca: é o White Supremacy (o Partido da Supremacia da Raça Branca). Querem criar um torrão no noroeste dos EUA “livre de negros e de quaisquer miscigenados”. E os grupos aparentemente adormecidos (*pero no mucho*) dos franquistas na Espanha, os salazaristas em Portugal, os fascistas em conluio com a máfia italiana, os ditadores latino-americanos e os déspotas dos países negros da África e da Iugoslávia, sem esquecer o “candidato” à presidência da República recém-“eleito” pelos nazistas argentinos e Le Pen na França, Jörg Haider na Áustria e os assassinos do “neo”nazismo da Alemanha riquíssima mas oriundos da antiga parte leste, a ex-República - pasmem! - “Democrática” Alemã… Todos os extremos são fascínoras e todos se tocam como extremistas.

Voltando ao nosso luminoso Eça: qualquer pessoa com um QI acima de 5 poderá comprovar, com justiça e sem *parti pris*, que só Eça ergueu no romance lusitano um painel gigantesco, complexo, fascinante da alta sociedade portuguesa ou lisboeta, tanto faz. Isso num país, Portugal, que em 1880 ainda contava com 80 por cento de analfabetos, e Eça se insurgiu contra esse absurdo culposo.

A não ser Galdós, já mencionado, nenhum autor ibérico traçou perfis psicológicos tão acurados e profundos da servil condição feminina quanto Eça. Essa peculiaridade não se restringia só ao retrato tocante da adorável e desgraçada Luísa, a “adúltera” que seria execrada por uma sociedade “machista” e que jamais teria aceito a igualdade de direitos da mulher. Luísa é vítima do torpe Basílio, um dom-juan janota, vil e afrancesado até na falta de escrúpulos. Esse monstro aproxima-se sorrateira mas certeiramente da Luísa que se alimentava de ler romances de amor tipo água-com-açúcar, a pobre Luísa casada com um marido medíocre e monótono, sem imaginação, mas ferozmente machista, ora pois! Luísa consegue o que mais teme: o pleno gozo sexual e que ela temia que fosse um pecado nefando e a Igreja onipotente a puniria com o inferno eterno. Logo outra fera tomará Luísa como sua presa também, a hedionda empregada crudelíssima e invejosa Juliana, que na “adaptação” da TV Globo “renasceu” como uma criatura boa, como todos e sempre os excluídos são, é lógico, erguendo um altar de “mártir” do capitalismo e até, quem sabe, um defensora da moral e dos bons princípios monogâmicos e machistas, como não? Assim se alteram o conhecimento e o prazer incomparável de ler Eça no Brasil, *hélas*!

Com igual destemor, Eça combateu feroz e acertadamente, com frases breves ou veementemente longas, os dogmas de uma Igreja mumificada no Portugal de fins do século 19. *O Crime do Padre Amaro* mostra que ele próprio, o personagem, também é vítima da ausência de vocação para o sacerdócio, já que, no interior do país, sempre foram os banqueiros, latifundiários e padres que deram aos explorados a hóstia que a Igreja confccionava para eles, despossuídos de tudo, mormente na área rural. Essa hóstia adoçava o acordo de uma parte dominante da Igreja com os economicamente poderosos, cerca de talvez 10 por cento da população de Portugal nessa época. Ninguém como Eça - à frente, Antero de Quental, que ele batizara de um “gênio que é um santo” como companheiro de luta - revelou que, além da parte meiga dos românticos, era preciso não fugir da realidade literária e social: jogar fora o lixo que emperrava o país de crescer ou até mesmo de ser, ontologicamente. Poucos, muito poucos viram tão claramente a necessidade de liberar Portugal do jugo multissecular de ser apenas uma mera colônia da Inglaterra e, nas classes ditas “altas”, o arremedo servil de todos os modismos fúteis ou não da *merveilleuse* Paris, tão inacessível e… tão livre da literatura e das artes!… Eça não se esgotou como grande escritor depois do afresco monumental de *Os Maias.* Em *A Cidade e as Serras*, por exemplo, ele foi presumivelmente com Daniel Defoe o primeiro a descobrir a ecologia dos dias de hoje. É quando o entediado milionário Jacinto de Tormes se cansa da frivolidade da *tout* Paris, do predomínio do mecanismo, a tecnologia da Revolução Industrial daqueles tempos e, ao acudir assuntos urgentes na casa de seus ancestrais nas serras de Tormes, em Portugal, é claro, respira, emocionado, a pureza e o ar revigorante das serras de seu torrão natal e entra em contato já adulto com a bondade e a superioridade moral de muitos habitantes que o acolhem com calor humano e solicitude.

Em 1871, com outros intelectuais insignes, Eça pronuncia uma vibrante palestra na série de Conferências do Cassino Lisbonense, bruscamente proibidas e invadidas pela polícia, a mando do ministro do Reino, o marquês de Ávila e Bolama. Quer dizer: a nata da consciência culta lusitana que queria e lutava por um Portugal moderno, arejado, livre e justo se viu censurada brutalmente pelo monopólio (até da palavra) imposto pela união da Igreja saudosa da Santa Inquisição com tantas alminhas a queimar, ai Jesus! Com os donos de terras imensas e bancos com nomes pomposos (ou não será dessa época, se não me engano, o jocoso Banco do Espírito Santo lisboeta?) e comerciantes. Já que a Inglaterra sempre impedira que Portugal fosse mais do que uma fazenda agrícola, sem indústrias e dependente totalmente da Inglaterra, quase como a Índia de Gandhi. Eça, inclinado para o positivismo francês e para o anarquismo do também francês Proudhon, que bradara sua mantra insistente: “A propriedade é roubo”. Essa era também uma época que veria o terremoto científico de Darwin demonstrar que o homem evoluiu do macaco mais avançado - que horror e que perda de dízimos para tantos! Pois, como sempre, a Igreja Católica é esquizofrênica: a caridade que sua mão direita faz, aliviando tanto o sofrimento dos miseráveis, é desmentida pela sua mão esquerda, retrógrada e agora desesperada a pedir perdão pelo conluio com a escravidão dos africanos, seu favoritismo clar pelo nazismo alemão, anti-semita como ele, pede perdão a Galileu mas mantém o dogma de que só a fé católica é superior sempre a todos os outros credos incluindo a fé “inferior” dos protestantes e da Igreja Ortodoxa greco-russa. O grupo dos “Vencidos da Vida” de Lisboa fotografou Eça nesse meio lúcido português, mas todos do grupo pronunciaram a palavra fatídica: a ética. Até hoje, essa palavra subversiva e perigosa foge dos computadores das *big corporations*, ou melhor, para sermos claros: as máfias dos países ricos, seis ou sete ou oito que extraem os diamantes da africana Serra Leoa paupérrima à custa de mutilações de braços e pernas da indefesa sociedade civil, os desvalidos. Ou extrai petróleo com lucros astronômicos de países devastados por guerras intermináveis como a Nigéria. Não caia sobre o mundo a desgraça terrível e assutadora de nas próximas eleições americanas vencer o cretino e cruel George W. Bush, filhinho do papai lacaio das grandes empresas petrolíferas, amigo dos super-ricos e contra os pobres, os idosos, os 45 milhões de cidadãos norte-americanos sem direito a nenhum convênio de saúde: “esses” não contam…

Por último, é lícito indagar por quê? Condenado em parte pela Santa Inquisição nazi-soviética de hoje, Eça não deveria ter o direito inalienável de, desiludido com os altos ideais que ele julgara exequíveis, não tinha o direito de voltar sua atenção para o campo metafísico fora de obscurantistas religiosos? Por que ele não poderia, já no final de sua breve vida, escrever vidas de santos e de amor ao Portugal semrpe odiadoamado por ele? Seria fuzilado pelas tropas de Hitler, Mao & Cia.?

Por que ele não se sentiria defraudado em admirar a democracia inglesa? Se a mais poderosa esquadra do mundo naquele tempo, a *british*, se a democracia não demoronara quando ela ancorar no porto de Lisboa com um ultimato bélico ao país? Ou Portugal abandonava o corredor que unia as colônias portuguesas de Moçambique e Angola, para que os ingleses ali erguessem a Rodésia (atual Zimbábue), ou Lisboa seria arrasada. Sem com isso achar que a colonização na África fosse mais cordial, justa e correta do que a fascínora colonização belga no Congo, evidentemente.

Definitivamente, a lente de qualquer ideologia fanática deforma a visão e a análise de qualquer literatura, menos a panfletária.

Os extremos sempre se tocam: a extrema direita dos nazistas e de Mussolini com a extrema esquerda bolchevique, como a história comprova. Algns exemplos ilustrativos: os judeus ultraortodoxos e outros nem tão ortodoxos, ao se levantar da cama, com a mulher deitada a seu lado, começam sua prece natural agradecendo a Deus por não os terem feito mulheres ao nascer. Ou os Talibans do Afeganistão que querem reduzir a mulher ao analfabetismo e à falta de qualquer direito, reduzida a uma coisa sem valor nem vontade própria, uma coisa pastosa, quase um animal para a reprodução prazerosa do homem e para parir filhos. Será que a Igreja de Roma, na pletora de perdões que vem pedindo ultimamente por todos os seus crimes do passado, admitiria um real progresso entre os católicos? Ou pedirá que aumentem o número de 6 bilhões de seres humanos, mais da metade dos quais vegetam com menos de dois dólares por dia? Propagarão a proibição das proteções contra a Aids, por contato sexual, preferirão que crianças indesejadas levem vidas horrendas nas favelas do terceiro ao nono mundos?

Como Céline, que foi anti-semita e ferozmente antidemocrático, fica, sendo um dos supremos escritores de todos os tempos da literatura européia?

A literatura, por mais repugnante que isso possa parecer, abrange um ponto de vista político, religioso, social às vezes execrável, mas permanece como arte imorredoura: o que fazer? Destrui-la?

Leiam Eça, que é um tesouro de Portugal e do Brasil também. Entrem em sebos, livrarias de segunda mão. E queiram as forças do bem que a Editora Nova Aguilar lance, complementarmente, livros de Eça a preços acessíveis aos brasileiros que não puderam comprar a magnífica *opera omnia* de Eça tão e por tantos motivos perfeita e nunca suficientemente reunida como agora.

Finalmente: o mais importante é recordarmos, sem sentimentalismos nem pieguices idiotas, que, como disseram coincidentemente, o supremo poeta português Fernando Pessoa e o - em minha opinião - supremo poeta alemão Friedrich Hoelderlin: “*Die Sprache ist die Heimat*”. Ou: “A pátria é nosso idioma”.

Neste mundo bestialmente “globalizado” por meia dúzia de países ricos e famintos de lucros, crocodilos pérfidos e letais: a língua falada, escrita e lida por um povo é também uma arma vital e contundente de resistência às plurais hegemonias hodiernas. É uma forma de bradarmos, com brio e dignidade valente: “Não!” à tentativa de nos quererem transformar em escravos e numa massa falida e viscosa, sem forma nem humanidade, a que nos querem reduzir. Uma dessas melhores armas é: mãos à obra de Eça, por hoje.

Para novatos e veteranos para conhecimento de Eça de Queirós: a melhor biografia de Eça se chama *Eça de Queirós - Vida e Obra*, do magistral crítico português, que também deixou uma extraordinária biografia de Fernando Pessoa, João Gaspar Simões. De 1945, devem estar esgotadas, mas nos sebos devem existir ainda exemplares dessas magníficas e sumamente inteligentes biografias luminosas dos dois maiores gênios da literatura portuguesa.

Há um *site*, o da Comissão Nacional para o Centenário da Morte de Eça de Queirós, acessível através do endereço da Biblioteca Nacional de Lisboa, [www.bn.pt](file:///C:\Users\Fernando\Desktop\Ed.%20Lucerna%20aluguéis\www.bn.pt). É só clicar este ótimo acesso a quase tudo que existe sobre Eça. Computadores prontos!

# Antero de Quental

## Antero de Quental: o ideal estético e político

*Jornal da Tarde* 28/01/1991

Não haveria, realmente, motivo para esperar. É verdade que as comemorações mais importantes do centenário da morte do admirável poeta e filósofo político português Antero de Quental terão o máximo de esplendor a partir de setembro vindouro. Afinal, o sutilíssimo sonetista faleceu em Açores, dia 21 de setembro de 1891. No entanto, Paris já se antecipa às celebrações de 13 e 14 de junho próximo, com um Congresso Internacional sobre Antero de Quental e a Europa. As cidades de Coimbra, Porto, a Universidade de Harvard, a dos Açores - todas acorrem a relembrar com exposições o poeta que, com Eça de Queirós, entre outros, sacudiu a sociedade bem-acomodada de Portugal da sua época, propugnando o Reino quádruplo da Poesia, do Socialimso, da Justiça e da Liberdade.

Nem todos sabem que o maior poeta moderno português, Fernando Pessoa, tinha sempre à cabeceira a obra poética completa de Antero de Quental, que o interessava sobremaneira pela perfeição de estilo nos versos que legou à cultura de língua portuguesa e, portanto, é claro, ao Brasil também. Esperemos que setembro não se limite, no Brasil, a pequenas notas assinalando os 100 anos de passamento do finíssimo poeta lusitano…

A Universidade de Açores está encarregada de publicar a totalidade da criação de Antero de Quental, em sete volumes divididos em *Poesia* (e volumes0), *Filosofia* (1 volume), *Politica* (1 volume) e *Cartas* (2 volumes).

Um dos especialistas no magnífico poeta, o ensaísta Joel Serrão, em entrevista concedida ao *Jornal de Letras* lisboeta de 15 a 21 de janeiro próximo passado, ressalta o papel profético de Antero de Quental. Já em 1872, no *Pensamento Social* ele reivindicava a inserção de Portugal na realidade européia de seu tempo e defendia, com coragem e coerência, um Partido Socialista Português que estivesse indissoluvelmente ligado ao binômio da Justiça e da Liberdade, nada tendo, portanto, com o jugo marxista-leninista que aprisionaria a hoje “Desunião” Soviética a esmagar os anseios de liberdade da Lituânia, da Letônia e da Estônia em nossos dias, à sombra da guerra do Golfo.

Para Joel Serrão, a concepção anteriana da essência da liberdade é alcançar o Bem para a totalidade do agrupamento humano, sem tolerar qualquer tirania, antecipando-se assim ao credo democrático deste final de século em tantos países alérgicos a qualquer tipo de ditadura.

Serrão chama a atenção para os laços que, na sua opinião, continuam existindo, fortemente, entre a geração de Antero de Quental e as jovens gerações de agora. Para ele, os mesmos ideais anterianos continuam em nossa época: se o poeta encontrou uma sociedade portuguesa apática e até mesmo hostil a qualquer mudança no *status quo*, cumpre às gerações jovens da atualidade lutar pelos mesmos ideais em todos os países da terra, sem esmorecer. Não será necessário insistir na atitude sempre democrática dessa figura exponencial da década de 70 do século passado: Antero de Quental respeitava os que discordavam dele, sem, no entanto, abandonar os seus próprios e concretos pontos de vista.

Figura carismática, o poeta e pensador açoriano sofreu inúmeras decepções, principalmente no plano político, e suicidou-se em 1891. Suas ideais de progresso, de igualdade social esboroam-se de encontro à realidade imóvel das classes dominantes de Portugal.

Ele, que lutava por um ideal, quando na realidade era um introvertido, um contemplativo, sucumbiu à sua própria utopia. Seus ideais estéticos também anelavam uma perfeição de difícil obtenção. Daí um pessimismo cada vez maior se apodera dele e o vitima, finalmente. O poeta juvenil das *Odes Modernas* e o poeta maduro, atormentado, dos *Sonetos* tantas vezes perfeitos deixaram uma cintilação única na Literatura Portuguesa, como no título de um de seus versos: “Tormento do ideal”.

# Antônio Lobo Antunes

## A ousadia deste irreverente escritor português

***Jornal da Tarde* 1984**

“De fato, e consoante as profecias da familia, tornara-me um homem: uma espécie de avidez triste e cínica, feita de desesperança cúpida, de egoísmo, e de pressa de me esconder de mim próprio…”

Antônio Lobo Antunes

As hemorróidas que Salazar criou nos portugueses arrebentaram. O regime fascista que colocara a liberdade, a democracia, os direitos humanos numa vasta prisão de ventre nacional estourou, afinal, na retirada das tropas portuguesas dos ridículos “territórios ultrmarinos” eufemismo inútil dado às colônias Angola e Moçambique. Rebentou na revolução dos cravos, no oxigênio restaurado para uma população acorrentada ao “sim, senhor”, ao medo, à mediocridade instituída. A liberdade, húmus da criação, floresceu em um veradeiro renascimento da literatura portuguesa. Banidos os livros “de resistência marxista” do exangue “neorealismo” de obras bocejantes e boçais ao extremo (haverá exceções?), romperam-se os grilhões da ideologia dogmática.

José Cardoso Pires pôde analisar magistralmente a falência da estrutura opressiva que dominara Portugal por dentro em *O Delfim*. De Luanda, pouco antes da chegada dos 30.000 “conselheiros cubanos” de que Angola não se libertou até hoje, ressoava a voz viril, inédita, de José Luandino Vieira e seu relato trágico, aterrador da guerra contra o domínio metropolitano: *Luuanda*. Como diz um conto nativo muito espalhado por Angola:

“*Mu’xi ietu iá Luuanda mubita uma ikuata sonii*…” O que quer dizer em português: “Na nossa terra de Luanda passam-se coisas vergonhosas…”

Antônio Lobo Antunes, jovem escritor português, enviado às terras da África como médico, em seu romance já irreverente e desbocado desde o título, *Os Cus de Judas*, que a nova Editora Marco Zero acaba de lançar no mercado brasileiro, toca na ambiguidade das relações luso-angolanas. A expressão que, em Portugal, como no Brasil, significa “no fim do mundo, no lugar em que o Judas perdeu a bota”, tem em Angola um sentido mais trágico ainda, se possível: o de traição, noção ligada à figura do Judas que traiu o Cristo.

Grande admirador de um dos gênios literários da França, Céline, Antônio Lobo Antunes não se libertou da influencia devastadora do autor de *Voyage au Bout de la Nuit*. Não herdou o anti-semitismo feroz do esplêndido romancista francês nem o vigor corrosivo do seu estilo, é verdade. No entanto, este *Os Cus de Judas* é uma reviravolta inteligente e maracante no conceito acadêmico, embolorado, que se possa ter da literatura como uma senhora prendada, de punhos de renda, a tomar chá com bolinhos nas reuniões crepusculares das academias de todo o mundo.

A partir do primeiro capítulo, encimado pela letra A, até o último, que simbolicamente esgota todas as letras do alfabeto, um niilismo absoluto derruba as mentiras e os mitos, as hipocrisias e retóricas ocas do totalitarismo de direita em sua feição lisboeta. É sem amargura, mas com uma objetividade de quem observa bactérias a se contorcerem dentro de um doente desenganado que lhe pinça todos os aspectos da vida sob uma ditadura:

“O espectro de Salazar pairava sobre as calvas pias labaredazinhas do Espírito Santo corporativo, salvando-nos da ideia tenebrosa e deletéria do socialismo. A Pide (a tenebrosa Polícia do Estado, durante o período salazarista) prosseguia corajosamente a sua valorosa cruzada contra a noção sinistra de democracia, primeiro passo para o desaparecimento, nos bolsos ávidos de pequenos jornaleiros e auxiliares de escritório, do faqueiro de C*ristofle.* O cardeal Cerejeira, emoldurado, garantia, de um lado, a perpetuidade da Conferência de São Vicente de Paulo, e, por inerência, dos pobres domesticados”.

Ou a união de ligas femininas patrioteiras com histerismos pseudo-religiosos:

“As senhorias do Movimento Nacional Feminino vinham por vezes distrair os visons da menopausa distribuindo medalhas da Senhora de Fátima e porta-chaves com a efígie de Salazar, acompanhadas de padre-nossos nacionalistas e de ameaças do inferno bíblico de (a prisão de) Peniche, onde os agentes da Pide superavam em eficácia os inocentes diabos de garfo em punho do catecismo”.

De acordo com a sua visão destruidora de todos os aspectos da vida sob um regime totalitário, nem a guerrilha proposta por Che Guevara “esses Carlos Gardel da Revolução”, nem a submissão de Portugal ao Vaticano podem ser outra coisa senão matéria de riso: “Quem levou séculos a semear igrejas acaba inevitavelmente, por reflexo, a colocar jarras de flores de plástico no tampo das geladeiras”. Sua negação total parte, aliás, do que chama de um país “estreito e velho”, com meditações que se aplicam profundamente ao Brasil como um dos diagnósticos possíveis para o pântano imóvel da imemorial mediocridade brasileira:

“Por exemplo, a tristeza depois do jantar substituía as palavras cruzadas do jornal, e entrerinha-me a preencher quadradinhos em branco de trabalhosas elocubrações, limites aliás entre os quais o pensamento lusitano se condesa, equivalentes metafísicos dos cravos de papel. Compreenda-me: pertencemos a uma terra em que a vivacidade faz as vezes do talento e onde a destreza ocupa o lugar da capacidade criadora, e creio com frequência que não passamos de fato de débeis mentais habilidosos consertando os fusíveis da alma à custa de expedientes de arame”.

Se a constatação da “esperteza” e da “*escroquerie*” como meios de vencer e iludir por meio do calote, da trapaça, seria ensurdecida, no Brasil, pelo coro dodecafônico dos Coroas-Brastel, Capemi, Delfim, “polonetas” e mil mazurcas nacionais, o que diria o autor se conhecesse a santimônia de nossos bispos e sua babosa “opção pelos pobres”?!

Mas, de A a Z, os capítulos o que ressumem ao final? A funesta mistura de visões lúcidas de chagas nacionais e um sentimentalismo banal de quem busca na infância tatibitati um “paraíso perdido” e irresponsável, pois nele não há maturidade individual. O que restará dele quando sobrevier a morte, ele mesmo indaga e responde: “Um menino que se erguerá de mim como a alma do corpo nas gravuras do catecismo”. Levados de roldão todos os valores, perde-se a perspectiva de *qualquer* valor que sobreviva. O que mostra a pobreza filosófica e de avaliação do autor: o que pode existir de parentesco entre Fernando Pessoa e Salazar? Entre Eça de Queirós e o colonialismo? Entre Mário de Sá Carneiro e a pusilanimidade dos que aceitaram o ditador como tapa-olhos da realidade portuguesa e de além-mar? A novidade de Antônio Lobo Antunes limita-se, então, em grande parte, à sua ousadia de incorporar o palavrão e a irrisão como armas para alijar de seus nichos os santarrões falsos, os ídolos consagrados pela política oficial que cloroformizou um povo quase por meio século.

O que fica desta leitura tantas vezes delirante, engraçada, sarcástica ao destapar os engodos de uma tradição natimorta é a receita ainda válida de Céline: negar as estruturas vigentes, assimilando na linguagem literária o submundo da giria, dos termos considerados obscenos. Nele nada existe, porém, da poesia alucinante dos textos de Céline. Ao contrário de uma *Voyage au Bout de la Nuit* este *Os Cus de Judas* não tem as fulgurações diabólicas de quem soltou todas as amarras e construiu um mundo mítico, mágico, amoral como o de Céline. Antônio Lobo Antunes plana em níveis inferiores: reconhece como uma das verdades mais profundas o chavão do desamor do ser humano para com os demais seres humanos.

Quem quiser encontrar nesta sua obra o clarão de um Rimbaud de *Le Bateau Ivre* ou de um Burroughs de *The Naked Lunch* e sua denúncia indignada de um mundo que codificou o sexo, a religião, o consumo, o comportamento, a política por meio das repressões tecnológicas do Estado, do psiquiatra, do padre, do capitalismo, do comunismo, desista.

Antônio Lobo Antunes ignora outro truísmo banal:

Portugal é um país único na Europa, séculos e séculos a fio: talvez só a minúscula Atenas do terceiro ao quinto século antes de Cristo apresente uma fermentação e uma qualidade de gerações poéticas comparável à de Portugal, como bem ressaltou o lusitanista britânico Aubrey Bell. Confundir a própria dispepsia com a morte de Deus é reservado apenas aos raros Nietzsches que despontam de cem em cem anos, antes de submergir na loucura menos fecunda para os que estão do lado de cá do hospício, torcendo junto com Lacan, Laing e toda a virada riquíssima da antipsiquiatria. Antônio Lobo Antunes, nos mais hilariantes momentos de seu desmascaramento da superstição ignara imbuída da crença de que é um sentimento místico-religioso autêntico, não ousa tanto quanto o retrato ácido da Titi de *A Relíquia* de Eça de Queirós. Publicada em 1887, portanto, quase há um século já. Este livro, *Os Cus de Judas*, é uma catarse excelente para quem quer purgar seus pecados de colonialismo, imperialismo, imobilidade cultural: seu autor é o que os franceses chamam de um *enfant terrible* a quebrar louças em vários pesudo-santuários. Mas, ao contrário de tantas figuras da literatura portuguesa, ai de nós, não é um gênio.

# Antônio José Saraiva

## Entrevista com Antônio José Saraiva

***Jornal da Tarde*  29/10/1977**

Exilado do seu país, Portugal, pelo regime salazarista que combateu sisemática e lucidamente, o professor Antônio José Saraiva, autor de vários livros sobre a literatura e a cultura portuguesas, continua ativo aos 60 anos de idade, voltando a lecionar agora, depois de longos anos no estrangeiro, na Universidade de Nova Lisboa e tendo se afastado voluntariamente do Partido Comunista, pois suas posições independentes não lhe permitem enquadrar-se em nenhum dos esquemas políticos existentes.

Convidado a pronunciar palestras em universidades brasileiras, ele comparava risonhamente a vitória do Coríntians e suas ruidosas manifestações de rua “a um maio de 1968 em Paris”. Sem tender para uma visão esquemática do terrorismo e seu recrudescimento na Alemanha Ocidental, distinguia nas origens do grupo Baader-Meinhoh, por exemplo, vários fatores. Por um lado, a falência de um sistema desumanizante, o da economia de mercado, que transformou cada ser humano em um anônimo parafuso de uma gigantesca engrenagem destinada a aniquilar a natureza e as características humanas que deveriam prevalecer no convívio humano. De outro, vislumbrava em atos de terrorismo sintomas de desajustes sociais tão graves que levavam à confusão de um ideal elevado com a prática de crimes inqualificáveis. Sua riqueza de visões iconoclastas provocou a ira de setores diversos das universidades, dos partidos, da imprensa, como sua teoria de que o neorealismo é no fundo tão conservador quanto o regime de Salazar ou o “realismo socialista” róseo, imposto aos artistas nos países ditos socialistas. Para ele, se a arte não for renovação, não for contestação ao *status quo* é mero adorno, ou anuência, no quadro dos regimes vigentes. O autor de um *Dicionário Crítico* em que além de definir expressões surradas como Esquerda, Direita, Democracia e Progresso (ele insta o leitor a assumir uma “atitude ativa e responsável”), manteve um breve diálogo com o *Jornal da Tarde* durante sua estada em São Paulo. Nela, teve ocasião de observar no Brasil uma resistência quase que automática do brasileiro à técnica, em contraste com a preocupação com o tempo e um culto de atividades frenéticas, se compararmos São Paulo com Paris. O brasileiro teria um sentido lúdico da vida, exemplificado pela vitória de um time de futebol popular, que se contrapõe saudavelmente a uma visão mecanicista e desumana da convivência social em outros países.

Haveria uma tônica da cultura portuguesa, focalizada pelo Sr. ao longo de vários volumes dedicados à literatura de Portugal, a Gil Vicente, à Camões, à Inquisição?

“Dependendo muito do sentido que se dá à palavra cultura, poderíamos dizer, do ponto de vista antropológico, a contribuição portuguesa é uma contribuição de contacto informal entre povos diferentes, quer dizer: o português não estabelece fronteiras muito nítidas com relação às civilizações com que se encontra. É capaz de bastante adaptação e de uma mistura que se torna evidente quando se compara a civilização portuguesa com a inglesa ou mesmo com a espanhola. Aqui no Brasil se deu uma miscigenação que é absolutamente patente, ao lado de uma adaptação ao ambiente geográfico: as cidades dos países hispano-americanos eram previamente planejadas na Espanha, o que não aconteceu no Brasil, onde há um grande sentido seja de improvisação, seja de adaptação ao meio. É um traço que me impressiona bastante. Mas ao mesmo tempo a cultura portuguesa é muito integradora sobretudo no nível inconsciente, se assim posso dizer. No Brasil, por exemplo, questiona-se muito que transformação sofreria a cultura portuguesa em contacto com índios, com negros, com a imigração japonesa, alemã etc. O que eu realmente observo é que todos na realidade foram integrados numa estrutura, bastante evidentemente próxima da própria estrutura da cultura portuguesa. É muito clara a formação do homem brasileiro: ele não é só a soma das diversas partes que colaboraram na sua feitura, isto é, o português, o japonês, o alemão, o italiano etc.: é uma síntese e através desta síntese é que sinto muito a proximidade dos dois países, Brasil e Portugal. Essa integração inconsciente, não planificada de antemão, corre ao lado de uma indeterminação de fronteiras entre os elementos propriamente portugueses e os que não o são.”

Depois de exilar-se de Portugal, perseguido por sua oposição ao regime salazarista, depois de 25 de abril como o Sr. vê as perspectivas sociais, políticas e culturais para Portugal hoje?

“Bem, no campo social há uma democratização muito evidente as relações humanas entre as camadas sociais diferentes são hoje muito menos rígidas, mais fluidas e isso se nota na atitude de qualquer pessoa do povo e até numa certa aceitação por certos grupos que pertenciam de qualquer forma à classe superior a se adaptarem a esta nova situação, como as pessoas acostumadas a um tipo de vida elevado procurarem hoje empregos às vezes modestos e manuais, há portanto uma mudança muito grande sob esse aspecto social.”

E quanto ao aspecto político?

“Parece-me que aí ainda se anda à procura de uma fórmula: se por um lado existe a velha mentalidade do Estado autoritário, que permanece e que está dentro da cabeça das pessoas, por outro lado existe a tentativa de implantação de um sistema liberal. Não sei se o sistema liberal à inglesa ou mesmo à francesa vai vingar, mas creio que se deva procurar uma fórmula que repila a tentação totalitária que está sempre latente, é um abismo sempre presente. Uma fórmula que fique entre a tentação totalitária e a democratização formal que está vingando hoje em Portugal, ainda que em zigue-zague. Espero que a prática venha institucionalizar alguma coisa menos frágil.”

Não haveria o perigo da rejeição do transplante de regime como o social-democrático alemão ou escandinavo para Portugal? Afinal, esses regimes são o resultado de décadas de guerras, de dificuldades. Poderiam eles ser transplantados prontos para um país que emerge de uma ditadura fascista tão longa?

“Não há dúvida alguma de que é problemática a adaptaçção de esquemas criados para e por outras culturas. Aliás é um problema que se coloca para Portugal há mais de um século. Desde a introdução do sistema liberal, depois da Revolução de 1832/34, que o país está tentando soluções liberais que são repelidas pelo regresso a uma tradição absolutista, despótica. Resultado: até hoje o sistema liberal não conseguiu adaptar-se ao país. É uma ideia que existe para as elites mais instruídas, mas que não entrou para os hábitos do povo.”

A dificuldade de assimilação automática pelo povo de regimes democráticos importantes de outros países europeus suporia também uma dificuldade para o ingresso de Portugal no Mercado Comum Europeu? Ou o Sr. continua advogando uma associação estreita entre Portugal e o mercado latino-americano, como já propôs anteriormente?

“Continuo a pensar que não é exato pensar que Portugal é um país europeu e só europeu. Portugal está na periferia da Europa. Quem faz uma viagem à Europa Central, passando depois por Espanha e Portugal, começa de fato a penetrar na América Latina, numa como que preparação para este mundo. Culturalmente também Portugal foi sempre uma zona de fronteiras entre o mundo cristão e o mundo árabe, entre a Europa e a América, a Europa e a África. Não vejo como uma fatalidade inevitável a entrada de Portugal no Mercado Comum Europeu, admissão muito problemática porque não é só uma questão geográfica, mas de complexas estruturas sócio-econômicas. Do ponto de vista estratégico, desde os tempos da Restauração, Portugal sempre esteve mais voltado para as potências atlânticas, praticamente foi uma testa de ponte inglesa para a Europa e funcionou como tal até contra o Império Napoleônico. Ora, esse papel britânico pode ser desempenhado pelos Estados Unidos, que têm hoje o poderio que tinha a Inglaterra no século XIX, de modo que não tenho certeza se se deva incluir Portugal na zona de influência européia ou americana. Portugal é uma zona limítrofe, por assim dizer.”

O Sr. se refere constantemente à falência da sociedade burguesa e em Portugal o Sr. afastou-se do Partido Comunista Português, fundando uma revista denominada *Raízes e Utopia*, depois da revelação dos campos de extermínio de Stálin feita por Kruchev em 1956. Que alternativas haveria depois do ocaso da burguesia, a seu ver?

“De fato, parece-me que a sociedade burguesa está a chegar a seu fim, mas é difícil entrever o que vai suceder. Não foi elaborado ainda um sistema de sua substituição. Parece-me que será ao nível da vida cotidiana concreta e que se irá esboçando uma vida social que resultará essa prática diária. Hoje há uma oposição entre uma sociedade de mercado, que é uma sociedade desumanizante, que tende ao abstrato, que não reconhece aquilo que é característico do ser humano e, por outro lado, a necessidade de se viver uma vida que seja uma realização pessoal e poética. Há uma oposição entre a realidade concreta das pessoas e o sistema abstrato, que é o sistema de mercado, alienante por si mesmo, no qual as pessoas são forçadas a se integrar.”

Nas estruturas do totalitarismo de Esquerda, como a União Soviética, os movimentos dos dissidentes como o físico Sakharov, o general Grigorenko, o escritor Soljinitsin e outros, desempenham o papel de uma opção nova de uma recusa do terror centralizado no Estado policial?

“Como já disse reiteradas vezes, os dissidentes encerram em si a esperança da humanidade e essa expressão não me parece exagerada. Esses dissidentes lutam contra um Sistema de tal modo implacável, de tal modo desumanizado, que a sus própria atitude revela uma espantosa coragem. São homens que arriscam serem expulsos de seu país natal, a Rússia, uma pátria extremamente absorvente, quando não arrostam a aniquilação física. Há poucos exemplos de tal coragem. E são eles que infundem confiança às pessoas: quando os homens são capazes de sobreviver a um Sistema desses, que controla as vidas individuais do nascimento até a morte, e são capazes de jogar o seu destino contra esta máquina, é porque de fato a natureza humana é forte e difícil de destruir.”

# Manuel Ferreira

## Manuel Ferreira: a bondade e a opressão

***Jornal da Tarde* 25/08/1983**

O seu olhar no rosto sardento, encimado por cabelos brancos e revoltos, impressiona pela bondade. Não há nenhuma ruptura entre o incisivo escritor português estabelecido no arquipélago de Cabo Verde, a 500 km da costa atlântica da África, Manuel Ferreira, e seus livros humaníssimos, sucintos, que falam da fome, da dor, da emigrção forçada, da pobreza das ilhas onde se falam o português e um dialeto antigo do português, o crioulo. *Morna*, *A Casa das Motas*, *Hora de Bai* (possivelmente o seu melhor roance, lançado no Brasil pela Editora Ática) e *Voz de Prisão* documentam, dolorosamente, mas sem pieguismo, o exílio constrangido pela fome, a opressão fascista colonial, a ausência de qualquer direito humano à mínima dignidade.

Manuel Ferreira foi embora ontem para Lisboa, onde leciona. Foi embora depois de passar quase 15 dias no Brasil, onde participou de uma série de programas em Porto Alegre, Rio e São Paulo (que incluiu encontros na USP, na Faculdade Ibero Americana, na FMU e na Fundação Santo André). Nesta entrevista ao *Jornal da Tarde*, ele falou, entre outras coisas, sobre a influência brasileira, na década de 30, nas suas ilhas: Manuel Bandeira, Gilberto Freire como sociólogo, os primeiros romances de Jorge Amado, antes de ele adentrar-se pelas Gabrielas xaroposas e de sucesso como a Coca-Cola, Jorge de Lima, Graciliano Ramos, que serviu de inspiração ao cabo-verdiano Baltazar Lopes. Vincadamente, ficaram como quase que modelos os romancistas sociais nordestinos: Manuel Ferreira se refere com grande ternura à obra de José Lins do Rego, que não desejaria reler para, como sói acontecer tantas vezes ao rever arrebatos passados, não ter decepções. A poesia de João Cabral de Melo Neto e a de Carlos Drumond de Andrade são ainda recentes como revelação no arquipélago.

Essa influência brasileira das décadas de 30 a 40 a que o sr. se refere ocorreram *pari passu* com os modelos do romance neorealista vindos de Portugal?

“Sim, *pari passu*. Depois, como se sabe, o início do romance neorealista, se assim se pode dizer, em 1939, com o Álves Redol, teria um significado diferente sem o exemplo dos escritores brasileiros: há até teses universitárias sobre as semelhanças entre Graciliano Ramos e Carlos de Oliveira.”

Uma pergunta que só aparentemente é agressiva…

(rindo) “Se for, veremos como nos esquivar dela…”

… mas na realidade não é: recentemente o professor Virgílio Ferreira teve a delicadeza de constatar comigo, numa entrevista que me concedeu, que todo o surto do romance neorealista português, se não constitui um fracasso, pelo menos foi um erro, em termos artísticos, com excesso de panfletarismo e sem abertura para outras possibilidades. O sr. concordaria com esse juízo?

“Não estou de acordo, acho excessivo esse julgamento. É bem verdade que num primeiro momento o próprio Virgílio Ferreira enveredou pelo neorealismo, depois seguiu por outros caminhos, de fato, sua arte tomou outros caminhos, digamos, o Virgílio Ferreira isolou-se. Ele sente-se bem com seus livros e acha que é um desperdício um escritor com qualidades reais preocupar-se com política, escrever artigos nos jornais, como é o caso de Eduardo Lourenço, que é outra grande figura de intelectual português, mas que é um homem de intervenções…”

Como o José Cardoso Pires?

“O Eduardo Lourenço ainda mais, porque aparece ainda com mais frequência!”

E como é que o sr., como ficcionista, se situa? Sua literatura é, sutilmente, ideológica, mas sem nada do panfletarismo de um realismo socialista… Relacionando-me à sua pergunta anterior: para mim, o neorealismo foi, quem sabe, mal compreendido por alguns no princípio, mas o neorealismo não enjeita as contribuições modernas de natureza artística, estética.

“Tudo se resume a ter ou não ter talento: um neorealista menor será sempre menor. Veja: em meu livro *Voz de Prisão* (1971), eu assimilo técnicas que absorvi de Nathalie Sarraute, de Michel Butor, do *nouveau roaman*…”

O sr. se mostrou mais permeável então?

“Eu sou permeável e não sei se isso não será uma maneira de encarar a própria vida. Eu penso que, independentemente do que os outros prefiram, sempre há um ponto de apoio e compreensão, de convívio humano que permita o diálogo e a coexistência harmônica, não é?”

Só para encerrarmos essa questão do neorealismo português: não lhe parece válido que, pelo menos em alguns pontos, mesmo levando em conta a oposição ao regime fascista salazarista, o neorealismo tenha por vezes chegado ao extremo de assumir uma feição rigidamente marxista?

“É possível, principalmente quando o neorealismo surge, em oposição a tudo praticamente: em oposição aos presencistas (nota da Redação: os poetas do movimento da *Presença* portuguesa, liderados por Fernando Pessoa), oposição política à política vigente etc., e aí devem ter surgido obras excessivas, que não foram suficientemente amadurecidas. Nunca ninguém me fez esa pergunta nesses termos mas é possível, sim sr.”

O sr. tem um pouco a tarefa de nos ensinar, a nós brasileiros, o bê-a-bá da literatura do Arquipélago. No Brasil, com raras exceções, a literatura africana, mesmo de expressão portuguesa, é completamente desconhecida, a não ser pela figura de um Luandino Vieira que se choca com um ridículo e imbecil Peptela, a meu ver. Que outros autores importantes devemos conhecer para sanar essa falta de comunicação com o outro lado africano do Atlântico?

“Sou um português que há 26 anos mora em Cabo Verde e de tal modo me afeiçoei à terra, me identifiquei a ela que não posso dissociar-me dela.

A literatura do Arquipélago não tem propriamente vertentes mas tem, sim, em comum, vários fatores que o tornam quase que uma grande família que viveu os mesmos acontecimentos simultaneamente: é uma literatura que desde a descoberta na realidade se constrói com os homens que alimentavam, todos juntos, a ideia da libertação do colonialismo português que subjugava sua pátria nos anos 30, sem implicar a ideia da expulsão mas muito mais a da independência do jugo colonial. Desse sentimento autônomo de pertencerem a uma pátria em comum, etnicamente homogênea (Cabo Verde não é nem multirracial como o Quênia, é talvez a única sociedade de uma única raça, mestiça em diferentes matizes, no mundo) nasce a vida intelectual com suas caracerísticas nativas específicas, inconfundíveis. Aí quer um Baltazar Lopes, quer um Manoel Lopes ou outro pioneiro como Barbosa ou outros que vieram depois não configuram, veja bem, uma literatura política mas sim de um sentimento pátrio, de uma autenticidade e uma autonomia culturais. É, pois, predominantemente, uma poesia social, nativista, que chora as dores e celebra as alegrias cabo-verdianas. Mas nem num poeta típico, o papa da poesia cabo-verdiana, Jorge Barbosa, amigo de Manuel Bandeira, há ênfase a não ser no apego à terra natal. Sempre, porém, a cultura cabo-verdiana esteve de olhos abertos para tudo que corria à sua volta. Eu não constituo uma exceção: sou daquele grupo que tentou, do nada, construir uma cultura, uma nacionalidade, através de retenções do falar cabo-verdiano e de tentativas de renovação linguística. Porque partimos de fatos históricos: as ilhas eram desertas, com a vinda dos portugueses e dos negros há uma miscigenação que, no meu entender, cria um homem novo, que não é o Brasil, nem Angola, nem a *négritude*, nem Portugal, a nossa literatura exprime a nossa própria cabo-verdianidade. Não é uma literatura *engagée* mas de registro e que termina por ser uma literatura de denúncia, até a década de 50, quando surgem Ovídio Martins, Onéssimo Silveira, já com outra consciência, outros temas, não é? Sem esquecer um Aguinaldo da Fonseca, anterior. Há, no entanto, duas figuras importantes: Cursino Fortes, que foi embaixador em Portugal, e Teófilo Timóteo, sem deixar de mencionar um mais recente que é Hermênio Vieira, pois a poesia passa, digamos assim, ao largo dos *slogans* da Revolução e se nega a fazer coro com ela, passando até mesmo por experiências surrealistas.”

E como a literatura sobrevive na era eletrônica de Marshal McLuhan, a seu ver?

“Acho que é preciso reconhecer primeiro que a literatura sempre foi um fenômeno, se pudermos usar a expressão, “elitista”, nunca foi um fenômeno de massas, pelo menos no que concerne à grande literatura. Mas, como eu dizia no meu colóquio ontem, numa faculdade em Santo André: vocês já pensaram no que seria o Brasil de repente funcionando tudo às mil maravilhas mas sem literatura? O que seria o Brasil com todos os seus livros queimados? Sem a sua identidade nacional pois a literatura é que é a alma de um povo, a sua continuidade histórica e humana.”

É preciso então democratizar considervelmente os meio de acesso à literatura?

“Sem dúvida, o artista, o literato para mim ou o escriba, se quisermos, na era eletrônica de hoje a que o sr. alude, mais do que o produto de uma sociedade em que vive, devolve a ela o que lhe deu transmudado, preservando a personalidade de um povo…”

Mas o escritor capta alguma coisa antes que os outros?

“Não resta dúvida de que sim, o romancista talvez menos que os poetas mas um grande romancista joga uma luz projetada para o futuro.”

A literatura foi decisiva para a Revolução Francesa e, como vimos, para a libertação de povos do colonialismo?

“Sim, como disse, a literatura é uma préciência, o sr. falou da magia da literatura hispano-americana e creio que também na África o eurocentrismo dará lugar a novas sensibilidades abafadas, sem que com isso se relegue a Europa a um asilo de esclerosados. Costa Andrade, Agostinho Neto, Antônio Jacinto, Antônio Cardoso tinham um dom profético, uma crença muito viva de que seu país seria libertado, não como panfleto, mas antes de tudo como literatura. A literatura sempre foi combate, foi antecipação.”

A literatura poderia influir na reivindicação das minorias, das mulheres, nos negros, por exemplo?

“Esses grandes mártires do único critério que lhes foi imposto, a esses a poesia volta a libertação, pois a literatura conscientiza, cria novas e mais justas realidades.”

Cabo Verde e toda a África Negra por extensão representariam uma esperança de inovação para a literatura já carcomida?

“Tudo é imprevisível, mas dentro de algum tempo, sim, eu creio. A substituição que os europeus tentaram impor às culturas autóctones da África e de outros continentes cederá a um encontro de sabedorias ancestrais com a ponte, a máquina, a bicicleta, a fábrica. Com o desenvolvimento da escolaridade e a simbiose do mundo mítico, encantado da experiência africana, surgirão formas novas, atrevo mesmo a dizer homens novos. Não será de hoje para amanhã que o antropofagismo do colonialismo será apagado, essa plurimodificação brotará de forma que nem podemos sonhar. A própria Europa está em momento de crise mas não esgotou tudo o que tem a dizer, tem muito ainda a contribuir. Mas a literatura sempre foi sinônimo de um amanhã sonhado pelos poetas e sempre tardiamente reconhecido pelos demais, não acha?”

Capítulo oito

# Antônio Alçada Baptista

## Um feminismo sutil, sucesso em Portugal

***Jornal da Tarde* 22/05/1986**

O escritor A. Alçada Baptista abana a cabeça, desacorçoado:

“A Europa está esclerosada. Com todas as Marguerites Duras, Yourcenar, Beckett e tantos mais, a literatura do Velho Mundo é geriátrica, de artérias endurecidas.”

Ele vê nos trópicos e especificamente no Brasil o vigor que se espalha por toda a literatura latino-americana:

“Bastaria uma única página de Borges para fazer esmaecer tudo o que de novo a Europa hoje em dia produz, laboriosa e, ai de nós, infertilmente”.

Ele explica claramente essa descoberta e essa adesão:

“Posso dizer, como Fernando Pessoa, que minha pátria é a língua portuguesa. Descobri que eu tirava meus hábitos da cultura francesa importada e voltava a meus ritos pessoais quando me sentia, em Cabo Verde ou no Brasil, nos países em que se fala a língua portuguesa. Como a ditatura em Portugal mantinha tudo fechado, trancava a criação intelectual e artística, tudo se fazia, para nós, por meio da cultura francesa, já que nos era vedado tudo em nossa língua natal. Mas veja: se como lembra bem, desde os tempos do Eça a influência francesa era uma clara manifestação do provincianismo português (risos), imagine como ando eu hoje, que há quatro anos não vou a Paris e ao Brasil já vim 17 vezes com esta! Isto porque, sem nenhuma demagogia, eu vejo que os trópicos, o Brasil é que são o futuro. Aqui no Brasil também senti a experiência, nada erudita, mas humana e real, da dimensão gigantesca da língua portuguesa aqui, não só ao ver avenidas como a Rio Branco no Rio de Janeiro e Prestes Maia aqui em São Paulo e verificar que lá em Portugal nada temos dessas dimensões. Foi aí que me dei conta da expansão da cultura portuguesa, com as pessoas se comunicando em português, os cartazes, os jornais. Acudiu-me à mente logo uma frase do Borges, quando ele falava sobre Camões na Embaixada do Brasil, em Buenos Aires, em que ele dizia: “A razão pela qual não gosto de dicionário é porque eles nos levam a pensar que as línguas são traduzíveis”. Ora, quando se trata de coisas, de objetos, pode ser útil um dicionário, mas quando se trata de emoções, não: a linguagem é toda uma concepção emotiva que temos do universo. Emotiva e conceitual também.”

Seus livros anteriores, dois volumes intitulados *Peregrinação Interior*, abordam *Reflexões sobre Deus* e *O Anjo da Esperança* e já ultrapassaram, juntos, mais de dez edições em Lisboa. No entanto, esse católico educado por jesuítas, influenciado por autores católicos como Chesterton, Mauriac, Graham Greene, vem causando furor pelo tema de seu novo livro, *Os Nós e os Laços* (Editora Nórdica), com mais de 20 mil exemplares já vendidos em Lisboa.

Recebe cartas de moças que o animam a continuar no mesmo caminho, pois elas querem pôr em prática o que seu livro prega. Até mesmo um vetusto padre da legião de Santo Inácio de Loyola não lhe negou sua admiração em uma revista católica. Para uma parte da sociedade portuguesa, sem dúvida, Alçada Baptista causa estupor, raiva, pois não é que se atreve a narrar um caso de amor livre entre um casal que voluntariamente concorda em dar um ao outro a liberdade amorosa que quiser, fazendo desmoronar séculos e mais séculos de posse do corpo do amado ou amada?!

Alçada Baptista não faz um tratado teológico maçante sobre o tema, mas surpreendentemente lhe dá a vivacidade do senso de humor ousado, como quando um dos personagens principais declara, entre galhofeiro e sério: “Amo as mulheres através do meu lado feminino. Acho que o que sou é lésbico!…”

Um livro sutil, mas violentamente feminista, que denuncia o machismo português e a posse, o ciúme, como instigadores de imensos massacres através da História? Mais até: um livro que localiza na sede de poder a origem da infelicidade humana e afirma serenamente:

“É possível que a distinção entre valores masculinos e femininos seja extraordinariamente arbitrária e, por isso mesmo, precária. Isto hoje, para mim, não oferece dúvidas: se analisarmos as sociedades primitivas, verificamos que elas estão estruturadas sobre a exploração da mulher, e isso poderia levar-nos a dizer que essa condição está inscrita na natureza. Ora, o que me parece é que isso já é uma consequência duma determinada organização do poder. O que está inscrito na natureza é a maior força física do homem, a falta do embaraço periódico da maternidade e outras coisas que fizeram com que o homem tomasse o poder e o organizasse sobre a exploração da mulher. Foi a partir desse poder que se criaram os valores que chamamos masculinos e foi com esse poder que o homem foi escrevendo a História: daí que a mulher tenha sido excluída do poder e da História. Ficou a viver valores caseiros. Mas o que acontece é que, enquanto certas mulheres resolveram partir à conquista do poder, alguns homens estão a descobrir que nos tais valores femininos está talvez a possibilidade de se encontrar a harmonia, que o poder é capaz de ser a grande fonte de destruição do estofo humano mais profundo, aquele que, muito possivelmente, poderia envolver a nossa felicidade”.

O autor insiste na procura de maneiras alternativas de se viver: não se limita à defesa da ecologia, ao domínio de povos sobre outros povos, mas questiona sinceramente as regras que ainda persistem nas relações amorosas entre o homem e a mulher, põe à mostra a ferocidade do machismo guerreiro, egoísta, castrador, insinuando, como na canção “Super~Homem”, de Gilberto Gil que o ser humano deve deixar preponderar ora o seu lado masculino, o *animus*, ora o seu lado feminino, a *anima*, conforme definidos por Jung. Não há perigos de efeminação: por acaso um homem não pode ser sensível e uma mulher não pode ser empreendedora sem que ambos percam com isto suas características próprias do seu sexo? Como seria o mundo se não fosse moldado exclusivamente pela imposição forçada de valores femininos?

Ele exemplifica com a própria literatura portuguesa. Há todo um arcabouço racionalista, cartesiano, da literatura lusitana, contudo o que mais a distingue e lhe dá até uma superioridade sobre as demais literaturas européias é a poesia já quase milenar e que com o seu lirismo permite exprimir o mistério do sonho humano, as desditas, as angústias, o gozo, a saudade. Esse lado extremamente sensível da expressão literária da alma portuguesa se renova sempre: não foi Jakobson que, com toda a sua erudição, declarou que Fernando Pessoa é tão importante para a poesia contemporânea quanto Picasso para as artes plásticas e Stravinsky para a música moderna?

Ele sublinha que seria uma banalidade chamar a atenção para a crise existencial profunda em que vivemos atualmente. O caos a confundir-se, em muitos lugares, com o exercício da liberdade, o instinto de sobrevivência servindo de base para uma expressão inédita de criação e de cultura. Mas o importante é discernir que não se trata apenas de perigos, de mudanças, mas sim de uma modificação estrutural da ciência, da relação da sociedade humana com a natureza, e, por que não?, do código amoroso como ele tem fornecido. Há nem se sabe quanto tempo, traumas para os deitados nos divãs dos psiquiatras e cenas de sangue, morte, assassinato por ciúme, por uma delimitação do corpo alheio como quem traça as fronteiras de um fortim, tomado ao inimigo:

“É o que eu tento expor em meu livro, *Os Nós e os Laços*: será que esta forma de amar já não está obsoleta, não está dando já sinais de cansaço e de envelhecimento irreversíveis? Se pensarmos que o amor é a forma que entrevemos de felicidade individual, será necessário que o amor traga atrás de si tantas neuroses, tantas mágoas, tantas frustrações, tanto massacre?”

Essa noção da supressão da mulher ao longo da História veio “paradoxalmente por causa do meu apego ao cristianismo. Eu, que me ponho a interrogar cada vez mais com relação à atuação da Igreja no mundo laico, reconheci, porém, que no Ocidente somente a religião cristã dá ênfase à mulher, o que não me parece aconteça com a religião maometana nem com a judaica. Sem dúvida, a Igreja tem, de fato, apresentado uma enorme duplicidade com relação à mulher: num instante ela é a tentação diabólica, hedionda, Eva que nos expulsou do Paraíso, no outro ela é a redenção de nossos pecados, é a mãe de Deus, é a Virgem Santíssima. Não se pode deixar de lado, todavia, que os anátemas mais pavorosos contra a mulher partem de São Paulo e que nem entre os gregos nem entre os romanos tampouco jamais se deu à mulher um papel, por mais ínfimo que fosse, enquanto o cristianismo acenou com a libertação tanto dos escravos quanto da mulher, não nos esqueçamos disso.”

“O casal que existe no livro, existem na realidade, são amigos meus e creio que estariam mesmo dispostos a esse despoajamento do eu em prol da liberdade do outro, sem que com isso o amor ficasse destruído. Ambos compreendem que só pode amar outrem quem já é, de si só, livre. Meu romance, que é o primeiro que escrevo, tem tido uma acolhida, como direi, incômoda pelos homens de 40, 50, 60 anos, em Portugal, creio que porque eu os questiono.

“Mas há incompreensões também. Uma senhora que é crítica leterária interpretou o romance como sendo um triângulo amoroso e escreveu esta frase que me soa absurda: “O Gonçalo e o Duarte era tão amigos que compartilhavam a mesma mulher”. Que frase reacionariamente machista! Na realidade, esta senhora não percebeu que, ao contrário, a Teresa, sim, é que era tão livre que podia escolher os homens com os quais quisesse fazer amor!

“Nao sei se o meu livro se antecipa a uma série de reestruturações que forçosamente hão de se dar em Portugal, com a entrada do país no Mercado Comum Europeu e onde problemas semelhantes já são debatidos intensamente. Já lhe falei do esgotamento, da prostração mesmo, em que se encontra a Europa, exaurida, exangue; portanto acredito que essa profunda metamorfose que se há de processar pelo menos na parte ocidental da Europa abrangerá *todas* as relações humanas. O papel do Estado, da escola, da Igreja, tudo terá de ser revisto, mas não apenas sob o ângulo ideológico. Não se trata de abandonar uma Igreja agonizante, a do Vaticano, por outra Igreja moribunda, que é a do comunismo. Novos tempos exigem novas atitudes, novos comportamentos, novas maneiras de pensar e agir, creio eu.

Para exemplificar a cegueira teimosa da Europa que reluta em morrer e sair de sua estreiteza provinciana, basta atentarmos para a atitude do Prêmio Nobel com relação a Jorge Luís Borges. É um escândalo! Qualquer pessoa medianamente inteligente e sem *parti pris*, ao ler uma única página do Borges, dirá imediatamente: “Isto, sim, é literatura”. E a Academia de Estocolmo, por que lhe nega esse prêmio que ele mais do ninguém vivo hoje merece, Deus meu?! É a parte mesquinha, reacionária, da Europa, a remexer no seu próprio passado e sem se dar conta da grandeza que a rodeia. Paciência. No entanto, quando a Europa quer revigorar-se apela para os autores hispano-americanos e brasileiros. Mesmo essa coisa pavorosa, que me repugna, que é a literatura entremeada de política, como a do Gabriel García Marquez e do Pablo Neruda, é muito mais válida e interessante e viva do que certos dinossauros mentecaptos que a Europa teima em impingir a si mesma, como se sofresse de esquizofrenia aguda, sei lá…”

“Lamento que o André Gide já tenha escrito um livro com um título que eu cobiço: *Os Moedeiros Falsos*. Porque eu acho que continuamos a viver distanciados da realidade, à margem do real, cada vez mais parece-me. A sociedade contemporânea se contenta com palavras, com a verbalização dos conflitos: a palavra tornou-se então essa moeda falsa que corre por aí como se tivesse valor real. Aboliu-se o padrão ouro, mesmo em sentido simbólico, e nos tornamos quase todos nós isso: moedeiros falsos, vendedores de palavras.”

Um trecho marcante de seu livro, quando a personagem Teresa medita: “A gente às vezes tem um clarão e fica a compreender muitas coisas. As pessoas só entram em grande lucidez quando atingem certos estados: talvez no amor, possivelmente na dor, com certeza perto da imagem da morte… ‘Sinto-me lúcido como se estivesse para morrer’, dizia Pessoa. Agora sou capaz de ver que todo o poder - seja do homem seja da mulher - é masculino. O poder é o arbitrário a corromper a História. Nascemos e, quando entramos pela porta do mmundo, já ele está cheio das formas e dos obstáculos arbitrários que os poderes construíram. Saímos à rua e nem reparamos que tudo é masculino: a forma das casas, as regras do trânsito, o amor que vivemos, a faculdade, o hospital, o olhar dos outros. Julgo que a dificuldade de viver vem disso, de estarmos constantemente a tropeçar no arbitrário, a ter que enfrentar o absurdo. Mas, não sei porquê, continuo a acreditar que é possível que a vida de que sentimos a promessa seja extraordinariamente simples. Julgo até que nela, com naturalidade, caberiam todos os nossos sonhos. Não importa que a gente sonhos demais e realidade de menos, porque o que é preciso é alargar o espaço para os sonhos: eles é que são o motor da História.”

Alçada Baptista retoma essa insistência num transformação do mundo, das condições em que vivemos, dos sistemas políticos e econômicos que erigimos Leste e a Oeste no Norte e no Sul. A reação contra as centrais nucleares, a juventude e sua vontade de experimentar o nunca experimentado lhe dão esperança de uma modificação para melhor: “É disso que eu vivo”.

Capítulo nove

# Ferreira de Castro

## As novas dimensões do realismo literário (*A Selva* de Ferreira de Castro)

***Diário de Notícias* 22/01/1961**

A par da obra de Fernando Pessoa, que pouco a pouco começa a ser difundida na Europa, principalmente na França, os livros de Ferreira de Castro têm recebido uma verdadeira consagração entre os leitores do Continente, mormente na Alemanha, onde *A Lã e a Neve* e *Terra Fria* obtiveram tiragens imensas logo depois de publicadas. Embora utilizada tendenciosamente por elementos extremistas - na parte comunista da Alemanha os romances de Eça de Queirós, em luxuosas edições populares (não há contradição de termos) são traduzidos e interpretados unicamente como “depoimentos contra a apodrecida estrutura burguesa e capitalista” - seus testemunhos artísticos e humanos são escritos sem partidarismos políticos *a priori*, destacando-se, nessa imensa galeria do sofrimento do homem vítima do homem, *A Selva*, fruto autobiográfico de sua permanência na Amazônia brasileira. Precedido de frases de Tavares Bastos, de Pinedo e Euclides da Cunha com referência a essa região mais solitária e inóspita do globo, esse romance, sem possuir as virtudes estilísticas de outras obras de Ferreira de Castro, retrata, porém, de maneira angustiante, a precariedade da condição humana numa área colossal de nosso território geográfico. Gostaríamos de falar de *A Selva* no pretérito passado, no entanto, a angústia maior que nos assalta, ao ler o relato da escravidão dos seringueiros nordestinos sem alforria no Inferno Verde, é a que derivamos da certeza de que essa situação atentatória aos mais comezinhos direitos do homem persiste, incólume, à semelhança do olvido em que caiu grande parte do Sul da Itália que Carlo Levi focalizou em suas obras magistrais, principalmente em *Cristo si è fermato a Eboli*, de que falamos anteriormente nesta Seção. Nas palavras evocativas e nostálgicas do autor: “Eu devia este livro a essa Amazônia longínqua e enigmática, pelo muito que fez sofrer os primeiros anos da minha adolescência e pela coragem que me deu para o resto da vida. E devia-o, sobretudo, aos anônimos desbravadores, gente humilde, que me antecedeu ou me acompanhou na brenha, gente sem crônica definitiva, que à extração da borracha entregou a sua fome, a sua liberdade e a sua existência”. Em seguida, no prefácio, esse amigo do Brasil, porque aponta-lhe as falhas de maneira construtiva e dedica grande parte de seu talento literário a reconstruir uma situação que deveria chamar a atenção de todos os núcleos civilizados de nosso país, Ferreira de Castro lamenta, com nobreza e sobriedade, a incompreensão de alguns brasileiros que viram no seu livro uma crítica aos senões de um país no qual pululavam os ufanistas que do seu “patriotismo” fizeram profissão ou simplesmente o identificavam com uma visão rosa e suicida de uma realidade na qual imperam, em amplos setores, a incúria, a injustiça, a ignorância e a desumanidade mais rudes. Deve-se ao descortinio de Humberto de Campos, naquela época, a compreensão exata do escritor ao divulgar esse aspecto de um Brasil desconhecido e esquecido pelas merópoles do Sul: “Tinha-se compreendido finalmente que, ao farfalhar do patriotismo, venha do Norte ou do Sul, da Europa ou da América, se soprepõe sempre, no meu espírito, uma causa mais forte, uma razão maior: a da Humanidade. A razão deste livro. Deste livro que é um curto capítulo da obra que há-de registrar o sofrimento dos humildes através dos séculos, em busca de pão e de justiça. A luta de cearenses e maranhenses na floresta amazônica é uma epopéia assombrosa de que não ajuiza quem, no resto do mundo, se deixa conduzir, veloz e comodamente, num automóvel com rodas de borracha - da borracha que esses homens tiram à selva misteriosa e implacável…”

As facetas da vida no Extremo Norte que Ferreira de Castro reproduz, com fidelidade comovida, partícipe do drama oculto de milhares de párias amaldiçoados, são aspectos de um inferno dantesco vivíssimo em pleno século XX, depois de cessado o eco bombástico dos Direitos Universais do Homem, da Revolução Francesa, da Revolução Bolchevista e da proclamação da Constituição americana, que dava aos cidadãos do Novo Mundo, o direito de “buscar sua felicidade” como lhe aprouvesse. As condições da Amazônia perduram, depois de criada a Liga das Nações, a Organização das Nações Unidas e sua instituição das Leberdades Fundamentais do Ser humano. A associação mental que faz o personagem principal, Alberto, um jovem exilado político português perdido na selva, é a que primeiro nos ocorre: “Alberto pensava, olhando de longe a cena (da chegada da “gaiola” com a nova leva de cearenses), nos navios negreiros, de outrora, ao desembarcarem escravos em plagas longínquas…” e ainda: “no barranco iam-se acumulando caixotes, sacos e barris, barris, barris, porque a cachaça era morfina para a vida triste do seringueiro”. O sistema legal de exploração dos recém-vindos, que logo os iria acorrentar para sempre à *jungle*, era o de endividá-los ao máximo, usando uma fórmula demoníaca quanto simples: o “látex que extraiam era-lhes pago por um preço vinte, trinta vezes inferior a seu valor real, ao passo que os mantimentos, armas, vestuário indispensável e cachaça, ópio para aquelas derrotas pessoais, eram vendidos por preços exorbitantes, de muito superiores ao que valiam. Todos os gastos semanais formavam o “talão grande” que “somado às despesas de viagem e mais empréstimos, prendia por muitos anos ao seringal, em trabalho de pagamento, o sertanejo ingênuo”. Esse entredevorar-se de seres humanos reproduz meramente a luta eterna e inclemente da Hiléia monstruosa: “Metade da selva vivia da outra metade, como se a terra não bastasse para o império vegetal e fosse necessário sugar as árvores que chegaram primeiro. Não havia ramagem que não alimentasse, com o próprio sangue, e seu parasita… Na sua mudez, aquele mundo vegetal tinha cruéis egoismos, ferocidades insuspeitadas e tiranias inconfessáveis. Viver! Viver, à sua custa ou à de outrem, era a ânsia de todo ramo, de toda a folha, por mais despersonalizada que se apresentasse aos olhos de cada um”.

A epopéia anônima dos nordestinos tragados, ano após ano pelo pantanal da Amazônia, acorrentados por dívidas inexistentes, retomava, aos olhos do observador português, a epopéia, não menos heróica, dos desbravadores portugueses que, por primeira vez, se embrenhavam pela floresta multisecular e hostil: “Prudente na sua audácia, o lusíada (Francisco de Melo Palheta, em 1723) foi remontando sempre o curso que parecia interminável - um mês atrás de outro, um esforço sobre outro esforço. Em cada curva que fechava a perspectiva, desenhava-se e crescia, subitamente, uma interrogação. Tudo era brenha e tudo era dado não admitir em função do que se não via. O estranho, vindo, com a sua ambição, de outro cenário, subia o mundo ignorado, entregando-lhe a sua vida. Mas, vencido o abaulado da margem, outra esteira flúvia se escortinava e se o via o já visto. Era sempre a mataria, a mataria e a água em amplitudes de pasmar a quem não concebesse que nos oceanos pudessem também crescer bosques mitológicos. Luz forte e crua, veemente, só irisada à hora dos crepúsculos sangrentos, que dir-se-iam a anunciação do novo nascimento da Terra, ardia sobre tudo quanto se enxergava, dando alvas projeções às grandes e impuras toalhas líquidas. Do arvoredo marginal, levantavam-se, despertados pelo invasor, grasnos estrepitosos e asas de todas as cores que logo iniciavam remígio deslumbrante… Dir-se-iam, porém isentas de presença humana aquelas solidões imensuráveis… Mas sentiam que, por detrás do continame e glauco, olhos que se não deixavam ver os seguiam atentamente, furtando-se ao arcabuzos corações que pulsavam na terra que até ali fôra livre”.

Os selvícolas caçadores de cabeças do Alto Purus, que o general Rondon tentara em vão amansar, rondavam o punhado de prisioneiros cujas vidas se esvalam ao longo degredo, se conseguiam escapar às mil emboscadas do sítio incessante que a Selva lhes armava. Febres, feras, plantas carnívoras e clima caótico, o rio-mar e sua fauna terrível, a vegetação venenosa e sobretudo o Homem criava ao redor daquele gado humano à margem da História, da Lei, da Religião, e do Direito, liames cada vez mais estreitos, que findavam por sufocá-lo, depois de esterelizar-lhe a mente e a alma. Nenhuma consciência se eleva contra aquela muralha impassiva de sofrimento e de crueldade inomináveis, só a aquiescência muda, a resignação multi-secular dos oprimidos que não oferecem como resistência nem o conhecimento de sua própria miséria, indigna de uma sociedade que crê na origem divina do homem, plasmado à imagem do Criador e irmanado a todos os seres humanos pela sua origem comum e pela canga de dor que sobre todos verga. É ao artista não aos governos nem aos cientistas nem aos religiosos que cabe a missão dolorosa de clamar no deserto e apontar para uma situação monstruosa sobre a qual pesam a indiferença, a cumplicidade e a impotência da maioria. Simbolizando a consciência da sua época, o artista rebela-se, por meio da forma e da cor, como Goya ao denunciar o massacre das tropas napoleônicas na Espanha, por meio da palavra como neste testemunho sumamente grave que Ferreira de Castro lega aos homens conscientes de nosso Século. Sobretudo, porém, *A Selva* é uma ferida aberta no corpo da Nação brasileira, que só será saneada quando forem saneadas as condições insalubres da relação entre seres humanos que predomina no setor Norte do Brasil.

*A Selva* não pode ser considerada meramente uma obra literária e uma epopéia moderna narrada de forma pujante e inesquecível. Essa obra não cria situações nem personagens, nela a fantasia se reduz a mudar os nomes dos protagonistas reais dessa árdua, áspera e estéril batalha de milhares de brasileiros pela sua sobrevivência diária. Esse romance, que supera de muito tantas tentativas infecundas de criar entre nós o “romance social”, foi escrito pela própria realidade brasileira, colhida em sua crueza aviltante para nós brasileiros, pela consciência de um escritor português, a ele ligado pelos laços de comoção humana perante a injustiça e a desumanidade.

Esse diagnóstico inquietante de uma parte do território gigantesco de um País que ora adquire consciência de seus problemas sociais e caminha, penosamente, para seus destinos maiores merece a gratidão dos brasileiros que desejam corrigir o mais rápido possível essa condição absurda. *A Selva* é um tributo ao que há de mais puro e de mais cristão na parte da humanidade que luta pela implantação de normas sociais condignas para o ser humano em suas relações com os seus semelhantes. E se o esquizofrênico *Minha Luta* de Hitler projetou sobre quase meio século a sombra aterradora da sua advertência, encerrando de forma embriônica as ameaças dos campos de concentração e dos bombardeios de Coventry, livros como este constituem, mais do que um libelo, um sintoma grávido de perigos iminentes, na época em que a fragilidade e panamericanismos tão obtusos quanto fictícios se esboroa perante realidades prementes e em que líderes insofismáveis lançam mão da violência como única medida contra outra violência multisecular e abusiva. Não esqueçamos, ao ler as páginas dilacerantes dessa obra, a íntima relação que existe entre a Literatura e a Realidade, neste nosso século em que os artistas tombam em holocausto às suas ideias e são massacrados, nos países totalitários, por revelarem uma Verdade incômoda em sua hedionda integridade. Como sublinha Merleau-Ponty, analisando a obra de Camus, “um livro significa na área espiritual, uma ação tão concreta quanto um gesto no plano físico”. É analisado sob essa perspectiva que *A Selva* adquire seu vigor total, como uma obra que cria um novo realismo literário, fundindo o fato e a ficção num todo coeso, que parte da consciência humana e a ela se dirige, numa unilateralidade necessária, irresistível e sobretudo ineludível.

Capítulo dez

# Teixeira de Pascoais

## Um poeta místico na era atômica

***Diário de Notícias* 11/10/1959**

Para inaugurar “Pelos Caminhos da Cultura” pensamos que faríamos bem se começássemos com a divulgação de uma expressão literária em nosso próprio idioma. Ao mesmo tempo, é nosso propósito retirar esse extraordinário Poeta da penumbra de esquecimento a que ele está relegado - injustamente - entre nós. Daí dedicarmos a nossa primeira atenção ao meio poeta místico da nossa época, como ele é considerado por vários críticos suiços e alemães, a mais alta inspiração mística de Portugal, desde Frei Agostinho da Cruz, o eremita da Arrábida. Mais tarde voltaremos a analisar outros aspectos dessa rica e fascinante personalidade, atendo-nos hoje a considerações forçadamente lineares.

Já os primeiros versos dos *Cantos Indecisos* (publicados em 1921):

“De olhos no Além,

Ergui, um dia, às nuvens o meu canto”

Definem a atmosfera de melancolia e de espiritualidade que circundou a vida de Teixeira de Pascoais, o criador de novas dimensões artísticas e filosóficas no âmbito da língua portuguesa. Ele próprio tinha consciência dessa conquista de novas regiões expressivas, ao declarar: “O amor que dedico à minha obra não é somente amor paterno. Amo-a porque estou convencido de que ela deu ao espírito português alguma coisa que lhe faltava.” O movimento fundado por ele no Porto, no início deste século, foi denominado “Saudosismo” e preconizava alterações radicais na estrutura social e política de seu país, alterações baseadas no reconhecimento de que a Saudade é a característica mais intrinsecamente portuguesa e se encontra presente em todas as manifestações da raça (“A Arte de ser Português”). Pouco depois, porém Pascoais isolou-se do mundo. Como local de seu exílio voluntário, ele escolheu a aldeia de Amarante, no norte de Portugal, às margens do rio Tâmega e emoldurada pelos maciços imponentes do Marão.

Este retraimento, que o protege da brutalidade do convívio humano, criam um diálogo, uma comunhão permanente entre o poeta e a natureza. As suas leituras, a sua solidão, a sua meditação contemplativa impregnam-se cada vez mais de um acentuado caráter panteísta. Nas suas próprias palavras: “Para quem vive perto de altas montanhas, palavras como Deus, Eternidade, Infinito não soam a quimeras metafísicas, mas ganham em profundeza e significado e tornam-se tão reais como as próprias montanhas.” É difícil distinguir, na sua obra, o místico do poeta, já que os termos lhe parecem idênticos: “A poesia que não for mística, brilha, mas não é de ouro.” Para Pascoais, como para Stefan George, Platão e Jacques Maritain, o poeta é um profeta, um iluminado, iniciado nos mistérios originais em que Arte e Religiosidade, mensagem poética e sacerdócio se confundem. Como ressalta Hatzfeld em seus *Estudios Literarios sobre la Mística Española*: “… *el místico y el poeta tienem experiencias similares… uno y otro… recibem uma* iluminación *que les hace aprehender* intuitivamente*, no analiticamente una realidad oculta en el hombre corriente… El poeta místico tiene la única e doble función de aprehender a Dios y de someterse a la incitación y capacidad de trasladar esta aprehensión a una obra de arte, es decir, en este caso particular: a una poesia mística*.” Na sua fase artística final, no seu magnífico “São Jerônimo”, Pascoais exclama: “São os últimos místicos, os mais distantes de tudo, os únicos solitários verdadeiros, os que sentem absolutamente a solidão, que, por fim, já não é deserto nem montanha, mas um perfeito estado espiritual, a solidão interiorizada em nós, para que só Deus apareça nesse infinito espaço dolorido.” Essa contemplação metafísica da natureza e da vida encontra sua expressão cifrada na poesia, esse “estado intermediário” entre o Homem e a Divindade. O Poeta é predestinado a concretizar a transformação do ser humano em Deus, isto é: a regressar à essência original de que emanou toda a criação: “O Poeta é um ser enviado. Ele vem ao mundo afirmar as superiores Potestades que misteriosamente presidem ao drama da vida e lhe dão um sobrenatural sentido. Ele vem sublimar o vulgar, revelar o grande que as pequenas coisas escondem… Só ele deu uma alma divina ao corpo da Natura… Poeta quer dizer Profeta.” Fray Luís de León, um dos mais excelsos poetas espanhóis, confirma, quase com as mesmas palavras, essa convicção: “*La poesia… sin duda la inspiró Dios en los ánimos de los hombres para con el movimiento y espiritu della levantarlos al ciclo, de donde ella procede, porque poesia no es si no una comunicación del aliento celestial y divino, y asi, en los profetas casi todos, los que fueran movidos verdaderamente por Dios… el mismo espiritu que los despertava y levantava a ver lo que los otros hombres no veian…”* (*Los Nombres de Cristo*). O Poeta, “esse ser interior a tudo”, penetra a verdadeira e oculta essência das coisas, ele “compreende” uma pedra, uma árvore, um riacho. Daí constituirem uma constante da temática de Pascoais as pequenas criaturas, o mundo miniaturesco das flores do campo, dos “bichinhos”, das coisas inanimadas e anônimas:

“Coisas fraternas, solitárias coisas…

Pobres bichinhos…

Para que foi, Senhor, que ao mundo vim,

Se eu nasci para amar unicamente

A mais sequinha flor do meu jardim?

Minha boa janela, abandonada e triste…”

(versos de vários poemas)

Pois tudo é um fragmento do infinito. As plantas, as pedras representam fases anteriores à fase animal e à fase humana:

“E lembro-me do tempo que fui névoa e terra…

O homem é o universo consciente: pelos

Seus lábios fala a pedra e o nevoeiro…

E tomada de assombro, quantas vezes uma pedra me fala:

Ó meu irmão, tu lembras-te de mim?…

Quando era esse teu corpo humano isto que sou,

Esta aspereza estéril, bruta e fera?…”

(idem)

São Francisco de Assis, segundo testemunha o seu mais caro discípulo, Frei Leo, reagia de maneira semelhante: “A contemplação da origem primeira de todas as coisas fazia transbordar a sua grandeza interior: por isso ele chamava todos os seres, até os mais insignificantes, de seus irmãos e irmãs, recordando-se da origem comum que com eles compartia”:

“Louvado sejas, meu Senhor…

Pela irmã lua e as estrelas…

Pelo irmão vento e pelo ar…

Pela irmã água… pelo irmão fogo…”

Esta penetração intuitiva da natureza permite ao poeta apreender o sentido da vida e da Criação. A inspiração, como expressão imediata e dinâmica da sua intuição, o anima a recriar o universo, aproximando o Homem, através do poeta, de Deus: “Então o poeta é o ser, quase divino, que faz com palavras o que Deus fez com água, terra e sol.” O Poeta, como guardião da Verdade absoluta, a Verdade inicial e final, recorda ao Homem a sua origem divina: “E por isso, a ideia do infinito, ou melhor: o sentimento, é, em todas as criaturas, como vaga lembrança universal, acordada nos poetas, esquecida, nos outros, que são poetas esquecidos…” Em sua esplêndida exegese da mensagem poética e filosófica de Pascoais, *O Poeta, essa Ave Metafísica*, Santana Dionísio ressalta a importância de que se reveste para o poeta, a Religião, a par da Poesia, já que ela não é somente uma revelação pessoal e intuitiva, mas também um “fenômeno da memória” (“a crença é memória”), pois no princípio o Homem existia integrado na própria essência divina. A sua identificação entre a Criatura e o Criador anula a própria morte: “É que a nossa pessoa íntima não nasce nem morre… porque é idêntica a de Deus.”

Como o amor, a arte, a dor, a paisagem, até mesmo a Saudade simboliza, para Pascoais, um aspecto espiritual da verdade total e transcendente, latente em todas as coisas: “Só a Saudade cria a imagem espiritual e eterna das coisas. Nós somos verdadeiramente na nossa imagem evocada, que é o nosso ser transcendente, emanado sob a influição… idealizante da Saudade… Os grandes acontecimentos (e os pequenos), enquanto atuais, são infecundos. É preciso que o tempo os converta em lembrança…” É surpreendente a afinidade dessa concepção com a *théorie de l’absence* de Mallarmé e com parte da temática de Proust, na sua evocação, pela memória, do tempo passado. Em seu ensaio “La Poésie de Mallarmé”, Thibaudet esclarece: “Ele (Mallarmé) vê na ausência a soma das presenças ideais, evocadas, pensadas, graças ao próprio fato de que exteriormente elas não existem.” O “sentimento saudoso”, que Pascoais crê ter sido anunciado por Camões na literatura pátria, identifica o Homem com o Universo, porque a Saudade, “composta de Lembrança e de Esperança” (isto é: lembrança da origem divina e esperança da reunião final com Deus), une o homem ao passado e ao futuro. O seu poema “Hora Final”, com que Pascoais encerra o volume *Terra Proibida*, expressa esse mesmo anseio de reunião - tema constante da mística universal - uma vez desfeita “a ilusão das formas mentirosas”: a vida terrena, o sofrimento, a angústia.

“… Quem é, quem é, meu Deus, que ampalidece

E se cobre de cinzas, no meu ser?

Alma que se despreende numa prece…

Como seria bom assim morrer…

Morrer, como a paisagem desfalece…

… Morrer, cair nos braços da ternura,

Morrer, fugir, enfim, à morte escura,

Morrer, enfim, na eterna paz de Deus!”

Capítulo onze

# Fernando Namora

## Fernando Namora

***Jornal da Tarde 20/06/1977***

Médico, o escritor português Fernando Namora, 58 anos de idade, poderia diagnostcar com mais precisão sua conduta instável que o fez fugir e uma entrevista e finalmente aceder na sua concessão, durante sua meteórica passagem por São Paulo. Oscilando pendularmente entre a gentileza e a fadiga reiterada várias vezes, apresentou a falta de repouso como excusa clínica legítima para a pouca disposição em conversar sonbre a sua criação literária e sua estada rápida no Brasil, onde proferiu uma palestra na Casa de Portugal, no bairro da Liberdade, sobre Camões, no dia das Comunidades Portuguesas.

Numa tática quase militar em que a estratégia se alterna com a tenacidade e as boas maneiras, consegui no entanto chegar a essa breve trégua, este fragmento de entrevista que focaliza alguns aspectos sumários da indecisão hamletiana e da importante criação literária do autor de *O Homem Disfarçado*.

O Sr. atribui ao intelectual um papel ativo e de consciência política lúcida na História das nações?

“Antes de mais nada, eu tenho a impressão de que um intelectual, pela sua sensibilidade, pela sua educação e até pela sua experiência, tem, antes de mais, de saber captar quais são os verdadeiros valores em que ele se encotra integrado. E, uma vez feita essa captação, ele deve tentar ou conseguir dar-lhes a interpretação adequada e transmitir o que ele próprio pensou desses valores que, digamos assim, ele vai inventariando sucessivamente. Visto que o povo vai sendo recriado pela sua própria experiência através da História e o intelectual está colocado pela sensibilidade a que me referi há pouco para apreender o que possa ser a evolução de todas essas experiências coletivas que conduzem a que os povos tenham que, em certas fases, se redefinirem.”

O Sr. atribui então ao intelectual um papel de precursor avançado, de sismógrafo?

“Sim, visto que o intelectual, por educação, por definição, por experiência histórica, é, de modo geral, um inconformado, um inconformista e costuma preceder os fatos históricos em que esse inconformismo nos é transmitido ou nos é revelado por todo um povo como entidade coletiva. Digamos que o intelectual costuma ser um prenunciador dos grandes movimentos sociais, dos grandes movimentos políticos, quer dizer, dos movimentos que vão transformando a História.”

Agora, se nós pudéssemos chegar mais perto um pouco da sua obra, eu gostaria muito de situar, por exemplo, o seu desassombro, a sua temeridade mesmo, em grandes momentos em que Portugal vivia mergulhado na ditadura salazarista e em que o Sr. foi um daqueles que, às vezes de maneira nada oblíqua, denunciaram o jogo de poderes e contribuíram para o desmascaramento dos problemas portugueses através do engodo do salazarismo. Ou estou sendo muito radical?

“Não, não está sendo radical. O que está talvez é a por-me em mim e em alguns dos meus confrades um mérito que não nos pertence inteiramente. Digamos que eu pertenço a uma geração que foi, toda ela, uma geração insubmissa. E uma geração que, talvez pela primeira vez na História literária portuguesa tentou inventariar o que era efetivamente a realidade portuguesa no seus mais diversos estratos, desde o campesinato até o meio citadino. De modo que uma geração que se impõe a si própria essa tarefa de inventariação terá de encontrar problemáticas novas, problemáticas cujo tratamento representou na altura uma manifesta audácia, mas foi uma audácia que não atemorizou. De modo que, se mérito houve, foi de fato toda uma geração que toda ela foi definida por esta atitude de inconformismo perante uma situação.”

Qual é o prisma sob o qual o Sr. vê as características do povo português, quais são as constantes da psique portuguesa, independentemente da ditadura ou da liberdade?

“É claro que a pergunta engloba, desde logo, o conceito do que é uma Nação, uma Nação como entidade popular viva, dotadas das suas características, das suas particularidades que através da História vão sendo criadas, vão sendo sedimentadas, vão sendo formuladas e retificadas etc. mas que, de qualquer modo, acusam um denominador comum que representa esse vínculo identificador do conceito de nacionalidade. Claro que nós, o povo português, somos um povo que já tem vários séculos, suficientes para já ter adquirido esse tal vínculo identificador, que o tem efetivamente. Digamos que o povo português, como qualquer outro povo, adquiriu o seu molde vivencial e seu molde cultural e seu modo de estar no mundo. E acho que o povo português, efetivamente, tem características que são singulares.”  
 E entre essas, quais as que o Sr. ressaltaria?

“Não será difícil dizer, visto que essa singularidade é muitas vezes feita de contrasensos. É um povo com uma grande capacidade de responder a desafios e também por vezes manifestando um certo derrotismo, um certo abandono perante essa mesma resposta muito viva e até empolgante a esses desafios que vai criando. Eu costumo dizer que o povo português, talvez se possa dizer dele, que é de certo modo uma das exceções a essa lei muito discutida, esta lei antropológica do território, quer dizer que tem sido através da História, pelo menos: o povo português necessitar de estar em condições que lhe sejam particularmente adversas para que descubra em si próprio essas tais potencialidades que no fundo representam a sua capacidade e representam a sua própria definição como povo específico. Isto é: é fora do seu ambiente, na maioria das vezes em parte tem sido sempre um povo emigrante através da História, é fora do seu contexto, é fora do seu território onde ele, como seria de esperar, poderia tornar suas virtudes mais evidentes, mais eficazes. Ora, o que tem sucedido é que muitas vezes nessas tais condições adversas, que são as condições da maioria dos emigrantes, que o português se revela com toda a sua bravura moral e essa sua rijura física que o faz suportar grandes contrariedades e que, apesar de tudo o faz realizar grandes obras, apesar dos contratempos e quanto essas grandes obras exigem e exigiram.”

Estou errado em supor que a sua trajetória literária foi exatamente inversa à de Eça de Queirós, em certo sentido: quer dizer: em *A Cidade e as Serras* Eça de Queirós exaltou as virtudes rurais do povo mais simples, do campo de Portugal, contra a sofisticação de Paris, de uma capital? Quando leio seu livro *O Homem Disfarçado* eu sinto que o Sr., ao contrário, partu de um meio rural, com o romance *O Trigo e o Joio* para um meio citadino e agora o Sr. está num discurso mais amplo, que abrange problemas como a tecnocracia, a reificação do homem, além da dialética do coletivo oposto ao individual. Estou errado nessa suposição?

“Não, não está errado, embora talvez as suas palavras justifiquem não é bem uma retificação mas um certo esclarecimento. O meu itinerário de escritor, digamos que tem reproduzido uma espécie de itinerário geográfico por mim percorrido. Eu comecei a minha obra por um ambiente citadino, os dois primeiros romances têm um ambiente citadino provinciano. Por que? Porque eu fui um colegial e um estudante universitário de uma cidade provinciana. De modo que eram naturalmente os problemas que eu próprio contactava eram os meus próprios problemas de adolescente, os problemas da adolescência integrados no meio universitário, integrados numa tal geração rebelde e combativa a que eu me referi há pouco e naturalmente que esse primeiro ciclo da minha obra já é um ciclo citadino mas de cidade provinciana. Entretanto, eu termino o meu curso de medicina, fui exercer a profissão médica em meios rurais, a minha experiência médica refletiu-se na minha experiência de escritor e os meus livros vão traduzindo essa minha experiência rural. Assim publiquei vários livros relacionados com essa experiência como *Retalhos da Vida de um Médico*, como *O Trigo e o Joio* que citou há pouco etc. Entretanto, vim para Lisboa, é uma atração de todo provinciano, queimar as asas à grande Capital, e a minha experiência passou a ser outra: a de uma urbe grande com uma complexidade de problemas e com uma outra perspectivação do homem, diferente, mais cosmopolita do que tido sido até aí. Nesse ciclo citadino escrevi vários romances que lhe são correspondentes, entretanto, por razões várias, comecei a viajar, comecei a ter contacto com outros mundos.”

Contra a sua vontade inclusive?

(ri) “Contra a vontade, parece um contrasenso mas assim é. Tornei-me um viajeiro a contra-gosto e um viajeiro tenho continuado a ser. Ora bem, a partir desse contacto com outros ambientes naturalmente que as minhas problemáticas foram sendo alargadas, mas interessou-me fundamentalmente uma confrontação do homem português com os outros homens. Nunca me alheei por consequente dos temas e das problemáticas do meu país, mas nesta fase já numa perspectivação com problemas, digamos, de uma ordem mundial. Assim nasceu uma nova série, um novo ciclo dos meus livros que eu poderei chamar, um tanto preconceituosamente, de “um ciclo Cosmopolita”. E nesse ciclo tenho continuado por razões várias. Ainda recentemente publiquei, há poucas semanas, um outro livro sobre a América do Norte, a sociedade norte-americana.”

Qual é o título?

“*Cavalgada Cinzenta,* livro esse que mais uma vez me serve de pretexto, ou melhor dizendo, em que uma viagem a América do Norte e ao Canadá me serve de pretexto para enunciar, formular e abordar diversas temáticas do nosso tempo mas com incidência, algumas delas, muito particulares nesses dois países e ainda mais em particular nos Estados Unidos da América.”

Que visão o Sr. tem, nesse livro, da civilização e da cultura norte-americanas? Ou como o Sr. viu os Estados Unidos?

“Antes de mais nada, para um europeu e, naturalmente, sobretudo para um português, há um choque tremendo com a realidade americana. Tudo na América é desmesura, tudo é excesso, tudo é surpresa.

É uma sociedade nitidamente com grandes extensões, uma cidade (Nova York) traumatizante e traumatizada, que tem talvez como um de seus problemas fundamentais um certo tipo de solitude. Nós falamos muito de solidão em nosso tempo etc., mas é claro que em cada país, em cada povo à sua maneira, o problema da solitude pode ter um reflexo diferente. Eu senti muito nitidamente, aliás nem foi para minha surpresa, porque quem vai lendo e acompanhando a literatura americana de hoje e vai, de quando em quando, ouvindo declarações de intelectuais americanos, verifica-se que a solitude é um problema dominante, na verdade, que de certo modo o norte-americano procura disfarçar ou pôr noutro plano, através de um otimismo superficial ou de um tipo de relação agressiva, de um dinamismo agressivo etc. Mas no fundo parece-me que é um dos temas dominantes no aspecto vivencial, esse da solitude. Mas, simultaneamente, não posso deixar de confessar que ao lado dessa desmesura e desse choque, passados uns dias de contato com a realidade americana, há qualquer coisa de fascínio. Será talvez o fascínio que dá a cidade a todo provinciano que a ela chega. Seja o que for, a verdade é que nos meus sentimentos para com a América do Norte, para com Nova York, houve sempre essa mistura de fascínio e rejeição.”

Os elementos de tensão racial, da violência sempre presentes na sociedade norte-americana, também foram fenômenos que o impressionaram?

“Sim, é claro que quando nós vamos à América ou a qualquer outro país - mas isto se dá mais com a América do Norte - talvez, vamos cheios de preconceitos, não há dúvida nenhuma. Ou melhor dizendo: vamos cheios de literatura, temos lido muitas coisas sobre a América do Norte, sobre a violência, sobre o aspecto racial, racismo etc. Encontra-se lá o racismo a vários níveis, não é apenas um racismo rácico (sic), mas a verdade é que pode, na Europa, verificar esse mesmo racismo em evolução, infelizmente. Suponho que os Estados Unidos da América, que têm naturalmente como todos os países aspectos positivos e negativos, podem ser um pouco comprometidos por essa viciação de nosso olhar quando chegamos à América, visto que é um lugar ao qual já se vai cheio de *parti pris* de preconceitos. Tenho a impressão que a América do Norte, como qualquer outro país, é claro, merece que se chegue lá com olhos desprevenidos.”

Na sua obra nós notamos uma modificação de um enfoque neorealista para um enfoque plural, se se puder chamar assim. Qual é a sua impressão sobre a outra superpotência a União Soviética e sobre a literatura de um Soljinitsin e dos dissidentes?

“É claro que há um elemento que pode ser fundamental nesta conversa que é o neorealismo. Claro que ele tem estado sempre acompanhado, se não mesmo adulterado, por uma série de lugares-comuns. O neorealismo não foi, de modo nenhum, uma escola, nem impunha um receituário tanto no sentido de temáticas como de tratamento literário dos ambientes e das personagens. O neorealismo foi fundamentalmente um olhar sobre as coisas, um novo olhar sobre as coisas. Mas depois cada um podia, sob o aspecto literário, não só o estilístico como outros aspectos também, da arquitetura romanesca etc, podia dar-lhe o tratamento que melhor entendesse e sobretudo que estivesse mais adequado à sua personalidade. E assim verificamos que dos escritores neorealistas, dos mais significativos, cada um escreveu à sua maneira e cada um conseguiu impor, vincar uma personalidade que é manifestamente diferenciada de todos os outros. De modo que tenho a impressão de que não houve um enfoque inicial na minha obra que depois viesse a ser modificado. O que houve é uma evolução natural que deve haver em todo escritor, é desejável, sem no entanto deixar de ter, digamos, o mesmo olhar sobre as coisas.”

Mas eu me referia mais ao desmascaramento de uma situação…

“O desmascaramento de uma situação é o dever de todo o escritor, tenho a impressão, não é? seja qual for a sua corrente ou a sua atitude literária… Fundamentalmente o escritor tem que ser um denunciador, tem que levar problemas e caberá aos outros resolvê-los.”

E os russos mencionados desempenhariam essa função?

(despedindo-se) “Pois, pois parece-me claro que sim.”

Fernando Namora levanta-se, de maneira gentil mas categórica. Seria grosseiro insistir. Ficam dezenas de perguntas sem respostas. Como ele verá a obra de seus contemporâneos, Vergílio Ferreira e Cardoso Pires? Que autores brasileiros conhecerá? Poderia explicitar a sua trajetória complexa de um reconhecimento de distorções sociais e econômicas da estrutura da sociedade portuguesa até o reconhecimento da existência de fatores não meramente econômicos mas também psicológicos e tecnológicos que levam à robotização do homem na nossa era cibernética?

Seria inútil, para responder a essas questões, esmiuçar seus livros. Neles Fernando Namora aborda outros temas: traça um painel vigoroso da miséria rural e da falência ética de uma civilização que soçobra em seu fanático e suicida materialismo utilitarista. *O Trigo e o Joio*, *O Homem Disfarçado*, *Diálogo em Setembro*, entre outros, têm por tema como que a constatação, pelo romancista, da advertência bíblica de que “nem só de pão vive o homem”. Focalizando os que “venceram na vida” e obtiveram posição, dinheiro, fama, poder, ele verifica paralelamente a derrota moral desses pseudo-herois da grande indústria ou das profissões liberais, minúsculos Dr. Fausto que venderam a alma ao sucesso a qualquer preço e por conseguinte morreram no plano da consciência e da dignidade humanas.

A metáfora insistente de que o mundo é um hospital - alegoria a que Fernando Namora recorre, localizando grande parte da ação de *O Homem Disfarçado* justamente num hospital - sugere o diagnóstico de que o mundo está precisando de tratamentos intensivos, de balões de oxigênio moral, de soros de altruísmo e de solidariedade para com o próximo. Fernando Namora passa da denúncia dos valores deformantes da realidade - imperante durante a longa noite de ditadura que isolou Portugal do mundo e da sua própria imagem sem outros espelhos que os da deformação oficial - para um plano plurinacional. É o romance em que ele mistura personagens fictícias com personalidades reais, *Diálogo em Setembro* que tem como centro uma reunião de sábios em Genebra para discutir a salvação da humanidade, de forma semelhante aos relatórios do Clube de Roma, da FAO, da ONU, da CIA sobre as fontes de energia e a capacidade de sobrevivência do ser humano na espaçonave superpovoada, a Terra. Em *Diálogo em Setembro* o autor português conslui:

“E de súbito reparamos que essa marcha audaciosa, glorificadora da inventiva humana, prossegue de olhos fechados. Nela repetimos a fábula do aprendiz de feiticeiro. Nela insistimos em servir-nos de critérios que nos poderão conduzir ao apocalipse de consciências”.

Capítulo doze

# Fernando Pessoa

## Fernando Pessoa I

***Jornal da Tarde* 19/03/1977**

Não era - confessava em carta a dois psiquiatras franceses - totalmente um cadáver consciente.

Um histérico neurastênico, sim. E instável: “mudo de opinião dez vezes por dia”.

Emotivo, cerebral, sem força de vontade: quem sabe o curso de magnetismo pessoal por correspondência lhe permitiria desenvolver a vontade sem esmagar a emoção e sem prejudicar a inteligência?

Assim como não tinha opinião firme sobre nenhum de seus amigos, fora da Literatura suas convicções variavam constantemente: “Tento, duramente não ser a mesma coisa no decorrer de três minutos, porque isso é má higiene estética”.

Por isso, pasmava-se, com vergonha, por ter acreditado na juventude, na democracia, no povo, já que a humanidade não existia como acepção sociológica e apenas como congregação biológica da “espécie humana”, como se fala de batráquios, símios, mamíferos.

Não era fascista, porque a noção de “povo” não coincidia com a de classe social ou casta: “Muita gente das aristocracias de história e de dinheiro pertence mentalmente ao povo. Bastante operários, sobretudo das cidades, pertencem à classe média mental. Um homem de gênio ou de talento, ainda que nascido de camponeses, pertence de nascença ao escol”, à elite.

A multidão era temível-desprezível pela sua incapacidade de raciocinar, já que a inteligência é sempre individual, no máximo as emoções cegas podem ser coletivas. Freud, como homem de gênio, distiguira a força e o fanatismo da loucura: “assim se formam as religiões e as seitas reigiosas, compreendendo nestas, porque o são, as de misticismo político, como o fascismo, o comunismo e outras assim”. Mas a mesma estreiteza podia se aplicar à psicanálise e à sua submissão de tudo a um único critério: a sexualidade. E na vida nada se reduz “a uma coisa só, nem sequer na vida intra-atômica”.

Pelas religiões estabelecidas ele tinha desprezo, no entanto quando começa a traduzir do inglês os livros de teosofia de Helena Blavatsky sua tendência par tudo que é secreto, aristocrático, iniciático, subverte todos os seus valores. Um conceito espiritual da passagem humana pela Terra e uma acepção religiosa da arte como religação com Deus e com a evolução da humanidade o levam ao ocutismo, à defesa aberta da Maçonaria e a um agravamento de seu isolamento natural do convívio com os medíocres:

“Em ninguém que me cerca eu encontro uma atitude para com a vida que bata certo com a minha íntima sensibilidade, com as minhas aspirações e ambições, com tudo quanto constitui o fundamental e o essencial do meu íntimo ser espiritual. Encontro, sim, quem esteja de acordo com atividades literárias, que são apenas os arredores da minha sensibilidade. E isso não me basta. De modo que, à minha sensibilidade cada vez mais profunda, e à minha consciência cada vez maior da terrível e religiosa missão que todo homem de gênio recebe de Deus com o seu gênio, tudo quanto é futilidade literária, mera arte, vai gradualmente soando cada vez mais a oco e a repugnante. Pouco a pouco, mas seguramente, no divino cumprimento íntimo de uma evolução cujos fins me são ocultos, tenho vindo erguendo os meus propósitos e as minhas ambições cada vez mais à altura daquelas qualidades que recebi. Ter uma ação sobre a humanidade, contribuir com todo o poder do meu esforço para a civilização vêm-se-me tornando os graves e pesados fins da minha vida. E, assim, fazer arte parece-me cada vez mais importante coisa, mais terrível missão - dever a cumprir arduamente, monasticamente, sem desviar os olhos do fim criador-de-civilização de toda obra artística. E por isso o meu próprio conceito puramente estético da arte subiu e dificultou-se; exijo agora de mim muito mais perfeição e elaboração cuidada. Fazer arte, rapidamente, ainda que bem, parece-me pouco. Devo à missão que me sinto uma perfeição absoluta no realizado, uma seriedade integral no escrito”.

Para isso, pressentia dentro de si uma confusa consciência de ser vários ao mesmo tempo. A disparidade de opiniões, o entrecho-que íntimo de convicções contraditórias e fugidias, as flutuações de anseios, entusiasmos, asco, redundam no reconhecimento da sua pluralidade psiquica.

“Sinto-me múltiplo. Sou como um quarto com inúmeros espelhos fantásticos que torcem para reflexões falsas uma única anterior realidade que não está em nenhuma e está em todas.”

Dessa multiplicidade brotam estilos e poetas diferentes. Fernando Pessoa, apagado correspondente comercial de uma firma lisboeta, desdobra-se em seus heterônimos: Ricardo Reis, Alberto Caeiro, Álvaro de Campos. Eram produto da sua “tendência orgânica e constante para a despersonalização e para a simulação”. Seriam a maturação daquele misterioso Chevalier de Pas que, quando ele tinha seis anos, mantinha correspondência consigo mesmo? Eram como que personagens que emanavam dele, da mesma forma, justificava-se, que se um deles, Álvaro de Campos, era o mais histérico de todos e outro, Alberto Caeiro, se distinguia por sua blasfêmia e seu antiespiritualismo, isso acontecia pelo mesmo processo de imaginação e empatia pelo qual Shakespeare podia criar mulheres absolutamente convincentes, como Cleópatra e Lady Macbeth, sem ser mulher, ou demônios estúpidos como Caliban sem nada ter de demoníaco.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

***Fernando Pessoa: Alguma prosa* (Editora Nova Aguilar)**

Apresenta algumas facetas dessa personalidade mais complexa e singularmente fascinante de toda a literatura portuguesa. Constitui uma seleta do volume consideravelmente maior, *Obras em Prosa*, encadernada, da mesma editora, com 722 páginas dos artigos de Fernando Pessoa. Mesmo assim, são percepções extraordinárias dessa atividade menor, a teoria estética, política, ética, que subjaz à obra do supremo poeta polifacético. Peneiraram-se aspectos irônicos, sutis, profundos, proféticos da vária personalidade pessoana. Com antevisão inacreditável, já por volta de 1925 a 1930, ele caracteriza o Comunismo com uma acuidade que só hoje pode ser concretamente aquilatada nas prisões de Cuba à União Soviética e Pequim e nos depoimentos claríssimos que do Comunismo nos fornecem os signatários da Carta de 77 e os bandidos soviéticos, do matemático Leonyd Pliutsch ao historiador Andrei Amalrik, do escritor Soljenitsin a Vladimir Bukovsky, recebido em audiência pelo Presidente Carter recentemente:

“Ao contrário do Catolicismo, o comunismo não tem uma doutrina. Enganam-se os que supõem que ele tem. O catolicismo é um sistema dogmático perfeitamente definível e compreensível, quer teologicamente quer sociologicamente. O comunismo não é um sistema: é um dogmatismo informe da brutalidade e da dissolução. Se o que há de lixo moral e mental em todos os cérebros pudesse ser varrido e reunido, e com ele se formar umma figura gigantesca, tal seria a figura do comunismo, inimigo supremo da liberdade e da humanidade, como o é tudo quanto dorme nos baixos instintos que se escondem em cada um de nós.

O comunismo não é uma doutrina porque é uma antidoutrina ou uma contradoutrina. Tudo quanto o homem tem conquistado, até hoje, de espiritualidade moral e mental - isto é, de civilização e de cultura -, tudo isso ele inverte para formar a doutrina que não tem”.

Precedendo de muito os ecologistas, que advertiam sobre a desertificação da Terra e a extinção de suas espécies e recursos naturais, substituindo-os por uma civilização técnica e destruidora, ele reflete:

“Ora, a civilização consiste simplesmente na substituição do artificial ao natural no uso e correnteza da vida. Tudo quanto constitui a civilização, por mais natural que nos hoje pareça, são artifícios: o transporte sobre rodas, o discurso disposto em verso escrito, renegam a naturalidade original dos pés e da prosa falada”.

Por meio de paradoxos, mas com uma lógica interior que lhe serve de fio condutor contínuo, prega, ao defender Antonio Botto, o poeta execrado pelos bem-pensantes em Portugal de sua época, um paganismo abeberado nos gregos antigos e anticristão ou anti-hinduísta, pois o espírito religioso, cristão ou do hinduísmo, do budismo ou do islamismo, parte da premissa da alegria: Deus existe, não importa se a vida é vil e “um vale de lágrimas”. Ao contrário, o ideal helênico corrige pela arte, as imperfeições da vida: a estética é o consolo da mortalidade. Da mesma forma a imitação de tudo que é provindo do estrangeiro arruína o espírito nacional, mata no germe tanto a expressão popular, captada pelos talentos individuais de componentes dessa massa amorfa chamada povo como a autonomia expressiva e criadora da aristocracia intelectual da nacionalidade:

“Ora, um povo sem aristocracia não pode ser civilizado. A civilização, porém, não perdoa Por isso esse povo civiliza-se com o que pode arranjar, que é o seu conjunto. E como o seu conjunto é individualmente nada, passa a ser tradicionalista e a imitar o estrangeiro, que são as duas maneiras de não ser nada. É claro que o português, com a sua tendência para ser tudo, forçosamente havia de ser nada de todas as maneiras possíveis. Foi neste vácuo de si-próprio que o português abusou de civilizar-se. Está nisto, como lhe disse, a essência da nossa crise.”

Daí a indignação com que, nacionalista arrebatado, ele amaldiçoa a mediocridade e a podridão de uma Europa desfibrada, incapaz de um pensamento e uma ação autônoma no campo da cultura, da política, do espírito. É seu aterrador e extremamente lúcido Ultimatum à desagregação da Europa como potência intelectual. Os “luminares” da Europa crepuscular do seu tempo são o objeto de seu desprezo mais veemente:

“Mandado de despejo aos mandarins da Europa! Fora!

Fora tu, Anatole France, Epicuro da farmacopéia homeopática, tênia-Jaurès do *Ancien Régime*, salada de Renan-Falubert em louça do século dezessete, falsificada!

Fora tu, Maurice Barres, feminista da Ação, Chateaubriand de paredes nuas, alcoviteiro de palco da pátria de cartaz, bolor da Lorena, algibete dos mortos dos outros, vestindo do seu comércio!

… Fora tu, mercadoria Kipling, homem-prático do verso, imperialista das sucatas, épico para Majuba e Colenso. *Empire-Day* do calão das fardas, *tramp-steamer* da baixa imortalidade!

… Fora tu, George Bernard Shaw, vegetariano do paradoxo, charlatão da sinceridade, tumor frio do ibsenismo, arranjista da intelectualidade inesperada, Kilkenny-Cat de tu próprio, *Irish Melody* calvinista com letra da Origem das Espécies!

Fora tu, H. G. Wells, ideativo de gesso, saca-rolhas de papelão para a garrafa da Complexidade!

Fora tu, G. K. Chesterton, cristianismo para uso de prestidigitadores, barril de cerveja ao pé do altar adiposidade da dialética *cockney* com o horror ao sabão influindo na limpeza dos raciocínios!

E tu, qualquer outro, todos os outros… todos os estadistas pão-de-guerra que datam muito antes da guerra! Todos! todos! todos! Lixo, cisco, chloldra provinciana, safardanagem intelectual!

E todos os chefes de Estado, incompetentes ao léu, barris de lixo virados para baixo à porta da Induficiência da Época!

Tirem tudo da minha frente!

Arranjem feixes de palha e ponham-os a fingir gente que seja outra

… Falência geral de tudo por causa de todos!

Falência geral de todos por causa de tudo!

Falência dos povos e dos destinos - falência total!

Desfile das nações para o meu Desprezo!

Tu, ambição italiana, cão de colo chamado César!

Tu, “esforço francês”, galo depenado com a pele pintada de penas, (não lhes deem muita corda, senão porte-se!)

… Tu, cultura alemã, Sparta podre com azeite de cristismo e vinagre de nietzschização, colméia de lata, transbordamento imperialóide de servilismo engatado!

… Tu, escravatura russa, Europa de malaios, libertação de mola desoprimida porque se partiu!

… Tu, Estados Unidos da América, síntese - bastardia da baixa-Europa, alho de açorda transatlântica, pronúncia nasal do modernismo inestético!

E tu, Portugal-centavos, resto da Monarquia a apodrecer República, extrema-unção - enxovalho da Desgraça, colaboração artificial na guerra com vergonhas naturais em África!

E tu, Brasil, “república irmã”, blague de Pedro Álvares Cabral, que nem te queria descobrir!

… A Europa quer grandes Poetas, quer grandes Estadistas, quer grandes Generais!

Quer o Político que construa conscientemente os destinos inconscientes do seu Povo!

Quer o Poeta que busque a Imortalidade ardentemente, e não se importe com a fama, que é para as atrizes e para os produtores farmacêuticos!

Quer o Genral que combata pelo Triunfo Construtivo, não pela vitória em que apenas se derrotam os outros!

… A Europa está farta de não existir ainda! Está farta de ser apenas o arrabalde de si própria! A Era das Máquinas procura tateando a vinda da Grande Humanidade!

… Dai Homeros à Era das Máquinas, ó Destinos científicos!

Dai Miltons à Época das Cousas Elétricas, a Deuses interiores à Matéria!

Dai-nos Possuidores de si próprios, Forte, Completos, Harmônicos, Sutis!

… O que aí está a apodrecer a Vida, quando muito é estrume para o Futuro!

O que aí está não pode durar, porque não é nada!

Eu, da Raça dos Navegadores, afirmo que não pode durar!

Eu, da Raça dos Descobridores, desprezo o que seja menos que descobrir um Novo Mundo!

… Eu, ao menos, sou da estatura da Ambição Imperfeita, mas da Ambição para Sehores, não para escravos!

Ergo-me ante o sol que desce, e sombra do meu Desprezo anoitece em vós!…”

Neste Ultimatum espantoso, que nada perdeu de sua pertinência hoje, delineia-se o asco que despertaria em Fernando Pessoa o panorama não só da Europa mas do mundo atual. Que Ultimatuns cheios de vômito e do frêmito da revolta não lançaria ele contra o governo de Valéry Giscard d’Estaing que devolve incólumes terroristas autores de chacinas em troca da “compreensão petrolífera” dos árabes? Que Ode ele teceria a Idi Amin Dada, Libertador Perpétuo do seu povo? Com que Hino louvaria o renascimento do nazismo na Alemanha Ocidental e a hipocrisia de designações como “República Democrática” Alemã, com o muro de Berlim a atestar o túmulo da democracia e da liberdade? Que Cântico à Abjeção lhe brotaria espontaneamente da contemplação dos cárceres políticos de Fidel Castro, do Arquipélago Gulag, de Pinochet e Stroessner? Como designaria a exortação para que “se evite” o tema do não-cumprimento dos direitos humanos na próxima conferência de Belgrado pela signatária no Tratado de Helsinque, a União Soviética?

Mas não só na área política, que é obviamente a mais gritante e que mais facilmente salta aos olhos do leitor, que Fernando Pessoa demonstra a sua atualidade. Qualquer página aberta ao acaso revela centelhas de uma inteligência vigilante, original, multiforme, seja quando alude obliquamente à estupidez generalizada com relação a um tema específico como o da literature (“Por isto, chamo a atenção das pessoas criticamente competentes (a sua existência entre nós é uma hipótese da minha delicadeza)”, seja quando medita sobre essa especificidade da Literatura como Expressão global: “Toda a arte é uma forma de Literatura, porque toda a arte é dizer qualquer coisa… As artes que não são a literatura são as projeções de um silêncio expressivo…”

Demasiado complexo para ser objeto de um mero artigo, ele projeta neste pequeno volume de prosa como que a sombra da sua magnitude incomparável, a sua Poesia, esta atemporal, os escritos teóricos como manancial de uma inquietação intelectual sempre vital desafiadora em seus paradoxos mesmo os aparentemente mais alucinantes e inaceitáveis.

Ninguém, em língua portuguesa, encarnou como ele a conclusão de Shelley:

“Os poetas são, sem o saberem, os legisladores desconhecidos da humanidade”.

## Fernando Pessoa II: *Fotobiografias*

***Jornal da Tarde* 09/01/1982**

Além do pavor que tinha das trovoadas, Fernando Pessoa até em cartas consignara sua “embirração por tirar retratos”. A uma de suas tias, ele tipicamente oferece “esta provisória representação visível de si próprio”. Sentindo uma profunda relutância em entrar em lugares desconhecidos, o poeta que escandalizou a provinciana Lisboa de sua época (1888-1935) deixou, nos arquivos de jornais, em velhos baús de tias e na Biblioteca da Câmara Municipal de Lisboa uma vasta coleção de retratos que o acompanham quase que por toda a vida. Agora, Maria José de Lancastre, estudiosa de Pessoa e professora de literatura portuguesa na Itália, reúne numa original *Fotobiografia* instantâneos e textos do grande poeta de *Mensagem*, num lançamento da Imprensa Nacional, de Portugal, com apoio do Centro de Estudos Pessoanos do Porto.

Evidentemente, esta série de documentos, mapas astrológicos feitos pelo poeta e cartões-postais colhe também uma visão política da Lisboa que depois do assassinato do rei passa bruscamente para um regime republicano e mais tarde para a ditadura salazarista. Desenhos dos navios que levaram o menino Fernando Antônio à África do Sul para morar com a mãe e o padrasto, cônsul do Reino de Portugal em Durban, fotos dos autores que o acompanharam na grande aventura de renovar artistística e culturalmente Portugal, como o poeta Mário de Sá-aCarneiro ou Teixeir de Pascoaes, o artista Almada Negreiros e pinturas que retratam Shelley, Shakespeare, Byron, Keats e outros grandes artistas ingleses da predileção do poeta lusitano, completam esta série de imagens sumamente sugestiva da trajetória pessoana.

Paradoxal, polêmico, nada conformista, Fernando Pessoa tinha uma visão irrepetível do que deveria ser a literatura, o povo português, a arte, a religião. Diversas vezes a mentalidade burguesa chocou-se com os seus manifestos, com a fundação ruidosa de suas revistas de vanguarda, como *A Águia* e sua defesa do poeta homossexual Antônio Botto. Pagão, estranhadamente anticatólico, dotado de uma visão do mundo *sui-generis*, Fernando Pessoa se desdobraria em outros poetas - Álvaro de Campos, Ricardo Reis, Alberto Caeiro - que ele teria recebido de forma mediúnica e cuja obra exprime facetas diversas do seu sentimento poético e cívico. Para cada um deles, Fernando Pessoa, estudante de ocultismo, elabora um minucioso mapa astrológico, com a data de nascimento, seu lugar de origem, estudos que fez, data de seu aparecimento poético etc: são os seus famosos “heterônimos”, ramificações inconscientes da pluralidade do seu “eu”.

Uma de suas teorias mais intencionalmente paradoxais versa sobre a índole do português sobre a qual, em fins do século passado, já Eça de Queirós se debruçara com sarcasmo e vergastadas, em comparação com povos como o francês ou o inglês. Fernando Pessoa é sumamente original:

“Porque o facto significativo acerca dos portugueses é que eles são o povo mais civilizado da Europa. Eles nascem civilizados porque nascem aceitadores de tudo. Neles nada há do que os antigos psiquiatras costumavam chamar misoneísmo, o que significa apenas ódio às coisas novas; gostam francamente de mudar e do que é novo. Não possuem elementos estáveis, como os franceses, que só fazem revoluções para exportação. Os portugueses estão sempre a fazer revolução. Quando um português se vai deitar faz uma revolução porque o português que acorda na manhã seguinte é diferente. É precisamente um dia mais velho, um dia mais velho sem dúvida alguma. Outros povos acordam todas as manhãs no dia de ontem; o amanhã está sempre a vários anos de distância. Mas não esta estranha gente. Move-se tão rapidamente que deixa tudo por fazer, incluindo ir depressa. Não há nada menos ocioso do que um português. A única parte ociosa do país é a que trabalha. Daí a sua falta evidente de progresso.”

Evidentemente, não se trata apenas de um monte de afirmações desmioladas ou feitas somente para chocar pela sua *boutade*. Fernando Pessoa descria visceralmente da ação material do lucro, do trabalho como único objetivo edificante da vida. Para ele, o advento da era moderna, saudada pelos mestres do Futurismo italiano, como Marinetti, como um ritmo novo, o das fábricas, dos bondes, da eletricidade, das máquinas, era o advento de uma aceleração da angústia humana, um desvio do ser humano dos seus mais altos propósitos: a bondade, a fraternidade, o cultivo da arte, do ócio meditativo, da beleza, do paganismo da adoração da natureza. Álvaro de Campos principalmente, reflete a filosofia corajosa derivada de Lucrécio: a do homem diante de um universo desprovido de deuses e sem outro sentido a não ser o da transitoriedade de tudo e da precariedade implícita da hora que passa:

“Não sou nada.

Nunca serei nada.

Não posso querer ser nada.

À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo.

Janelas do meu quarto,

Do meu quarto de um dos milhões do mundo que ninguém sabe quem é

(E se soubessem quem é, o que saberiam?),

Dais para o mistério de uma rua cruzada constantemente por gente,

Para uma rua inacessível a todos os pensamentos,

Real, impossivelmente real, certa, desconhecidamente certa,

Com o mistério das coisas por baixo das pedras e dos seres,

Com a morte a pôr humidade nas paredes e cabelos brancos nos homens,

Com o Destino a conduzir a carroça de tudo pela estrada de nada.

Estou hoje vencido, como se soubesse a verdade.

Estou hoje lúcido, como se estivesse para morrer,

E não tivesse mais irmandade com as coisas

Senão uma despedida, tornando-se esta casa e este lado da rua

A fileira de carruagens de um comboio, e uma partida apitada

De dentro da minha cabeça,

E uma sacudidela dos meus nervos e um ranger de ossos na ida.

Estou hoje perplexo como quem pensou e achou e esqueceu.

Estou hoje dividido entre a lealdade que devo

À Tabacaria do outro lado da rua, como coisa real por fora,

E à sensação de que tudo é sonho, como coisa real por dentro.

Falhei em tudo.

Como não fiz propósito nenhum, talvez tudo fosse nada.

A aprendizagem que me deram,

Desci dela pela janela das traseiras da casa,

Fui até ao campo com grandes propósitos.

Mas lá encontrei só ervas e árvores,

E quando havia gente era igual à outra.

Saio da janela, sento-me numa cadeira. Em que hei-de pensar?

Que sei eu do que serei, eu que não sei o que sou?

Ser o que penso? Mas penso ser tanta coisa!

E há tantos que pensam ser a mesma coisa que não pode haver tantos!

Génio? Neste momento

Cem mil cérebros se concebem em sonho génios como eu,

E a história não marcará, quem sabe?, nem um,

Nem haverá senão estrume de tantas conquistas futuras.

Não, não creio em mim.

Em todos os manicómios há doidos malucos com tantas certezas!

Eu, que não tenho nenhuma certeza, sou mais certo ou menos certo?

Não, nem em mim...

Em quantas mansardas e não-mansardas do mundo

Não estão nesta hora génios-para-si-mesmos sonhando?

Quantas aspirações altas e nobres e lúcidas —

Sim, verdadeiramente altas e nobres e lúcidas —,

E quem sabe se realizáveis,

Nunca verão a luz do sol real nem acharão ouvidos de gente?

O mundo é para quem nasce para o conquistar

E não para quem sonha que pode conquistá-lo, ainda que tenha razão.

Tenho sonhado mais que o que Napoleão fez.

Tenho apertado ao peito hipotético mais humanidades do que Cristo,

Tenho feito filosofias em segredo que nenhum Kant escreveu.

Mas sou, e talvez serei sempre, o da mansarda,

Ainda que não more nela;

Serei sempre *o que não nasceu para isso*;

Serei sempre *só o que tinha qualidades*;

Serei sempre o que esperou que lhe abrissem a porta ao pé de uma parede sem

porta

E cantou a cantiga do Infinito numa capoeira,

E ouviu a voz de Deus num poço tapado.

Crer em mim? Não, nem em nada.

Derrame-me a Natureza sobre a cabeça ardente

O seu sol, a sua chuva, o vento que me acha o cabelo,

E o resto que venha se vier, ou tiver que vir, ou não venha.

Escravos cardíacos das estrelas,

Conquistámos todo o mundo antes de nos levantar da cama;

Mas acordámos e ele é opaco,

Levantámo-nos e ele é alheio,

Saímos de casa e ele é a terra inteira,

Mais o sistema solar e a Via Láctea e o Indefinido.

(Come chocolates, pequena;

Come chocolates!

Olha que não há mais metafísica no mundo senão chocolates.

Olha que as religiões todas não ensinam mais que a confeitaria.

Come, pequena suja, come!

Pudesse eu comer chocolates com a mesma verdade com que comes!

Mas eu penso e, ao tirar o papel de prata, que é de folhas de estanho,

Deito tudo para o chão, como tenho deitado a vida.)”

(Fragmento de “Tabacaria”)

Ricardo Reis é a manifestação clássica, requintada, hierática, dessa estoica filosofia da inconstância de tudo, o Tempo-Cronos, deus a devorar tudo, mesmo o prazer fulminante que passa:

“Sábio é o que se contenta com o espectáculo do mundo,

                E ao beber nem recorda

                Que já bebeu na vida,

                Para quem tudo é novo

                E imarcescível sempre.

Coroem-no pâmpanos. ou heras. ou rosas volúveis,

                Ele sabe que a vida

                Passa por ele e tanto

                Corta a flor como a ele

                De Átropos a tesoura.

Mas ele sabe fazer que a cor do vinho esconda isto,

                Que o seu sabor orgíaco

                Apague o gosto ás horas,

                Como a uma voz chorando

                O passar das bacantes.

E ele espera, contente quase e bebedor tranquilo,

                E apenas desejando

                Num desejo mal tido

                Que a abominável onda

                O não molhe tão cedo.”

Uma sabedoria epicurista, culta, de resignação perante o Destino inexorável:

“Só o ter flores pela vista fora

Nas áleas largas dos jardins exactos

         Basta para podermos

         Achar a vida leve.

De todo o esforço seguremos quedas

As mãos. brincando, pra que nos não tome

         Do pulso, e nos arraste.

         E vivamos assim.

Buscando o mínimo de dor ou gozo,

Bebendo a goles os instantes frescos,

         Translúcidos como água

         Em taças detalhadas,

Da vida pálida levando apenas

As rosas breves, os sorrisos vagos,

         E as rápidas caricias

         Dos instantes volúveis.

Pouco tão pouco pesarei nos braços

Com que, exilados das supernas luzes,

         Escolhermos do que fomos

         O melhor pra lembrar

Quando, acabados pelas Parcas, formos,

Vultos solenes de repente antigos,

         E cada vez mais sombras,

         Ao encontro fatal

Do barco escuro no soturno rio,

E os nove abraços do horror estígio,

         E o regaço insaciável

         Da pátria de Plutão.”

Esse desdobramento em várias personalidades simultâneas ou alternadas era um traço de seu temperamento desde a infância: “Tive sempre, desde criança, a necessidade de aumentar o mundo com personalidades fictícias, sonhos meu rigorosamente construídos, visionados com clareza fotográfica, compreendidos por dentro das suas almas. Não tinha eu mais que cinco anos e, criança isolada e não desejando assim estar, já me acompanhavam algumas figuras de meu sonho - um capitão Thibaut, um Chevalier de Pas - e outros que já me esqueceram, e cujo esquecimento, como a imperfeita lembrança daqueles, é uma das grandes saudades da minha vida”, ele confia em um rascunho de carta ao intelectual Adolfo Casais Monteiro, completando em um fragmento sem data: “A minha infância decorreu serena, recebi uma boa educação. Mas, desde que tenho consciência de mim mesmo, apercebi-me de uma tendência nata em mim para a mistificação, para a mentira artística. Junte-se a isto um grande amor espiritual, pelo misterioso, pelo obscuro, que, ao fim e ao cabo, não senão uma forma e uma variante daquela outra minha característica, e a minha personalidade será completa para a intuição”.

Indefinível pelos cânones comuns, o próprio Fernando Pessoa forjava para si mesmo pseudônimos simbólicos, como o de Alexander Search (Alexandre Busca), enviando a si próprio envelopes com esses nomes inventados: “Não sei quem sou, que alma tenho. Quando falo com sinceridade não sei com que sinceridade falo. Sou variamente outro do que um eu que não sei se existe (se é esses outros). Sinto crenças que não tenho. Enlevam-me ansias que repudio. A minha perpétua atenção sobre mim perpetuamente me aponta traições de alma a um caráter que talvez eu não tenha, nem ela julga que eu tenho. Sinto-me múltiplo. Sou como um quarto com inúmeros espelhos fantásticos que torcem para reflexões falsas uma única anterior realidade que não esta em nenhuma e está em todas. Como o panteísta se sente árvore e até a flor, eu sinto-me vários seres. Sinto-me viver vidas alheias, em mim, incompletamente, como se o meu ser participasse de todos os homens, incompletamente, de cada por uma suma de não-eus sintetizados num eu postiço”, como confessa num fragmento sem data.

Essa multiplicidade de personalidades permite, porém, que um patriotismo ardente o anime a fundar revistas literárias, a esperar o advento de um Quinto Império, no qual Portugal cumprirá sua missão superior, depois dos Descobrimentos e de ter trazido uma noção fraterna à convivência das raças: “O meu intenso sofrimento patriótico, e meu intenso desejo de melhorar o estado de Portugal, provocam em mim - com exprimir com que ardor, com que intensidade, com que sinceridade! - mil projetos, que, mesmo se realizáveis por um só homem, exigirim dele uma característica puramente negativa em mim - força de vontade. Mas sofro - até os limites da loucura, juro-o - como se tudo eu pudesse fazer sem, no entanto, o poder realizar, por deficiência da vontade. É um sofrimento horrível que, afirmo-o, me mantém constantemente nos limites da loucura. E, depois, incompreendido. Ninguém suspeita do meu amor patriótico, mais intenso do que o de todos aqueles a quem encontro ou conheço. Não o traio; como sei, então que não o possuem? Como posso dizer que a sua preocupação não iguala a minha? Porque, nalguns casos - na maior parte, até - o seu temperamento é inteiramente diferente; porque, nos outros casos, a sua maneira de falar revela a ausência de, ao menos, um patriotismo nominal. O fervor, a intensidade - terna, revoltada e ardente - do meu, jamais os exprimirei… Além dos meus proectos patrióticos - escrever *República de Portugal*, provocar aqui uma revolução, escrever panfletos portugueses, dirigir a publicação de obras literárias mais antigas, fundar um periódico, uma revista científica etc - outros planos em que me consumo na necessidade de serem em breve postos em prática conjugam-se para produzir um impulso excessivo que me paralisa a vontade. O sofrimento que isto produz não sei se poderá ser definido como situado aquém da loucura. A tudo isto acrescentam-se ainda outros motivos de sofrimento, alguns físicos, mentais outros, a susceptibilidade a toda coisa comezinha ue posa ser dolorosa (ou que não o seria, até, para um homem normal), acrescentem-se ainda outras coisas, complicações, dificuldades de dinhero - junte-se isto tudo ao meu temperamento fundamentalmente desequilibrado e talvez se possa SUSPEITAR quel a intensidade do meu sofrimento”.

As revistas que fundava a tipografia que adquiriu, os movimentos artísticos que lançou - tudo durou efemeramente: Portugal estava muito aquém da genialidade do seu supremo poeta. Já distanciado da vida real, a não ser por um pequeno grupo de artistas, escritores e intelectuais que com ele se reuniam em cafés boêmios, Fernando Pessoa alia a seu humilde e mal remunerado ganha-pão, a correspondência comercial em inglês de algumas firmas lisboetas, a atividade complementar de tradutor. É quando traduz do inglês os ensinamentos da teosofia de Helena Blavatsky através de sua discípula Annie Besant que ele tem o momento de radical transformação da sua vida e se dedica inteiramente ao ocultismo, à cabala, à alquimia, à magia. Seus poemas da fase final refletem uma estrutura esotérica, inacessível aos não-iniciados. É possivelmente a única falha desta coletânea fotobiográfica: a de quase não aludir a essa fase nem ilustrá-la, quando durante algum tempo Fernando Pessoa até pensou seriamente em estabelecer-se profissionalmente como astrólogo em Lisboa.

Já seu eminente biógrafo, João Gaspar Simões, em sua longa e fartamente documentada *Vida Obra de Fernando Pessoa*, obtivera dados raros sobre essa fase final do grande poeta, antes que este mandasse destruir todos os ensinamentos esotéricos em cartas dirigidas a amigos, como Adolfo Casais Monteiro. Esta *Fotobiografia* preferiu, um tanto arbitrariamente ou por falta de documentação abonadora, enfocar as confusas noções políticas de Pessoa, sua utilização de partes da filosofia nietzscheana, escolha que nos parece de importância menor. Na sua prismática versatilidade dos heterônimos, o Fernando Pessoa derradeiro é, essencialmente, o oculto, o iniciado o esotérico que transcende as ilusões de regimes políticos e infunde à própria literatura uma magnitude transcendente e atemporal: “Creio na existência de mundos superiores ao nosso e de habitantes desses mundos, em existências de diversos graus de espiritualidade, subtilizando-se até chegar a um Ente Supremo, que presumivelmente criou este mundo… Não procures nem creias: tudo é oculto”; ou na transposição poética de sua “conversão”:

“Não dormes sob os ciprestes,

Pois não há sono no mundo.

......

O corpo é a sombra das vestes

Que encobrem teu ser profundo.

Vem a noite, que é a morte

E a sombra acabou sem ser.

Vais na noite só recorte,

Igual a ti sem querer.

Mas na Estalagem do Assombro

Tiram-te os Anjos a capa.

Segues sem capa no ombro,

Com o pouco que te tapa.

Então Arcanjos da Estrada

Despem-te e deixam-te nu.

Não tens vestes, não tens nada:

Tens só teu corpo, que és tu.”

## *Fernando Pessoa III, o Poeta Singular e Plural* de João Alves das Neves (Editora Expressão)

***Jornal da Tarde* 1985**

*Fernando Pessoa, o Poeta Singular e Plural*, de João Alves das Neves (Editora Expressão), inaugura, segundo seu editor Ismael Guarneelli, uma nova fase: a de baratear livros de e sobre escritores decisivos em língua portuguesa ou traduzidos de outros idiomas. Com belas ilustrações e uma pequena antologia que abrange tanto a parte poética dos vários Fernandos Pessoa como seus escritos em prosa, pareceu-me que seu mérito é o de dar ao poeta e crítico português João Alves das Neves a oportunidade de desvendar lucidamente para o público brasileiro uma das “personalidades” ou heterônimos encobertos do supremo poeta lusitano deste século: Bernardo Soares. Conheciam-se incomparavelmente melhor Alberto Caieiro, Ricardo Reis e Álvaro de Campos, esses poetas co-existentes com Fernando Pessoa e que dele emanaram prontos como Pallas Athenea surgiu perfeitamente da cabeça de Zeus. Quando se pensa que no espólio pessoano existem 25.426 originais, guardados em 343 envelopes, com um sem-número de textos ainda inéditos ou semi-inéditos, Fernando Pessoa é não só o poeta múltiplo que se desdobra em quatro ou cinco poetas diferentes simultaneamente: equivale a uma perene descoberta.

Fundador do Instituto de Estudos Fernando Pessoa, João Alves das Neves é reconhecidamente um dos mais profícuos exegetas daquele que queria ser o “supra Camões” e que para certas sensibilidades modernas realmente o foi. Aqui ele é desvelado também através da névoa de Bernardo Soares e seu inquietante *Livro do Desassossego.* Se for possível dizer-se assim, este livro “democratiza” o acesso a Fernando Pessoa a um número maior de pessoas: a edição em dois volumes encadernados da Aguilar tornou-se muito cara para a empobrecida classe média brasileira e a monumental obra ensaística e biográfica de João Gaspar Simões, *Vida e Obra de Fernando Pessoa* (Livraria Bertrand, Lisboa) está esgotada nas prateleiras da livrarias que importam livros portugueses entre nós. João Alves das Neves judiciosamente menciona fontes fidedignas para o enfoque de Pessoa através das cartas que o poeta dirigiu a Armando Cortes-Rodrigues e a Adolfo Casais Monteiro. E habilmente arma uma “entrevista” com Fernando Pessoa a respeito de temas atualíssimos hoje em dia como as multinacionais, a intervenção do Estado na economia de um país, de que maneira se deve proceder para lançar um produto em um mercado consumidor, baseado no texto pouco conhecido do autor singularíssimo português, intitulado *Textos para Dirigentes de Empresas*.

Não suscetível de qualquer rotulação, Fernando Pessoa, polivalente, podia perfeitamente ser, durante algumas horas, um mero correspondente em línguas estrangeiras de firmas comerciais lisboetas e no restante do tempo criar a mais metafísica e fascinante obra poética não só de Portugal e da língua portuguesa, mas possivelmente de todo este século no Ocidente. São, por isso, ridículas, quando não temerárias, as pretensões de se querer enquadrá-lo com etiquetas de “fascista”, “reacionário”, “monarquista”, etc., como comprova toda a sua farta dissertação política aqui incluída. Interessante é o aprofundamento da noção que se tinha sobre os ancestrais de Fernando Pessoa, principalmente sua tia-avó materna, Maria Xavier Pinheiro, “cética em religião, aristocrática e monárquica e não admitindo no povo o ceticismo, espírito varonil sem medos e pouca ternura feminina”, que tinha no sobrinho-neto o seu predileto e como típica mulher de letras do sécuo XVIII cultivara a poesia com uma descrença já precocemente pessoana:

“Quem sois vós que escreveis o que eu padeço

E em cujo pensar diviso o meu?”

seguido do final:

“Sabei que na minh’alma um verdadeiro,

Um íntimo descrer, há muitos anos

Me torna nm deserto o mundo inteiro”.

Imediatamente, porém, esta afinidade agnóstica, senão atéia, se prende a elocubrações em prosa, pois a essas ponderações digamos “racionais” de Fernando Pessoa se contrapõem ansiedades místicas à espera da volta de dom Sebastião, desaparecido em guerras no Norte da África, que virá redimir Portugal e erguê-lo a uma glória incomparável à de todos os demais povos da Terra. Originais nos soam também as conclusões de que tanto a Espanha quanto Portugal não são países latinos, uma mentalidade à parte do restante da Europa. Igualmente a rejeição do regime salazarista se reforça com o texto “Oligarquia das Bestas” e a decisão de, por oposição inabalável à ditadura franquista, Pessoa ter-se decidido a abandonar o inglês (língua na qual alguns de seus poemas tinham merecido resenhas no suplemento literário do vetusto jornal *Times* de Londres), para imergir no que chamava de “patriotismo literário” concretizado em seu desejo de querer doravante escrever apenas em português.

O passaporte imaginário de Fernando Pessoa conteria dados surpreendentes: Nome - Fernando Pessoa? Ou vários? Interrogação acompanhada da anotação manuscrita: “Se estas três individualidades (Alberto Caieiro, Ricardo Reis, Álvaro de Campos) são mais ou menos reais que o próprio Pessoa - é problema metafísico, que este, ausente do segredo dos deuses e ignorando portanto o que seja realidade, nunca poderá resolver.” Ascendência: misto de fidalgos e de judeus. Profissão: “A designação mais própria será “tradutor” a mais exata ‘correspondente estrangeiro em casas comerciais’. O ser poeta e escritor não constitui profissão”. Cargos desempenhados: “Se por isso se entende cargos públicos ou funções de destaque, nenhumas”.

Sinais característicos: “Cristão gnóstico, e portanto inteiramente oposto a todas as Igrejas organizadas, e sobretudo à Igreja de Roma. Fiel à Tradição Secreta do Cristianismo em Israel (a Santa Kabbalah), e com a essência oculta da Maçonaria. Partidário de um nacionalismo místico onde seja abolida toda infiltração católica-romana, criando-se, se possível for, um sebastianismo novo, que a substitua espiritualmente, se é que no catolicismo português houve alguma vez espiritualidade. Nacionalista que se guia por este lema: ‘Tudo pela Humanidade; nada contra a Nação’. ‘Anticomunista e anti-socialista. O mais deduz-se do que vai dito acima. Ter sempre na memória o mártir Jacques de Molay, Grão-Mestre dos Templários, e combater, sempre e em toda parte, os seus três assassinos - a ignorância, o Fanatismo e a Tirania”.

Não desprovido de senso de humor, Fernando Pessoa acrescentava sempre a um seu possível auto-retrato cambiante: “Fernando Pessoa nem toma qualquer crítica que se lhe faça, como um ato de lesa-divindade” nem se julga mestre nem chefe nem mesmo de cozinha… Tendo preparado ciosamente os mapas astrológicos dos três poetas que o visitaram, desde criança criava personagens que com ele brincavam e falavam, aduzindo enigmaticamente: “Não sei, bem entendido, se realmente não existiram ou se sou eu que não existo. Nestas coisas, como em todas, não devemos ser dogmáticos”. Aos seis anos de idade, já redigia cartas a si mesmo, enviadas por um misterioso Chevalier de Pas e na longuíssima dissertação sobre seus heterônimos que enviou a seu amigo, o excelente crítico e ensaísta português Asolfo Casais Monteiro, exilado no Brasil devido ao regime salazarista, ele lhe pede que não revele a parte ocultista, esotérica de sua “iniciação” metafísica, quando começou a traduzir *Vozes do Silêncio,* de Mme. Blavatsky, a mística russa fundadora da Teosofia e autora de *A Doutrina Secreta* que campeou no Tibet. Desinteressado da sensualidade: “talvez porque a sensualidade real não tem para mim interesse de nenhuma espécie - nem sequer mental ou de sonho -, transmudou-se-me o desejo para aquilo que em mim cria ritmos verbais, ou os escuta de outros. Estremeço se dizem bem”. E ainda: “Tal página, até, de Vieira, na sua fria perfeição de engenharia, sintática, me faz tremer como um ramo ao vento, num delírio passivo de coisa movida”. Até aproximar-se do deslumbramento cromático das vogais, como Rimbaud, daquele “assombro vocálico em que os sons são cores ideais”. Em 1935 (nascera em 1888) morre fisicamente de uma cólica hepática no Hospital São Luís dos Franceses, escrevendo a lápis sua útima frase e em inglês: “*I know not what tomorrow will bring*” (“Ignoro o que trará o amanhã”). Está enterrado - poderia ser em outro lugar? - no Cemitério dos Prazeres, de Lisboa.

A fascinante mutiplicidade de aspectos, às vezes conflitantes, de Fernando Pessoa, é completada, mais do que por seus conjecturais dados autobiográficos, pela sua poesia, da qual excertos significativos estão incluídos neste volume, formando uma sintética Antologia básica. João Alves da Neves contraiu com os seus leitores brasileiros a obrigação, por assim dizer, de publicar os seus demais artigos e conferências sore Fernando Pessoa e autores eminentes portugueses como Aquilino Ribeiro e o sublime poeta Mário de Sá-Carneiro. Sua obra crítica esparsa em revistas, jornais e mesmo em outros livros, nao pode permanecer dispersa. Se ao selecionar poetas modernos portugueses prestou um serviço altamente importante para o conhecimento, por parte do Brasil, do melhor que se produz em Portugal (Editora Civilização Brasileira, 1967) é indispensável que saibamos, cada vez mais, sobre a sensibilidade e a inteligência portuguesas, uma das arquitraves fundamentais da nossa própria brasilidade. No amálgama étnico e de culturas do Brasil, o permanente laço de união tem que ser, como o foi para Fernando Pessoa, a pátria interior - a língua portuguesa.

## Entrevista com João Gaspar Simões: o poeta e a humanidade

***Jornal da Tarde* 30/11/1985**

Sem nenhuma farpa de ironia ou de exagero, o mais erudito e profundo crítico de literatura em Portugal, o professor João Gaspar Simões, é como que o Evangelista maior do supremo gênio poético aparecido em nossa língua, Fernando Pessoa. É impensável iniciar-se em Fernando Pessoa sem o apoio certeiro, seguro, profícuo da magnifica *Vida e Obra de Fernando Pessoa* que João Gaspar Simões lhe dedicou.

Pode-se dizer até que foi ele quem *descobriu* legitimamente, Fernando Pessoa e o seu valor transcendente para uma literatura e uma sensibilidade lírica nada avarenta de talentos prodigiosos, séculos e séculos a fio.

Autor de outros estudos definitivos sobre Eça de Queirós, Antônio Nobre, Camilo Pessanha, Garret, Antero de Quental e, entre muitas obras mais, de uma *História da Poesia Portuguesa* (em três volumes) exemplar e de percucientes análises do romance, da prosa e da poesia contemporâneas, aos 81 anos de idade o professor Simões se distingue ainda pela sua personalidade risonha, fidalga de uma fina ironia e uma conversação sempre aliciadora e fascinante.

Convidado a vir a São Paulo para o Primeiro Colóquio sobre Fernando Pessoa, organizado por esse incansável divulgador de assuntos portugueses no Brasil que é João Alves das Neves e com o apoio de entidades culturais portuguesas aqui estabelecidas, João Gaspar Simões, lúcido, perspicaz e fecundo aferidor dos grandes valores literários lusitanos, mantém um senso de humor e uma verve vivíssimos. E haverá em Portugal um *causeur* mais cativante do que ele?

Professor João Gaspar Simões: como comprova a sua, sem favor, incomparável obra sobre Fernando Pessoa, a própria multiplicidade do magnífico poeta português só nos permite abordar, de forma forçosamente reduzida, alguns aspectos da sua criação inigualável talvez em todo o século XX, não é verdade? Dentro dessa obviamente imensa complexidade, portanto, eu gostaria que o senhor nos falasse sobre a relevância de Fernando Pessoa com relação a nossas angústias, nossas preocupações e esperanças, nosso desânimo e alegria, enfim, sobre a psique dessa Humanidade de hoje, após a sua morte física.

“O tema… bem, o tema não é fácil (rindo bem-humoradamente). Realmente, é claro que um dos méritos da obra de Pessoa, não é?, é responder a muitas perguntas que até por vezes não existissem no momento em que ele escreveu. Há talvez mais respostas, se possível ou talvez nem sejam respostas, mas ele aborda, sugere problemas que hoje estão mais divulgados, são mais da condição humana atual do que da condição humana da época dele. Ele se antecipa, pois. Como ouvimos recentemente a palestra da professora Maria Tereza Rita Lopes, há por trás de toda a interpretação que ela faz dele o problema do existencialismo que de certo já foi ultrapassado, mas que no tempo dele não existia, o existencialismo é posterior à obra de Pessoa. E há, no entanto, todo um problema existencial, como se viu, nessa sua criação. Portanto, é natural que a obra do Pessoa responda a perguntas, questões, problemas que ele pôs antes de eles se formularem a nós próprios. Eu já não sou de hoje, sou do tempo dele, mas a glória que me atribuem é a de o ter conhecido…”

Absolutamente, o senhor…

“Sim, mas tive outra glória: eu é que anunciei, em um pequeno estudo sobre ele, em 1929, que Pessoa daí a 20 ou 30 anos seria considerado um grande escritor.”

Há aqui negação quanto ao que o sr. Diz, porque na realidade, de certa maneira foi o sr, que *fundou* o Fernando Pessoa.

“Evidentemente, a aquela altura ninguém conhecia o Fernando Pessoa. Lembro-me que quando publiquei em dois volumes a primeira edição de meu livro *Vida e Obra de Fernando Pessoa* houve alguém que escreveu no jornal: como é possível escrever dois volumes biográficos e críticos sobre um poeta que ninguém conhece? E que praticamente não existe?”

Dentro dessa antecipação a que o sr. Se referiu eu queria lhe fazer uma pergunta que é, de certa maneira, uma pergunta pessoal. O sr. sabe, melhor que eu, que André Breton, com o movimento surrealista, se referia frequentemente a um problema que nós verificamos que já é um problema pessoano, que é o problema da coisificação do ser humano, o ser humano está já um tanto robotizado dentro de leis e códigos, e é uma questão que o Pessoa também aborda ao dizer que queriam que ele tivesse passaporte, documentos e uma vida “em ordem” etc. O sr. veria no Fernando Pessoa também um pré-surrealista nesse sentido?

“Sim, você tem tanta razão que eu próprio não sei onde, de tanto que tenho escrito sobre ele, admito que um heterônimo que não chegou praticamente a existir surge no 3º número da revista *Orpheu*, um C. Pacheco onde descubro ou descobri que havia um certo modo de surrealismo, havia portanto uma identificação com Breton.”

Referindo-nos ainda a essa antecipação de modo muito genérico como vimos fazendo, já que Pessoa é um cosmos, além da dissociação do “eu”, da repulsa à coisificação do indivíduo, o sr. acha que o Pessoa se antecipou a essa bipolarização ideológica da nossa época?

“É possível. Eu mesmo não sou a pessoa mais indicada para responder: eu sempre o interpretei mais sob o ponto de vista humano e literário, humano e psicológico…”

E metafísico também?

“E metafísico porque fui atrás, procurei justificar, explicar as várias implicações ocultistas e teosóficas na obra do Pessoa. A sua pergunta é mais para um filósofo do que para mim. Ainda sou de uma época em que a literatura estava pouco ligada à filosofia. É claro que se não houvesse um fundo metafísico na sua poesia… e que está ligado à minha intuição por volta de 1930 contida no meu estudo “Fernando Pessoa e as Vozes da Inocência”, estudo no qual eu tocava no ponto fulcral de toda a obra de Pessoa, que é realmente a saudade de uma infância, a saudade de um paraíso perdido. Isto o leva a ter a necessidade de criar imaginariamente ou metafisicamente uma consolação num paraíso que seria o Quinto Império do mundo, que ele anunciava a Portugal no qual ele seria Camões. Ora bem, essas saudades da infância estão na base dessa concepção filosófica, metafísica, do destino da própria pátria portuguesa. Ora essa minha interpretação não recebeu boa acolhida por parte do Pessoa, que me escreveu uma longa carta, carta que é conhecida (como todas as cartas que me escreveu, que estão publicadas, são perto de 40). Esta e a carta que dirigiu a Adolfo Casais Monteiro sobre os heterônimos são notabilíssimas. Nessa carta ele me faz ver que o que ele diz e que eu tomei como verdadeiro que era, inclusivamente, o tema das saudades da infância, no poema em que ele fala das saudades da infância…”

Do sino da igreja…

“Sim do sino da minh’aldeia e aí ele me lançou um balde d’água fria em cima, dizendo: “Nunca estive numa aldeia, nunca nasci em aldeia nenhuma”, nasci em Lisboa, os sinos da igreja que eu ouvi e que eu ouço e a que me refiro são os sinos da igreja aqui do Chiado, que é uma das igrejas mais citadinas que há.”

Mas aquela praça pequena perto do teatro São Carlos (onde Fernando Pessoa morava quando criança) com a igreja do Chiado perto não constituía uma forma de aldeia?

“Bem, se nos pomos a analisar esse problema, a própria Lisboa é uma aldeia! Mas o que é fato é que ele acrescentava: “Eu, em poesia, só seu mentir”. De maneira que quando ouço, como há bocado, a Maria Tereza Lopes aceitar o Álvaro de Campos, o Caieiro, o Ricardo Reis commo se tivessem uma realidade em si, eu penso sempre: mas eles estão a acreditar numa mentira!”

Algumas doutrinas filosóficas indianas ensinam que a vida é *maya*, uma ilusão, um jogo de luzes e sombras: o Fernando Pessoa tendo traduzido Mme. Blavatsky que colhera as raízes para o teosofismo no Tibet aderiria a esse tipo de iniciação esotérica na sua opinião?

“Sim, ao ler e traduzir as obras da Blavatsky ele estava profundamente imbuído, impregnado dessa doutrina da metempsicose e da evolução dos mundos, da Cabala judaica também, portanto estava de tal modo impregnado do ocultismo e das teorias teosóficas que mesmo quando mostrava, apenas aparentemente, não ser crente dessas doutrinas, ele no fundo acreditava. De resto, acho que a frase é dele: o ocultismo, a teosofia são a religião dos que não têm religião.”

Dentro dessa complexidade que o caracteriza, Fernando Pessoa teria conseguido ser o super-Camões e também a consciência do século XX, extrapolando as fronteiras de Portugal e da sua época?

“É possível, é uma das explicações possíveis para a universalidade da obra do Pessoa. Mas eu tenho para mim o que eu escrevi a propósito de um livro da Tereza Rita Lopes, que ela publicou numa edição bilíngue, em português e em francês. Ela vai filiar o “drama em gente”, a tendência dramática do Fernando Pessoa a uma escola, que é a escola simbolista, na qual não há, propriamente, grandes dramaturgos, há casos de tentativas como a do Mallarmé, com a “Hérodiade”. Ora bem, na minha opinião, esses escritores tentaram alguma coisa para a qual não estavam predestinados, quer dizer: já se tinha esgotado as possibilidades de literatura dramática nos princípios deste século. E o fato de, segundo a Tereza Lopes, o Fernando Pessoa ter sido o continuador da dramaturgia simbolista, que os próprios simbolistas reconhecem ser uma dramaturgia *ratée*, falhada, o fato de, na minha opinião a dramaturgia do Pessoa ter se transformado na dramaturgia do ser e não numa dramaturgia objetiva, quer dizer, ele não ter sido um criador como Shakespeare ou como os grandes criadores da dramaturgia, isso permitiu que uma época como a nossa, sobretudo a segunda metade do século XX e a caminho do fim do século, uma época em que se perdeu o sentido, o poder criador na literatura se agarre à obra de Pessoa como uma muleta ou um baluarte para justificar a sua própria incapacidade de criação. Como acontece também com Borges, isto é: são escritores que não têm capacidade de criação.”

Como o Kafka também?

“O Kafka, sim, mas o Kafka é um caso muito especial porque de tal modo não acreditou na sua obra que a mandou queimar (por seu amigo Max Brod, nota da redação). O Fernando Pessoa só resolveu pubicar a sua obra depois que, modéstia à parte, uma das revistas da qual ele foi redator e fundador, a *Presença*, descobriu que ele tinha gênio (genialidade). Foi aí que ele começou a pensar na organização da sua obra. Como sabe, o Fernando Pessoa morreu inédito. A única obra que publicou em português, em vida, foi a *Mensagem*, em 1934, um ano antes de morrer. Em 33 ou 32, quando eu, um dos criadores da *Presença*, em Coimbra, lhe propus ou expus a hipótese de virmos a publicar algumas obras suas, ele me escreveu uma longa carta onde descreve o seu projeto de obras completas. Até então nunca tinha pensado em publicar as suas obras: quando se sentiu escutado, quando percebeu que alguém estava a despertar para a compreensão da obra dele, ele concordou na publicação dessas obras. Isto em contraste com Kafka, que de tal modo se identificou com o niilismo da obra que escreveu que recomendou a seu amigo que a queimasse. Ao passo que pela cabeça de Borges nunca passaria essa ideia, porque é da própria obra que vive… É da incapacidade criadora de alguns tipos de gênios que vive a literatura hoje no mundo! Mas que vive com complacência, vive com gozo, vive com confiança no futuro, já o Kafka não tinha confiança no futuro!”

Se não for grosseiro da minha parte, porque também sou de origem europeia, mas Fernando Pessoa não significa, como poucos outros escritores europeus, o crepúsculo literário da Europa ou , se o sr. me permite a imagem *kitsch*, não significa o momento em que a Europa passa “o facho da literatura”, spenglerianamente, às mãos da América Latina, digamos?

“É possível, porque infelizmente já vou viver poucos anos e não sei o que vai acontecer, mas é possível que essa transmissão de poderes se tenha dado através desses escritores niilistas…”

Mas a literatura latino-americana ou pelo menos a brasileira, não lhe parece que tem uma crença (talvez ilusória), no futuro, uma certa vitalidade?

“Ah, sim, das literaturas latino-americanas a que eu melhor conheço é a brasileira e nela basta dizer que eu considero um dos grandes poemas da brasilidade o poema de Jorge de Lima, que eu próprio prefaciei ao ser editado em Portugal, o *Invenção de Orfeu*.”

É uma espécie de *Os Lusíadas* brasileiro?

“De *Lusíadas* brasileiro. Reporto-me mais à literatura brasileira porque a hispano-americana conheço mal e no Borges não acredito (risos), mas o homem do *Grande Sertão: Veredas…*”

O Guimarães Rosa?

“Para mim, realmente é um grande escritor, estes, sim, pegaram no facho e o pusseram a arder até quando eu cá não estiver: eu não gostaria de ser uma múmia…”

Uma questão que é muito debatida, muito polêmica, professor Simões, é a de Fernando Pessoa ter sido o “super-Camões”. Muitos lhe imputam um excesso de narcissismo ao querer assumir tal postura, o sr. o que acha?

“Mas isso é uma falsa interpretação! O Fernando Pessoa nunca disse que era o “super-Camões”! Nós é que o interpretamos assim. Ele anunciou num dos artigos publicados na revista *Águia,* em 1912, que à literatura portuguesa estava reservado um grande papel no mundo, é o advento do próprio Quinto Império do mundo e na sequência, na lógica dessa maneira de interpretar a História e a Literatura ele anunciou a possibilidade de vir a criar-se um “super-Camões”, mas ele nunca disse que o “super-Camõe” era ele próprio! Se porventura nós hoje interpretamos certas frases, certos aspectos da sua obra como uma justificação da pretensão dele, isso é um abuso dizer-se que ele o declarou peremptoriamente! Ele anunciou a chegada do “super-Camões”, mas nós é que lhe vestimos essas vestes…”

Mas, se o sr. me permite uma opinião pessoal, o “neorealismo” português nada promete de “super-Camões”?

(Com ênfase): “Nada! Absolutamente nada! Já está liquidado há muito tempo! Quanto à obra de Pessoa, à sua época ela não podia ser compreendida como o é hoje…”

Mas o sr. a compreendeu antes de todos.

“Eu a compreendi e esta é a razão por que estou aqui.”

O sr. é muito modesto?

“Não, não sou modesto: é verdade, está até no meu livro *Vida e Obra de Fernando Pessoa* e se chama “Mensagem perdida”, explico que realmente quando ele publicou a *Mensagem*, que anunciava o Quinto Império, não foi compreendido, tanto que foi vexada com a premiação da Secretaria de Propaganda Nacional, como prêmio de consolação. Foi o (Antônio) Ferro que criou esse prêmio e como eram conhecidos o animou a concorrer a esse prêmio, pois o Fernando Pessoa precisava do dinheiro, vivia em dificuldades econômicas muito grandes. Eu sei disso perfeitamente porque falei com o próprio barbeiro de Fernando Pessoa que ficava em frente à casa da irmã onde ele viveu os últimos anos de vida, porque nunca teve casa, não é? E, segundo o barbeiro com quem falei quando estava a escrever o livro sobre Pessoa, o Pessoa hesitou quanto ao que faria com os cem contos do prêmio! Mas, embora o Ferro compreendesse de certo modo ao Pessoa, errou ao ter nomeado um júri para o prêmio constituído de pessoas que eram incapazes de compreender a poesia de Fernando Pessoa!… Pois se entre outros jurados figuravam um Mário Beirão, um poeta saudosista e que era um despeitado com relação ao Pessoa! E depois perante o fiasco de um prêmio dado a uma obra absolutamente ridícula chamada *Romaria,* que é a história de um carroceiro que é bolchevista e depois tem uma visão da Virgem e converte-se ao catolicismo e renuncia ao bolchevismo… Esse poema é tão vergonhoso que o próprio autor mudou de nome, Vasco Reis, era frade àquela altura, passou a assinar qualquer outra coisa quando se pôs a publicar um romance…”

Então era um prêmio duplamente ridículo para Fernando Pessoa, por um lado pela visão da Virgem e por outro pelo “realismo socialista” da chamada “arte” bolchevista?

“Sem dúvida, eram premissas que estava completamente fora da mira intelectual do Fernando Pessoa, mas isso é o de menos porque se o “Romaria” ainda fosse um poema ainda que um tanto arbitrariamente válido, que não era…”

O que lhe causou um impacto especial ao ler as primeiras poesias de Fernando Pessoa que lhe caíram em mãos?

“Não sei, sei que foi na revista *Athena* que ele dirigiu, uma revista que só publicou um número, mas eram poemas não posso precisar agora se eram do Ricardo Reis ou do Caieiro e modestamente, já que você me chamou de modesto, foi o José Régio que me chamou a atenção, numa livraria para aqueles poemas que leu ao abrir a *Athena*, nenhum de nós dois tinha muito dinheiro para comprar muitos livros e publicações… Eu li o que ele me tinha apontado e fiquei de tal maneira impressionado que nunca mais perdi o Fernando Pessoa de vista, não é? Não sei explicar qual era a novidade, como se deu o impacto de topar-se com um gênio. Lembro-me que ao ler as escassas dez páginas, se tanto, que eu lhe dedicara em meu ensaio sobre a sua poesia, Fernando Pessoa me escreveu declarando que eu o tinha circunnavegado de maneira quase fotográfica. Ele sentiu-se compreendido e criou confiança em si próprio.”

O (poeta) Teixeira da Pascoaes também colaborou para que Fernando Pessoa adquirisse essa confiança em si mesmo?

“Não, acho que não. Sim, eram ligados, mas eu trato disso em meu livro na parte chamada “O Equívoco Saudosista”. Eu acho que foi justamente nesses estudos publicados na *Águia* que Fernando Pessoa anuncia o “super-Camões”. Mas a maneira como ele julgou poesia de Teixeira de Pascoaes e que este também julgava que fosse saudosista na realidade não o era: ele estava a anunciar a sua, de Fernando Pessoa, a sua própria poesia, que era a poesia do *Orfeu*.”

E a poesia do futuro?

“E a poesia do futuro. De maneira que o Teixeira de Pascoaes teve sempre uma grande desilusão com o Fernando Pessoa. E a partir de certo momento o Pessoa quis introduzir os amigos na *Águia* e não conseguiu que Mário de Sá-Carneiro fosse publicado… A única coisa que ele conseguiu publicar aí além dos dois estudos foi uma página do livro do “Desassossego”…”

De Bernardo Soares (um quarto heterônimo de Fernando Pessoa - Nota da Redação).

“A partir do repúdio às poesias de Sá-Carneiro, começaram os desentendimentos e Teixeira de Pascoaes, ao contrário, foi daqueles que se sentiram humilhados pela glória do Fernando Pessoa.”

A segunda edição da sua *Vida e Obra de Fernando Pessoa*, refundiu no texto muitos dados novos?

“A 2a edição tem muita importância porque nela eu faço um longo prefácio em que refuto alguns fatos que quando eu os publiquei a família de Pessoa sentiu-se horrorizada.”

É um fato menor este, não?

“Menor, não! Porque publicaram um livro me refutando, um primo do Fernando Pessoa nele declarava que se tratava de “uma biografia romanceada”, a minha! Ora, na 2a edição não só nego essa acusação como provo, citando um documento do irmão do Fernando Pessoa, que era inglês e morava em Glasgow, e no qual ele reconhecia que o Pessoa tinha bebido muito e que talvez tivesse passado miséria, duas coisas que eles negavam… Esse prefácio longo é importante e também a maneira de proceder: eu como que escrevi um novo livro, escrito com mais cuidado e tal, e à medida que eu obtinha dados novos, por poucos que fossem, eu os inseria na obra nova.”

Que dados, por exemplo?

“O caso das cartas de amor. Quando eu escrevi o meu capítulo intitulado “O Enigma do Eros” só se conheciam fragmentos de cartas de Fernando Pessoa a Ofélia. Aí já fiz algumas correções, não no sentido da minha interpretação, que estava certa.”

A sexualidade de Fernando Pessoa, para usarmos a terminologia freudiana de hoje, nao estava muito sublimada? Muito platônica?

“É a minha opinião: ele sempre foi, na minha opinião, um homossexual platônico. É a minha tese que expus aqui (durante o Colóquio): os amores com a Ofélia acabam justamente no momento em que a mãe de Pessoa, que vivia na África há muito tempo, depois da morte do (segundo) marido, regressou a Portugal, já muito combalida, e foi aí que desde que ela regressou que desapareceu o mito de Ofélia. Quer dizer, para mim, a Ofélia, para Pessoa, era a mãe, era a necessidade da mãe, na minha opinião.”

Mas isso configura um certo complexo de Édipo.

“Pois claro! Eu sempre fui acusado de ser um freudiano, da maneira não só como interpretei o Fernando Pessoa como também o Eça de Queirós. Pois Eça de Queirós também tem um traumatismo da infância…”

O de ter sido um bastardo?

“O de ter sido bastardo e mais do que isso, como se veio a confirmar mais tarde: foi a própria mãe que o renegou. Em sendo solteiro, recusou-se a casar com aquele que foi o pai de Eça de Queirós, tanto que na certidão de nascimento deste consta: de mãe incógnita. E só veio a desposá-lo a pedido da mãe (avó de Eça), já no leito de morte para que o neto não ficasse sem nome…”

Para o sr. que retratou de maneira tão marcante e indelével tanto Fernando Pessoa quanto Eça de Queirós em suas biografias, seria lícito ver em ambos a mais autêntica e esplêndida afirmação do gênio, da genialidade portuguesa?

“Eu creio que é verdade, embora haja gente que prefira o Camilo, mas ao Eça falta essa passionalidade, essa emocionalidade. Mas o *Amor de Perdição*, traduzido na França, foi um prodigioso sucesso, já o Eça não tem universalidade, a não ser na Alemanha Oriental onde *O Crime do Padre Amaro* é *best-seller* há muito tempo.”

Mas mais por motivos políticos, não?

“Mais por motivos políticos, sim.”

Professor Simões: o Eça de Queirós desenha como que uma parábola, no início refuta Portugal veementemente e mais tarde, a partir de *A Ilustre Casa de Ramires* e principalmente *A Cidade e as Serras*, ele se adoça, se enraíza voluntariamente em Portugal, não é verdade?

“É verdade: é o que eu chamo no meu livro a fase em que ele passa a ser o Fradique Mendes.”

E faz as pazes com Portugal, por assim dizer?

“Exato.”

Ao passo que Fernando Pessoa, mesmo verificando a mediocridade circundante acreditava também num mito, numa mitificação de Portugal, não?

“Ah, sim, para ele, Portugal, era alguma coisa que se realizaria na intemporalidade. E dou graças a Deus por ele ter decidido a tempo escrever em português, porque estou convencido de que se tivesse decidido a ser em inglês nao seria o grande poeta que foi. Se tivesse optado por ser romancista, talvez conseguisse sê-lo e bem, em inglês. Mas a poesia é intraduzível, veja os poetas bilíngues e em espanhol, Gil Vicente, Sá de Miranda e outros mais: os próprios espanhóis quando queriam, até o século XIV, escrever poesia o faziam em galaico-português. Quando Fernando Pessoa identificou na língua portuguesa a pátria, assumiu também o fardo do destino português, de um lirismo e de uma tristeza que nos aprisionam para sempre, talvez.”

# Vergílio Ferreira

## Entrevista a Vergílio Ferreira

***Jornal da Tarde* 18/06/1983**

Vergílio Ferreira, nascido em 1916, perto da secular Universidade de Coimbra, comoveu a platéia que o assistiu, na semana passada, quando fez a palestra que inaugurou a promoção “Encontros com a Cultura Portuguesa”, no Sesc. Referindo-se a quem considera o gênio máximo de uma civilização orgulhosa dos seus oito séculos de existência, enfatizou que brasileiros e portugueses comemoravam, ali, São Camões, o poeta da ausência, da expatriação, que atingiu a recordação da terra distante com emoção e saudade. Sóbrio, ponderado, atento, polidamente, às divergências de opinião dos seus interlocutores, soube transmitir ideias e ensinamentos sem nenhum tom profissional ou superior. Esta foi a impressão que as pessoas que o assistiram tiveram e agora comentam. Ficou clara a certeza de que Vergílio Ferreira submete os sentimentos à lucidez das ideias. Para muitos leitores, trata-se do maior escritor português contemporâneo. Vergílio Ferreira destaca-se entre os romancistas neorealistas dos últimos 50 anos, por nunca ter admitido que a doutrina política se tornasse a censura da arte. Seus livros *O Caminho Fica Longe* e *Onde Tudo foi Morrendo* alcançam, com *Vagão J.* a culminância da reflexão sócio-econômica a respeito do ser humano. Já com *Mudança e Aparição*, nitidamente se destaca a sua independência, ao afirmar que “nem só de pão vive o homem” e ao interrogar com invulgar coragem e coerência as eternas questões metafísicas que nenhum panfletarismo político soluciona: a angústia, a solidão, o amor, a morte, o mais além, que circunda nossa vivência corporal. Nesta página, as suas ideias, conceitos e reflexões sobre a literatura brasileira e portuguesa.

Talvez eu tenha começado de forma errada a leitura de sua obra, pois comecei pelo seu ensaio “Terá Camões lido Platão?” Talvez eu devesse ter lido primeiro os romances que tornaram o nome de Vergílio Ferreira tão famoso em Portugal e mesmo no Brasil…

“Não, de resto esse é o meu primeiro trabalho publicado, quando eu era ainda estudante da Universidade de Coimbra e o único assinado com o meu nome completo, que é Vergílio Antônio Ferreira. Esse ensaio nasceu do fato de, naquela altura, haver muito a preocupação em se confirmar, se especular se Camões efetivamente tinha feito uma leitura de Platão através da tradução latina de Marcílio Ficino do Renascimento italiano. Quem primeiro levantou essa hipótese, devido a suposta afinidade entre Camões e Platão, foi o professor Joaquim de Carvalho. Mais tarde o professor Álvaro Júlio da Costa Pintão aduziu outros dados a essa sugestão. No entanto, suspeitei da solidez dessas, digamos, teses e as confutei em meu trabalho, um trabalho de juventude, diga-se de passagem. Mas quando do centenário da morte de Camões, em 1980, esse meu trabalho veio novamente à cena porque certos estudiosos quiseram recordar, sobretudo aos jovens, que realmente não se pode provar que Camões tenha tido uma aproximação com Platão e sim que ele tenha encontrado afinidades através de outras fontes. É pena que celebrem os centenários da morte de Camões, já que se ignora, com certeza, a sua data de nascimento. É verdade, talvez celebremos de fato o apogeu de Camões, independente de datas…”

Mas não se podia aludir a filósofos neoplatônicos de que Camões tivesse conhecimento, como Plotino, por exemplo?

“Sem dúvida, poder-se-ia aludir a elementos neoplatônicos mas aqui se pensou diretamente em Platão pela gama de problemas que avultam, como o da reminiscência, o da palinódia e outros mais.”

Mas nessa leitura hipotética se incluia a parte política, como *A República* também?

“Não, não creio que haja vestígios disso, tudo se restringe ao âmbito filosófico e lírico propriamente. Teria sido muito agradável ter provado que Camões bebeu dessa fonte diretamente, pois era um homem de vasta cultura, que abarcava todos os temas do seu tempo, mas tal não se deu.”

Camões permanece como um clássico emblemático mas para a sensibilidade moderna, depois da revolução industrial, Fernando Pessoa não terá mais a nos dizer? Ou é uma pergunta impertinente?

“Não, não é uma pergunta impertinente, é uma pergunta inteligente que merece até um pequeno comentário. Noto que todo autor que está mais próximo de nós, no tempo, naturalmente nos fala mais do que outro que está mais recuado. Resta saber se aquilo que tem a nos dizer é mais profundo, é culturalemente mais valioso do que o que nos dizem os que estão longe. Um autor, seja ele artista ou filósofo, chega até nós por aquilo que o Malraux chama a sua “metamorfose”, isto é: ao contemplarmos um quadro de quatro, cinco séculos passados, nós não lemos nele o que seu autor lia. Seja uma obra de teatro como *Antígona* de Sófocles, seja o *Dom Quixote* de Cervantes, toda obra é aquilo que é mais o que sobre ela acumulou a passagem dos séculos. Ora, bom, se por acaso Camões não fosse conhecido como autor de os *Lusíadas* e um dia um pesquisador achasse os *Lusíadas* séculos mais tarde já não seria a mesma coisa, o mesmo fenômeno, porque não seriam nunca os *Lusíadas* publicados por Camões em 1532. Queria contar-lhe ou recordar-lhe a esse propósito um conto de Borges em que um personagem, Menard, de forma extremamente original, escrevesse, agora em nosso tempo, o texto do *Dom Quixote*. Só aparentemente seria a mesma coisa porque na realidade seria um texto inteiramente diferente porque escrito segundo a ótica, a maneira de ver do nosso século; há portanto um desajustamento no contexto dessa mesma obra.”

Mas por que se insiste na perenidade de Camões para a nossa época?

“A sua pergunta poderia levar a presumir-se que há nela uma certa reserva com relação ao valor de Camões?…”

Não, eu me exprimi mal. O que eu queria saber é quais são as características de Camões que o tornam ainda atual para nós, o que nele é perene e imutável pelo tempo?

“Temos que distinguir em Camões o poeta lírico do poeta épico para já não falarmos do Camões dramaturgo. Ora, com relação à poesia lírica, Camões está imediata, diretamente perto de nós com a sua temática, não precisamos recorrer a nenhum artifício para sentir a sua atemporalidade. Falou há pouco do Pessoa: não se pode esquecer que o Pessoa deve muito, deve imensamente, ao Camões lírico, ao Camões dos sonetos. Pessoa, que exaltava o Camões épico, mas não o lírico, o fazia, certamente, com má consciência. Sobre o Camões épico é que nós podemos indagar o porquê dessa nossa, digamos assim, fixação. É preciso não esquecer que no decurso dos oito séculos da civilização portuguesa Camões esteve justamente no ápice dela: no momento dos descobrimentos marítmos portugueses. Faz lembrar aquele verso do Álvaro de Campos, aquele heterônimo do Fernando Pessoa, que refere que por terem descoberto a Índia já ficaram sem trabalho (risos). Tampouco será necessário reiterar quanto esse feito dos descobrimentos marítimos portugueses dessa época repercutiram em toda a Europa culta daquele tempo. Então acontece isto: que sendo o Camões um grande poeta conseguiu fazer confluir esse momento mais alto da nossa História com uma obra genial de sua realização. Tivemos a fortuna de ter um poeta nacional, ou seja: um poeta que expressa plenamente o espírito da nossa nação. São poucas as culturas que têm esse privilégio. A Grécia, sem dúvida, tem Homero, mas diante da França já hesitamos e indagamos se em vez de um artista não será um filósofo, Descartes, a expressão suprema do gênio francês.”

Mas mesmo sem questionar o inquestionável - o valor transcendente de Camões e sua obra -, não seria possível identificar em Fernando Pessoa quem encarnou a angústia, o absurdo, a inquietação do nosso século e da modernidade, a partir da criação de Baudelaire?

“Estou de acordo, mas em primeiro lugar, para sabermos em que medida um Camões e um Pessoa se igualam ou se distinguem, em favor de um ou de outro, precisamos perspectivar isso através dos séculos. Eu não sei em que medida o Pessoa resiste ou pode resistir daqui a quatro séculos, como resiste, já não digo o Camões épico ma o próprio Camões lírico, não é? Camões, como bem o disse Jorge Sena, é um autor maneirista, quer dizer: um autor que está entre o clacissismo dos séculos XV, XVI e o barroco. Ora, há muito barroquismo também o seguinte: o grande ensaísta português Eduardo Lourenço tem um ensaio, saído há pouco tempo, em que ele anota esta coisa que é quase um ovo de Colombo, pois parece imediatamente visível, mas ninguém viu: é que quando o Fernando Pessoa escreve a *Mensagem* em que enaltece vários valores, há um nome, há um valor que ele omite, que é o de Camões! Camões não está lá! Isso tem uma significação e é a que se lhe dá quando lemos esse ensaio: a de que Pessoa sentia em Camões um rival…”

Mas ele diz claramente em outro trecho em que fala de ser um “super-Camões”…

“Há nisto um grande *blague*, como se dizia no século XIX, uma grande margem de provocação, não creio que ele realmente tivesse a consciência de ser um “super-Camões”…”

Quem sabe ele era um narcisista?

“Pois, um narcisista o era efetivamente até certo ponto (risos). Ele falou do seu próprio “gênio”, mas duvido que o Camões fosse um valor a ser ultrapassado por ele próprio, Fernando Pessoa. Mas se se refere a Vieira e a tantos outros valores que recapitula, por que não está entre eles o de Camões?! Além do que, quando falou do fato de o Pessoa ser um poeta universal, que o é, estou convencido que uma das razões fundamentais disso não reside na sua poesia propriamente dita, mas num fato que de início chocou muito os críticos e que até certo ponto o ocultava, o escamoteava que é o problema dos heterônimos de Pessoa. Os heterônimos, ou seja, a mediação de um EU…”

Ou a pluralização…

“Ou a pulverização desse EU em várias outras figuras é um fenômeno muito moderno… sobre o qual não vou aqui alongar explicações mas que tem muito a ver com a desorganização moderna, com a destruição moderna. Ora, o Pessoa, cujo nome em francês é *Personne* isto é ninguém… é”

“Ou *persona* (máscara)?

“Sim, ou máscara, então os heterônimos que foram um motivo quase que de vergonha, no início, para os comentadores de Pessoa e para os seus exaltadores, é hoje um motivo fundamental da sua grandeza. E eu admito que esse poema dos heterônimos e o questionamento do eu que faz na personalidade que se supõe ser eliminada, que se supõe ser uma convenção, uma mistificação, eu não sei se esse encontro não terá muito a ver com a aceitação que se tem do Pessoa em toda a Europa, como se tem em todo o mundo.”

Prometo que pela última vez farei a parte do advogado do diabo, mas frequentemente se menoscaba a obra de Camões, dizendo alguns que como poeta épico foi um copiador da *Eneida*, como lírico de Petrarca, o que o sr. opina a respeito?

“Em primeiro lugar, com relação à cópia: é preciso ver que isso não tem a mesma significação no tempo que tem hoje. Diz-se: “Ele foi copiador de Virgílio”: não foi copiador de Virgílio. Ora, Virgílio já foi copiador de Ennio, que é um poeta latino. É capital ressaltar mais ainda: que o período de Camões, o Renascimento, é um período de sínteses, diria melhor: de ambiguidades. Veja, por exemplo: no domínio religioso há uma síntese entre o paganismo e o cristianismo. Já o classicismo, que é um valor do tempo, implica uma real imitação de modelos anteriores, portanto, o Camões não podia fugir ao seu tempo. Ele imitava transformando, justamente essa é uma das características do classicismo: a imitação mas através da transposição para a afirmação do indivíduo: é no Renascimento, até chegarmos à destruição desse indivíduo, a aquela pulverização do Fernando Pessoa. Por que se imitava um autor clássico? Porque se julgava que ele tinha melhor captado simbolizado, os valores individuais, de tal maneira que, ao contrário do que acontece na Idade Média, vemos que os vários artistas do Renascimento português, que é de quem estamos a falar, se distinguem muito bem uns dos outros. Isso não acontece na poesia trovadoresca, por exemplo, quando uma poesia tanto podia ser de um quanto de outro autor. Em contraste com esta situação atente-se para a impossibilidade de se confundir um Camões com um Sá de Miranda. E não podemos esquecer que com toda a sua originalidade o Pessoa copiou, copiou muito, imitou muito, eu já o peguei várias vezes em rapinagens. Por exemplo, a sua frase: “A minha pátria é a lingua portuguesa”, isto é do Eça (de Queirós), está na carta nº 4 do *Fradique* (*Mendes*), quando ele diz que na língua é que reside a nacionalidade. Em meu próximo livro, o terceiro *Diário*, aponto inúmeras dessas aproximações, que já foram também, em outros trechos, anotados por estudiosos alemães especializados na obra de Fernando Pessoa… E finalmente, por estar mais perto de nós, o Fernando Pessoa se torna aquilo que eu disse (na alocução que inaugurou os “Encontros Portugueses” em São Paulo da semana finda): aquilo que mais está perto de nós é realmente o que menos vemos… O que está mais próximo de nós são os nossos olhos e não os vemos.”

Para falar dos seus romances: Vergílio Ferreira se opõe, na sua literatura, à corrente do neorealismo português que reduz o homem a conceitos apenas materialistas, sócio-econômicos. Seus livros - principalmente *Aparição*, *Alegria Breve*, *Manhã Submersa*, entre muitos outros - opõem a essa visão reducionista uma visão filosófica mais abrangente do ser humano, com o seu quê de inquietação metafísica camusiana ou malrauxiana nesta metade deste século trágico. Estaria certa esta aferição?

“Está certa. Em primeiro lugar, porém, temos que refletir um pouco sobre as razões que nos levaram (digo nos porque eu também estive metido nisto) à adoção desse neorealismo, que é o realismo socialista com pretensões, digamos assim, políticas, da adoção, portanto, da expressão estética de uma doutrina como a do comunismo, pois isso é o neorealismo.”

Ou de um socialismo democrático?

“Não bem a de um socialismo democrático, havia afinidades mas estou convencido de que, afirmou-se à época, havia afinidade é com um socialismo dito “científico”.”

Soviético?

“Soviético.”

Quer dizer que o Álvaro Cunhal (do Partido Comunista Português, de linha moscovita) era a matriz de tudo?

“Sim, sim, sim e mesmo ele interveio em certas discussões de caráter teórico com pseudônimo, mas hoje foi declarado publicamente que ele era o autor de muitos desses artigos. Portanto não há dúvida nenhuma de que havia uma interferência de uma orientação política comunista na doutrinação neorealista portuguesa. Isso não quer dizer evidenemente que TODO escritor neorealista fosse comunista ou tivesse consciência dessa interferência. E então o que aconteceu? Aconteceu que nós vivíamos num regime ditatorial dito fascista ou fascizante e, como é normal, procurava-se um antídoto numa orientação francamente oposta.”

Mas eram tendências tão bipolarizadas assim: para fugir a um fascismo de direita vamos então para um fascismo vermelho?

“Sim e é normal que aconteça. Veja que quando se deu o 25 de Abril essa bipolarização sentia-se muito e um Partido Socialista democrático, como o de Mário Soares, levou tempo para se afirmar. Nós tivemos um período; aí, por 75, em que o comunismo foi uma ameaça imediata. E foi necessário que o Partido Socialista chamasse a si toda a sua força de combate para que realmente as coisas fossem ultrapassadas. Hoje já não é assim.”

Então o Álvaro Cunhal, em termos, teria tido mais influência cultural em Portugal do que o Georges Marchais na França?

“Tinha, com certeza, porque a França não vinha de um regime de extrema direita e sobretudo com a duração de 4o anos como em Portugal.”

Mas dentro do neorealismo o sr. foi sempre uma voz dissidente?

“O neorealismo tinha uma intenção política, mas não tinha, paralelamente, um fito literário, estético. Daí termos tomado emprestado a autores brasileiros cuja temática, achávamos, se parecia com a nossa: Jorge Amado, Graciliano Ramos. Marginalmente, a de um Érico Veríssimo também. Claro, José Lins do Rego foi muito lido, mas não constituiu um modelo.”

E uma escritora como Clarice Lispector?

“De todos que conheço da literatura brasileira é de fato a maior escritora. Posso-lhe dizer também que em Portugal, passada a influência dos Jorge Amado e Graciliano a que aludi, um autor que a continua, mas com um apuro estético muito maior, é o Guimarães Rosa. Embora ele não escreva em português, escreve em guimarês…” (Risos)

O que tocou mais a sua sensibilidade com relação a Clarice Lispector?

“Generalizadamente eu diria que a sua margem, a sua tonalidade existencial. Ela não é uma autora de indagações do psicologismo, como Proust, embora culturalmente de nível muito elevado. Costumo dizer: a psicologia responde à pergunta: como somos? A metafísica nos responde *quem* somos.”

Quanto à sua trajetória como romancista, um de seus fios condutores seria a de um ceticismo, quase de um niilismo diante da condição humana, física e metafisicamente?

“Em parte creio que está certo, mas mesmo reconhecendo que o escritor é o que menos pode falar de si, vejo que evoluí. A princípio eu cria que bastava dar solução aos problemas sócio-econômicos e políticos do homem: isto é, dar-lhe o pão. Depois vi que o pão o estômago saciado são apenas o ponto de partida, não o ponto de chegada. Convenci-me de que a condição humana, saciada a fome, não tem a garantia de uma crença ou de um sistema de valores ou mesmo de uma religiosidade. Depois de *Aparição* fiz a decoberta do “tu” que é o “eu” objetivado e, sendo agnóstico vi a condição do homem hodierno em meio a um mundo em esgotamento e no fim da civilização européia a que Valéry aludia: moral pelo Cristianismo, cultural pela Grécia e jurídica, na constituição do Estado, por Roma. O comunismo não substituiu o “sim” da civilização cristã como a História dos países comunistas nos demonstra na Hungria, em Praga, em Berlim Oriental, etc. O homem não vai suicidar-se mas não sabemos *como* sobreviverá. A civilização foi, historicamente, européia: a China veio buscar a tecnologia e o comunismo na Europa, o Japão de hoje haure forças de tecnologia da Europa, enquanto a Europa está velha, cercada econômica e culturalmente: importa matérias-primas e bens culturais, legou a outros povos e outras culturas a sua voz e o seu saber.”

Nesse mundo de hoje de perda de valores, de mutação para não se sabe o quê, o sr. diz num de seus livros que “as palavras são pedras”. A palavra se alterou ou ainda tem um sentido atualmente?

“Pois. Não é por acaso que hoje a filosofia linguística vem dizer-nos que tudo se reduz à palavra. Críamos tradicionalmente que a palavra servia para transmitir o pensamento. Hoje a filosofia linguística diz: “Não, a palavra é que é o pensamento”. Portanto, a função da palavra, vemos, se esvaziou nela própria. Quando afirmei “as palavras são pedras” eu acreditei que a palavra tivesse um poder de comunicação…”

De cristalização?

“Sim, pusemos em causa a própria palavra, já nem falemos no “eu”. Pensamos a palavra porque não temos nada a dizer. Conta uma história do Zen-Budismo que um sapo indagou a uma centopéia: “Ouve lá, como te mexes assim com tantas patas que tens?”. A centopéia parou para pensar e começou a emaranhar as patas sem poder andar. É o que acontece conosco: temos o romance do romance, a poesia da poesia, o cinema do cinema, uma auto-reflexão inibidora da espontaneidade original. Veja a televisão: forma o jovem na superfície das coisas; a palavra profunda, a palavra interior está muda. A tecnologia pode ser positiva, neutra ou francamente negativa, basta pensarmos na hipótese de um louco apertar o botão nuclear e fazer saltar o mundo pelos ares. Vivendo de exterioridades, nós tornamos a palavra muda, vazia. Estou terminando um livro cujo tema é justamente este: a significação da palavra no mundo d’hoje. É o narrador que chega ao fim da vida e diz:”Eu não tenho uma palavra que me diga tudo, seja no que for”. A epígrafe deste volume que vai sair este ano são dois versos de um grande poeta, irmão do José Régio, o Saul Dias, que dizem mais ou menos isto: “Uma vida inteira para dizer uma palavra/ Feliz daqueles que disseram uma palavra duranta a sua vida”. Mas diante desta palavra de momento, vazia e inútil, diante desta perspectiva negra, não podemos esquecer que o homem acabará por vencer todas estas limitações. Simplesmente, esta vitória, essa reconquista de um mundo novo é que não se pode prescrever: há de realizar-se por si. De que maneira, não faço ideia, mas estou convencido de que evidentemente o homem, se nao desiste de ser homem, não desiste de ser livre, há de superar tudo isto. E a arte, a cultura, hoje em crise, haverá, amanhã, de recuperar a sua vida e continuar a aventura do homem.

## Destruindo a palavra. Para reencontrá-la mais bela e pura.

***Jornal da Tarde* 29/06/1985**

Talvez nunca se tenha escrito antes um livro em que o artista investe contra a palavra. Escarnece dos limites da palavra. Corrói a palavra até deixá-la mera crosta do nada. Esse livro existe agora. Lembra uma penosa angústia em que o pintor pinta incessantemente para demonstrar que o desenho, as cores e a forma jamais exprimem o que não se pode exprimir, e descrê, usando-as das suas próprias ferramentas.

Vergílio Ferreira se alinha entre os mais inquietantes escritores de Portugal atualmente, compondo com o soberbo poeta Eugênio de Andrade e o prosador Aquilino Ribeiro aquela tríade de uma geração que se rebelou, fecundamente, contra todas as proibições vindas simultaneamente de um regime de direita, o de Salazar, e de ordens do então clandestino e proscrito partido comunista português. Se os fascistas tolhiam durante o longo obscurantismo de quase meio século qualquer narração de aspectos da realidade nacional ou das colônias africanas, Angola e Moçambique, a linha de obediência sem pestanejar a Moscou ditava um sufocante romance de “realismo socialista”. Era o neorealimo português, do qual restam apenas escombros. As exceções, constituídas pelos escritores que deixaram uma obra perene *apesar* do neorealismo e sua camisa-de-força, não preenchem o número de dedos de uma só mão.

Vergílio Ferreira tem inúmeras distinções no panorama da literatura contemporânea portuguesa. A mais óbvia de todas é ter abandonado o neorealismo de temas e estilos políticos *antes* de qualquer outro romancista da sua época. Prolífico, Vergílio Ferreira martela em toda sua obra de ficção as mesmas obsessões. O escritor, Sísifo do século XX, ergue a imensa pedra das palavras até o alto da montanha da expressão para apenas vê-la rolar vale abaixo mal terminou sua tarefa, sem tempo de enxugar o suor que lhe banha os músculos exaustos. Carlos Drummond de Andrade já se referia à dura conclusão de que “lutar com palavras é a luta mais vã”. Não no sentido leninista de que as palavras não resolvem quando não utilizadas como bombas incendiárias. A luta com as palavras é vã porque as palavras desafiam o homem no seu emaranhado de significados, as palavras fogem do alvo que o homem quer alcançar.

*Para Sempre*, o mais recente romance de Vergílio Ferreira (Editora Difel) é aquele paradoxo insolúvel: destrói a palavra, desnuda-a de sua retórica, de seu *poder* real e, constrói, com a palavra, o mais belo momento de toda uma longa e atormentada carreira literária. Carreira não na sua acepção corriqueira, de corrida rumo à gloria, à fama, aos prêmios literários. Mas, sim, como sinônimo de corrida contra o tempo e evanescência do próprio homem, que envelhece sem poder desvendar o enigma do que significa saber quem somos. Coerentemente, o autor lusitano abandona, passo a passo, Marx e suas certezas dogmáticas, absolutas, inquestionáveis pela dúvida existencialista. Não cremos que ele se aproxime tanto de Sartre, esse simulacro tosco de Heidegger, quanto, perceptivelmente mais, de Camus. Não se trata de forma alguma de atribuir a Vergílio Ferreira uma “influência” camusiana, mas de empatia, de um sem-número de afinidades com o autor de *O Homem Revoltado* e *O Estrangeiro*. No autor português e no francês nascido na Argélia os mesmos traços indeléveis: o paganismo da contemplação da natureza, indiferente às aflições humanas; a constatação estoica e angustiada de que não há deuses ou, se os há, estão num Olimpo remoto e inacessível ao ser humano; o cerco em torno à arte como possível resposta ao enigma de se estar no mundo: por quê? Para quê? E a conclusão de que, fora dos lampejos de comunicação humana - através do amor, da entrega de si mesmo ao outro -, todas as revoluções conduzem à tirania, à guilhotina, ao admirável mundo novo dos campos de concentração totalitários, da “felicidade” comprada através do efêmero, a tv, o carro, o “sucesso”, substituindo qualquer aprofundamento ético das origens e fins da vida.

*Para Sempre*, não há como negar, é um livro que se lê com lágrimas. Cada página é uma confissão pungente, é um desnudamento do autor, sem pieguices nem auto-compaixão. Torna-se impossível não nos sentirmos, desde as primeiras páginas, irmanados com esse outro, máscara de nós mesmos ou reflexo nosso no reflexo impiedoso do olhar que não permite retoques nem mentiras. Um homem recolhe-se a uma casa abandonada, onde viveu sua infância, contabilizando sua vida na soleira da morte. Com uma técnica refinada, Vergílio Ferreira interpenetra o passado e o futuro. A magia de um *Pedro Páramo* do mexicano Juan Rulfo faz conviver a solidão de quem ainda está debilmente vivo com os mortos avivados pela memória, que falam, interpelam, immobilizados como estão, fantasmagoricamente cristalizados pelo decorrer do tempo: a tia velha debruçada sobre uma máquina de costura da qual emergem planos longuíssimos, o olhar parado; o próprio “eu” de quem narra se debruça sobre o “eu” que ele foi quando menino ou quando universitário, como marido, como viúvo, como pai, como funcionário público de uma Biblioteca Geral. É um dos inúmeros trechos apaixonantes dese romance de laivos kafkianos, como o filme que Alain Resnais fez sobre a *Bibliotéque Nationale* de Paris na sua ronda de câmara a girar em torno dos milhares e milhares de volumes alinhados um ao lado do outro, como nos misteriosos e alucinantes labirintos de Borges:

“Olho os livros - e de súbito o livros multiplicam-se desde o chão até o tecto. Paredes imensas, corredores infindáveis, compactos de livros, e as caves e as escadarias interiores, depósito de *in-fólios* no sotão, a cerimônia findou, estou eu só na Biblioteca Geral.

Fecharam os portões, ninguém, todo o grande edifício deserto. Passo pelos longos corredores, de cima a baixo os livros nos seus túmulos. São milênios de balbúrdia, tagalerice infindável, filósofos, investigadores, poetas, doutores da Igreja, moralistas, juristas, políticos, algaraviada infernal, interminável algazarra através das eras - estão imóveis nos seus túmulos irrisórios. Passo ao longo dos corredores, ecoam pelo tecto os meus passos claros no mosaico - silêncio. É a hora grave do fim, meu tempo mortal. Passo por outras salas, outros corredores, entro na sala grande de leitura - ninguém. Houve a festa de despedida, da minha aposentação, agora saíram todos, fiquei ainda. Penetrar-me deste silêncio tumular, críticos, ensaístas, investigadores, ouvir ainda o seu murmúrio pela noite dos séculos, como loucos falatando, discutindo - quem vos ouve? Ms por sob todo este linguajar - que palavra essencial? A que saldasse uma angústia. A que respondesse à procura de uma vida inteira. A que fica depois, a que está antes de todas quantas se disseram. A que mesmo dizendo não diz como um penso para o que não tem cura. Há o ódio e o sonho e a inquietação de nada. O enigma, o absurdo. O não sei quê que perdura como a fome que volta sempre. O mistério que renasce do que o resolveu. E a beleza. A que fica depois de todas as coisas belas. Elas envelhecem, o aceno da beleza noutro lado. Mesmo Deus retira-se para além de Deus. A procura intérmina ofegante. Silêncio.”

Uma literatura derrotada pelo silêncio. Todas as palvras humanas são como que uma Torre de Babel feita de letras e frases que rui ao menor sopro de uma realidade que palpita debaixo da palavra, oculta por ela para sempre. Desfilam todos os inúteis “ismos”, catolicismo dos doutores da teologia do Vaticano, o moralismo das seitas políticas que querem “liberar” ou “disciplinar” o sexo, a família, o Estado, as relações sociais, o “dever do cidadão” para com a pátria, a moral, o partido, a ordem, a “evolução”; o igualistarismo que abolirá as classes; o cubismo; o niilismo, o fauvismo; o suprematismo; o capitalismo; o comunismo; o consumismo; o panicismo que considerava o pânico como medida fundamental do sentimento; os psicologismos e toda a caterva de falsos feiticeiros dançando em torno de tótens ou da pitonisa de Delfos e sem atinar com nada da realidade indecifrável para o homem.

Em livros anteriores, notadamente, em *Nítido Nulo*, *Apelo da Noite*, *Alegria Breve* e *Estrela Polar*, Vergílio Ferreira já concluíra pelo desespero de não poder dizer, o silêncio sendo a corporificação de um código ao qual não temos acesso nunca. A esse desespero que não crê na ação nem em Deus nem no gaguejar vão das palavras, se opõem a imobilidade das montanhas, ou a inconstância aparente do mar, o silêncio e a palavra resvalada da boca da mãe internada como louca no asilo, que sussurra aos ouvidos do filho criança uma palavra que ele não houve. Não há conselhos, não há consolo a não ser o estoico: “Sê inteiro em ti no exacto instante em que és”. Se julgávamos, vaidosa e inutilmente, que éramos no mundo, como propôs Heidegger, essa noção de quem espera a morte na finitude do Tempo se amplia na velhice não mais para o *ser* mas para o passivo *estar*:

“Tenho de ir - que tens que ir? Tens só que estar. Como se houvesse mundo além, há só aqui. Tanto tratado escrito sobre a infância, a juventude, a idade adulta, que é a idade do homem. Em todas elas se fala de ir - a velhice é estar. Queria ter ideias precisas sobre isso. Precisas limpas agradáveis - a velhice tem tanta sujidade. Todas as idades fazem parte da vida, a velhice é um sobejo. E só o que sobra lhe pertence. O que sobra da mesa, das leis, da paciência. Do espaço que se ocupa - mas tenho de ir a Penalva. Dos fatos que se usaram, das ideias que nos remexeram, do calor com que se fazem ser as pessoas coisas animais - mas tenho de ir. Passe o carro da História, atira-lhe com poeira para cima. Passam os proprietários do poder, os fabricantes da civilização, os criadores da ciência, artes e letras, os agentes do comércio e do progresso econômico, ele encosta-se à valeta, fica coberta de lixo orgânico - mas vão sendo horas.”

A verdade estará aquém e além das palavras? “Concluímos daqui a que a língua constitui uma rede fechada sobre si, um tecido de malha que as leis da língua tecem, um quadriculado de palavras sobrepostas ao que chamamos ‘mundo real’. Não há portanto um mundo real traduzido em palavras, mas um mundo de palavras sobreposto a esse real.” E mais adiante: “Que relação pode estabelecer a palavra com ele (o real)? E nós diremos então que o real não existe, que a palavra não designa mas se basta a si mesma e em si mesma se fecha. Nós diremos então que o real é uma ilusão incrustada na própria palavra que o diz. Nós diremos então que a vida mental do homem é uma ficção de si própria”. Inúmeras vezes palavra futilmente se emparelha com outras palavras, todas formando uma cacofonia de sons providos de ruído mas sem nexo. O que invalida também quase todos os problemas filosóficos, já que estão vazados em palavras vazias, “um entretenimento vão como as crianças nos seus jogos de faz-de-conta”.

Seria impossível citar sequer metade das desmistificações da palavra que o romancista alude e que ele enumera. Como que se adentrando na raiz grega do termpo “palavra”, Vergílio Ferreira descobre no original *parabole* uma superficial alegoria, uma comparação reles com a qual se oculta “para sempre” uma verdade que lhe é imanente. Haja ou não vibrações místicas nessa busca, a palavra inicial, anterior e posterior ao homem: “Diz-se às vezes que essa palavra a sabem os artistas, o poeta, o músico, o pintor, ou seja os que não dizem o que dizem, mas dizem apenas o silêncio primordial, ou seja o que não se diz”. De outras vezes é o amor que pronuncia essa palavra. Ou a palavra escorreu como baba da boca da mãe recostada nas almofadas que o sagrara com a sua loucura: “Tu sabes o que ela disse?. “A boca contorcida. A palavra difícil”. Até o final que soa como um réquiem de início mas depois reforça a noção de sermos nós mesmos em nossa inteireza e integridade por mais precários que sejam. “Tudo tão pouco - que é que resta sempre de uma vida humana?”:

“Estou só - estás só. Não penses. Não fales. És em ti apenas o máximo de ti. Qualquer coisa mais alta do que tu te assumiu e rejeitou como a árvore que se poda para crescer. Que dá pensares-te o ramo que se suprimiu? A árvore existe e continua para fora da tua acidentalidade suprimida. O que te distingue e oprime é o pensamento que a pedra não tem para se executar como pedra. E as estrelas, e os animais. Funda aí a tua grandeza se quiseres, mas que reconheças e aceites a grandeza que te excede. Há uma palavra qualquer que deve poder dizer isso, não a sabes? - e por que queres sabê-la? É a palavra que conhece o mistério e que o mistério conhece - não é tua. De ti é apenas o silêncio sem mais e o eco de uma música em que ele se reabsorva. Pensa-o ardentemene, profundamente, absolutamente. Não és grande, terás apenas a mania das grandezas? Como querer igualar-te ao imenso e imperscrutável? O dia acaba devagar. Assume-o e aceita-o. É a palavra final, a da aceitação. Só os loucos e os iludidos a não sabem. Não sou louco. Não são horas da ilusão. Vou fechar a varanda. Tenho de ir avisar a Deolinda. É uma tarde quente de Agosto, ainda não arrefeceu. Pensa com a grandeza que pode haver na humildade. Pensa. Profundamente, serenamente. Aqui estou. Na casa grande e deserta. Para sempre”.

Vergílio Ferreira, neste que nos parece o seu livro mais perfeito, mais abissal, mais sitiado pelo horror de ser e pela coragem de assumir essa dualidade em meio a iluminações efêmeras de êxtase. Em meio à imobilidade silente de tudo, Vergílio Ferreira interpreta, encarna, melhor dito, a funda, a talvez insanável melancolia portuguesa que impregna toda essa literatura esplêndida, não reconhecida em sua grandeza que nada tem de feérica mas guarda toda a perenidade de uma epifania interior. Se ele comunga conosco na nossa dispensabilidade como seres inúteis e fantasiosamente inchados de soberba, este livro paradoxalmente nos incute coragem - a estoica coragem ibérica nascida com Sêneca e continuada nas viagens marítimas que ansiavam por novos mundos. Na impotência da palavra se consigna, paradoxalmente, o vigor da palavra nas mãos de um escritor que atinge o ápice de sua criação, em sua suprema e portanto inenarrável obra-prima. Para sempre.

# Eugênio de Andrade

## O amor erótico de Eugênio de Andrade. Delicado, audaz.

***Jornal da Tarde* 15/10/1983**

Eugênio de Andrade era uma senha para pouquíssimos iniciados no Brasil. Agora, a Editora Civilização Brasileira publica uma sua *Antologia Breve* que esboça um seu leve perfil. É verdade que, anteriormente, o poeta gaúcho Carlos Nejar, durante sua estada em Portugal, recolhera alguns dos poemas dos máximos poetas atuais daquele país e pela Editora Ohno-Kempf divulgara entre nós, na sua *Poesia Portuguesa Contemporânea*, alguns versos do poeta secreto, quase mesmo diríamos voluntariamente marginal, que é Eugênio de Andrade. Fora disso, só mesmo os dedicados à poesia portuguesa com mais profundidade o conheciam através, por exemplo, da exaustiva *Antologia da Poesia Portuguesa 1940-1977*, organizada, em Lisboa, por M. Alberta Menéres e E. de Melo e Castro, da Moraes Editores.

As referências a Eugênio de Andrade pouquíssimo ou quase nada esclarecem quanto à sua biografia ou à sua trajetória artística. No entanto, a sua criação poética é vasta e se estende a mais de 20 livros, além de traduções de García Lorca e de Safo. Numa terra em que a tradição lírica cose, de um século a outro, as gerações de grandes poetas, desde a era medieval até hoje, é um exagero palpável dos editores brasileiros tentarem, através de depoimentos de outros escritores seus conterrâneos, alçá-lo ao nível de “o grande poeta do amor na poesia portuguesa do século XX”. Para isso seria necessário ignorar por completo o nome de Pedro Tamen e, num contexto mais lato, obliterar do idioma os nomes de Vitorino Nemésio, Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro como os mais universais e perenes deste século. E como deixar de lado, quando os antologistas portugueses frequentemente se referem a João Cabral de Melo Neto e a Carlos Drummond de Andrade, os poemas translúcidos e dos mais belos e inovadores da nossa língua - os de Hilda Hilst?

Essa espécie de preâmbulo visa considerar Eugênio de Andrade, com justiça, como um dos mais fugidios, mais misteriosos poetas do amor erótico em Portugal. É um lugar-comum insistir no fato de que a reunião do Fascismo, da Igreja e da Tradição Hipócrita conseguiram - e não só em Portugal - alienar esse tipo de poesia, afugentando-a das antologias antes da Revolução dos Cravos e quase chegando a suprimi-la. Antônio Botto, entre tantos, foi apenas um dos escorraçados pelo salazarismo pela “inconveniência” de seus versos; igualmente Florbella Espanca era apontada pelas famílias “de bem” como no mínimo uma “degenerada”, enquanto Bocage descera - artificialmente - da sua estatura de magnífico poeta para o símbolo apenas do poeta talentoso, de versos tidos como “chulos, grosseiros, indecentes”…

Esta antologia, por ser breve, dá-nos apenas um olhar de relance na criação poética de Eugênio de Andrade. Desprende-se de todos os seus versos um gozo pagão da beleza e do corpo, o corpo, esta fascinação obsessiva de Eugênio de Andrade. “Não canto porque sonho,/ Canto porque és real./ Canto o teu olhar maduro,/ o teu sorriso puro,/ a tua graça animal.” E na ode que certas edições consignam como dedicadas “*To a Green God*” (“A um Deus Verde”): “Trazia consigo a graça/ das fontes quando anoitece./ Era o corpo como um rio/ em sereno desafio/ com as margens quando desce… Seria como quem dança./ E desfolhava ao dançar/ o corpo, que lhe tremia/ num ritmo que ele sabia/ que os deuses devem usar.” Até a exasperação crispada dos versos de número XVII: “Impetuoso, o teu corpo é como um rio/ onde o meu se perde./ Se escuto, só oiço o teu rumor./ De mim nem o sinal mais breve…/ Imagem dos gestos que tracei,/ irrompe puro e completo./ Por isso, rio foi o nome que lhe dei./ E nele o céu fica mais perto.”

De ampla leitura, Eugênio de Andrade como que adaptou ao verso português o *hai-kai* de um Bashô, sem respeitar o número sucinto de sílaba, mas conservando a surpresa interjecional das imagens:

“Coaxar de rãs é toda a melodia

Que a noite tem no seio

- versos dos charcos

E dos juncos podres,

Casualmente, com luar no meio.”

As seis linhas iniciais de “Espelho” são como que um franco auto-retrato, a escolha - ou o Fado? - de uma localização pagã, grega, na vida que por poucos instantes tremula de luz e se apaga “Que rompam as águas:/ é de um corpo que falo./ Nunca tive outra pátria,/ nem outro espelho, nem outra casa…” No grito que se chama “Requiem para Pier Paolo Pasolini” o poeta aproxima a sua legítima indignação do clamor poético inútil, por certo, mas presente: “Seja qual for a razão, e muitas há/ que o Capital, a Igreja e a Polícia/ de mãos dadas estão sempre prontos a justificar,/ Pier Paolo Pasolini está morto,/ A farsa a nojenta farsa essa continua.”

Se há quartetos de uma delicadeza debussyana em “Do Esquecimento”: “Oh, circe de lentas folhas faz do esquecimento o brilho furtivo das maçãs e pequena orgia da chuva na vidraça os dentes miúdos da carícia” esse erotismo delicado, apenas esboçado, de poema a poema crece e atinge paroxismos audazes, com uma vaga lembrança da aura dos poemas de uma metafísica erótica de John Donne: “Como a palmeira jovem/ que Ulisses viu em Delos, assim/ Esbelto era o dia/ em que te encontrei;/ assim esbelta era a noite/ em que te despi,/ e como um potro na planície nua/ em ti entrei”. É nessa exaltação dos sentidos transmitida através de palavras simples mas com uma intensidade flamejante, que Eugênio de Andrade se alça, realmente, nesta antologia, como um dos supremos poetas eróticos contemporâneos de Portugal. Não é para sensibilidades que preferem *a alusão sutil* à descrição nunca crua mas sempre realista e vigorosa do ato amoroso. Para os que sem preconceitos amam a poesia sensorial e claramente sensual, os versos de “Nas Ervas” (que evocam Walt Whitman na sua simplicidade e na longínqua evocação de *Leaves of Grass*) não chocarão mas elevarão o nome do poeta ao nível de uma beleza inteiramente veiculada pela audácia e pelo vigor; à maneira de um Stefan George lusitano:

“Escalar-te lábio a lábio,

percorrer-te: eis a cintura,

o lume breve entre as nádegas

e o ventre, o peito, o dorso,

descer aos flancos, enterrar

os olhos na pedra fresca

dos teus olhos,

entregar-me poro a poro

ao furor da tua boca,

esquecer a mão errante

na festa ou na fresta

aberta à doce penetração

das águas duras,

respirar como quem tropeça

no escuro, gritar

às portas da alegria,

da solidão,

porque é terrível

subir assim as hastes da loucura,

do fogo descer à neve,

abandonar-me agora

nas ervas do orvalho -

a glande leve.”

**Eugênio de Andrade: poesia com música e prêmio**

***Jornal da Tarde* 1987**

O maior poeta português de nossos dias, Eugênio de Andrade, acaba de receber, do presidente da República de Portugal, Mário Soares, o Prêmio D. Dinis, instituído bienalmente, por seu livro *As Vertentes do Olhar*.

Eugênio de Andrade percorreu também recentemente os Estados Unidos e o Canadá, numa extensa difusão de seus esplêndidos poemas em diversas universidades desses dois paíse norte-americanos.

O grande poeta lusitano confiou ao *Jornal de Letras*, de Lisboa, a reprodução de seu discurso de aceitação do prêmio. Dele damos trechos aqui, para que o leitor brasileiro aquilate, através de suas palavras, a sua majestade e sua profunda humildade:

“É uma sensação de estranheza, a minha, nada confortável, que não posso ocultar, ao receber um prêmio literário. Como se sabe, não atribuo a coisas assim nenhum papel relevante, por isso nunca fiz fosse o que fosse para obtê-las, começando naturalmente por não ser seu concorrente. Mas apesar disso, elas começam a vir ter comigo. É um bem? É um mal? Não sabemos nada, e a nossa ignorância não aproveita aos outros. O sucesso de uma obra não é um sinal da sua qualidade, mas o insucesso também não o é. No primeiro caso, a provar o que digo, lembremos o êxito do *D. Quixote* logo após sua publicação, ou o de *A Flauta Mágica*, de Mozart, logo nas primeiras representações; no segundo, bastará recordar como tem sido lento o reconhecimento de Camilo Pessanha, um dos quatro ou cinco poetas verdadeiramente grandes da nossa língua, ou como tem sido tardio o de Vitorino, no âmbito da poesia. Não me parece que os prêmios ou a crítica tenham servido de muito para alterar seja o que for, neste aspecto - são muitos os erros, embora os acertos não faltem.

“Como já insinuei, coisas destas não estão no meu horizonte. Sou um homem que nunca fez da poesia uma carreira. Passei trinta e cinco anos a fazer inquéritos e processos disciplinares, sem o menor gosto mas com grande sentido de responsabilidade, e escrevi a poesia de que fui capaz nas horas que me deixavam livres a profissão de inspetor de uns serviços do Ministério da Saúde, que ainda aí estão, cada vez piores, ao que consta. Digamos, para nao me alongar a falar de mim, que a poesia, o apelo a fazê-la sempre oscilou entre um fervor heroico frente à vida e uma fascinada apetência de silêncio. Ainda hoje, depois de mais de quarenta anos de vivê-la, não sei qual destas vertentes é a mais forte, e provavelmente todo o meu esforço é no sentido de fazer de ambas uma só música.

“Mas apesar de absorvente, sempre me comportei como se tal polarização fosse uma atividade periférica: ou como se, na verdade, eu fosse a mais anônima das criaturas, visitada de vez em quando pela graça, para celebrarmos juntos, com sílabas frementes, o rosto solar da terra. O trabalho diário, e incomensuravelmente fastidioso, a que me referi, tornava por contraste mais apaixonante a busca da palavra justa, e mais gratificante a descoberta de um ritmo que sempre confundi com o rumor espesso e surdo do próprio sangue.

“Chegado aqui, quero dizer que a atribuição deste prêmio, tão surpreendente, é uma decisão corajosa, uma decisão de poetas, seja isto dito em louvor do júri; porque a “prosa” dos poetas agora distinguidos anuncia essa poética, que é hoje a minha, em que um “desejo de literalização” se confunde com o máximo de poeticidade, como já foi notado. É certo que os meus versos sempre se escreveram contra a corrente, mas nos últimos que venho publicando isso acentua-se, como se polemicamente, todo o meu empenho consistisse em mostrar que as águas mais claras podem ser também as mais fundas. Eu gostaria que neles se sentisse a impossível aliança entre inocência e sabedoria. Assim, à corrente barroca e surrealistizante, que parece ser hoje a dominante do gosto poético português, a minha poesia opõe, além da transparência e contenção, que sempre foram constantes dela, um desenho linear, matissiano (a palavra é de Yourcenar), cada vez mais aéreo. Mas isso a tornará também mais vulnerável, e mais exposta - não tenho dúvidas em reconhecê-lo.

“… Mas o que nesta ocasião é obrigação minha sublinhar é o fato de tal espírito do olhar ter sido seguido e renovado pelos seus descendentes, ao privilegiarem aspectos da sensibilidade para os quais a burguesia endinheirada, salvo raríssimas exceções, nunca teve mais que suspeição e desdém.

“Agora, deem-me licença que regresse a D. Dinis, não pelas “naus a haver” que plantou - deixo de bom grado naus e caravelas aos almirantes - mas por ter erguido do chão a poesia portuguesa a um dos seus cumes - as suas cantigas de amigo, com as de Pero Meogo, Meedinho, Martim Codax, e outros, são um dos momentos supremos do nosso lirismo; esse, a que justamente com a poesia grega arcaica e a poesia oriental, sempre me senti religado…”

Eugênio de Andrade tem razão em destacar o aspecto solar, mediterrâneo, ateniense de sua poesia. Ele restaurou, para a poesia moderna, o corpo, a integração do homem na natureza, opondo-se à tecnologia invasora e ao anonimato que relega o espírito a uma abstração balbuciada em preces hipócritas em igrejas e que na realidade quer apenas “fazer um negócio” com Deus, uma troca de favores por promessas de bom comportamento…

O magnífico poeta de *Matéria Solar*, *O Outro nome da Terra*, *As Mãos e os Frutos* insere numa literatura geralmente pudica ou meramente alusiva o tema da sensualidade, a vitalidade da epiderme, do prazer, a celebração do amor, por mais efêmero que seja. A música e sua essência indecifrável, a mortalidade, o rigor na escolha, sempre concisa, das palavras de seus poemas, entre tantas outras qualidades, tornam Eugênio de Andrade uma figura singular no universo da poesia de Portugal. Seria de desejar que no Brasil seu nome fosse melhor e mais amplamente difundido, para nosso próprio enriquecimento atemporal.

Capítulo quinze

# José Cardoso Pires

## Eis um grande escritor

***Jornal da Tarde* 27/07/1971**

Agora, José Cardoso Pires vai deixar jornal, universidade, Lisboa, para ir viver num pequeno subúrbio da capital. Só vai escrever e viver da literatura “embora modestamente”. E hoje o escritor mais famoso de Portugal, principalmente devido a *O Delfim* descoberto recentemente pelos franceses.

Chegou a vez dos brasileiros descobrirem *O Delfim* e Cardoso Pires, 45 anos, parecendo ter dez a menos, 8 livros - um esgotado e outro proibido pela censura portuguesa - José Cardoso Pires foi estudante de Ciências, oficial-piloto de um cargueiro, intérprete, editor de revista, secretário de editora, professor de inglês, publicitário.

Em 1960 fundou a revista *Almanaque*, de onde saiu o “grupo Almanaque” (Cardoso Pires, Alexandre O’Neill, Abelaira). Sua estréia, com *Os Caminheiros e Outros Contos* (1946), teve a benção dos neorealistas, que dominavam a literatura portuguesa da época: outro livro de contos, *Histórias de Amor* (1952), foi proibido por motivos morais e políticos. *O Anjo Ancorado*, seu primeiro romance, de 1958, foi recebido excepcionalmente pela crítica e está em 3a edição.

*O Render dos Heróis* foi o livro seguinte: uma peça “em três partes e um epílogo, concluído em apoteose grotesca”, dissecando a mitificação do herói em Portugal. O ensaio *A Cartilha de Marialva* também é de 1960.

Três anos mais tarde, Cardoso Pires publicou o romance *O Hóspede de Job* que ganhou o prêmio Castelo Branco, traduzido em vários países europeus. Antes de *O Hóspede*, saiu *Jogos de Azar*, coletânea de contos que incluiu alguns trabalhos de *Os Caminheiros*, *O Delfim* é de 1968.

José Cardoso Pires está apresentado. Agora, uma entrevista com ele:

Qual o seu método de trabalho?

“Uma das coisas que mais faz mal é tomar notas para escrever ficção. Se o escritor esqueceu de alguma coisa que achou importante, é porque el não era tão essencial assim. Há muitas obras prejudicadas por isso, documentais, romances com excrecências. O importante é a força do consciente. Para mim, também não é possível ser escritor de fim de semana. Certa vez, estava empregado como intérprete de uma companhia de aviação norte-americana. Para escrever os contos de *Jogos de Azar*, pedia licença para faltar um dia, mas só voltava dali a oito. O primeiro dia é só para ver, se adaptar: escrever é o que se passa a seguir. Às vezes, escrevo durante 12 dias. Sempre muito devagar, com versões sempre variadas. Preciso escrever sempre só, e acho deve se deitar e estar convencido de que escreveu uma obra-prima: mas, no outro dia, ao se deitar, achar que aquilo tudo não vale nada.”

Qual a sua situação no quadro da literatura portuguesa?

“Minha obra é um produto exterior ao neorealismo. Evidentemente, tocada pelo grande impacto que a literatura neorealista teve nos anos 40-50; quando estreei fui bastante apoiado pelos neorealistas. Minha obra pode assim, ser interpretada como uma continuidade histórica dessa escola.

Mas eu e minha geração deixamos as preocupações naturalistas do neorealismo e assumimos uma consciência do país onde vivemos. Nós entramos, nos preocupamos com a vida portuguesa. Portugal é o país de que mais gosto, a vida portuguesa é a que mais me interessa. Mas a representação literária dos problemas dessa vida não pode ser direta, imediata.

Sou um escritor *engagé*, sou cidadão que toma partido de tudo quanto se passa na minha terra, mas isso não quer dizer que se reflita tal coisa na superfície da minha obra.”

Por que, de repente, sua obra e a literatura portuguesa em geral, chamou a atenção dos centros culturais europeus?

“A Europa tem se caracterizado por estar pobre de criação: a França que é uma espécie de bolsa de valores dos escritores - a meu ver, infelizmente - é de uma pobreza atroz na ficção. Como eles têm de exportar cultura, interessam-se por países que não reconheciam até há pouco. Vários problemas de ordem política tiveram influência: Portugal, um pequeno país, às voltas com uma guerra colonial com três frentes, despertou curiosidade de saber o que acontece em seu território.”

Quais escritores tiveram influência sobre sua obra?

“Escritor português que me tenha interessado, não como influência, mas como ensino de escrita: Fernão Mendes Pinto, irônico em relação a si mesmo; tenho sido professor de Literatura Portuguesa, tendo uma visão herética em relação a ela. Hoje, sou mais tocado por um cineasta que por um escritor. Por exemplo, Michelangelo Antonioni. Quando comecei, gostava muito dos escritores anglo-americanos, como resposta à influência geral, que era a francesa, Faulkner, Hemingway, por exemplo. Mais perto do meu gosto: Stephen Crane, que ainda hoje, considero extremamente perigoso para um escritor, se fixar.”

Que escritores são importantes em Portugal, atualmente?

“É uma pergunta clássica, mas classicamente difícil de responder. Na minha geração - é natural que me esqueça de nomes - posso falar de alguns do movimento *Almanaque*: Augusto Abelaira, Alexandre O’Neill, o teatrólogo Sttau Monteiro. Num plano bastante diferente do nosso movimento Urbano Tavares Rodrigues; no campo experimental, Herberto Helder, Júlio Moreira; de geração mais velha, Carlos de Oliveira, Alves Redol. Outro nome importante: Almeida Faria.”

Por que há tantas mulheres escrevendo ficção e poesia de qualidade em Portugal?

“Há uma contista excepcional, Maria Judite de Carvalho. Sempre houve grandes escritoras em Portugal, mas só agora é que apareceu um conjunto de mulheres-escritoras de nível importante. Nenhuma mais representativa que Maria Judite de Carvalho. Isso pode ser visto como um reflexo da nova situação da mulher portuguesa: nesta nova revisão constitucional, a mulher tem mais direitos, não todos os necessários. O acesso ao emprego, especialmente.”

Quais suas primeiras experiências de escritor?

“Só como aluno do liceu, dirigi uma revista infantil. Comecei a escrever em 1945 e, depois de um ano, publiquei *Os Caminheiros e outros contos*. Anotava os muitos livros que lia, fazia apontamentos. Publiquei *Os Caminheiros* com dinheiro emprestado por escritores.”

E hoje, que prêmios já tem? Em que países foi traduzido?

“Tenho o Prêmio Castelo Branco (de 1963/64, com *O Hóspede de Job*) e o Prêmio Suplementos Literários. Nunca concorri a nenhum prêmio oficial, nem da Academia. Fui traduzido na Espanha, França, Itália, Alemanha, Rumenia, Hungria, Checoslováquia, URSS, Inglaterra. Brevemente *O Delfim* será publicado nos Estados Unidos pela Editora Knopf.”

Além de escritor, você foi professor e dramaturgo. Pretende continuar nessas atividades?

“O teatro não me interessa, principalmente pelas condições com que se faz teatro em Portugal. Minha concepção de teatro mudou: acho que é uma mensagem que se começa a escrever no palco, com os atores, e na discussão com o público. Só posso ser escritor de teatro, voltando ao começo da Idade Moderna, à Renascença. A Gil Vicente ou Shakespeare. Gil Vicente fez um teatro moderno, dentro do seu tempo. Os autos foram escritos dentro do princípio da discussão com o público. Isso durava até que o autor considerasse que sua obra alcançara estado definitivo. Terminado meu contrato no King’s College da Universidade de Londres, acabou minha carreira de professor. Agora só escreverei.”

Quais os seus planos agora?

“Vou me fixar em Portugal, mas não vou fazer jornalismo. Só escreverei. Como não gosto de Lisboa, vou viver num lugar a 40 km da capital, Rabida, por questão de tranquilidade. Só consigo escrever em casa, preciso de uma certa perspectiva, de um isolamento. Enquanto escritor, o homem é um animal solitário.”

Quando começou a escrever *O Delfim*, quanto tempo levou?

“Comecei a escrever em 1964, ele foi publicado em 1968. Houve muitos intervalos nesses quatro anos: escrevi versões do livro, antes da definitva.”

Na sua opinião, o que é *O Delfim*?

“Aparentemente é uma história de exemplo e castigo, uma história policial de um “marialva” que se envolve num crime. Mas, além das aparências, é história de um tempo abstrato, mais de clima, cheiro, uma insônia onde estão todas as transfigurações.”

Gafeira, onde se passa *O Delfim*, é real?

“Não, é um território mítico que formei com a palavra “gafe” mais o sufixo “eira”, que significa conjunto, população. É também para orientar erradamento o leitor, para ele ficar sem saber se houve ou não o crime, toda a história. Um caso curioso e propósito: tenho um artigo publicado no jornal *Notícias do Porto*, com um professor falando sobre o Abade, a monografia do Abade, corrigindo-me, dizendo que fiz citações erradas, etc. Mas tudo isso, eu que inventei, são livros irreais.”

Que é “marialva”?

“Marialva é uma figura sociológica portuguesa, que representa a idade média contemporânea, no campo político, psicológico, econômico e até literário. Seria uma espécie de símbolo do “machismo” português, que estudei em aspectos como o do contrato de casamento, que é um contrato de propriedade, como o da autoridade, do paternalismo em relação à mulher. Em *A Cartilha do Marialva* fiz uma invocação do passado para afirmar o presente; a partir da revisão de várias perspectivas, vi o comportamento de hoje, deste tempo e desta hora, explicando as motivações desse comportamento.”

Acha que *O Delfim* pode ajudar na penetração da literatura portuguesa no Brasil?

“Espero que sim, estou convencido que sim. Com poucas exceções, a literatura portuguesa é conhecida no Brasil em período bastante histórico: há uma série de preconceitos, especialmente em relação ao linguajar, que disfarçam a verdadeira realidade portuguesa. Há uma ideia deformada da literatura portuguesa contemporânea. Pensa-se que é retórica, empolada, universitária, como se o país estivesse parado. Um país aberto, que tem gente como Vieira da Silva em pintura, marchands inernacionais, um Fernando Lopes Graça na música, não é um país de pobres coitados. A coisa mais importante é o Brasil precisar se atualizar em relação a Portugal. Um país novo, cheio de vida e potencial, também tem de estar atualizado com relação a Portugal. Os portugueses estão muito mais atualizados com relação ao Brasil. Gostaria que houvesse um entendimento mais autêntico e profundo do que o que há atualmente.”

Está escrevendo algum livro?

“Há cinco meses não escrevo nada, mas meu próximo romance está em elaboração.”

Já teve alguma obra filmada?

“Vendi os direitos de *O Anjo Ancorado*, mas o filme não foi feito. Gostaria de ver minhas obras filmadas exclusivamente por causa do dinheiro. Acharia melhor trabalhar com um realizador, como Antonioni, Jean-Luc Godard ou Elio Petri.”

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**O Brasil ainda não descobriu este maravilhoso português**

Há uma surpresa imensa esperando por todos os que enterraram a literatura portuguesa junto com o caixão funerário de Eça de Queirós. Ah, que descoberta fenomenal aguarda todos os que achavam que o sol literário de Lisboa emitia seus últimos raios fortes com os romances e contos de Miguel Torga, Aquilino Ribeiro, Ferreira de Castro, Joaquim Paço D’Arcos!

País voltado de costas para as suas raízes, o Brasil desconhece um grande escritor português contemporâneo, palpavelmente vivo - e extraordinário: José Cardoso Pires.

Depois que a Itália e a França celebraram seus livros, chega até nós, por esse desvio típico, uma de suas criações mais perfeitas e inquietantes, *O Delfim* (Editora Civilização Brasileira).

José Cardoso Pires aos 45 anos de idade e apenas com este romance, demonstra está a par das mais revolucionárias técnicas do estilo atual propostas por Alain Robbe-Grillet, por Cortázar, por Nabokov. Focaliza um Portugal de hoje, invadido por motocicletas alemãs em aldeias de arquitetura mourisca, por *juke-boxes* importadas por emigrantes que foram para a França e para os Estados Unidos - um país do passado que medita sua história, aprofunda a análise filosófica da condição humana na latitude social e cultural de Portugal do século XX.

São demasiado ricos os motivos que José Cardoso Pires aborda em seu magistral romance para serem sintetizados numa resenha forçosamente breve. Complexo como Camus, irônico como Günter Grass, transcendental como (Ítalo) Calvino, José Cardoso Pires ultrapassa as dimensões fisicas de Portugal para assumir sua posição legítima de grande escritor europeu deste final de século. Mas para nós sua grandeza maior está em ter construído, com o idioma português estas 183 páginas angustiadas, profundas líricas, melancólicas, de inigualável mestria vocabular.

Para citar só um aspecto - dos muitos - que formam o mosaico colorido e esplêndido de *O Delfim*: o tema do Tempo, quando uma lagartixa se espoja ao sol sobre uma antiquíssima inscrição latina na cidade de Gafeira, fundada pelos romanos. Desafio qualquer comparação com qualquer autor vivo - Manuel Puig, Alejo Carpentier, Juan Rulfo, Jorge Luís Borges, Carlo Emílio Gadda - capaz de superar a perfeição clássica deste trecho:

“O terreiro estava como se imagina, deserto. Argolas inúteis, sol a pino; as mesmas tabernas sonolentas, os mesmos cartazes de pólvora e de adubo do ano passado e, ao fundo de certa loja, o Regedor, de chapéu na cabeça, a guardar o balcão. Para lá da porta, a muralha continuava com a sua lenda e o seu orgulho na outra extremidade do largo. Como se disesse: “*Quod scripsi, scripsi*” - e fosse um imponente eco romano. O que está escrito em mim, está escrito há mais de vinte séculos e há-de perdurar. Quer os vossos delfins estejam mortos ou vivos; quer o fumo dos vossos tractores me venha turvar o rosto; quer os eruditos da região, abades e outros que tais, me lancem as excomunhões que me lançarem - eu, muralha, posso bem com as arrogâncias, e cá estou. “*Quod scripsi, scripsi*”. Só acato as razões da Madre-Natureza, as ervas que me agasalham e a companhia dos bichos silenciosos. Esta lagartixa, por exemplo.

E era verdade. Espalmada na inscrição imperial, havia uma lagartixa. Parda, imóvel, parecia um estilhaço de pedra sobre outra pedra maior e mais antiga, mas, como todas as lagartixas, um estilhaço sensível e vivaz debaixo daquele sono aparente. Pensei: o tempo, o nosso tempo amesquinhado.

Ficamos frente a frente, à luz do meio-dia. Eu, senhor, escritor da comarca de Portugal, e portanto animal tolerado, à margem, e ela, ser humilde, português, que habita ruínas de História; que cumpre uma existência entre pedras e sol, e se resigna (é espantoso); que é, ela própria, um fragmento de pedras gerado na pedra - um resto final, uma sobra; que se alimenta de nada (de quê) e é rápida no despertar, e sagaz, e ladina, embora votada ao isolamento de uma memória do império; que não tem voz, ou a perdeu, ou não se ouve… Lagartixa, meu brasão do tempo. Posso encontrá-la amanhã no mesmo sítio (talvez lá esteja ainda) ou nas traves do solar da lagoa, ou num buraco da adega que já foi o bodegón das minhas ceias no ano passado com o engenheiro e nunca mais o será. Posso, simbolicamente, supô-la no alto do portal, imposta sobre a legenda *Ad Usum Delphini*, porque em todos esses lugares ela estará perfeita na sua modéstia abstrata como a imagem de um tempo ou de uma idade em que os anos escorrem alheios à mão do homem e em que a erva cresce e morre e se diz: Afinal, também temos Primavera”.

Misto de *nouveau-roman* - em que o autor se coloca como observador, segundo os ditames da *école du regard* atual parisiense -; de irônico romance policial de mistério sobre dois crimes; de apreensão profunda das repercussões humanas da dependência política de um país com relação a outros; romance social sem panfletarismo esquerdizante; criação estilística do mais alto nível existente desde que a lingua portuguesa separou-se do castelhano na era medieval, *O Delfim* é o mais importante, o mais angustiante documento literário que nos vem de Portugal desde *A Ilustre Casa de Ramires* e *A Cidade e as Serras* ou do existencialismo niilista dos poemas de Fernando Pessoa.

Mesmo para um Brasil que conta com um Guimarães Rosa, um Carlos Drummond de Andrade - é o inverno da Descoberta de 1500: a constatação de que Portugal continua esplêndidamente vivo na área que foi sempre a de seu maior triunfo: a palavra. País pequeno, pobre, espoliado, sua grandeza - como a da Grécia Antiga e dos judeus que criaram a Bíblia - é toda interior e perene: está cifrada nos grandes poetas, romancistas e contistas desde o século XII até hoje.

Fora de quaisquer enfoques políticos, de quaisquer julgamentos apriorísticos, acima de qualquer conceito de ditadura, de totalitarismo como sufocador da liberdade criadora, José Cardoso Pires - não hesito em afirmar - é o equivalente, em qualidade e grandeza de concepção à Solzjenitsyn no outro extremo da escala política.

O leitor brasileiro tem um encontro importante marcado com uma das inteligências sensíveis mais incisivas da Europa - um encontro na nossa própria língua, sem o inferno das traduções deturpadoras, sem a adaptação a ambiente e valores franceses, ingleses, italianos ou alemães.

Enquanto outras nações instauram um Renascimento científico no espaço - atingindo a Lua, desvendando novas galáxias -, o pequenino Portugal ancestral desce ao interior da efêmera dimensão humana: a passagem do homem pelo tempo, pelo seu país, pela sua época. E revela uma grandeza sinfônica, madura, perfeita como este *Delfim*, de leitura não só indispensável e urgente: de leitura oxigenante para o intelecto, o coração e o espírito embotados pela poluição de pseudo-livros e pseudo-artes.

## Uma entrevista com o maior escritor português do momento

***Jornal da Tarde* 28/08/1986**

Ele levou limões galegos do Brasil, quando voltou a Portugal, há poucos dias, para as suas batidas de limão. José Cardoso Pires, 50 anos, o maior escritor português da atualidade, autor de dois romances fascinantes, *O Delfim* e *O Anjo Ancorado*, além de outros, tem preferência por comidas e bebidas brasileiras. “Em Portugal hoje em dia é chic oferecer-se a caninha nas recepções sofisticadas. Infelizmente, como não temos dinheiro para comprar o açúcar feito de cana, contentamo-nos com o de beterraba, que começamos a produzir, depois que as nossas ex-colônias se libertaram”. Amigo pessoal dos dirigentes africanos de Angola e Moçambique, militante na oposição à ditadura salazarista, Cardoso Pires esteve uma semana em São Paulo, durante a realização da Bienal do Livro e concedeu a Leo Gilson Ribeiro a seguinte entrevista:

Cardoso Pires, há talvez um elo entre seus dois romances mais conhecidos, *O Delfim* e *O Anjo Ancorado*? A que você se propôs com eles?

“Já de início você disse uma coisa que para mim é bastante importante como observação: *O Delfim* e *O Anjo Ancorado* são mesmo complementares. Do ponto de vista da estrutura, o que eu me propus a fazer com *O Delfim* foi um romance dentro do romance, portanto, dar ao leitor o que estava escrito e, ao mesmo tempo, o que não estava escrito. Quando estou a descrever uma cena, já a estou vendo em letra de forma, depois as provas, isto é, estou a escrever um livro que o leitor vai ler, mas estou a escrever com ele, com a sua participação.”

*O Delfim* neste momento vai ser filmado numa co-produção só portuguesa para a televisão. O roteirista, um espanhol de Barcelona, numa conversa comigo, me comunicou que queria substituir o escritor, que narra o livro, por um cineasta que vai realizar um filme, assim como há um romance dentro do romance, portanto, passa a haver um filme dentro do filme.”

O narrador passa a ser a câmara, então?

“Sim, é ele quem discute a leitura cinematográfica durante a sua feitura. A minha ideia central era esta: num país como Portugal, naquele tempo de censura (em 1967), uma censura muito opressiva, o que eu pretendia colocar em questão, quer como tentativa, quer estruturalmente, era: a discussão de uma verdade. Naquelas condições, não se conseguia apurar a verdade naquele país; a verdade concreta, decretam-na. Então, digamos, por hipóteses, por sofismas, por adulterações, aproximações, através de uma discussão dialética sobre as diferentes hipóteses, vejamos se pelas frações de verdade total que elas contêm chegamos a uma conceituação da verdade que é escondida artificialmente.”

Inclusive por meio da superposição de verdades ou versões múltiplas?

“Exatamente, daí as muitas alusões que há à censura, o ler entre linhas, surge o jogo que para mim é bastante significativo: é o jogo dos subversivos, no qual ganha quem tirar mais depressa significados de uma palavra que tenha conotações políticas. Por exemplo: automóvel, capital, capitalista, reacionário.”

Um encadeamento ideológico?

“Sim, e foi um jogo que inventei e que muitas pessoas, depois, passaram a jogar, porque era o método de leitura do fascismo, o de descobrir alusões políticas em tudo. Portanto, eu queria que esse jogo servisse de metáfora da distorção da realidade, vista pelo código da censura vigente no país então. Da mesma maneira, o esquema do crime, da morte da protagonista nunca é dado diretamente, porque eu queria que se percebesse que ela morreu depois do coito com o criado, por meio de uma aproximação com uma história que eu conto paralelamente. É uma prostituta da alta sociedade, que decide cometer um crime perfeito. Ela sabe que seu amante, um velho, sofre do estômago, faz então desesperadamente amor com ele em cima das refeições e realmente ele morre. Portanto, esta é uma aproximação através da qual se percebem outras situações do livro: é o homem alienado por uma sociedade, que ao se perpetuar politicamente já criou uma alienação, uma distorção mental que não lhe permite mais ver as coisas como são, nem visualmente ele tem mais a certeza de que uma mesa é uma mesa”

Não há mais critérios para avaliação da realidade.

“Não há mais critérios: há sempre uma suspeição a encobrir o fato real, seja ele qual for.”

Além disso, você alude à distorção da supremacia dos valores meramente materiais, como a do imigrante que volta da França com seu automóvel, suas roupas novas?

“Claro e também me refiro às tais “viúvas de (maridos) vivos”, que existem abundantemente em Portugal. Para lhe dar uma ideia: havia aí, por volta de 1970, uma aldeia no Norte do país, uma dessas aldeias de Trás-os-Montes que ficam completamente despovoadas devido à imigração dos jovens. Nelas só ficam as crianças, os velhos, as mulheres. Não sei como o fascismo deixou passar isto: numa destas aldeias, saiu nos jornais, só ficaram dois irmãos. A certa altura, quando os dois, jovens ainda, quiseram emigrar, as mulheres impediram que eles saíssem, deram-lhes um terreno para cultivar, pois precisavam deles do ponto de vista sexual. Agora imagine só: num país de moral tão dura, tão tradicional como Portugal, que se tome uma tal atitude de desespero é incrível, não é? Mas era a própria sobrevivência natural que estava em jogo já, com aqueles dois homens, os dois últimos homens válidos, indo embora para longe.”

Você alude também, como em outros livros seus, à opressão da mulher, ao código machista imperante?

“Aliás, em tudo que eu escrevi, com exceção dos contos, insisto muito nessa tecla do machismo, que é um mito da sociedade repressiva, é a compreensão do homem irresponsabilizado socialmente e que passa a usurpar uma autoridade que lhe é negada em termos políticos. Ele, então, não só transmite a sua frustração, colonizando a mulher. Mas a ironia de *O Delfim* é a de que o macho é traído por uma mulher que o dominava completamente. Aí eu pretendo que se veja uma alusão quase freudiana. Aquela mulher que se entrega ao criado mestiço, mas tudo leva a crer que é ela quem controla a situação. Há também o crime passional, o ciúme: o marido é de tal maneira protetor do criado que este mobiliza mais as suas atenções do que a própria mulher desejaria.”

É uma síntese de uma Lady Chaterley em Portugal com traços de Otelo?

“Ora, vou até anotar isto que me parece muito bem observado!”

Há, ainda, uma crítica muito impiedosa que você faz a autocastração de uma sociedade que esse código rígido de ética machista acarreta; há uma correspondência entre a escamoteação de se designarem as colônias africanas de “províncias ultramarinas” e o tolhimento da sensibilidade em prol de um artificial código de “honra” na realidade opressivo da mulher?

“Exato e foi por isso, que escolhi o mestiço, um colonizado que passa a ser colonizado pela segunda vez, é isso mesmo: tudo faz parte de um processo consciente de se ocultar uma realidade.”

O machista irresponsável, sem escrúpulos, seria uma perpetuação, no tempo, do Primo Basílio?

“Eu vejo o machista, o Marialva, na classe da burguesia, como um indivíduo que se afirma, já que está desautorizado em outras áreas, dentro de uma sociedade opressiva, que se afirma através de uma intervenção nas camadas que ele, por sua vez, reprime. Eu quero tornar evidente então que ele não tem autoridade real, na estrutura política do seu país.”

Que ele também é uma vítima, um acuado?

“Perfeitamente, é esse machismo, essa sua caça inescrupulosa à mulher é, em termos psicológicos, uma transferência da autoridade que lhe é roubada. Aí é que aparecem os seus complexos de ser desautorizado politicamente, é uma válvula de escape para as suas próprias repressões.”

Ambos os romances, tanto *O Delfim* quanto *O Anjo Ancorado*, são portanto propositalmente inconclusos, são uma obra aberta para o leitor armar a sua própria interpretação?

“De fato, o que se passa é que são, ambos, dois indivíduos derrotados por duas situações diferentes. Em *O Anjo Ancorado*, o homem é aquele que vocês chamam aqui no Brasil de “esquerda festiva”, é o burguês rico, que herda uma fortuna mas, também, um passado político de esquerda muito ativo. Mas é um desencantado, um rico desencantado, está comprometido com o seu passado, ele pensa corretamente, mas, por outro lado, ele vai criando todo o seu desencantamento na própria ideologia da esquerda onde vai buscar os argumentos para se isolar cada vez mais dela. Consequentemente, é um homem de extrema lucidez de raciocínio, perdido, porém dentro dessa própria lucidez.”

A sua inação é o fracasso do seu código então?

“É isto, daí a sua frieza, a sua indiferença diante de sua frustração, da sua derrota psicológica. Ele é um homem que, como certos animais de estrutura comprovada cientificamente, se adaptou a um período da pré-história; a sua adaptação foi tão feroz, ele conseguiu, ele conseguiu se identificar de tal maneira com o seu ambiente que nunca mais pôde sair dele. É o caso da tartaruga, que não mudou desde que nasceu, como animal privilegiado, desde a era peleolítica. É, também, o caso do engenheiro em *O Delfim*: ele adaptou-se tanto aos códigos, à místca e à mítica dos valores paternalistas que passou a ser sempre um inadaptado, a querer sempre transferir, a criar toda uma mitologia, uma mitomania que constitui a sua própria defesa…”

A defesa de um esquizofrênico, de alguém que cria a sua própria realidade?

“De esquizofrênico e, portanto, de inadaptado à realidade que o cerca: é outro tipo de inadaptado, que vive num mundo fechado, a lagoa, que ele considera o seu sossego; no entanto, é em torno da lagoa, que para ele simboliza o mundo protegido do exterior, é em torno da lagoa que os imigrantes vão se apoderando das fábricas, vão cortando as florestas que lhe estão em volta. E no final, ele próprio, que era contra a máquina, embora seja engenheiro, acaba tendo que viver como empregado de uma fábrica que lhe destrói a propriedade. É um encadeamento sucessivo de relações contraditórias, o que se evidencia pela própria descrição, uma descrição conflitiva, para realmente se chegar à hipótese final, como nos romances policiais em que se procura descobrir quem cometeu o crime.”

Seria justo reconhecer uma continuidade histórica entre os seus romances e os de Eça de Queirós, a continuidade de uma estagnação no tempo de situações sociais que só se modificaram na aparência, mas de certa maneira *O Delfim* e *O Anjo Ancorado* não continuam *A Ilustre Casa de Ramires* na época atual?

“Sim, mantiveram-se os mesmos valores das classes dominantes: a mulher, a propriedade, a sociedade hierárquica.”

Depois da Revolução de 25 de Abril, há em Portugal uma tensão entre literatura e engajamento político e uma consequente rotulação rígida conforme a cartilha política que cada escritor seguir?

“Eu penso que há que dizer, preliminarmente, o seguinte: em Portugal, hoje, somos absolutamente livres para dizermos o que quisermos, não há censura de espécie nenhuma. Mas há a censura partidária, isto é: as críticas que os partidos fazem. Cada partido político quer ver em cada jornal, em cada escritor, instrumentos manipuláveis pelos partidos. Isto porque os partidos são inclementes, são como umas flores carnívoras; para eles um jornal ou um escritor independente não existem. Todos os partidos são portadores ou têm a ambição de representarem uma única verdade inquestionável. Há de fato, entre eles, alguns que são bastante mais liberais, como, por exemplo quer o Partido Socialista, quer o Comunista, em Portugal, em matéria de engajamento, são extremamente tolerantes, mas os demais são extremamente violentos quanto a essa questão. Tanto a extrema-esquerda quanto a extrema-direita são inflexíveis e consideram o escritor apenas um meio para atingirem suas metas políticas.”

Como um funcionário do Estado que por acaso está trabalhando no departamento de imprensa?

“Isso para eles seria o ideal, não é? Também, por outro lado, a literatura em Portugal apresenta o fenômeno de que só agora é que os escritores começam a escrever, depois da efervescência política da Revolução de abril. Isso porque as urgências políticas e administrativas foram mais prementes, os escritores foram convocados para dirigirem televisões, rádios, jornais. Eu mesmo fui chamado para dirigir o *Diário de Lisboa*, fui vereador, o Abelaira foi diretor de revista, agora está ligado à televisão, quer dizer: os escritores foram voluntariamente prestar sua colaboração. Além de vencer todos os seus traumas psicológicos de uma mudança brusca do fascismo para a liberdade, foram chamados para missões tão duras, tão exigentes, o que aconteceu foi que os escritores se sentiram incapazes daquele mínimo de solidão e de paz interior indipensáveis para escrever. Estavam absorvidos pela política. Agora é que começamos mais a tomar pé, começamos realmente a escrever. Por outro lado, é forçoso reconhecer, a necessidade de politização abriu comportas tão grandes que foi toda uma literatura política, que era fundamental e que tinha sido suprimida pelo governo fascista, que começou a aparecer. O editor, o comprador de livros não estavam interessados em literatura imediatamente após a Revolução de 25 de abril: nasceram por aí umas vinte editoras, todas a publicar livros políticos por todos os lados. Atualmente, está a se dar o inverso, simplesmente: o público cansou-se de livros políticos e está a voltar o ensaio literário, a ficção e a poesia. Antes, não, os leitores estavam interessados em problemas concretos: o que é reforma agrária, etc etc.”

E você é proscrito pelos partidos mais intolerantes?

“Bom, eles rotulam os escritores sempre…”

*A priori* até

“*A priori* também! A mim, ultimamente me têm deixado em paz, mesmo porque não tenho publicado nada, mas quem publica automaticamente é considerado bom por certos partidos e péssimo por outros.”

O que leva a um certo maniqueísmo?

“Perfeitamente, e esse maniqueísmo, que é um mal, agora aparece muito menos evidente do que antes: alguns é que se agarram à imagens do passado, se alguém aderiu à ditadura ou à oposição, eram consequentemente acusados de comunistas, socialistas, oportunistas. Hoje, que há maior estabilidade democrática, os portugueses se defrontam com uma realidade que desconheciam.”

Uma realidade submersa?

“Sim, e que surge à superfície neste momento com todos os traumas, rivalidades e magmas de quem se desconhece e se revela por inteiro agora.”

Mas dentro dessa polarização de estrema-direita e extrema-esquerda, você como fica?

“Eu sou marxista, embora não pertença a nenhum partido. Voto de acordo com as minhas tendências políticas, as minhas opções. Penso que, melhor neste instante, depois de tantos anos de fascismo, o escritor, ou mehor, eu, que sempre fui engajado e sofri até perseguições durante o regime salazarista, posso escrever melhor, fazer melhor literatura, enriquecer-me interiormente se puder ter uma liberdade total. É verdade que essa liberdade não se faz sem compromissos ideológicos, mas não me interessa nenhuma prisão desse tipo. É o que acontece com a grande maioria dos escritores mais conhecidos em Portugal, aliás. Eu não deixo de ter admiração por um escritor, mesmo que ele não seja militante, desde que seja bom.”

E atualmente, o que você está escrevendo?

“Estou a escrever um romance e tenho um livro que deve sair agora, em outubro, que reúne meus artigos dispersos sobre a posição social e política do escritor, algumas exegeses literárias, escritos que não pude publicar durante aquela época e alguns artigos sobre as várias temáticas que levantam a condição democrática para o escritor, ou seja, para nós, problemas inteiramente novos.”

Durante esse intervalo em que você suspendeu as atividades literárias e foi diretor do jornal *Diário de Lisboa*, foi vereador, o que essa experiência somou para você?

“A experiência do jornal foi dolorosa, porque, como você sabe, o jornalismo em Portugal era muito mau e continua a sê-lo. Eu não posso nem comparar os jornalistas que lá temos com os jornalistas brasileiros. O pior jornalista que vi em minha vida é o de Portugal, com exceção de uma minoria, é claro. Na redação do *Diário de Lisboa*, por exemplo, havia 47 pessoas das quais só trabalhavam praticamente 10.”

Encaravam o jornalismo como um emprego público, uma sinecura?

“Estavam habituados a fazer um jornalismo burocrático com a tesoura da censura e a cola dos remendos, de modo que foram provocados pelas realidades permanentes e se desorientaram. Cansei-me, embora me tenha dado humanamente bem com todos e lá tenha deixado amigos. Consegui que o *Diário de Lisboa*, que já era de militância antifascista, mantivesse seu prestígio, aumentasse a tiragem, cumpri a minha tarefa. Afastei-me porque percebi que comecei a gostar do que fazia e não ser com cinquenta anos de idade que eu ia começar, agora, a minha vida de jornalista. Já a experiência da Câmara Municipal, como vereador, essa foi muito boa, porque pude, através dela, conhecer uma realidade que eu nunca pensei que houvesse. Foi quando conheci a minha cidade e a conheci sob uma perspectiva negativa. Como a dos bairros da lata, por exemplo.”

Bairros da lata, o que são?

“São os *bidonvilles* (favelas cobertas de zinco) que nós começamos a destruir para substitui-las por casas. E aconteceram coisas realmente comoventes. Durante as reuniões de moradores de bairros, passamos a fazê-las num grande cinema do Estado, à moda de um parlamento, de uma assembléia pública. As pessoas entravam e expunham seus problemas, podiam interromper as conversações, opinar. A princípio, foi muito difícil porque havia muita indisciplina, muita agressividade, mas pouco a pouco foi se normalizando. Foi uma experiência violenta, havia casos como o de uma chefe de uma comissão de moradores, uma mulher gorda, enorme, descalça - entrou no Palácio da Câmara Municipal, com mais vinte ou trinta moradores e começou a falar: que queriam começar imediatamente a construir; eu expliquei que havia providências a tomar com o planejamento urbano, o exame das plantas por arquitetos etc. Ela então me perguntou porque só queriam que nós lhes dêssemos o material. “Nós mesmos contruímos as casas porque nossos maridos têm amigos que trabalham na construção civil, outro têm amigos dispostos a colaborar conosco, de modo que precisamos do seguinte: o projeto aprovado rapidamente e holofotes colocados nas obras para trabalharmos de noite e só precisamos que nos deem cimento, madeira, o resto fazemos tudo sozinhos. Estamos também aqui para falar com o Sr. porque queremos que a escola tenha uma biblioteca já no dia seguinte e queremos que os Srs. Nos deem os livros.” Ainda estavam no bairro da lata, não tinham casa para morar e já estavam a pensar em uma biblioteca!”

Deve ter sido uma experiência emocionante…

“Ah, foi, sim! A ideia que eu propus não obteve votação, foi considerada bizarra, surrealista, pitoresca. O que eu pretendia era isto: mudou o regime, não é? Então, ficaram as estátuas da época dos ditadores, as estátuas de Salazar, do General Carmona, em cada chafariz havia uma placa com elogios para o Américo Tomás. O problema era que começavam a deitar abaixo as estátuas e guardavam-nas. Ora, isso ocupa espaço, é inconveniente; propus, então, na imprensa, etc. que se mantivessem as estátuas, mas, objetivamente, teriam, cada uma delas, uma lápide. Por exemplo, ao pé da estátua de Salazar, exlicava-se: Salazar, tantos anos de fascismo, tantos presos políticos, tantos crimes; achei que isso era pedagógico, a pessoa lia, se inteirava de quem ele tinha sido na história política do país. O projeto não foi para a frente mas negar que Salazar existiu é um erro, ele existiu e como! A meu ver, todo assassino merece uma estátua para educação do povo; assim, as crianças aprenderiam a história viva nas praças públicas.”

O jornalismo, você abandonou porque ameaçava também a sua criação literária?

“Aconteceu, também, que todos os dias aconteciam muitas coisas a que não estávamos habituados; qualquer coisa política que se publicasse era logo desmentida por jornais de outros partidos, era uma situação caótica e e evidente que sem paz no trabalho se sai dali esgotado, nem se quer ver mais uma caneta nem uma máquina de escrever! Eu penso que a experiência do jornalismo, para mim, provou que o jornalismo é o grande inimigo do escritor por uma razão: porque tenta, o indivíduo começa a gostar a um ponto tal, fica tão envolvido, que, pouco a pouco, termina absorvido, se entrega, o jornalismo é uma máquina maldita; conheço vários escritores, bons escritores, que são também jornalistas, que juram detestar o jornalismo mas que, quando dele se afastam, logo, daí a dois ou três meses, voltam para a imprensa. São pessoas que toda a vida usaram o jornalismo como pretexto para não fazer uma obra literária, não publicar, não escrever porque não têm tempo.”

Além disso, o jornalismo não envolve demais com os fatos cotidianos, enquanto a literatura se dedica a questões perétuas, menos fragmentárias?

“Sem dúvida, a literatura trabalha a longo prazo. Isso seja dito embora eu pense, como ficou claro nas discussões que tivemos aqui, nas universidades no Brasil, eu pense que o jornalismo, como o ensaio literário, a crítica da literatura, o artigo literário são atos de criação. Para se ser um grande crítico é preciso que se tenha, como você sabe melhor do que ninguém, além de cultura, a imaginação, pelas relações que se estabelece dentro de um texto. A crítica ou a ensaística literária, ao contrário do que se poderia supor, não se faz dedutivamente: pegam-se os dados, zás, chega-se à conclusão. Não. O bom crítico, o bom jornalista é o que tem capacidade de relacionar elementos que não estão à vista e para isso é indispensável a imaginação criadora. Dar apenas o número de páginas, quando nasceu e morreu um autro, isso é obra de ratos de bibliotecas de que as universidades estão cheias.”

Mas, talvez, você possa elucidar um ponto que me interessa atualmente: até que ponto a literatura, a linguagem, ainda são pertinentes dentro da época em que vivemos. Não sei se a cinematografia, a sociologia, a psicologia já não tomaram muito do lugar e da eficácia da literatura?

“Penso que sim, que tomaram e cada vez mais, mas isso não deixa de ser salutar, porque então aparecendo formas literárias diferentes, hoje há concorrência para a literatura. Ela tinha um campo só seu, que foi invadido: o do livro. Contar em romance aquilo que a sociologia…”

Ou, às vezes, uma reportagem jornalística

“Ou uma reportagem jornalística podem contar metodicamente, com maior economia de meios, é uma asneira. A literatura tem que contar muito mais por sugestão, sua narrativa tem que ser muito menos cronológica, muito menos científica, muito menos datada e precisa e objetiva para que a obra literária deixe um depósito qualquer que o leitor receba, uma acumulação de informações que lhe fiquem e que permitam, portanto, uma leitura interior diferente daquela que ele recebe através dos outros meios, o cinema, o jornal, etc.”

Uma interpretação subjetiva?

“Creio que sim e é o que se está a tentar: é a única salvação dos escritores. Você vê, pela experiência cabal do *new journalism* nos Estados Unidos: é mais um avanço rumo a espoliar a literatura de um terreno que era seu, antigamente.”

Você pensa na ficção-reportagem de um Truman Capote em *A Sangue Frio*?

“Pois claro, além de Norman Mailer, de Susan Sontag.”

E o realismo socialista soviético ou um Soljijitsin, como você os vê?

“Para lhe ser muito leal, vou lhe dizer uma coisa que talvez possa desagradar a muitos: eu não consigo ler até o fim *O Arquipélago Gulag*, de Soljinitsin, acho-o um péssimo escritor! Independentemente de ser um grandíssimo reacionário, beato, fanático de igreja, tsarista. Soljinitsin, para mim, não é, de maneira nenhuma, um contestatário, não é um caso exemplar de um indivíduo que quer a liberdade. É, ao contrário, um tipo que vem propor-nos uma outra escravidão, a de um capitalismo mais reles, que ele pretende, agarrado a um misticismo feroz e mal escrito como o diabo. Já o li em duas línguas e não se trata de dizer que está apenas mal traduzido porque li também Tchekov em francês e sei que é bom.”

Mas, e a denúncia política de um regime que o Soljinitsin faz?

“Mas a mim interessa-me só a denúncia de uma coisa quando a proposta que se faz é realmente uma proposta coerente. Se ele entende que o regime soviético é totalitário, pois muito bem, que o diga, mas o que ele propõe em substituição é a volta, em nome dos valores religiosos, de uma ordem de coisas tsarista. Já ao contrário, o Naboov, um dos melhores escritores do mundo, um príncipe também anti-soviético, tsarista, além de escrever maravilhosamente, faz uma crítica à sociedade capitalista. Ele a acusa, seu romance *Lolita* é uma América destruída aos bocados, é um tratado sobre isto. Ora bem, Nabokov não vem propor que se acabe com o Socialismo em nome de valores ultrareacionários. Além disso, a literatura soviética que conheço, que é pouca, não me interessa, como disse numa extensa entrevista à televisão.

Considero que a ficção, hoje, existe, pelo menos aquela que me interessa, em primeiro lugar na Alemanha Ocidental; em segundo, a dos Estados Unidos e a dos países latino-americanos. A França, a Itália etc., não dizem mais nada, pelo menos para mim, o que li dos países socialistas tampouco me interessou, francamente, deixei de lado.

Li, agora, um livro muito bom, do cubano Alejo Carpentier, que é um belo romance, *El Recurso del Método*. Acho que Cuba é um dos poucos países socialistas onde encontrei bons contistas, alguma coisa que me interessa; os outros, francamente, nem conheço, o pouco que li me impressionou mais pela falta de risco, de criação, de aventura de ideias que dão.”

Na literatura alemã atual você se refere ao Günter Grass, ao Heinrich Böll?

“Não, até que o Grass, apesar de interessante, me parece bastante reacionário, bastante conservador, politicamente, mas é um bom escritor. Refiro-me, principalmente, a aqueles mais avançados; por exemplo, o Hans Magnus Enzensberger, um grande escritor; um Arno Schimidt me parece um experimental espantoso, agora só os conheço em traduções, em inglês, em francês, pois não conheço uma palavra de alemão.”

Nos Estados Unidos?

“Bastava um só nome, o de um dos livros mais bonitos que já li na minha vida e que deu o filme chamado *Um Estranho no Ninho*. Bastava este livro de Ken Casey, e já chega; e, como disse o Norman Mailer, a Susan Sontag, o *A Sangue Frio* de Truman Capote - são contribuições inteiramente novas. Embora eu deva dizer que Truman Capote é um indivíduo típico daqueles que já andam por cima deste planeta, endeusou-se tanto que quando a gente se lembra do que ele escreveu antes, contos e *Other Voices, Other Rooms* - pois bem, o Capote perdeu aquele preciosismo lírico que o distinguia tanto, era uma das suas seduções.”

E a latino-americanos?

“Bem, eu já lhe disse antes: o maior poeta da língua portuguesa para mim é o João Cabral de Melo Neto, que acho até maior do que o Drummond; depois Guimarães Rosa; *O Coronel e o Lobisomem*, um grande livro; depois, gosto muito de *A Hora dos Ruminantes*, do J. J. Veiga; gosto da Nélida Piñon; penso que os brasileiros têm a esse respeito, um depósito grande, válido. Recentemente, li um livro brasileiro que me decepcionou: *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão, que me pareceu um mero desejo de estar *up to date*; não me seduziu. E fica sempre uma verdade, que é esta: os portugueses conhecem melhor a literatura brasileira do que os brasileiros a literatura portuguesa. O que não conhecem em Portugal é a qualidade de certa crítica literária brasileira, mas qual o crítico aqui que reúne seus trabalhos em livro? Não podemos andar aí a catar em jornais os artigos importantes, é preciso que sejam coligidos e publicados; nem é possível comprar os jornais em que saíram as críticas mais importantes. Essa é uma lacuna importante e que os escritores portugueses gostariam que desaparecesse, pois ignoramos tudo que seja sobre a crítica brasileira. A literatura brasileira em Portugal é lida pela elite que ainda são umas quatro mil pessoas, através da Editora Livros do Brasil que, em Portugal, quase só divulga literatura brasileira. Ultimamente apareceu aquele livro kafkiano, surrealista, muito bonito, o do Veiga, como se chama?”

*A Sombra dos Reis Barbudos*?

“Exatamente. Há um desequilíbrio: onde está a Editora de Portugal no Brasil?”

E atualmente, você está preparando uma peça de teatro, conforme disse antes?

“Sim, estou a fazer, só acabo essa experiência quando chegar a Portugal…”

É a sua primeira experiência no teatro?

“Não, fiz outra anteriormente, encenada lá em Portugal, durante o fascismo, mas os estudantes começaram a interessar-se muito pelo espetáculo e o governo resolveu fechá-lo imediatamente. Agora estou a fazer uma peça que é sobre a PIDE, a polícia política do fascismo. Depois do 25 de abril, tive muito contato com as atividades da extinta PIDE, tive acesso aos seus *dossiers*, inclusive a um *dossier* das minhas conversas telefônicas, tenho relatórios da PIDE sobre torturas de presos. Inclusive aconteceu comigo uma experiência terrível ao manejar esses *dossiers*: um dos meus melhores amigos, desde os 11 anos de idade, um indivíduo de quem fui padrinho de casamento, me denunciava à PIDE, como consta dos *dossiers*. No *dossier* consta tudo: quando ele entrou, quanto ele ganhava como informante da PIDE, a falar de mim, da minha mulher, da minha filha. Era um dos meus três melhores amigos. Quando voltar a Portugal, vamos nos reunir, isolados, o diretor, o cenógrafo, os atores e eu e discutir a peça. Ela partiu dessa experiência para mim sumamente traumatizante.”

## Cardoso Pires, para quando o Brasil descobrir Portugal

***Jornal da Tarde* 01/10/1983**

José Cardoso Pires, o grande romancista português, possivelmente o maior deste momento de toda a Península Ibérica, é vítima da quarentena crescente que isola cada vez mais o Brasil da cultura do seu tempo. Seus livros combativos e esteticamente irrepreensíveis *O Anjo Ancorado*, *Cartilha do Marialva* (Editora Ulisséia, Lisboa, 1960) e sobretudo *O Delfim* (Moraes Editores, Lisboa, 1968) raramente chegam ao Brasil. Na sua nova fase a Editora Difel ou outras editoras brasileiras estariam interessadas na difusão da criação literária de Cardoso Pires, incluindo-se nela as obras mais recentes: *Dinossauro Excelentíssimo*, *E Agora, José?*, *O Burro em Pé* e *Balada da Praia dos Cães*. Todas levantaram celeuma em Portugal quando publicadas e mais tarde discutidas na televisão, principalmente a última, por lidar com um crime político verídico. Durante sua breve passagem por São Paulo, ele concedeu ao *Jornal da Tarde* esta entrevista exclusiva:

Parece que, ao contrário de Portugal, que está bem a par da literatura brasileira, o Brasil desconhece quase totalmente a literatura portuguesa contemporânea. As causas são muitas: displicência das editoras e livrarias, invasão do mercado brasileiro por títulos de outros países; o fato de que os livros dos autores portugueses não chegam até nós, isto é, ficamos cortados do diálogo, que deveria ser prioritário, com a nação que nos legou o idioma. A seu ver, a que se deve tudo isso?

“Bem, é um fato: em Portugal conhece-se bastante razoavelmente a literatura brasileira, a ponto de haver uma editora em Lisboa que só publica livros do Brasil…”

Justamente, a Livros do Brasil?

“Sim, e entre nós está muito divulgada não só a obra de Clarice Lispector, Guimarães Rosa entre outros, como até mesmo a literatura atual, de João Ubaldo Ribeiro, de Márcio de Souza, etc. Isso vem em parte da imagem que o Brasil tem hoje de Portugal, penso eu, ou seja: Portugal é um país mais ou menos histórico, carregado de tradições e que portanto não é um país inquieto, o que é uma visão exagerada. Como também se atribui a Portugal um único papel: o de um país de poetas e nada mais. Na realidade, o jornalismo brasileiro é mais vivo, melhor do que o português, como as universidades daqui procedem a uma análise muito mais viva das nossas duas literaturas do que nos meios acadêmicos portugueses. Mas o romance em Portugal foi a primeira área da literatura, se podemos dizer assim, que se liberou do modelo do romance *à la page* e onde não vicejaram os estruturalismos ou as experiências copiadas do *nouveau roman* francês, o que não quer dizer que em Portugal não haja uma invenção estrutural do romance muito mais avançada do que em muitos países, a ponto de eu ter afirmado, numa reunião internacional de escritores, patrocinada pela Fundação Gulbenkian, e continuo reiterando, que na Espanha, França ou Inglaterra, hoje em dia, não há nenhuma inovação, nenhum vigor narrativo como na prosa atual portuguesa.”

Que corresponde a uma pequena Renascença da prosa em Portugal que o brasileiro médio ignora completamente?

“Acontece que a partir de Aquilino Ribeiro - e não me refiro a Eça de Queirós porque acho Machado de Assis mais original ou até, para ficar no âmbito de Portugal, prefiro ao Eça que me parece demasiado formal, o Camilo Castelo Branco, afirmação minha que já causou muito espanto, eu sei - durante a guerra civil espanhola o romance português adquiriu feições novas e se tornou autônomo.”

E que nomes você destacaria entre os atuais?

“Entre os vivos o Saramago, a Lídia Jorge, o Lobo Antunes, a Maria Velho Costa…”

E você, naturalmente! E a que você atribui essa fermentação do romance português contemporâneo?

“Como lhe disse, sempre se esquece um ou outro nome importante. A que atribuo essa força do romance português de hoje? Eu penso que vem em parte da nossa libertação do naturalismo, que era um pouco pesado em nós…”

Principalmente do neorealismo, não?

“Sim, embora o neorealismo desse grande romancista como Carlos de Oliveira, não é? E em grande parte também acho que isso provém do fato dos nossos romancistas terem fugido ao pecado original de apoiar-se na cultura e na literatura francesas. Já há romancistas influenciados pelos autores anglo-saxônicos e os que eu chamo de romancistas autores de teses universitárias sob a forma de romances, é isso, uma demonstração de um teorema; sem esquecer um escritor que achava que estava a dizer uma coisa muito revolucionária ao proclamar a toda gente e muito contente consigo mesmo que o romance bom era aquele que não contava nada, a par de outro que dizia: não, o romance conta tudo, e no romance incluía até o mais ínfimo pormenor…”

Uma oscilação entre Balzac e o nada?

“De Balzac ao nada, exatamente. Fora esse maniqueísmo idiota, são romancistas de idades diferentes, com experiências diversas que renovam atualmente o romance português, entende?”

E a sua trajetória, Cardoso Pires? Depois do excelente *O Delfim*, que mais você publicou?

“Uma coletânea de histórias e principalmente *O Burro em Pé* e o *Dinossauro Excelentíssimo*…”

Uma referência sua a personagens do alto escalão econômico brasileiro de agora, talvez?

“De fato, o *Dinossauro Excelentíssimo* provocou uma furiosa polêmica na Assembléia Nacional (Congresso), que se tornou uma polêmica pública quando enceneram uma peça minha, que se chama *Corpo de delito na Sala de Espelhos*, e que é uma espécie de agressão ao público, pois é uma peça sobre a PIDE, a polícia portuguesa do tempo do salazarismo, uma peça política que, como empreendimento, foi um fracasso, um *flop*. Depois veio *E Agora, José*, inspirado no poema de Carlos Drummond de Andrade e que reúne uma série de confissões minhas, apontamentos pessoais. E depois foi premiada unanimemente pela Associação de Escritores Portugueses uma obra minha, a *Balada da Praia dos Cães*, que recebeu o Grande Prêmio da Novela.”

E essa não foi um *flop*?

“Não, para um país pequeno como Portugal, teve até uma edição enorme, de 43 mil exemplares, além de representar uma importante remuneração em dinheiro, é do que vivo agora e nos próximos três ou quatro anos… Trata de fatos reais, embora seja uma obra de ficção: trata de um crime político, cometido por dois conspiradores contra um terceiro; os três queriam instaurar em Portugal uma revolução de esquerda, sem os mínimos requisitos para isso. O julgamento desse crime não só envolveu pessoas reais como até o ministro da Justiça, que passou depois a acusador daqueles homens. E é curioso, para o autor de uma obra que mistura a ficção com personagens existentes, reais, vê-la depois discutida na televisão com os autores do crime e o acusador: foi um fato que, em 1960, abalou muito a opinião pública portuguesa. Não que eu queira ter feito em algum momento uma espécie de *roman-vérité* ou imitar Truman Capote com *A Sangue Frio* ou Norman Mailer com *O Canto do Carrasco*. Era uma obra de ficção, baseada em alguns fatos reais, porque tanto os homicidas quanto a vítima fugiram da prisão de Beja e no interior de uma casa projetaram uma revolução impossível, com massas operárias e camponesas que não existiam. Como disse mais tarde um dos integrantes da conspiração, ou seja, um dos homicidas, eles sentiam um medo paralisante, e os responsáveis pelo fracasso éramos todos nós, o criminoso éramos todos nós - o que chocou muita gente-, era a covardia coletiva que reina debaixo de um fascismo…”

Nesse livro que é um pouco um auto-retrato, *E Agora, José?*, que traços característicos seus, que idiossincrasias suas aparecem que nos pudessem ser transmitidas? Por exemplo, o que o moveu a começar a escrever?

“Olha, eu era aluno de matemáticas superiores, aluno finalista, quando deixei tudo para ser praticante piloto na Marinha Mercante… É, eu tinha e ainda tenho certo complexo com relação à formação científica, e concluí que nas ciências eu não me elevaria muito: a ciência era para mim um sonho… Já a navegação, era durante a guerra, me abria a possibilidade de aventuras, estavam precisando de pessoal, me aceitaram, eu nada sabia daquilo e nem hoje sei…”

E a literatura?

“Ora, a literatura foi assim: eu só tinha uma formação de liceu, mas quando detestei a faculdade de letras não me foi difícil perceber: é porque gosto de literatura! (risos). E até hoje estou convencido disso. Exceto nos Estados Unidos, onde o ensino da literatura é mais vivo, exato, onde muitos dos professores são escritores, ali sim, com os *workshops* se tem uma noção melhor da literatura. De resto, para um escritor de ficção, continuo convencido de que é nas faculdades de letras que mais se sufoca o gosto pela literatura… Como já lhe disse, eu vivo de literatura, com os direitos de autor, se daqui a três anos eu publicar alguma coisa, viverei mais um ano, mas sem prazos nem planos fixos, percebe?”

É interessante também a relação que você estabelece entre a literatura e o jornalismo, quase sem distinguir um do outro, se entendi bem?

“Pois: os ingleses têm uma expressão que é *writer*, essa para mim é a tradução de ambos: de jornalista e de novelista. Acho que se um jornalista é mau escritor é mau jornalista. Há maus escritores como há excelentes jornalistas e vice-versa. Estou a falar da estrutura do jornal português, porque não conheço bem a estrutura dos jornais brasileiros…”

Você tem uma longa experiência jornalística, não é?

“Sim, fui diretor do *Diário de Lisboa* e entre outras coisas criei uma revista, chamada *Almanaque*, que teve muita fama e que é considerada um alto marco no jornalismo português, sim, de vanguarda. Eu penso que as funções modernas de jornalismo e literatura se confundem em muitos pontos e exemplifico com Graciliano Ramos, que escreve um relatório de funcionário público e nos romances e no relatório é um bom escritor. Sucede é que em países mais convencionais é que se distingue a prosa de um escritor de ficção da de um jornalista: é o critério da comunicabilidade exigida ao jornalista, tem que ser mais rápida e mais imediata.”

E acham também que um escritor deve ter mais erudição do que o jornalista…

“Exatamente, mas vamos chegar até aí: como é falso isso, porque as áreas estão a confundir-se todas, as áreas de comunicação estão fundidas, confundidas e eu digo felizmente porque a palavra *new journalism* não se refere a nenhuma mentira: existe, realmente. A crítica literária hoje, n’alguns países, é melhor, é uma crítica literária com uma toada diferente, totalmente antierudita! Dizem-se as coisas mais profundas e mais eruditas sem citações, quando apenas se tem talento, sem todo aquele aparato brutal do ensino universitário ou do neoacademismo. Pega-se a crítica de um livro feita no *L’Express*, por exemplo: tem o tom jornalístico, no entanto foi feita por um crítico literário e é sucinta e erudita e profunda, assinada embaixo…”

Como as críticas assinadas pelo maravilhoso crítico francês Angelo Rinaldi, no *L’Express*, não é?

“Exato, exato. Os *reviewers* americanos dão ao leitor a sensação de saber do que o livro trata, depois de lida a resenha sobre ele, enquanto isso nos países e nas cabeças atrasadas, ao cabo de ler a crítica literária você nem sabe se o crítico gostou do livro, se o livro é bom, se vale a pena ler… Esse tipo de crítica erudita é o grande inimigo da literatura. Quem, para citar um nome caro aos universitários, tem prazer de ler Roland Barthes, o gosto e gozo da leitura, para esses uma crítica hermética é um prazer onanista.”

Mas talvez você saiba que, aqui no Brasil, pelo menos alguns círculos *soi-disant* eruditos acham que ao emitir uma opinião sobre um livro você, como crítico, está fazendo uma crítica impressionista, de impressões apenas, do tipo gostei, não gostei…

“Falando muito sério: qual é a preocupação, neste momento, de uma grande parte da crítica? É a de cientifizar para descobrir no livro lido uma metodologia própria que torne a análise “científica”, mas aí é que está a contradição: ninguém descobre, senão por palpite, nada *a priori*. Portanto, a ciência, que foi sempre mais imaginativa e mais honesta do que a investigação literária, nunca começa por afirmar *a priori* nada. Tudo é uma hipótese que pode *ou não* ser comprovada ao final da análise… O que não implica abrir mão dos computadores para, por exemplo, provar a lógica da matemática. Mas não é por aí que vamos colocar Aristóteles e os computadores como intérpretes únicos ou supremos da literatura, longe disso! Esse tipo de “crítica literária” é uma auto-afirmação à custa de outrem: aí os “críticos” assumem uma posição de “elite”, por terem eles mesmos uma fundamental falta de comunicação: “Ah, quem não me entende, pior para eles, eu falo para mim!”

O que muitas vezes leva à desumanização da comunicação mais humana que existe, que é feita pelas artes, pela literatura?

“Ah, sim, pois aí tais “sábios” criam um clima de verdadeiro terror, de chantagem, ignorando que eles, os pseudocientíficos, é que são o produto de um exibicionismo, de uma frustração. Aliados a seus recursos paracientíficos se tornam, eles, sim, extremamente impressionistas…”

Você há pouco falou do excesso de novelas brasileiras transmitidas pela televisão em Portugal: o *writer* tem de desenvolver uma nova imagem com o advento dos meios eletrônicos?

“O fenômeno dos audiovisuais - tanto o disco como o cassete e a tv - corresponde a uma fase aguda de alienação planejada pelos donos deste vasto supermercado em que vivemos. Em Portugal, um tempo imenso da televisão é gasto com a transmissão de insuportáveis programas de rock que, acredito, são dados de graça aos canais emissores pelas companhias discográficas justamente para massificar, com o pior, o público e impedi-lo de ter acesso a essa maturação mais duradoura, mais inquietante, mais profunda, que é o livro. Mas em países como os Estados Unidos e a Alemanha Ocidental, por exemplo, nós verificamos que a televisão é uma *fase* e que atualmente as pessoas veem televisão, sim, mas o livro volta a ter o seu lugar, haja vista as tiragens de milhões de exemplares de livros editados por ano nesses dois países. Há forças interessadas numa narcotização pelos meios eletrônicos das massas, mas muitos já veem essa intenção, despertam dela e se afastam cada vez mais dela.”

Com o aparecimento da literatura hispano-americana e brasileira, para só mencionarmos estas, a crença européia de ser a única criadora de culturas não se revelou mais arbitrária do que nunca?

“A Europa, de fato, é dependente, mas a cultura passa por muitas mutações: há três ou quatro gerações, o chamado homem culto cria que a cultura provinha do Extremo Oriente; numa geração posterior, ele achava que a França era o centro mundial, o árbitro de cultura. Claro, com o advento dessas literaturas que surgem fora da Europa, nós nos interrogamos se esta questão de deter o facho da cultura não é ociosa, pois os norte-americanos só falam de crise de identidade, os argentinos, pelo que eu li, pois nunca estive na Argentina, ao contrário, são ultra-europeus, acho que não há um povo que se sinta mais inglês do que os argentinos ou mais franceses do que os franceses.”

E no fundo são descendentes de italianos. Quando li recentemente uma longa reportagem sobre o Japão, numa revista estrangeira, porque ao Brasil não chega nada desse tipo, na nossa imprensa, nos nossos meios de counicação, digo, uma afirmação que me deixou meio apavorado é a de que os grandes produtores da indústria eletrônica e de alta tecnologia do Japão partiam do princípio de que era preciso, inevitavelmente, uniformizar todas as culturas locais de cada país para que o cassete, por exemplo, pudesse atingir todas as regiões do mundo…

“Você ficou só meio apavorado: isso é de apavorar muito! Mas é o tenebroso capitalismo, não há nada mais apátrida do que o capitalismo. Sei que o capitalismo é responsável por muitos avanços técnicos e culturais e muito progresso, mas esse nunca foi o sonho dele; o sonho dele foi subjugar o mundo, o que pretendem é o tal do imenso supermercado mundial em que já vivemos metidos!”

Mas, para sermos equânimes, será que as propostas de Lenin e Andropov são diferentes?

“É claro que tanto no campo capitalista quanto no socialista temos que admitir que há tendências em ambos para criar novas formas de relações subjugando e uniformizando as sociedades e as culturas. É um fato. Eu, como marxista, reconheço que os horrores e desumanidades da era industrial não se comparam aos do feudalismo: quem trocaria um pelo outro? Ninguém! Da mesma forma que o pior tipo de paternalismo é o que se manifesta através das ditaduras fascistas. Na nossa época também o homem tem todo o direito de ter medo de se massificar. Pois tudo não se processa apenas “por mudanças”, como dizia Camões: as mudanças têm também o seu lado altamente negativo. O homem no seu percurso entre a utopia e a morte sente uma salutar inquietação, pois só esta poderá corrigir a selvageria.”

## A tardia descoberta de um polêmico escritor português

***Jornal da Tarde* 12/11/1983**

O Brasil e Portugal vivem de costas um para o outro, décadas a fio. É ocioso esmiuçar as razões deste surrealista alheamento: a ditadura fascista de Salazar? Mas tínhamos uma ditadura fascista de Vargas aqui. A intensiva colonização cultural norte-americana no Brasil? No entanto, os grandes escritores franceses e italianos do pós-guerra, sem falar nos ingleses e até alemães, coexistiram com a recente enxurrada de esplêndidos escritores hispano-americanos: Virgínia Woolf, Doris Lessing, Ítalo Calvino, Pavese, Pasolini, Proust, Musil que só conhecemos tardiamente em traduções brasileiras.

Foi um trabalho sutil mas eficiente de lusofobia: primeiro, para extirpar toda e qualquer influência *cultural* portuguesa, nós, com complexos de ex-colonizdos politicamente, começamos a macaquear, com resultados frequentemente ridículos, um romantismo aguado que Mme. de Staël conseguia nos filtrar da Alemanha; depois veio a imitação servil e igualmente inautêntica de todos os “ismos” parisienses importados. E toca Olavo Bilac a insuflar carnalidade a um parnasianismo granítico de Leconte de Lisle. E aí de nós, não é que um “preto” (credo!), Cruz e Souza, da louríssima Santa Catarina, desandou a metrificar palavras arrevesadas em louvor de alvas musas simbolistas?…

Mais recentemente, pulamos levianamente toda a magnifica renovação portuguesa (com Teixeira de Pascoais, Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro) para atravessar a alfândega, deglutindo-os, antopofagicamente, todos de cambulhada nas malas da Semana de 22, o cubismo, o expressionismo, o futurismo… Golpe de misericórdia: o currículo brasileiro atual eliminou a literatura portuguesa de nossos livros didáticos, com uma noção doentia de nacionalismo: entra Carlos Drummond de Andrade, sai Fernando Pessoa. Até a denominação do estudo do português empertigou-se de cores objetivas e que nada significam: em vez de *português* passamos a estudar *linguagem*…

Com grande atraso, porém, os brasileiros se dão conta de que a literatura portuguesa não parou com Eça de Queirós e Fernando Pessoa, guru de poucos iniciados. É verdade, como advertia Virgílio Ferreira, que o neorealismo, se se pode generalizar, era pouco digerível: teses políticas rarissimamente dão bons romances, mas era a *innere Emigration*, a revolta surda dos portugueses que à semelhança dos autores alemães diante de nazismo, se recolhiam a barricadas anti-salazaristas, franco-atiradores a disparar contra uma estrutura fascista…

Agora, planetariamente interdependentes que somos, percebemos, (não será tarde?) que a literatura portuguesa moderna é das mais vivas dentro daquele célere Crepúsculo dos Deuses literários europeu, com fogos de artifício e marcha fúnebre. José Cardoso Pires talvez não tenha passado de todo despercebido daqueles que ainda leem autores portugueses, dissociando inteligentemente a cultura da política. Ou será esse Cardoso Pires um colonizador de Angola, agente da Pide, polícia secreta temível do salazarismo, a torturar os resistentes ao domínio lusitano em Luanda? Ao contrário, é um marxista consequente, mas de modo algum (por que, senão, como seria consequente?) dogmático: crê no socialismo pluralista, democrático. Será por isto que ele não agrada tanta gente? Afinal, denunciar as mazelas de um regime ditatorial e seus delatores não é “sujar o prato em que come”? A mesma onda de indignação burguesa se levantou contra Thomas Mann quando ele revelou a ponta do comercialismo antiartístico de Luebeck, na sua Alemanha natal? “Enodoa o próprio ninho”, declaravam, indignados, os defensores do *status quo* lânguido da Alemanha de então. Ato contínuo: Hitler.

O autor português fez, há anos, uma breve incursão pelo mecado editorial brasileiro com seu romance *O Delfim* que agora a Editora Civilização Brasileira lança, em segunda edição, sem referir-se à data de publicação da 1a. Paciência, é a civilização brasileira.

Dentro da importante renovação literária ibérica (na Europa o sol se põe no Atlântico) contemporânea, José Cardoso Pires tem causado a mais funda impressão. Por sua causa, agitaram-se os meios televisivos, radiofônicos, da imprensa escrita, do Parlamento. Por quê?

*Balada da Praia dos Cães* (em edição mal costurada da mesma Civilização) é parte daquele tríptico moderno no qual, sem que haja influência mútua nem plágios, três autores exponenciais de seus países focalizaram o crime de gravador em punho: Norman Mailer com seu prisioneiro, Truman Capote com os assassinos de *A Sangue Frio*. José Cardoso Pires arma um quebra-cabeças político, como Jorge Semprun em *A Segunda-Morte de Ramon Mercader*. Com uma diferença: Semprun inspira-se em Proust na sua biografia do assassino de Trotsky, no México a mando de Stalin. Cardoso Pires narra, de maneira admirável, o choque de duas esquizofrenias: de fora, a estrutura rígida do fascismo salazarista, sua “lei e ordem”, sua hipocrisia, sua opressão, sua mesquinhez; de dentro, um major igualmente enlouquecido, que com sua amante, um arquiteto e um pobre-diabo de um cabo desertor do Exérccito prepara uma alucinada revolução esquerdista em Portugal. Tudo dentro de uma casa, à espera de apoio e armas que nunca houve e nunca chegarão em seu auxílio para derrubar o ditador. Era a psicose: armar os camponeses e os proletários e, com a parte sã do militarismo, esmagar os corruptos da casta do generalato.

Como já em *O Delfim*, o epicentro de tudo é um cadáver: aqui os frangalhos apavorantes, patéticos, do major delirante, disputados por uma matilha de cães famintos numa praia qualquer de Portugal.

A *école du regard* do *nouveau roman* francês privilegia o *aspecto visual* das coisas: é em parte o que o escritor também faz, aproximando-se do roteiro cinematográfico na descrição minuciosa de cenas até com tomadas de primeiro plano (*close up*). E, à maneira de Manuel Puig em *El Beso de La Mujer Araña*, mescla fontes díspares para compor o seu romance-mosaico: cabeçalhos de jornal, textos de uma revista pornográfica estrangeira, depoimentos de testemunhas na delegacia, orações para que se reproduza na parede a imagem do divino coração, até trechos de uma notícia sobre as ocorrências em Portugal extraídas de um vespertino brasileiro. Será necessário insistir no óbvio de que para o autor o escritor que, sozinho, sabe e dispõe do destino de todos os protagonistas de seu romance acabou? E que os documentos e as declarações também focalizam, cada um à sua maneira, a tragédia central?

Se houvesse dúvidas quanto à grandeza de José Cardoso Pires como criador, bastaria este livro para dissipar as dúvidas dos descrentes. Insere-se no cotidiano das investigações policiais sobre o crime todo um riquíssimo submundo e mundo paralelo das coisas existentes e das coisas sonhadas, delírios mentais ao lado de surrealismos reais. E fica, indelével, inesquecível, a figura do investigador Elias, apelidado de Covas por sua macabra reputação de implacável coveiro de presos políticos. Estes eram seu preferido *filet mignon* num sinistro *menu* de torturas e crimes “legais”, em defesa da “Segurança do Estado”. Passeando por Lisboa, Elias contempla a paisagem urbana, da qual o autor retrata o lado apavorante e onírico:

“Do outro lado é que sim, do outro lado, rua da Madalena a descer, é a feira dos ortopédicos. Aí nunca falta que ver nem que meditar.

“Hoje, graças à Ciência, podemos reconstituir as partes mortas do ser humano. Podemos animá-las de energia motora e restituir-lhes as formas e as expressões que foram da sua natureza” - Eminente prof. Hasaloff, de Viena da Áustria.

“Calçada a pico, cada loja com o seu carrinho de inválido exposto à porta como se estivesse à espera da ordem de partida para um rally-surpresa. Vistas do cimo da rua, aquelas cadeiras resplandecentes parecem prontas a rolar a qualquer momento pelo plano inclinado abaixo, ganharem velocidade, altura, e desaparecerem como máquinas loucas sobrevoando os telhados da cidade. Ao pôr-do-sol recolhem domesticamente, mas ficam as montras (vitrinas) iluminadas porque essas são de todas as horas como os sacrários dos ex-votos no caminho de quem passa. Exibem membros articulados, espartilhos dramáticos que lembram palácios de tortura, pescoços de metal, prótese e fundas medicinais. Numa das vitrinas, em moldura de veludo-relíquia, está o professor Hasaloff a proferir as suas palavras redentoras sobre as parte mortas do corpo.”

As polícias, a Judiciária, alcunhada de a Judite, e a Pide, disputam os imputados como os cães a estraçalhar os restos podres do major assassinado por seus companheiros de revolução inexistente. A burocracia detalhista e ociosa, faz crescer os autos, até atingirem a altura de oito grossos volumes repetitivos e monótonos, vazados no estilo fúnebre das polícias totalitárias. Fugindo a essa monotonia de funcionários públicos que não têm muita escolha entre arrancar o sangue alheio e escarafunchar o próprio nariz, há os saltos fantasiosos à la De Sica do autor: como no caso da espécie de coleira, o cabeção, usada pelo major quando se disfarça de sacerdote:

“Um cabeção não é mais que um coleira branca. *Dominis canis*, coleira de cão divino.

“Ou anel, pensa ainda. Uma espécie de anel de castidade enfiado no pescoço.

“Anel de castidade, hóstia furada, o cabeção que o inspector gira no eixo duma esferográfica é a órbita na qual se suspende o corpo dos padres dese mundo. E eles lá vão: subindo ao céu, gravitando naqueles anéis, rodandos sobre os mesmos muito hirtos, mãos cruzadas sobre o peito, sotainas ao vento, subindo a prumo, subindo sempre, no sentido da eternidade. Todo o planeta está sobrevoado por padres suspensos em cabeções de pureza, a gente é que não os pode ver por causa dos nossos pecados.

“Mas esta coleira que caiu em cima da secretária do inspector traz remetente. Com ela muito bem guardada num envelope a mão da Judite bateu à porta dum costureiro de teatros, Parque Mayer Lisboa, por sinal pederasta e toucado de capuchinho. Reconhecce? perguntou.”

Haverá lugar para uma comoção do leitor diante do monstruoso Elias e sua sordidez vulgar e solitária? Com seu lagarto lazardo que alimenta com insetos e mantém debaixo de um copo; o desejo que sente pela presa política bonita, Mena, a amante do Major hoje morto; a devoção sacrossanta que sente pelas fotografias dos pais e das irmãs mortas; sua luta diária contra os ratos que lhe invadem os móveis, as lembranças, a dignidade:

“Na manhã seguinte quando acordar na presença das imagens veneradas, falecida irmã, falecidos pais, quando passar revista às ratoeiras que deixou de sentinela por toda a casa e as vir inúteis e humilhadas e encontrar móveis de família passeados de cagadelas insultuosas, quando, enfim, se aproximar do reduzido condado do Lizardo e der de caras com o Tejo a saudá-lo, Elias só guardará dessa noite a nódoa que lhe assinala o pijama masturbado. Uma lágrima crestada que ele irá lavar à torneira”.

Que haveria muitíssimos mais trechos desta obra-prima que ressaltar, o leitor intui, para divulgar e meditar a importância e a profundidade da renovação que José Cardoso Pires traz seja ao romance seja à condição humana, seja aos anseios políticos. Em conversa com um dos assassinos do Chefe dessa Conspiração-que-Nunca-Houve, o arquiteto Fontenova confidenciou-lhe com trágica lucidez:

“Eu creio que o medo é uma forma dramática da solidão. Uma forma limite também, porque corresponde à ruptura do equilíbrio do indivíduo com aquilo que lhe é exterior. Mas o pior é que essa ruptura acaba por criar uma lógica de defesa, eu pelo menos apercebi-me disso, a lógica do medo vai estabelecendo certas relações alienadas de valores até um ponto em que se sente que o medo se torna assassino”.

A estas reflexões como que saídas de um ensaio de Camus, José Cardoso Pires acrescenta, em sua sóbria “Nota Final”:

“Então como hoje ele (o arquiteto) sabia que na sua tragédia individual existiu uma parte maior de erro colectivo; que as sociedades de terror se servem dos crimes avulsos para justificarem o crime social que elas representam por si mesmas e que em todos esses crimes a sua mão está presente, em todos.”

## Cardoso Pires reinventa Portugal

***Jornal da Tarde* 16/01/1988**

José Cardoso Pires sobressai como possivelmente o maior escritor português em um país de revigorante efervescência literária atual. A escritura ática, elegíaca, da poesia de Eugênio de Andrade não lhe faz sombra. Nem tornam menor a sua criação prosadores com a vitalíssima reflexão de José Saramago e seu afresco do *Memorial do Convento*, ou a obra mais perfeita, maçã amarga amadurecida nas cãs de um Virgílio Ferreira, *Para Sempre*, nem os livros marcantes de muitos mais: Fernando Botelho, David Mourão-Ferreira, Agustina Bessa-Luís - a lista poderia ser estafantemente extensa.

Através de romances sutis de investigação social sem dogmas como *O Delfim*; de uma loucura política como o golpe ensandecido de um homem só contra o regime fascista em *A Balada da Praia dos Cães*; ou retrato feito de escárnio e identificação humana de uma nação subjugada décadas a fio pelo salazarismo que é *O Anjo Ancorado*, ele nunca se deixou subjugar por palavras de ordem inquestionáveis, viessem de onde viessem. Agora, *Alexandra Alpha*, seu mais recente e extraordinário romance (Editora Dom Quixote, Lisboa) refuta os mitos do “povo” arqui-vomitados pelos políticos que ordenham as tetas pacientes das urnas. Interroga-se sobre as abstrações com maiúsculas - o Povo, o País, o Partido - e conduz o leitor, febricitante, rumo à lucidez… guiado por cegos. Os desprovidos de visão são uma constante de seus contos e episódios esparsos em seus romances: em um congresso de cegos faz-se representar por uma matilha de cães; de outra feita um indivíduo se propõe a vender um cego. Em *Alexandra Alpha*, naquela que é uma de suas cenas mais lancinantes, um mudo supre sua incapacidade de cantar o fado dançando-o: a transposição simbólica de um país pequeno, nesga de terra entre o biombo imenso da Espanha e o mar, que se inventa a si mesmo. Sem a espera mítica por um Dom Sebastião perdido na bruma da batalha contra os mouros em Alcácer-Quibir, nem voltado para a pesada glória do passado, José Cardoso Pires mistura uma fantasia audaciosa - um anjo que cai na praia carioca do Arpoador ou um jovem que se estihaça contra os rochedos ao se desgovernar sua asa delta, Ícaro de nossos tempos - e aqueles que Jesus afiançou vomitar: os mornos, os que vivem a injustiça social ou o marasmo político castrador do pensamento que são as ditaturas com a mesma indiferença com que observam a entrada em Portugal no Mercado Comum Europeu - “trará lucros para mim?” - ou a entrada dos capitães da Revolução de 25 de Abril em Lisboa. Uma freira acaricia o ventre, ávida de um arredondamento de gravidez inexistente, um homossexual acalanta suas bonecas às escondidas.

Até que ponto *Alexandra Alpha* representa um corte, uma censura em sua criação literária? Cardoso Pires responde com muita clareza: “Com relação a este livro o que está a preocupar-me muito no campo da criação literária, inclusivamente da sua criação física, é a ideia que as pessoas geralmente fazem da literatura. A literatura se move dentro de temas muito estreitos e estritos, pois não? O amor, a morte, ao passo que estou convencido de que fundamentalmente o ato de escrever radica-se na busca da identidade de cada indivíduo ao mesmo tempo com o meio em que vive e com o seu escrito. Então, o que eu procurei dar neste livro foi, de maneira bastante metafórica, a busca da identidade própria de um país. No caso das nações antigas como a Rússia ou a Inglaterra elas não podem designar: isto sou eu, pois caso contrário estariam estagnadas como conceito nacional.”

Além do que, conforme os períodos históricos, essa identidade é muito cambiante?

“Aí é que está. Há rupturas, há fraturas que são essenciais. A partir desta busca de uma fisionomia que caracterizasse as relações de quem escreve e seu ambiente (sua comunidade ou se quisermos, a sua pátria), neste livro de agora eu inverti os mecanismos de identificação e, seja na história da Inglaterra, do Brasil, de Portugal, da Rússia, de Israel, deparei sempre com tentação do otimismo de todas elas. Daí a verificar que se mitificam todas as noções de pátria pois todas são narradas através de mitos e de mentiras. A História nos torna países mentidos, alterados. E, para mim, uma das funções do escritor é sempre desmentir o país, desmistificá-lo, ainda que isto custe um bocado e que o poder político não goste. A política é otimista, a literatura, não. A literatura por isso em qualquer Estado é sempre contestatória. E essa é a sua contribuição: enquanto o político está satisfeito, o escritor nunca pode estar satisfeito, por melhor que o país esteja. O Portugal que eu mostro pode não agradar a muita gente, Lisboa, por exemplo, é uma cidade povoada de estátuas por todos os lados.”

A estatuária significa a mumificação de um mito não questionado?

“Pois, e eu busco aqui saber qual é o segmento, a classe social que se identifica com essa versão das coisas que lhe é imposta. Veja: uma questão igualmente mitificada ou até mesmo mistificada é a da maternidade: através de tudo o que possa significar para a mulher, a maternidade é uma busca egoísta de auto-identificação de um produto que vai sair e que é *dela*. Da mesma forma me interessa determinar como essas relações de identificação recorrem muitas vezes a artifícios, a pessoas com dois rostos, a pôr a funcionar uma duplicidade diante da realidade. Com relação a Portugal eu assumo a bipolaridade do amor e do ódio, como o cocu, o marido enganado pela mulher mas que a ama, sente saudades dela, tudo ao mesmo tempo. Faço também um ajuste de contas duplo: com esse provincianismo português de querer parecer cosmopolita a todo custo - e para mim todo cosmopolitismoo se deriva de um profundo provincianismo, de um arraigado sentimento de não se estar à vontade - e com o país que mentiu.”

Para você, nós também, no Brasil, vemos Portugal através de mitos solidificados: os grandes descobrimentos, Camões, Fernando Pessoa, a Revolução dos Cravos? Ou seria a identidade portuguesa diferente pelos séculos afora?

“A diferença está, como você disse há pouco, quando conversávamos, no colonialismo, no engodo salazarista. Mas sou capaz de reconhecer que hoje, com toda a sua frustração nacional, Portugal, é infinitamente melhor do que a pasmaceira fraudulenta dos tempos de Salazar. Hoje temos liberdade e ainda respiro ávido esta liberdade, da qual fui privado nos primeiros 50 anos de minha vida: não me venham cá a tentar embaralhar as ideias. Portugal tem uma alta taxa de desemprego, como a Alemanha Federal, a Inglaterra, os Estados Unidos, a crise é mundial. Mas, senhores, estamos livres de retórica e do horror do colonialismo português em África! Considere as relações de Portugal com Angola, hoje: são fraternas, já se reconhece que *o povo português* também sofreu atrozmente com a guerra enlouquecida colonialista em que Salazar lançou Portugal.”

Para Cardoso Pires é de fundamental importância sublinhar que, a seu ver, o mito colonialista da “supremacia européia” intrínseca predomina ainda nas relações de muitos países com relação aos Estados Unidos. Para ele, só pode tomar como modelo os Estados Unidos um país que se ressinta de um complexo de inferioridade com relaão à Europa, pois os Estados Unidos são, esmagadoramente, a soma de muitas Europas, muitos países europeus e muitas culturas européias. Adverte que o mito europeu sai caro a um país como a Argentina, que imita servilmente, em sua opinião, o modelo do Velho Mundo. Não se trata, crê, de um país (talvez sua cortesia lhe impeça de dizer neste caso o Brasil também) da América Latina voltar-se para a Europa ou, por ser riquíssimo de recursos continentais e humanos, identificar-se com os Estados Unidos apenas por essa coincidência de grandeza de território e abundância material.

Ele atribui aos países latino-americanos uma pujança própria, uma vitalidade telúrica que ultrapassam a da Europa atual e a própria América do Norte, com todo o seu formidável poderia tecnológico. Talvez, supõe, convenha aos Estados Unidos adjudicar à América Latina um papel subalterno, de um conjunto de países vergado por uma dívida gigantesca, mas aí se esquece que a dívida norte-americana é maior ainda e é mantida artificialmente à custa da totalidade da comunidade que comercia com os Estados Unidos ou que financia seus rombos deficitários. Não que seja possível uma catalogação primária, estulta, dos EUA como um diabo chifrudo, povoado por analfabetos isolacionistas e/ou imperialistas. Nem, por outro lado, podemos cair numa deificação que entra já na lista dos mitos, mistificações e mentiras tanto quanto o *slogan* antiamericano imbecil.

Inteligentemente, o extraordinário escritor português assinala, obliquamente, sem interferência indelicada no rumo que o Brasil *deva* seguir, a independência brasileira de modelos externos: sem a sua autonomia e sua própria “invenção” a partir de sua própria experiência, o Brasil encontrará a sua resposta específica para a descoberta, precisamente, da sua autonomia, sem espelhos deformantes. Da mesma forma, instado insistentemente, expõe que Portugal, de fato, faz parte da própria substância brasileira e o Brasil não estaria bem aconselhado, crê, imitando os Estados Unidos avassaladoramente, esquecendo-se de Portugal, cuja literatura, séculos a fio, constitui uma herança comum aos dois países, a Portugal e ao Brasil. O Brasil não poderia isolar-se de um ciclo português que hoje *Le Monde*, em Paris, o *Sunday Times*, em Londres, *The New York Times*, nos EUA, reconhecem como extremamente fecundo, pois isolar-se dessa herança que fala tão mais perto ao Brasil seria decepar também a ligação do Brasil com a pluralidade de centros de irradiação de cultura mundial característica da nossa aldeia eletrônica e impressa global. Principalmente agora que a Europa, exangue, nada produz de importante literariamente na França, na Alemanha, na Espanha, etc.

Modestamente, José Cardoso Pires omite o que a imprensa internacional já divulgou: o reconhecimento de sua importância transnacional na Inglaterra, na França, na Itália, na Dinamarca, na Hungria, na Tchecoslováquia, na Polônia, na Romênia. Prefere falar do lance de quixotismo que vê, aquele “grão de loucura” que está por trás dos grandes feitos, das sagas épicas, nos Bandeirantes. Atrozes caçadores de ouro e de esmeraldas, escravizadores dos índios - tudo é verdade -, mas Quioxotes com um pé na terra e, segundo ele crê, os primeiros a divisar o Brasil em sua inteireza, plasmando-o com suas bandeiras alucinadas selva adentro. Isso os irmana também aos navegadores da Escola de Sagres, que com seu grão de loucura mas o sonho fincado no saber concreto, científico dos cartógrafos enfrentaram o oceano Atlântico. Esse “mar proceloso” povoado, durante a Idade Média, de monstros temíveis serviu-lhes, na realidade, para desvelarem o caminho para a África Austral, para as Índias e finalmente para o Brasil, depois que Fernão de Magalhães circunavegou toda a esfera terrestre.

A longa - a primeira, de que se tem notícia - meditação a respeito das frustrações e conquistas da Revolução dos Cravos, ele reconhece, faz de *Alexandra Alpha* um livro polêmico, aberto a diversas interpretações, causador de iras, de acusações de “reacionário”, de antiportuguês, até de “cabotino”. Só lhe importam, porém, os julgamentos de meia dúzia, não, não tantas, apenas três ou quatro pessoas inteligentes e argutas. E será difícil desentranhar amor do ódio que o autor vota a Portugal: tantos personagens apagados, tantas mulheres temerariamente corajosas, tantos homens covardes, do bando que sempre diz “sim, mestre!”. Portugal é alternadamente o refugo do mar, o sobejo do dito “o meu país é o que o mar não quer” ou “no meu país não acontece nada”: então urge *inventar* um país, desventrá-lo em suas possibilidades latentes. Neste livro singular, destemido, por vezes lírico em um autor vincadamente objetivo, há voos surrealistas e, como dizem pedantemente os linguistas, toda uma polissemia, uma variedade de interpretações e abordagens. Um método dinamicamente visual usa como que tomadas de câmeras panorâmicas, à maneira do fantástico voo inicial, batismal, do anjo-desportista da asa delta que da Pedra da Gávea, no Rio de Janeiro, se lança rumo à praia de Ipanema. Surgem aproximações, *close-ups* de protagonistas fugazes, quase fantasmagóricos. A poesia do voo livre se casa, arrevesadamente, com o tique-taque de uma bomba-relógio de um terrorista suicida, louro *kamikaze* insuspeito.

Comparado no estrangeiro a (Ítalo) Calvino, a (Witold) Grombrowicz, a García Marquez, Cardoso Pires os engloba a todos: pelo frescor de sua inventividade ora caricatural, ora originalíssima, pelos círculos concêntricos que descreve em torno de Portugal entre voluptuoso e esquizofrênico, no sentido de duas faces do deus Janus e com laivos mesmo da morbidez de amar o que lhe parece difícil: abraçar lucidamente o seu fado, palavra que a etimologia já demonstra brotar da mesma origem que “fatalidade”: a de ser português. Nas mãos plasmadoras, conscientes, de Cardoso Pires toda uma literatura multisecular, que se interrogou a si mesma sobre quem era, na realidade mostrou um significado tão radicalmente complexo do que significa essa emaranhado de conceitos às vezes em antítese: a portugalidade.

## Desafiando os rinocerontes do poder

***Jornal da Tarde* 24/09/1988**

O extenso romance tem um início que merece uma tela panorâmica e a direção plural de Fellini atrás da câmera:

“O anjo sobrevoou a cidade às 12:00 - 12:27 (hora solar). Era louro e de asas vermelhas e tinha um belo rosto triangular em nada semelhante ao dos querubins de igreja. Planou em lentas e tranquilas curvas por cima dos arranha-céus e das praias que contornavam a cidade, percorrendo-os com a sua sombra.”

Nas praias cariocas de Ipanema e Leblon, as multidões de banhistas se alvoroçam: seria uma aparição sobrenatural? Repentinamente, suas asas rubras se rasgaram e, veloz, ele veio estatelar-se nos rochedos do Arpoador. As autoridades da Ordem e a Igreja mexem-se quando a multidão acende velas votivas em torno a seu corpo esfacelado, vendedores ambulantes surgem do nada para comerciar amuletos, falsas relíquias do anjo. Um repórter da televisão indaga se aquele rapaz não fora castigado pela vaidade de Ícaro, dos tempos da Grécia Antiga, que ousou desafiar as leis da gravidade e, como ele, se espatifou à beira-mar. Outros vêm nele o símbolo da “vertigem de luxos, prazeres e devassidões” de uma sociedade que, como no filme *La Dolce Vita*, está mergulhado a volúpia suicida do aqui e agora.

O livro, como um novelo, vai-se desenrolando e mostrando as mil possibilidades de interpretação: o voador audaz da asa-delta, indaga a polícia, não poderia estar servindo a interesses ocultos, quem sabe até lesivos à Segurança Nacional? Ou pertenceria a uma seita esotérica? A hipótese de ter sido um extraterrestre tampouco se pode descartar. Um peão da zona rural do Ceará, apelidado de Boca Braba, não tivera dúvidas: pegou o “cospe-fogo” e disse ao amigo que o acompanhava pelas cercanias: “Compadre, pássaro que era não sei, mas lá que largou o home tenho certo”.

A cada página que se vira, o relato adquire novas feições: o rapaz assassinado, Waldir, dizia-se, vendia seu corpo a homens e mulheres. Haveria motivos passionais para que ele fosse abatido? interroga-se o delegado de polícia encarregado do “caso”. E o fio do novelo inicial vai-se desfiando: leva a Alexandra, a portuguesa sua amante que, como ele, trabalhava na gigantesca multinacional de publicidade Alpha Linn (Departamento do Brasil): ela, especialista em *marketing*, ele, como *chauffeur* de Administração da firma.

Para fugir ao desdobramento sórdido e fantasioso do acontecimento - Waldir estaria ligado não só à prostituição de si mesmo como ao tráfico de drogas, latrocínio e falsificação de documentos -, Alexandra torna-se, como ela mesma dirá, com ironia, “uma madrasta solteira”.

Raramente a literatura cifrou em uma personagem central um símbolo negativo de um país, se pudermos falar tão esquematicamente. Porque o extraordinário escritor porrtuguês contemporâneo, José Cardodo Pires, neste seu belíssimo romance, *Alexandra Alpha* (Editora Companhia das Letras), a princípio quer despistar o leitor, levando-o a crer que essa Alexandra realmente existiu e que, na cidade de Beja, em Portugal, há fitas gravadas com a voz dela e palestras que ela teria feito em colóquios internacionais de publicidade, tudo guardado no cartório de Beja. É uma licença poética do autor: Alexandra, cujo sobrenome que assume é a da própria empresa em que trabalha, a ponto de não ter uma identidade própria completa, é dolorosamente, humanamente, a parte de Portugal que mentiu sempre sobre a barbárie salazarista. Para ela e a maioria dos portugueses só interessva ocultar a realidade, a troco de um ótimo soldo. Há cenas pugentes de publicidade do café produzido em Angola: enquanto o país africano estava destripado por uma guerra colonialista monstruosa, a propaganda exibia agricultores negros sorridentes, palhoças encantadoras, música de cadência alegre, tudo para vender *Angolan coffee*.

Homem da esquerda lúcida, ao contrário da maioria dos nossos canhotos esquizofrênicos e stalinistas, 70 anos atrasados no estudo da História de nosso século, José Cardoso Pires não produz jamais retratos em branco e preto, de um hediondo “realismo socialista” soviético. Alexandra é uma criatura complexa, irresoluta, apolítica, colhida de roldão pelas forças a favor ou contra a Revolução de Abril, dos Capitães, dos Cravos, a revolução que decepou as correntes do fascismo que ataram e dessangraram Portugal na imensa mendacidade salazarista e na hipocrisia deslavada das “províncias de além-mar”: Angola e Moçambique. Indecisa, inconclusa, Alexandra tanto pode frequentar os restaurantes “do Antonio’s em Ipanema, do Jangadeiro e doutros inferninhos onde fazia a mesa a esquerda festiva de Tom Jobim, João Gilberto e Chico Buarque”. Como pode ser surda e cega à realidade que a circunda em Lisboa, imersa apenas em gráficos de lucro para a Alpha Linn, em eficiência, em crescimento mercadológico. Alexandra não é condenada e o fantástico desfecho deste livro - que seria inaceitável revelar para quem pretender lê-lo - fecha também um círculo que se iniciara com seu amante brasileiro alvejado quando descia da pedra da Gávea, no Rio de Janeiro.

É conhecida a alergia que José Cardoso Pires tem por Eça de Queirós, provavelmente o maior gênio da prosa que Portugal já produziu, preferindo a ele Machado de Assis. No entanto, a visão ácida, de ódio/amor que mantém sempre com Portugal não poderia ser mais parecida com a de Eça de Queirós. Ele fustiga, até com os mesmos termos: “Isto é uma choldra”, não vale nada, a futilidade da burguesia média e alta que continua boquiaberta diante de um visitante ilustre francês - ah!, a França! - como Roland Barthes. O finíssimo crítico parisiense está na boca de todos que jamais o leram e, se o lessem, jamais o compreenderiam:

“Queria esquecer o lamentável desta coisa, deste país onde todo o idiota aventurava opiniões. Principalmente desde que o Barthes andava em visita a Lisboa, não havia bicho-careta que não emitisse o seu zumbido. Alexandra: “Isto não é um país, é um sítio mal frequentado”.

Enquanto isso, a temível polícia politica de Salazar, a Pide, prendia um padre que ousara falar em nome das classes pisoteadas pela camadas de cima, explusando-o da Ordem Religiosa e cassando-lhe o *brevet* de piloto.

Com a faca aguçada de um Swift, Cardoso Pires cria situações surrealistas, por exemplo, a das Irmãzinhas Despidas, que “tinham escolhido como supremo sacrifício irem para a cama com os seres mais repelentes deste mundo”. Sua “caridade sexual” as levava a receber “os mal-amanhados de toda espécie, quasímodos, lepras-mansas, desbraçados e tremebundos”. Para não engravidarem, tomavam antes, regularmente, a pílula consagrada (uma alusão violenta à hóstia consagrada, é óbvio) e se abstinham de qualquer prazer físico, nessa sua heroica doação do corpo.

Alexandra, entre um fugidio e inconsequente amante ocasional e outro, gravava, solitária, para si mesma, suas meditações:

“Repetimo-nos em círculo fechado, passamos a vida a repetir pessoas, locais e situações, e eu creio que é por uma afirmação de identidade, não vejo outro motivo. Procuramos sinais de grupo onde quer que a gente esteja… Procuramos uma identificação com o lugar, é o que isso quer dizer. Segurança. A identificação também quer dizer segurança…”

O autor vergasta tudo que é postiço, sebento, como “as preocupações de Diogo Senna, diplomata”, entre as quais está a interrogação: “A fotografia documental não está isenta de especulações ideológicas”, não é verdade? E ainda “a abrir o álbum, sim ou não à citação de Sartre: A foto flutua entre a percepção, o signo e a imagem”?

Adentra-se pela ópera *buffa*, de uma comicidade dolorosa, a respeito dos que temem desmesuradamente o comunismo, como o interiorano João Berlengas, defensor do franquismo e das legiões de Cristo-Rey. Ele “para o que desse e viesse tinha no quarto de dormir um gavetão atulhado de revólveres e munições porque os vermelhos, na fuga da derrota, podiam aparecer por aí, chamuscados pelas balas do (seu) irmão e do generalíssimo Franco. Já lhes sentia o esturro, já as advinhava, uns escondidos nas caves, outros disfarçados de cegos, outros de moços de fretes e alguns até com sotainas de padres. Tudo era possível, Lisboa estava minada de *rojos*, republicanos, anarquistas, mata-frades e incendiários, só quem fosse distraído é que não notava.”

Pela sua própria exiguidade de espaço, resenha alguma poderá abranger a contento um livro de quase 400 páginas, variadíssimas, todo um mural imenso de Lisboa, incursões pelo interior do País e pela África, quando não aos Estados Unidos e outros lugares.

Há um pseudofaquir que se intitula Rama Silva, na realidade Amaro Silva, “inscrito na Direção-Geral dos Espetáculos”, provavelmente com carteirinha de “artista telepático”, como proclama seu cartão de visitas. Há os falastrões inveterados, como o chamado Opus-Night, que falam, falam, embebidos, empapados de uísque e não levam a nada, comparando os bispos e as polícias como “inquisições paralelas” e concluindo: “Os seminários hoje em dia são autênticas fábricas de comunas. Não? Olha o Stálin, onde é que o Stálin foi aprender a ronha toda senão no seminário?”

A irrisão de Cardoso Pires, ele a reserva, feroz, para o fanatismo sentimentalóide, piegas, das beatas e dos de extrema-direita. Durante uma procisão a um lugar de aparições supostamente santas, a descrição que delas ele faz é goyesca:

“Do outro lado da vitrina chegou um autocarro de peregrinos a entoarem hinos sagrados. Parou e, ato contínuo, saltaram de lá de dentro numa aflição de velhas e corcundas, solteironas, cristãos estropiados e senhoras de matilha, e todos à uma invadiram o bar a caminho das retretes, com o motorista e duas freiras no comando. Uma delas não se sabia se corria para aliviar a bexiga, se para se livrar dum cão vadio que lhe tinha filado com os dentes o rosário que ela trazia à cinta. Um estardalhaço, uma desorientação. A irmãzinha esperneava, o cachorro mordia e o Opus-Night iluminava-se com gargalhadas jacobinas.”

O afrancesamento servil, ridículo de tão exagerado, de certos círculos cultos de Lisboa, também é objeto de suas cenas sulfúricas de ironia. Um quase anônimo cineasta francês ouve do afrancessadíssimo Bernardes teorias enjoativas sobre a psique portuguesa: a tendência para a abstração e as viagens, a taxa dos suicídios, o sebastianismo, a solidão dos portugueses, resumindo doutamente: somos todos “*patriotes provisoires d’une patrie incertaine*”. Devastador é o retrato do cineasta que quer a tela nua como o cinema supremo, a exploração do vazio e do nada, “um discurso em situação-limite, o som anulado até a crueldade, a cor despojada até ao branco retórico”.

E como esquecer a cena que é uma profunda metáfora do mudo que com os lábios forma as sílabas da letra de um fado, acompanhado por um grupo de bêbados sob a regência de um cego? Como deixar de mencionar, de passagem, o Afonsinho Pompaduor, que jogava a escada rumo à sua varanda para qualquer homem que passasse, soldados, ciganos, rapazotes gatunos, o que fosse, e depois importará de Paris manequins de plástico configurando mulheres a que dava nomes, cuidava e batia, conforme o seu instável humor, enredando as beatas em doações e missas sem fim, penitências a água-benta o tornando cada vez mais religioso e digno de respeito aos olhos daquelas parvas que queriam através dele e da Igreja conquistar o céu que não tiveram em vida?

Mas tudo, mesmo o grotesco “Natal de Combatente” transmitido pela televisão, com recados dos que estão combatendo na África, dirigidos a suas mãezitas, namoradas, noivas, parentes, nem as cenas apavorantes das batalhas corpo a corpo em Angola e Moçambique ultrapassam o sopro épico, único, das páginas rapsódicas, perfeitas, da morte de Salazar, literalmente caído da cadeira, e a triunfal rebelião dos capitães. A alegria parecia ter enlouquecido um povo inteiro, amordaçado e tornado paralítico durante 47 anos pelo ditador soturno e silente. O leitor não poderá ler esses capítulos sem comover-se, até as lágrimas, com o júbilo que explode ao som da música “Grândola Vila Morena”: é todo um povo martirizado que se redime e atinge, ontologicamente, a faculdade de ser, já que então não conseguiria mais do que respirar segundo a batuta dos rinocerontes no poder.

Cardoso Pires não se limita à embriaquez contagiante do momento: vê também as criminosas perversões, tanto do lado reacionário quanto dos extremistas de esquerda, dois lados da mesma medalha: uns atemorizados e jurando agora pelo Catecismo dos Direitos Universais do Homem e outros querendo, como novos vândalos, pôr abaixo o capital e a cultura com o trator do povo. São cenas alucinantes e que não permitem citações fragmentadas, pois formam um friso, um painel ininterrupto de força represada que vem à tona.

Se entre os brasileiros menos informados havia alguma dúvida, este livro e seus anteriores, *O Delfim*, *A Balada da Praia dos Cães* e *O Anjo Ancorado*, deixam meridianamente claro e certo: José Cardoso Pires é o mais importante, o mais valente, o mais profundo escritor deste Portugal que exibe à Europa restante, prostrada na impotência literária, seu Renascimento atual. Não há ousadia sem base em se afirmar, com plena convicção, que esta é a suprema obra-prima de um narrador que se colocou inteiro, sem piedade nem pieguismo, numa obra magistral. Pouco importa a divulgação que se faz do nome de José Cardoso Pires em outros países da Europa. Para nós, brasileiros, é decisivo podermos ler - e sobressaltar-nos - com esta *Alexandra Alpha* excepcional em todo o panorama europeu de hoje.

Sim, não há dúvida, se dúvida havia: José Cardoso Pires e Agustina Bessa-Luís são prosadores que perfazem com o poeta Eugênio de Andrade a tríade, não hesito em usar o adjetivo: a tríade perfeita da Literatura com L maiúsculo escrita em português. Voltamos às fontes portuguesas agora, neste Brasil abusivamente americanizado, transformado num insosso hambúrguer da Mc Donald’s no plano cultural: colonizado em sua música, aplastada pelo *rock*, na sua linguagem, cravejada de termos ingleses *snobs* e tantas vezes inúteis, ou em posição de adoração diante do lixo literário que a França de hoje, por exemplo, coroa de prêmios altissonantes, meras embalagens ardilosas do nada dentro. Talvez não seja demasiado martelar que linguisticamente estamos delimitados pelas fronteiras autênticas: as que têm ao Norte, Portugal, em torno, as literaturas hispano-americanas e, atravessando o oceano Atlântico, a Literatura africana de expressão portuguesa. O resto, como diria um Hamlet atualizado, é *marketing, right*?

Capítulo dezesseis

# José Saramago

## Saramago

***Jornal da Tarde* 20/12/1986**

Os leitores inteligentes brasileiros - que os há, apesar das indicações em contrário - ficaram fascinados com dois livros do escritor português contemporâneo José Saramago, lançados recentemente entre nós: *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, baseado na fictícia biografia de um dos heterônimos de Fernando Pessoa. E sobretudo o magnífico *Memorial do Convento*, um sutilíssimo estudo semântico do Portugal seiscentista e das relações entre D. João V e a freira que era sua amante, tendo como pano de fundo a influência que o autor supõe permanecer até hoje, seja do clero seja da monarquia, na psique portuguesa. Agora, em breve estada no Brasil, José Saramago, com sua inteligência ágil, sua fina urbanidade e modéstia, insistiu em que era um autoditada, que fizera só o primeiro ciclo de estudos. Mas seus excelentes livros falam mais eloquentemente da sua capacidade inventive, da minúcia de suas pesquisas históricas, de seu estilo urdido com o cuidado e a mestria de quem enfileira mosaicos do tempo.

Saramago, depois de livros tão marcantes como *Memorial do Convento* e sua sutil interpenetração do espírito dos séculos XX e XVIII; e depois da evocação fantástica de Fernando Pessoa em *O Ano e Morte de Ricardo Reis*; este seu último livro, *Jangada de Pedra*, em que difere dos anteriores que o sr. escreveu?

“Bom, eu diria, para começar, que não se trata de uma diferença que resulta de um processo de escrita sucessiva em que após um livro o autor reflete sobre o que vai escrever e depois escreve um livro que apresenta uma diferença, mas sim eu diria o seguinte: o que é normal - ou o que eu suponho que é normal - é que um autor escreve um livro. Acabou de escrevê-lo e pensa no próximo livro que vai escrever e assim sucessivamente. Isso se dá comigo de certa maneira. Podem coexistir no projeto de trabalho, no domínio das intenções, vários livros ao mesmo tempo. Portanto, não se pode dizer que um livro *sai* do outro como resultante de um trabalho feito ou como amadurecimento dele. Lança-se, sim, outro trabalho, mas ele já está previsto na minha cabeça quando ainda estou a escrever o livro anterior. Quando eu tive a ideia da *Jangada de Pedra*, tinha acabado de publicar o *Memorial do Convento* e escrevia ainda *O Ano da Morte de Ricardo Reis*. Portanto, isto significa que estão presentes na minha perspectiva de trabalho livros que parecem diferentes uns dos outros.”

Eles estão entrelaçados?

“Simplesmente, eles, ao mesmo tempo que são diferentes, fazem parte de uma preocupação que lhes é comum. Se, por exemplo, no caso do *Memorial do Convento*, há uma tentativa de compreensão do passado como, banalmente se pode dizer, pai do presente, neste caso particular, português, especifiquemos, porém há a preocupação sobretudo de saber de que modo, por exemplo, o século XVIII, com sua mentalidade própria, ainda está presente em nossa mentalidade de hoje. Vamos tentar aproximar as duas épocas, ver como é que uma está ligada a outra. Aliás, não é a primeira vez que vou dizê-lo, mas é uma síntese do que penso: são as semelhanças de mentalidade, os laços de família, que subsistem entre as duas mentalidades, a do século XVIII e a do nosso tempo presente.”

Isso significa que Portugal, hoje, está ainda mais perto do trono e das questões clericais?

“Eu costumo dizer que os portugueses de hoje são mais filhos de D. João V, isto é: dos amores de D. João V e da Madre Paula, portanto, sim, somos mais filhos do trono e da sacristia do que dos amores olímpicos, magníficos entre Vasco da Gama e da deusa Tétis nos *Lusíadas*… Portanto, somos muito menos luminosos do que provavelmente gostaríamos de ser e muito mais sombrios do que aquilo que aceitaríamos ser. Então, o *Memorial do Convento* pretende dizer isso. Já *O Ano da Morte de Ricardo Reis* é um livro mais próximo, digamos, do nosso tempo, já que se refere a 1936. E é uma sonda lançada tanto quanto possível em profundidade num tempo em que o fascismo português ganhava força e se implantava. Isso através de um veículo de desdobramento que é a relação de Fernando Pessoa com seus próprios heterônimos. Agora há aqui um ponto que parece interessante, em que no momento em que eu andei a escrever *Levantado do Chão*, repito, eu já tinha presente o projeto da *Jangada de Pedra*. E há uma relação entre esses dois livros, por muito afastados que pareçam. É que *O Ano da Morte de Ricardo Reis* começa com uma glosa de um verso de Camões e que se refere ao trecho onde “aqui o mar se acaba e a terra principia”. Claro, o verso de Camões não é assim, isso já está modificado. Ricardo Reis regressa do Brasil, vai para Portgal, portanto, “o mar acaba e a terra começa” ali, de vez que ele vai desembarcar em Lisboa. E depois de toda a narrativa há como que uma conclusão circular, na qual esta frase é reaproveitada, modificada outra vez e passando a dizer isto: “Onde o mar se acabou e a terra espera”. Quer dizer: não há mais navegações para Portugal, e a terra limita-se, enfim, tanto quanto pode, a esperar, isto é, aguarda o momento de agir.”

Ao passo que *Jangada de Pedra?*

A *Jangada de Pedra* pretende dizer que não só para Portugal - e esta é que é realmente a questão. Eu fiz esta longa introdução para tornar mais claro o que quero dizer. Então digamos que a *Jangada de Pedra* é a confirmação, ou melhor, digamos assim: é a *negação* desta sentença final do “Ricardo Reis”, segundo a qual “o mar se acabou e a terra se limita a esperar”.

*Jangada de Pedra* introduz uma ação que parte da própria terra em si?

“Sim, a *Jangada de Pedra* vem dizer o contrário justamente; que “a terra não se acabou” e que é chegado o momento de a terra se pôr em movimento, digamos assim. Com essa distinção: essa nova ação a que você se referiu não é a repetição, a reconstituição das Antilhas e das ilhas descobertas por Colombo, pois hoje não há mais o que se descobrir, a não ser o espao cósmico e para chegar ao espaço os portugueses hoje não têm dinheiro suficiente, então a navegação é, digamos, outra. E aqui é que eu englobo não só Portugal como também a Espanha, ou seja toda a Península Ibérica, como uma entidade particular que ao mesmo tempo que a aproxima da Europa igualmente a afasta da Europa.”

Como uma zona de transição?

“Eu não diria exatamente como uma zona de transição, eu diria que de certa maneira é uma região à qual a Europa verdadeiramente não chegou… Quero dizer: a Europa, como ideia, verdadeiramente não ultrapassou os Pirineus.”

É uma visão um tanto drástica…

“Um tanto drástica, sim, mas que tem alguma razão de ser, porque repare: quando nós falamos da Europa, no fundo estamos a falar de três ou quatro países: França, Alemanha, Inglaterra e Itália. E mesmo a Itália já tem qualquer coisa periférica com relação a essa Europa a que nos referimos. Então esses dois países, e estou a falar da Espanha e sobretudo de Portugal, têm um certo grau de invisibilidade no que toca à Europa. Quer dizer: a Europa vê mal, vê com dificuldade, a Europa não consegue ver esses dois países que estão além dos Pirineus. E assenta sobre isso uma rede de equívocos, de mal-entendidos, de interpretações erradas, algumas além de erradas são também injustas sobre os juízos que a Europa faz sobre Portugal e Espanha, sobre o papel de Portugal e a Espanha na história do mundo e também no atinente ao papel que Portugal e a Espanha desempenharam na própria História da Europa. É como se nós não tivéssemos sido necessários…”

Para isso não contribuiu, por exemplo, o fato da Contra-Reforma que com seu obscurantismo isolou a Península Ibérica do espírito do tempo do restante da Europa?

“Talvez, de fato, mas a Contra-Reforma não foi um fenômeno apenas da Península Ibérica e, seja como for, a luta em Portugal contra os estrangeirados e a demora em entrar em contato com as ideias liberais, tudo isso não altera, nunca modificou a perspectiva que a Europa tinha desses dois países.”

Na sua opinião, a Europa sempre subestimou Portugal e Espanha?

“Sempre nos subestimou. Eu posso contar-lhe uma história verdadeira porque se passou comigo há alguns anos. Eu estava em Bruxelas e dirigia-me a Paris. Devido a uma greve de caminhos de ferro, acomodamo-nos num vagão de um comboio improvisado vários funcionários da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e eu. E peço que me acredite: durante meia hora de viagem de comboio um grupo altamente qualificado de funcionários da CEE, naquele jogo de salão de advinhações, não conseguiu advinhar a minha nacionalidade. Apesar das pistas que fui dando, sobre se era um país com costa atlântica ou não, qual a religião predominante nesse país, qual a sua superfície territorial etc. Fui ficando inquieto com essa situação kafkiana.”

O dilema de não existir?

“Pois, aqueles homens que por profissão têm o dia inteiro de consultar o mapa da Europa me atribuíram todas as nacionalidades. Fui italiano fui iugoslavo, grego, portanto, veja: nós portugueses, não somos *vistos* pelo restante da Europa!”

A *Jangada de Pedra* introduz, por assim dizer, um elemento fantástico, sobrenatural nesse quiproquó, arrastando fisicamente a Península Ibérica para fora da Europa que não a vê, qua a ignora?

“Justamente, a *Jangada* tenciona dizer que, além da pretensa inexistência ou marginalização de Portugal, neste caso, há fatos categoricamente inegáveis: a língua vem do latim, o Direito veio de Roma, o cristianismo, as instituições que são de origem europeia como a dos demais países - tudo isso nos liga à Europa e *somos* europeus. Essas são as nossas raízes. Mas há segundas raízes que - e aqui entendo falar da Espanha também - estão justamente aqui onde impropriamente se chama a América Latina. Sim, não se encontrou ainda uma designação exata para uma América que não pode ser do Sul, já que abrange a América Central e o México, nem Latina, porque teria de incluir a Itália e a França…”

Ou pelo menos a preponderância de elementos latinos em suas populações?

“Exatamente. Então o que eu quero dizer com esta metáfora, pois afinal de contas a *Jangada* é uma metáfora gigantesca, uma fábula enorme: a de que ao fazer se desprender a Península Ibérica do maciço dos Pirineus, um fenômeno geológico sem consequências trágicas, porque no livro esse deslocamento não mata ninguém, tudo se passa sem dor, digamos assim. O que eu pretendo dizer? Apenas isto: é necessário que redescubramos, que reencontremos aqueles países e aquelas culturas que são por assim dizer as nossas segundas raízes, as raízes que nós levamos lá, vindas da Europa.”

Isso tem alguma coisa a ver com o cansaço da Europa atual?

“Ah, sim, a Europa de hoje está extenuada, mesmo em termos de criatividade. Todos sabem que hoje em dia, como nunca antes, se organizam na Europa um sem-número de simpósios, congressos, debates etc. sobre quê? Sobre a ideia da Europa. Isto mostra que no fundo, no fundo, não sabem bem quem é. Concordo: a Europa se interroga sobre a sua própria identidade. Então, interrogação por interrogação, no tocante a esses dois países, Espanha e Portugal, eu prefiro que se façam investigações junto a países que no momento vivem situações dramáticas, pois: de dívidas externas e crises gravíssimas, mas que no fundo são países onde a vida ferve, onde ainda tudo é possível, o pior e o melhor. E a impressão que a Europa me dá é a de que nela já nada mais é possível.”

E a entrada agora de Portugal, fiquemos só com Portugal, no Mercado Comum Europeu, a seu ver isso pode trazer benfícios para a cultura portuguesa?

“Para a cultura portuguesa não vejo que beneficios possa trazer, de fato. A Europa terá de interrogar-se antes sobre *o que é* a cultura europeia antes de, se for o caso, tornar a cultura de Portugal mais ou menos europeia? Afinal, o que é a cultura européia? É, por um lado, a soma das diversas culturas que estão na Europa e, por outro, o que resulta da intercomunicação dessas mesmas culturas através de trocas e influências. Por enquanto estamos ainda na fase econômica da entrada de Portugal no Mercado Comum Europeu. Mas eu chamaria a sua atenção para o seguinte ponto: há 30 anos, mais ou menos, se constrói a Europa unida e até hoje nem se conseguiu erigir uma comunidade europeia de saúde, em que se organizassem, em termos europeus, os cuidados médicos.”

Nem uma união agrícola, com montanhas de manteiga e rios de leite altamente subvencionados nacionalmente e deperdiçados todos os anos?

“Aí está: nem nesse campo básico se chegou a um acordo! Os interesses nacionais estão cada vez mais em conflito e nem sequer, dando ao tema a importância que hoje tem, se chegou a uma política ecológica comum para salvar a Europa do desastre que está a acontecer nesse campo! Estive há pouco na República Federal da Alemanha e pessoas especializadas me asseguraram que dentro de 20 anos cerca de 70 ou 80% das magnificas florestas alemãs terão desaparecido em consequência da chuva ácida das indústrias químicas, poluição impune etc. E nem estou a falar aqui de questões absolutamente fundamentais como a da educação, que têm de ser resolvidas por cada país, de acordo com suas próprias necessidades e possibilidades. Mas se a Europa não esboçou nem uma política comum de defesa do meio ambiente, nem da saúde…”

Além disso, a Europa não está também atemorizada pela presença maciça das duas superpotências que a flanqueiam militarmente?

“Atemorizada, sim, embora se comporte como se não estivesse. Basta dizer que nas duas Alemanhas existem ao todo 10.000 mísseis! Os alemães têm a certeza de que, no caso de um conflito sério, serão os primeiros a desaparecer da face o mundo. Mas eu vejo mais, além do temor: a Europa não resolve os gravíssimos problemas do desemprego, vive obcecada com o problema do crescimento econômico, ao invés de se preocupar, isso sim, com o crescimento do ser humano…”

O problema ético das relações de uns com outros?

“O problema ético dessas inter-relações, além dos efeitos corrosivos ambientais desde a poluição até as drogas, o terrorismo, tudo que se quiser mencionar. Nenhum dos problemas que ameaçam fatalmente a continuação da existência do ser humano nem sequer é abordado.”

E por isso em a *Jangada de Pedra* os povos ibéricos se afastam dessa Europa?

“A *Jangada de Pedra* significa, de fato, a rejeição desse mundo que está, o que diríamos: condenado?”

Obsoleto?

“Por um lado, sim, mas no plano tecnológico, por mais que esteja atrasada com relação ao Japão e aos EUA, a Europa é uma potência importante. Por isso eu insisto em que a *Jangada de Pedra* é uma utopia. Há quem me censure em tempos como os que correm e a minha resposta é esta: se não forem os escritores a inventarem utopias, com certeza não serão os políticos capazes de as inventarem.”

O políticos parecem mais dispostos a eliminar qualquer utopia que surja…

“Claro! E a destruir o ideal utópico que sustenta o homem de pé…”

Isso o coloca numa posição de um moderado otimismo ou de um pessimismo resignado?

“Eu responderia assim: ‘Eu sou pessimista por natureza e otimista por intermitências’.”

Literariamente, na sua opinião, houve um deslocamento geográfico da Europa para a América Latina atualmente?

“Eu não diria deslocamento, O que houve, a meu ver, é uma melhor difusão, por mais modernos meios de comunicações, daquela fecundação que a América Latina nos traz com a sua literatura, invertendo as direções: agora a renovação não vai mais da Europa para ela, mas sim parte da América Latina para a Europa. Mas fique bem claro: embora recebamos toda essa esplêndida literatura, não a imitamos. Lemos, com justa admiração, Guimarães Rosa, Alejo Carpentier, Carlos Fuentes, mas isso não significa que eu, por exemplo, seja um copiador apenas de um Gabriel García Marquez, pois não?”

Achei muita graça quando o sr. desalentado afirmou que é inútil tentar interessar os brasileiros na literatura portuguesa e vice-versa porque ambos não se entusiasmam com esses esforços…

“Penso que é um erro considerar as duas literaturas complementares, que não o são. Seria tão absurdo quanto considerar a literatura inglesa e a dos EUA como complementares e coisas do gênero. Eu insisto é no fato de que o diálogo entre o Brasil e Portugal tem sempre sido extremamente difícil.”

A que o sr. atribui isso?

“É difícil dizer… Quando comecei a me interessar por essas questões, encontrei justificativas, como a distância entre os dois países, o mau conhecimento mútuo dos povos, apesar da forte emigração portuguesa para cá etc. etc. Cada vez percebo menos as causas dessas diferenças. Já na década de 60 a literatura brasileira era mesmo muito conhecida em Portugal.”

Mas não vice-versa.

“Mas não vice-versa, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Jorge Amado e mesmo outros autores que não tinham um conceito intervencionista, no sentido etimológico do termo, da literatura, ficarem sendo muito conhecidos em Portugal, admirados e respeitados. Produziu-se uma ruptura depois, não porque a *Gabriela* de Jorge Amado estivesse transformada em telenovela: não, porque ao lado da telenovela continuava a existir o livro que lhe deu origem. A situação, parece-me, está a inverter-se agora.”

Talvez devido ao pequeno Renascimento ou efervescência de uma excelente literatura em Portugal hoje em dia?

“Eu não diria Renascimento que implicaria uma magnitude maior que me parece excessiva, mas uma efervescência, um surto criador, sem dúvida. Aos poucos, o público ledor luso-português vai reencontrando o seu caminho rumo às produções literárias brasileiras como Moacir Scliar e *O Centauro no Jardim* ou *Adeus, Maracanã*, de Edilberto Coutinho e, a médio prazo, mesmo se não vale a pena esperar por milagres, que nunca acontecem, a situação irá equilibrar-se melhor. Você me fala de Portugal e de Eça de Queirós: o que eu creio é que o personagem de *A Ilustre Casa de Ramires*, por si só, para mim, não representa Portugal: por quê? Porque há oito séculos a literatura portuguesa reflete nossas contradições como povo: somos contemplativos, líricos, descobridores, generosos, mansos, detestamos o espalhafato, mas também temos aquele substrato de todos os seres humanos, quiçás, de crueldade. Ah, sim, durante o colonialismo em África e aqui mesmo no Brasil pacíficos indivíduos chegaram a requintes de crueldade.”

Mesmo a sua obra mostra várias facetas do português, o transcendente, nos heterônimos de Fernando Pessoa…

“No *Memorial do Convento* tento tocar no que me parece é o cerne do ser ibérico: o contraste entre os dois extremos - o sonho e a realidade. E na *Jangada de Pedra* faço um romance todo voltado para o futuro, com um único elemento fantástico: a separação, como disse, da Península Ibérica da Europa, esboroando-se os Pirineus e Portugal e a Espanha rumando a paragens mais próximas de nós como empatia de filosofia de vida e como estrutura de valores. De modo que o remate final é este: aqui “onde o mar se acaba, a terra (latino-americana) não se acabou.”

Pode-se dizer que o sr. aí é um Goya sorridente, que contempla os dois países e sua fantástica viagem?

(Sorrindo) “Creio que sim, creio que sim.”

## Um Deus sádico martiriza sua marionete, Jesus

***Jornal da Tarde*,1991**

O semanário lisboeta *Jornal de Letras* de 5 a 11 de novembro último dá grande destaque à entrevista que concedeu ao crítico José Carlos de Vasconcelos, o controvertido escritor português José Saramago. Autor de belos livros como *Memorial do Convento* e *O Cerco de Lisboa*, além de outros títulos, discorre, no diálogo publicado, sobre seu livro recém-lançado em Portugal e no Brasil: *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*. Como admirador sincero do grande talento narrativo de Saramago, infelizmente devo confessar que senti, como muitos outros leitores também, uma confirmação da queda qualitativa de sua criatividade. Esse fenômeno começou com a *Jangada de Pedra* que, lamento dizer, mais me pareceu uma piada jornalística do que uma meditação profunda ou esclarecedora a respeito do secular desprezo e desinteresses votados à Península Ibérica pelos demais países europeus “do lado de cá” dos Pirineus.

Agora, este *Evangelho* dá-me a nítida sensação de um desencontro entre o mestre de um estilo literário dútil, rico de vocábulos e expressivo e um tema que não foi explorado nem com originalidade nem com sucesso pelo autor lusitano. Visão de comunista ateu por visão de comunista ateu, o filme de Pasolini sobre o mesmo tema pelo menos é de uma trágica beleza de enorme impacto visual e emocional. Já estas fartas, detalhadas páginas dessa interpretação honestamente pessoal, fictícia, do *Evangelho* não fogem a banalidades travestidas de conjecturas sobre Jesus Cristo e sobre Deus. Assim, Deus não é só “o homem mau” da História ou, em termos brasileiros, é o “vilão”, o “bandido” por excelência da trama universal.

Em seu delicioso painel hilariante do Nordeste, *A Pedra do Reino*, Ariano Suassuna ironiza, com fantasia mordaz, os papéis que a Santíssima Trindade, vista por um fanatismo comunista pétreo, desempenha em sua função “política”: o Filho, Jesus, é o rebelde idealista e o Pai, Deus, é um homem mau, um Pai rancoroso, Jeová arbitrário e prepotente. Suassuna revela, com muita graça, o deslocamento de Jesus transformado em guerrilheiro, uma espécie de Che Guevara que se insurge conra o Pai, o Criador, retrógrado latifundiário de todas as galáxias.

Os “achados” de Saramago não denotam muita graça, da teológica então nem se cogita, pois se trata de fazer desmoronar o Cristianismo como se fosse um castelo de cartas ou uma série de mentiras impingidas aos crentes. Jesus nasce das relações sexuais rápidas de José e Maria e é Filho também de Deus, pois “Deus aproveita a ocasião” da cópula… Ele, afinal, é a suma e malévola “encarnação do Poder”, autoritário e opressivo. Mais ainda: “Deus de certo modo é o político que não olha meios para atingir seus fins”. Haverá então alguma relação entre Deus e os narcotraficantes, os violentos, os corruptos? A mim me pareceu, perdão pela palavra, uma bobagem a constatação: “É preciso ser-se Deus para gostar tanto de sangue”. Há quem goste, porém, desse conceito: o sentimento religioso felizmente não se impõe mais a ferro e fogo.

Entre as licenças poéticas de que lançou mão, como o devido direito que lhe assiste, Saramago acusa José de ter sido um “criminoso por omissão”, pois não avisou seus vizinhos da chegada iminente dos soldados de Herodes, não evitando assim o massacre de mais de vinte crianças. Por isso, o remorso irá destruir-lhe a vida e seu arraigado sentimento de culpa passará para Jesus, “porque os filhos herdam tudo dos pais”. Inúmeras outras novidades: José é “tarefeiro” e “o próprio Golias só não foi jogador de basquete por ter nascido antes do tempo”.

Antes de “desmontar os milagres” de Jesus, o autor acha “má” a relação entre Jesus e seus pais carnais e afirma que Maria Madalena “servia” a Jesus, dando ao leitor a liberdade de querer interpretar essa expressão como bem entender. (*A Última Tentação de Cristo*, de Scorcesse, é mais elegante e mais sutil). Seu veredito sobre Deus é severo: “Deus não tem o direito de criar seres a não ser para a sua - sua, deles - felicidade.”

Para não alongar demasiado a lista de colocações pessoais de Saramago reiteremos: além do estilo admirável de tão dútil, o romancista português, de méritos mais que evidentes, poderia ter legado a seus fiéis leitores um tema que dominasse melhor. O que, definitivamente, não é o caso deste polêmico *Evangelho*, etapa descartável de sua esplêndida carreira literária anterior. É pena.

Capítulo dezessete

# Três breves notícias sobre escritores ou livros portugueses

## Casais Monteiro

**Casais Monteiro (morto aos 64 anos no dia 24 de julho de 1972 em São Paulo quando se preparava para ministrar um curso de Teoria da Literatura na FFLCH da USP)**

***Veja* 02/08/1972**

Adolfo Casais Monteiro foi um pioneiro na divulgação da literatura brasileira em Portugal desde 1935, com seu estudo da poesia de Ribeiro Couto. Continuando essa difusão, focalizou em conferências e ensaios o romance social nordestino (Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz) e a poesia de Manuel Bandeira. Viu no romance brasileiro moderno - principalmente no que denominava “realismo lírico” de Jorge Amado - um modelo a ser seguido pelos escritores “neorealistas” portugueses liderados por Alves Redol e Ferreira de Castro.

A espontaneidade da linguagem literária brasileira lhe parecia um modelo a ser seguido para transmitir uma denúncia social sem preciosidades de estilo e com um diálogo já muito próximo da fala diária.

Na sua opinião, o estudo dos escritores do nordeste serviria de “antídoto para o estilo altissonante oco de conteúdo”, pois era uma forma de narrar “enxugada de toda retórica”.

A partir de 1954, escolheu o Brasil como residência definitiva, passando a escrever com frequência em suplementos literários, a publicar livros e a lecionar em faculdades de letras, como a de Araraguara e a da Universidade de São Paulo. Sua atividade crítica foi sumamente importante para o conhecimento da poesia de Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro tanto no Brasil como na França, ressaltando o valor europeu e não só português desses poetas modernistas. Data de 1938 sua excelente introdução em francês, à poética de Fernando Pessoa, apresentação que ampliou em sua edição brasileira de *A Poesia da Presença* e *Estudos sobre a Poesia de Fernando Pessoa*, entre 1958 e 1959.

Sem formular propriamente uma “doutrina literária” coerente, Adolfo Casais Monteiro defendia porém, com seu arsenal corajosamente polêmico, uma literatura engajada do ponto de vista político-social, mas que não rebaixasse seu conteúdo estético. Não admitia que se sacrificasse a forma pelo conteúdo.

*Scholar* europeu, conhecia com grande versatilidade tanto a literatura russa quanto a americana, a francesa como a inglesa, ou a espanhola, notadamente novelistas dos séculos XIX e XX.

Como professor, essa multiplicidade de perspectivas criticas o aproximou, nos últimos anos, do ensino da Teoria da Literatura, com comparações interessantes entre uma escola literária e outra, de pesquisas sobre a influência de escritores de um país em outro.

Sua breve tentativa de criar ficção ficou restrita a *Adolescentes* (1946), romance menor e que não tem significação permanente na sua obra.

Foi como poeta (*Confusão*; *Poemas do Tempo Incerto*; *Canto de Nossa Agonia*, etc.) que deixou versos de grande contenção emotiva e fluente espontaneidade (“Aos ventos espalhei a cinza dos meus gestos/ Num desprezo de mim, fiz-me poeta”) embora de importância claramente inferior à sua contribuição crítica. Esta, como justamente definia, era uma forma também válida de criação artística.

***Novas Cartas Portuguesas***

## de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa

***Veja* 12/06/1974**

Tombam em Portugal armas e varões assinalados. Nenhum McLuhan com seu telescópio assestado em Lisboa poderia prever que a invenção de Gutenberg abalaria impérios tão sediços e arcaicos. Ao Brasil, estes disparos chegam em ordem cronológica inversa. Lá, o ariete político de “Portugal e o Futuro” do general Antônio de Spinola somente foi detonado depois do assalto à Bastilha do machismo que estas três guerrilheiras empreendem neste livro com fúria e munição surpreendentes. Medéia, Antígona e Electra não têm mais cólera que as três Marias para minar o claustro em que os homens enclausuraram a mulher portuguesa.

Se a (imaginária?) sóror Mariana Alcoforado, freira do século XVII, seduzida e abandonada por seu amante, um guerreiro francês, conformou-se “com a marginalidade” e pôs-se a escrever cartas, suas descendentes por uma linhagem histórica de tirania masculina argumentam que para mudar a religiosa é preciso mudar o convento: “Em salas nos queriam às três, atentas, a bordarmos os dias com muitos silêncios de hábito, muito meigas falas e atitudes. Mas tanto faz aqui ou em Beja, a clausura, que a ela nos negamos, nós vamos de manso ou de arremesso súbito rasgando as vestes e montando a vida como se machos fôramos - dizem”.

Combativas, não temem serem tachadas de “lésbicas”, frígidas ou p…” Ao contrário, preveem claramente os problemas que seu livro escrito em equipe lhes traria. Apelam para gêneros diferentes - poemas, diários, cartas ficcionais, transcrições da Constituição portuguesa - mas em todas ecoa a mesma reivindicação fundamental: é urgente reinventarem-se as relações entre os sexos, romper as estruturas que as mantêm atadas como escravas a seus senhores.

Como um fio contínuo, as três Marias equiparam a libertação da mulher, colônia do homem, à libertação mais ampla do próprio ser humano, pois os opressores na realidade são tão oprimidos quanto suas presas. A militância dessas três intelectuais portuguesas é de um desassombro que só se pode aquilatar ao se levar em conta o controle que um Estado totalitário e torpe mantém sobre os cidadãos e suas mentes. No entanto, essas Joana d’Arc que querem expulsar os invasores de seus direitos não escondem sob as malhas de aço uma feminilidade que nada tem de viril e se revela de uma lucidez profunda.

Elas arremessam de todos os flancos. Às mulheres conformistas e coniventes com a situação de “coisas”, a que foram reduzidas por seus “donos”, dirigem uma carta como se fosse redigida por sóror Mariana à sua própria mãe: “Bem me podeis executar, que me defende? A lei? A que dá aos pais todos os direitos de mordaça, aos machos primazia e à mulher somente o infinitamente menos nada, com dádivas de tudo?” Denunciam a falta de solidariedade das mulheres entre si “de solidariedade ninguém, casadas e vendidas de nós próprias”, pois “à mulher só é dado o parir e o parado”. Enveredam por trechos eróticos de grande beleza e pormenorizadamente descritos, mas com arrebato poético e dignidade. Descem a saraivadas de motes irônicos e específicos contra os “garanhões tão maus amantes”. Esvoaçam sobre o papel social da mulher como produtora de filhos, como matéria-prima dos bordéis na linha de montagem da luxúria masculina. Reconhecem o fulcro da sua luta na obtenção da identidade do homem independente dos padrões machistas, assim com um negro impõe seus valores divergentes dos critérios racistas dos brancos dominadores. E denunciam a pseudo-ascensão feminina: “Em que mudou a situação da mulher? Era dantes uma propriedade rural, para ser fecunda, e agora está comercializada, para ser distribuída”.

São páginas admiráveis, que não têm o amargor nem a erudição de *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir, nem o requinte literário dos estudos do português José Cardoso Pires sobre as “marialvas” (cafetinas) lusitanas. Este livro, porém, divide a literatura portuguesa feminista e talvez a própria concepção da mulher em Portugal em duas épocas: antes e depois das extraordinárias três Marias.

## Os novos tempos de Portugal

***Jornal da Tarde* 12/12/1988**

João de Melo, 39 anos de idade, agita o cenário literário de Portugal com seus temas acentuadamente polêmicos sobre o holocausto nas colônias africanas de tantas consciências e talentos numa guerra absurda, ordenada pela recusa da realidade que povoava a mente da ditadura salazarista; sobre a arrogência de Lisboa, apressada em tachar de “regionalista”, portanto menor, sem interesse geral, o que provém de Açores; sobre a influência fecundante do “realismo fantástico” latino-americano em suas obras principais de ficção: *Gente Feliz com Lágrimas* e *O Meu Mundo Não é deste Reino*.

Numa entrevista concedida ao *Jornal de Letras* lisboeta, o autor de *Os Anos de Guerra* aprofunda também a temática da emigração, rumo ao Brasil, à Argentina, à Venezuela, ao Canadá de muitos milhares de jovens portugueses e o isolamento que em alguns países esses trabalhadores sofrem por parte da população local. João de Melo, professor, deixa clara a sua opção por uma escrita simples, que possa tocar um número muito grande de leitores, ao contrário da escolha feita nos “romances magníficos mas de leitura difícil - como é, por exemplo, o caso dos da Maria Velho da Costa”.

Sua afinidade com o fantástico hispano-americano não o impede de saudar na atual literatura portuguesa um motivo de admiração, pela diversidade de suas vozes e pelo seu vigor artístico. Reconhece a pluralidade de literaturas escritas em português sem admitir uma hegemonia de Lisboa que seria hoje inaceitável. “O que é que pode haver de radicalmente diferente entre um espaço insular e um espaço urbano muito concentrado como Lisboa? Lisboa tem muitas ilhas, é um mundo de ilhas, só que não estão rodeadas de mar”. Esse elemento heterogêneo acentuou-se, a seu ver, depois do fim das guerras coloniais: Portugal hoje em dia flui e reflui entre os muitos que regressam de Angola, de Moaçmbique, e os que se espalham pelo mundo afora por meio da emigração.

João de Melo, apesar de jovem, já é autor de onze livros e crê na literatura sobretudo como uma disciplina, um trabalho árduo. Mas discerne claramente entre os que se isolam para escrever e os que não aceitam essa atitude: “De qualquer modo, escritor profissional fechado em casa a fabricar livros, isso não, porque me ia fazer falta a ligação com o real, o que redundaria em angústias e neuroses múltiplas e, sobretudo, num grande bloqueamento ao nível das ideias; e, possivelmente, repetir-me-ia de livro para livro. Não acredito na escrita de laboratório, mas sim naquela que mantenha todos os compromissos com a vida. Eu não concebo o escritor como separado dos outros, com uma vida à parte, um observador privilegiado do alto da sua torre, vendo os outros pequeninos cá em baixo, nas filas de trânsito ou bramando contra a carestia de vida e não sendo contaminado pelos seus problemas. Não. Um escritor tem que participar de tudo isso, sob pena de ser tudo menos escritor”. Provavelmente ele se esquece do exemlo de um Flaubert que, volntariamente exilado, misantropo, criou no entanto algumas das supremas obras literárias de toda a literatur, com *Mme. Bovary*, *L’Education Sentimentale* etc.

Com vários de seus irmãos emigrados rumo ao Canadá, João Melo reconhece que “a gênese do (meu) livro está, mesmo, numa das minhas viagens ao Canadá, em visita aos meus irmãos. Apercebi-me da enorme necessidade que eles tinham de contar a vida deles, fruto, por um lado, do enorme isolamento que lá conhecem, e por outro, de verem em mim um confessor da família. E então dei por mim a ouvi-los falarem de sua infância, dos seus casamentos, do seu cotidiano. Um deles fe-me a proposta de gravar os depoimentos, e tenho-os todos comigo. Começou então em mim um desejo de transpor isso, com as devidas distâncias, e sem incorrer na biografia para um livro no qual eu também me incluísse, e de forma aque a história dessa famíia fosse simultaneamente a história de um tempo português. *Gente Feliz com Lágrimas* creio que é isso: a história de uma família que faz ela própria o percurso e a leitura de um tempo português… Nunca me custou tanto escrever um livro como este. Dei por mim, por vezes, a fazer vinte versões do mesmo capítulo e sempre descontente com o produto final. O problema era a fuga do universo pessoal para o universo geral, para a captação do universo interior de um tempo português, que é um tempo disperso. Há coisas nele que ainda não aconteceram e por isso ele poderá ter também uma dimensão futura”.

Em seu último livro, ele acentua principalmente o valor de uma “viagem interior”, onde a cronologia não existe para completar seu depoimento sobre a criação: “… As personagens são mais intemporais, desdobrando-se por uma amplitude temporal de quinhentos anos, há assim a ideia de um transporte, de um acumular de experiência que é transportada pelas mesmas pessoas, o que muda não são elas, mas o acumular de experiência dentro delas. Esta é a proposta fantástica do livro”.